

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**“FRONTEIRAS DA INTEGRAÇÃO”: O PAPEL DA PARÓQUIA DE SÃO
PATRÍCIO DE ITAQUI, NA FORMAÇÃO DOS FLUXOS COMERCIAIS NA
FRONTEIRA OESTE DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO, NA
SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX, 1850- 1870.**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MÁRCIO ADRIANO DE LIMA RODRIGUES

Santa Maria, RS, Brasil

2012

**“FRONTEIRAS DA INTEGRAÇÃO”: O PAPEL DA PARÓQUIA DE SÃO
PATRÍCIO DE ITAQUI, NA FORMAÇÃO DOS FLUXOS MERCANTIS NA REGIÃO
DE FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO, NA SEGUNDA
METADE DO SÉCULO XIX, 1850-1870.**

Márcio Adriano de Lima Rodrigues

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História, Cultura e Poder, Linha de Pesquisa: Integração, Política e Fronteira, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**.

Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Maria Medianeira Padoin

Santa Maria, RS, Brasil

2012

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo (a) autor(a).

Lima Rodrigues, Márcio Adriano de
\"Fronteiras da Integração\": O papel da Paróquia de São Patrício de Itaqui, na formação dos fluxos mercantis, na região de fronteira oeste da Província do Rio Grande de São Pedro, na segunda metade do século XIX, 1850-1870. / Márcio Adriano de Lima Rodrigues.-2012.

237 p.; 30cm

Orientador: Maria Medianeira Padoin

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2012

1. Relações Comerciais 2. Relações de Fronteira 3. Integração fronteiriça 4. Paróquia de São Patrício de Itaqui
5. Segunda Metade do século XIX, 1850-1870 I. Padoin,
Maria Medianeira II. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**“FRONTEIRAS DA INTEGRAÇÃO”: O PAPEL DA PARÓQUIA DE SÃO
PATRÍCIO DE ITAQUI, NA FORMAÇÃO DOS FLUXOS MERCANTIS, NA
REGIÃO DE FRONTEIRA OESTE DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DE SÃO
PEDRO, NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX, 1850-1870.**

elaborada por
Márcio Adriano de Lima Rodrigues

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História

COMISSÃO EXAMINADORA:

Maria Medianeira Padoin (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Fábio Kühn (UFRGS)

Luís Augusto Ebling Farinatti (UFSM)

Santa Maria, 21 de dezembro de 2012.

RESUMO

Dissertação de Mestrado

Programa de Pós-Graduação em História

Universidade Federal de Santa Maria

“FRONTEIRAS DA INTEGRAÇÃO”: O PAPEL DA PARÓQUIA DE SÃO PATRÍCIO DE ITAQUI, NA FORMAÇÃO DOS FLUXOS MERCANTIS, NA REGIÃO DE FRONTEIRA OESTE DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO, NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX, 1850-1870.

AUTOR: MÁRCIO ADRIANO DE LIMA RODRIGUES

ORIENTADOR: MARIA MEDIANEIRA PADOIN

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 21 de Dezembro de 2012

A presente dissertação integra a linha de pesquisa: Integração, Política e Fronteira, do Mestrado em História da UFSM, e contou com o apoio do CAPES, por meio da Bolsa DS. O objetivo centrou-se em caracterizar a atividade comercial praticada na Paróquia de São Patrício de Itaqui, localizada na fronteira oeste da Província do Rio Grande de São Pedro, Brasil, entre 1850 e 1870. A atividade mercantil nesse período envolvia uma multiplicidade de atividades que se desenvolveram em caráter local, envolvendo comerciantes, negociantes e prestamistas, que se destacaram nessa localidade de fronteira, sendo identificados a partir dos registros nas fontes primárias, de caráter jurídico e administrativo. A pesquisa exploratória e analítica de fontes documentais como as Ações Ordinárias Cível e Crime, Inventários *Post-Mortem*, Registros Notariais do Tabelionato e Procurações de Itaqui, encontrados no Arquivo Público de Porto Alegre, se somaram às Listas de Alfândega e Relatórios da Câmara Municipal de Itaqui, localizadas no Arquivo Histórico de Porto Alegre, para descrever uma atividade mercantil marcada pela diversificação das práticas e estratégias implementadas por comerciantes, negociantes e intermediadores nesses espaços. Observou-se que o grande fluxo mercantil, tendo como porta de entrada o porto da Paróquia de São Patrício de Itaqui, permitiu a ascensão de personagens como Manoel Marenco e Emigdio Bonorino, que passaram a se aproveitar das oportunidades concedidas pela manutenção de ligações e laços políticos e econômicos com as elites nesses espaços, para discutir parcelas de poder a nível local. Os capitais que livre transitavam nesse espaço promoveriam a dinamização de setores comerciais em ramos de atacado e varejo de secos e molhados, praticado em vendas e lojas, além da atuação de negociantes nacionais e estrangeiros ligados a mercados mais restritos envolvendo créditos, empréstimos, terras e gados. Desses contatos Itaqui consegue ampliar espaços de exploração econômica permitindo a atuação de um número ampliado de agentes nos fluxos e espaços de poder local.

Palavras-chave: Fronteira. Paróquia de São Patrício de Itaqui. Mercantis. Século XIX.

ABSTRACT

Master Course Dissertation
Graduate Program in History
Universidade Federal de Santa Maria

"FRONTIERS OF INTEGRATION" THE ROLE OF THE PARISH OF ST PATRICK ITAQUI, IN FORMATION OF MARKET FLOWS IN THE REGION FROM WEST FRONTIER PROVINCE OF RIO GRANDE OF SAN PEDRO, THE SECOND HALF OF THE NINETEENTH CENTURY, 1850-1870.

AUTHOR: MÁRCIO ADRIANO DE LIMA RODRIGUES

ADVISER: MARIA MEDIANEIRA PADOIN

Defense Place and Date: Santa Maria, December 21, 2012

This dissertation integrates research line: Integration, Politics and Frontier, the MA in History of UFSM, and had the support of CAPES, through Stock Exchange DS. The objective focused on characterizing the commercial activity practiced in the Parish of St. Patrick Itaqui, located on the western border of the province of Rio Grande de São Pedro, Brazil, between 1850 and 1870. The commercial activity during this period involved a multitude of activities that have developed in local character, involving merchants, traders and moneylenders, who stood out in this border town, being identified from the records in the primary sources of legal and administrative character. Exploratory research and analytical documentary sources as the Common Shares Civil and Crime, Post-Mortem inventories, records of Notary Notary and Attorney Itaqui, found in the Public Archives of Porto Alegre, were added to the lists of Customs and Reports Mayor of Itaqui, located in the Historical Archive of Porto Alegre, to describe an activity marked by diversification of market practices and strategies implemented by merchants, traders and brokers in these spaces. It was observed that the large influx market, with the entrance of the harbor of St. Patrick Parish Itaqui, allowed the rise of characters like Manuel Marenco and Emigdio Bonorino, which began to take advantage of the opportunities afforded by maintaining links and ties political and economic elites in these spaces, to discuss plots of power at the local level. The capital that transited in free space would promote the promotion of commercial sectors in areas of wholesale and retail dry goods, practiced sales and shops, plus the actions of domestic and foreign businessmen linked to narrower markets involving credits, loans, land and cattle. Itaqui these contacts can enlarge spaces of economic exploitation allowing the performance of a number of agents in the expanded flows and local spaces.

Keywords: Frontier. Parish of Saint Patrick Itaqui. Mercantile. Nineteenth century.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 – Portos principais e secundários limítrofes ao Rio Uruguai.....	18
Figura 2 – Mapa dos contatos da região proposto por Colvero (2004).....	28
Figura 3 – Mercados e portos no estuário do Prata.....	38
Figura 4 – Laços de solidariedade entre os Paz de Almeida e os Belmonte (Belmonte).....	166

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – A Paróquia e a diversificação dos mercados: Distinção de valores entre pequeno e grande comércio.....	52
Gráfico 2 – Relação de registros saindo para o Estado Oriental.....	60
Gráfico 3 – Maiores agentes do comércio fluvial da região.....	62
Gráfico 4 – Divisão dos mercados quanto aos mercados	63
Gráfico 5 – Famílias de destaque nos autos – Associações (1861).....	75
Gráfico 7 – Demonstrativo de nacionalidades operando no Rio Uruguai (1861).....	76
Gráfico 8 – Participação de italianos nos registros.....	77
Gráfico 9 – Progressão de mercados quanto à variação de itens (1857-1858).....	95
Gráfico 10 – Atuação das famílias nas 64 saídas através do porto da Paróquia de São Patrício de Itaqui (1861).....	96
Gráfico 11 – Relação de agentes do comércio fluvial ligados direta ou indiretamente ao comércio endógeno da Paróquia (1860-1861).....	97

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 – Agentes mercantis atuando no espaço da Paróquia de São Patrício de Itaqui.....	45
Tabela 2 – Relação de mercados e número de agentes (1860-1861).....	54
Tabela 3 – Mercados de caráter local (1861).....	56
Tabela 4 – Incorporação do mercado da Constituição aos fluxos.....	57
Tabela 5 – Repartição de parcelas de mercado – Confederação Argentina – Dados referentes aos maiores registros de saídas do porto de Itaqui.....	58
Tabela 6 – Relação de agentes ligados a Confederação Argentina (1860-1861).....	66
Tabela 7 – Registro da composição espacial do mercado que se prolongava ao longo do Rio Uruguai (1860-1861).....	72
Tabela 8 – Descrição da tecnologia de transporte empregada na interlocução dos mercados de pequeno porte.....	73
Tabela 9 – Demonstrativo de exportações através do Rio Uruguai: nacionalidade dos agentes ligados aos fluxos (1860-1861).....	76
Tabela 10 – Mercados de exportação e nacionalidades ligadas aos fluxos.....	80
Tabela 11 – Incidência de erva-mate exportada e principais mercados para a produção local.....	86
Tabela 12 – Relação de mercados atendidos desde Itaqui e a quantidade de erva-mate registradas nos autos por destino (1857-1858)	93
Tabela 13 – Quantidade de itens nacionais exportados (1857-1858).....
Tabela 14 – Descrição de itens do comércio de José Tossi – 1859.....	125
Tabela 15 – 2 ^a compra de Bartolomeu junto a José Tossi – 1859.....	127
Tabela 16 – Constituição da venda de Figueira – 1870.....	131
Tabela 17 – Descrição de alguns artigos da loja do negociante Paulo Moura – 1864.....	137
Tabela 18 – Principais credores e devedores no auto – relação de ativos financeiros – 1874.....	140
Tabela 19 – Descrição de gêneros por espécie – 1874.....	141
Tabela 20 – Comparação entre ativos de alguns agentes mercantis	144
Tabela 21 – Relação de itens do negócio de Silvério Piagetti – 1887.....	150
Tabela 22 – Relações mantidas segundo as procurações jurídicas concernentes a Itaqui (1874-1876).....	154

Tabela 23 – Agentes ocupando posições, cargos e postos na localidade (1873-1887).....	172
Tabela 24 – Diferença de recursos entre famílias de elite.....	179
Tabela 25 – Dívidas mais importantes ligadas a Virgílio Alípio de Figueiredo.....	197
Tabela 26 – Sistema de créditos ligados à família Bonorino (1873-1898).....	198

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APERGS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

AHERGS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

AOCC – Ações Ordinárias Cível e Crime

IPM – Inventários *Post-Mortem*

LNTI – Livros de Notas do Tabelionato de Itaqui

BJFL – Brigadeiro José Fernandes Lima

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 REFERÊNCIAS SOBRE AS ÁREAS DE ECONOMIA MERCANTIL A OESTE DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO	
1.1 Disseminação dos processos econômicos globais sobre o espaço regional e local	38 43
1.2 Amplitude dos mercados – A Confederação Argentina (1852-1862) e o Estado Oriental (1828)	46
1.3 A perspectiva dos mercados locais	73
1.4 O local da circulação: A Paróquia de São Patrício de Itaqui	83
2 NEGOCIANTES, COMERCIANTES, FORNECEDORES, PRESTAMISTAS E CARRETEIROS NA FORMAÇÃO DA ATIVIDADE COMERCIAL NA PARÓQUIA DE SÃO PATRÍCIO DE ITAQUI ENTRE 1850 E 1870	99
2.1 O que se entende por comércio	116
2.2 O comerciante propriamente dito: entre o varejo e o atacado de artigos e gêneros	119
2.3 As casas de comércio local	120
2.4 A diversificação de atividades e a atuação nos grandes negócios	152
3 EM UMA SOCIEDADE DE FRONTEIRA: ANTIGOS E NOVOS PERSONAGENS E A DINAMIZAÇÃO DAS RELAÇÕES NOS ESPAÇOS DE TROCAS	160
3.1 Características de inserção mercantil nas antigas formações sociais no espaço de fronteira – A Paróquia e as bases do poder local	173
3.2 Recursos de poder	184
3.3 As famílias de italianos e seus descendentes	189
3.3.1 Muitos agentes em estratégias diversas: Os Bonorino	192
3.3.2 Os fluxos de capital oriental e a atuação de Manoel Marenco	199
4. CONCLUSÕES	202
5. REFERÊNCIAS	222
5.1 FONTES PRIMÁRIAS	222
5.2 FONTES BIBLIOGRÁFICAS	232

INTRODUÇÃO

O momento histórico que se salienta na segunda metade do século XIX, envolvendo a proliferação das atividades e fluxos comerciais em amplitude global, promoveu a reorganização das atividades econômicas em muitos espaços, dentre os quais a região, onde se localiza nosso objeto de pesquisa, a Paróquia¹ de São Patrício de Itaqui, fronteira oeste da Província do Rio Grande de São Pedro, Brasil.

Para a Paróquia localizar-se na fronteira oeste da Província, espaço limítrofe às Províncias de Corrientes e Entre Ríos, na Confederação Argentina, e contando com pleno acesso aos fluxos através do Rio Uruguai permitiu a essa sociedade fronteiriça desenvolver uma quantidade ampliada de opções econômicas. Graças às ligações com os portos do Estado Oriental e da Confederação Argentina, portos principais e secundários como Constitución e Federación, se mantinha desde Itaqui uma ampla rede comercial ligando a cidade-porto aos adjuntamentos e mercados de caráter local, ao longo do Rio Uruguai.

Logo, se conjugam para incrementar as atividades mercantis nesse espaço local, a presença da fronteira, o pleno acesso ao Rio Uruguai, a presença de inúmeros portos fluviais na região e a intensificação dos fluxos de nações e populações estrangeiras nesses espaços, para criar um ambiente diversificado de exploração econômica, marcado pela integração entre economias regionais que se salientam a partir de 1850, permitindo o desenvolvimento dos fluxos de comércio.

É a partir dessa atividade mercantil ligada a Itaqui, durante a segunda metade do século XIX, que pretendo analisar a adequação das sociedades limítrofes da fronteira oeste, especificamente da Paróquia², às transformações econômicas que se estabeleceram na região

¹ Em alguns momentos, usaremos a denominação Paróquia para se dirigir ao município de Itaqui, pela menção feita ao trabalho de Foletto (2003), que usava a designação tratando da estrutura fundiária da Paróquia. Também foram utilizados, em certos momentos, os registros paroquiais de batismo de Itaqui, que ajudaram na determinação das ligações que se efetivavam entre comerciantes e agentes que atuavam nos portos limítrofes ao rio Uruguai, com suas embarcações. As listas de batismos conferiram o elo que unia a Paróquia, a fronteira e os fluxos de populações que viriam de Corrientes, Entre Ríos, Salto e da Europa, constituindo um espaço bastante integrado, graças à presença da fronteira natural o rio Uruguai, suscetível aos fluxos econômicos, sociais e políticos.

² A utilização do termo Paróquia para designar a então Vila de Itaqui, refere-se ao uso dos Registros Paroquiais de Batismos como laço que integra os mercados de exportação e importação da Paróquia, identificando agentes que atuam em ambos os espaços, como a Associações de Entre Ríos Dias de Freitas, e a Chancelaria de

naquele período, integrando o tema da dissertação de mestrado intitulada: “Fronteiras da Integração: o papel da Paróquia de São Patrício de Itaqui, na formação dos fluxos mercantis, na região de fronteira oeste da Província do Rio Grande de São Pedro, na segunda metade do século XIX, 1850-1870”, pertencente à linha de pesquisa Integração, Política e Fronteira.

A partir desse contexto, marcado pelas intensas trocas e articulações regionais, o problema dessa dissertação de mestrado passou a explorar como se comporta a atividade de comércio exercida na Paróquia de São Patrício de Itaqui em suas relações com os fluxos dos espaços externos? Ou seja, busco analisar como se comporta e organiza a atividade de comércio exercida no espaço local, compreendendo a Vila de Itaqui, a partir do grande afluxo de capitais mercantis, a intensa circulação de populações e a ampliação dos contatos com associações e companhias de comércio nacionais e estrangeiras.

Ao longo do contato com as fontes primárias e de seu entrecruzamento com as bibliografias que tratam sobre a economia da região, referenciando o tema comércio, objetivamos analisar como se conformava uma atividade mercantil que em função da presença do porto e dos contatos com o Rio Uruguai permitiu a intensa circulação de capitais, e a atuação de associações estrangeiras, que passam a disputar espaço nos diferentes fluxos de comércio que se desenvolviam na cidade, repercutindo na organização dos mercados de terras, imóveis urbanos, e nas relações de disputa e concorrência envolvendo vendas e lojas, no ambiente interno da Paróquia.

Portanto, orientamos a abordagem visando relacionar os reflexos da presença das redes e entidades privadas livre transitando através do porto de Itaqui e imediações, que contribuíram para a reorganização e hierarquização dos espaços locais de comércio a partir dos interesses de capitais externos ao espaço da Paróquia. Logo, sugerimos que a atuação de grandes capitais e a articulação de novas estratégias e práticas nesses espaços, promoveu uma diferenciação entre as diversas atividades mercantis, permitindo a alguns agentes ampliar seu acesso a itens, e dinamizar práticas e estratégias nesses espaços locais de comércio, onde ganha destaque a relação com a fronteira.

Quando dos primeiros apontamentos e debates historiográficos sobre o tema comércio, praticado nessa região de fronteira, acreditávamos na presença de uma realidade marcada por intensos conflitos e lutas entre os habitantes dos espaços limítrofes, envolvendo em geral brasileiros, correntinos, saltinos, uma imagem predominante em uma historiografia de caráter tradicional e nacionalista.

Montevidéu, por meio de Manoel Marenco. Em geral as associações se dedicavam aos mercados de terras, e bens urbanos.

Porém o tratamento do tema mercantil revelou o predomínio da interação entre as práticas e estratégias das populações que livre transitavam por esses espaços, quando considerados aspectos econômicos, permitindo a formação de um mercado bastante ampliado.

O ponto de partida para tratar das relações e articulações entre esses dois espaços de atuação econômica, compreendendo o Estado Oriental e a Confederação Argentina, em um extremo, e o Império do Brasil, em outro, foi a proliferação das trocas e a interação social promovida pela abertura do porto local, que permitiu perceber como a Paróquia e a região de fronteira oeste interagiram diante das mudanças sociais e econômicas que se intensificavam no outro lado do Rio Uruguai.

A localização da Paróquia em um contexto de fronteira, a oeste da Província do Rio Grande de São Pedro, e próxima a portos de entrada e saída de gêneros de forma lícita ou ilícita, mobilizou uma série de atividades nesse espaço local, diversificadas práticas ligadas a negociantes de grandes capitais, destacando o papel do comércio externo praticado desde Itaqui, onde se destaca a erva-mate e os mercados de gêneros manufaturados que se destacaram no interior da Paróquia, no período de análise.

Ao longo da pesquisa, o termo negociante, passou a definir a atuação dos diversos grupos mercantis na Paróquia, onde nos orientamos no trabalho de Silva (2005), que passou a descrever sujeitos ligados a variadas formas de atividades, exercendo práticas nos setores de varejo e atacado, contando com pequenos e grandes capitais.

Em meados do século XIX, o ambiente econômico que compreendia esses espaços da fronteira oeste já compreendia a atuação de prestamistas, profissionais liberais e creditistas, personificando um ambiente econômico diversificado quando tratadas as atividades de trocas.

Diante da identificação dos diversos patamares de investimentos empregados na compra e venda de mercadorias, o ambiente mercantil que se estabelecia em Itaqui passou a congregar um número ampliado de agentes atuando em variados setores de atividades, que se hierarquizavam no espaço conforme setores e ramos ou segundo suas capacidades materiais e simbólicas.

Logo, a proliferação desses negócios envolvendo importação e exportação, a diferenciação da capacidade dos vários agentes, o contato com os fluxos externos de capitais, artigos e tecnologias, criaram em Itaqui um comércio capaz de se proliferar sobre outros espaços, ampliando a oportunidade de enriquecimento dos comerciantes em suas ramificações com as cidades e portos limítrofes.

O contexto de fronteira suscetível aos fluxos, e a proliferação da atividade comercial entre as cidades limítrofes identificadas pelos dados da Mesa de Rendas da Paróquia,

apresentando gêneros como couros e erva-mate como promotores do processo, passaram a orientar a tentativa de identificação dos fatores que levaram a proliferação e diversificação das atividades mercantis nesse espaço de caráter local, compreendendo os anos de 1850 e 1870.

O tratamento do tema comércio em sua relação com o caráter de intensa mobilidade da fronteira ajudará na formação de novas interpretações acerca da organização dos mercados do espaço de fronteira oeste, criando novas noções sobre o meio e sua interlocução junto aos mercados limítrofes. A partir da interligação de Itaqui com outros portos e centros políticos e econômicos, nacionais e estrangeiros, pode-se perceber que se dinamizaram as relações em ambos os lados dessa zona de fronteira, na segunda metade o século XIX, muito em função do auspicioso comércio que se mantinha na área, baseado na comercialização dos recursos da criação e da extração.

Nesse ambiente, o caráter de permeabilidade da região fronteiriça reorientou e dinamizou o ambiente mercantil de Itaqui, ao criar monopólios, redefinindo espaços de poder, em função da presença de algumas especificidades, como a presença e atuação de boticários e mestres de embarcações que operavam nos fluxos através do Rio Uruguai, utilizando-se de vapores, resultando em um aumento na oferta de bens, e diminuição dos custos de comerciantes e associações.

Quando tratado o tema comércio, desde uma concepção local, os dados primários referentes à Itaqui permitiram identificar uma malha bem mais complexa de relações que se prolongavam até o exterior desde o espaço interno da Província, indo de encontro às concepções de alguns autores que discutiram o comércio ligado às cidades no espaço de fronteira oeste, durante o século XIX.

Marcada pelo intenso contato com as regiões limítrofes, do Estado Oriental e da Confederação Argentina, o espaço econômico da região de fronteira oeste permitiu identificar novos elementos e estratégias de atuação dos agentes, a partir de um comércio exercido graças à integração entre espaços distintos.

A atuação de grupos e associações, salientando o papel das companhias estrangeiras, repercutiu na formação das atividades mercantis na região, a partir da identificação de gêneros diversos e o fomento de novas relações que se promoveram a partir do Rio Uruguai até atingir os mercados de caráter local que contavam com portos para a entrada e escoamento de mercadorias.

Em Itaqui, a atividade de trocas revelou-se a partir dos registros das fontes primárias, como mecanismo dinamizador do meio histórico, encontrando ares favoráveis para sua plena

execução ao contar com densidade demográfica³, meios de circulação⁴ e fontes de produção especializadas em determinados itens, principalmente os artigos da criação e da economia erva-teira⁵ que mantinham o fluxo de produtos diversos que entravam e saíam através do porto da Paróquia, através de todo um complexo sistema de transporte e comercialização ligado a esses gêneros, em lojas e vendas.

Nesse espaço, especialmente integrado pela existência dos fluxos através do Rio Uruguai, o movimento de correntinos, saltinos, italianos e franceses, vendendo, batizando ou simplesmente percorrendo a via fluvial navegável, em várias embarcações, possibilitaram a formação de espaços de exploração comuns a uma multiplicidade de nacionalidades, ligados principalmente aos mercados de terras, escravos, moradas de casas e itens da criação⁶.

O desenvolvimento da mercancia permitiu a atuação de diversos negociantes e a proliferação dos espaços de participação econômica a carreteiros, transportadores, artesãos e comerciantes que dinamizavam suas atividades na região, utilizando-se de Chalupas, lanchões, palhabotes e até vapores, que se tornaram importantes interlocutores nesses mercados de concepção regional.

Itaqui, muito em função da atuação de estrangeiros, se destacou nesse ambiente de intensas trocas, a partir das relações constantes com os portos da Federación, Concórdia, Monte Caseros e Restauración, nas Províncias do litoral argentino. Alguns desses portos foram salientados por Schmit (2008), ao tratar do comércio praticado desde Entre Ríos. Portos e espaços no Paraguai (Concepción) e Constitución, no Estado Oriental, também constituíam esses fluxos fluviais de comércio.

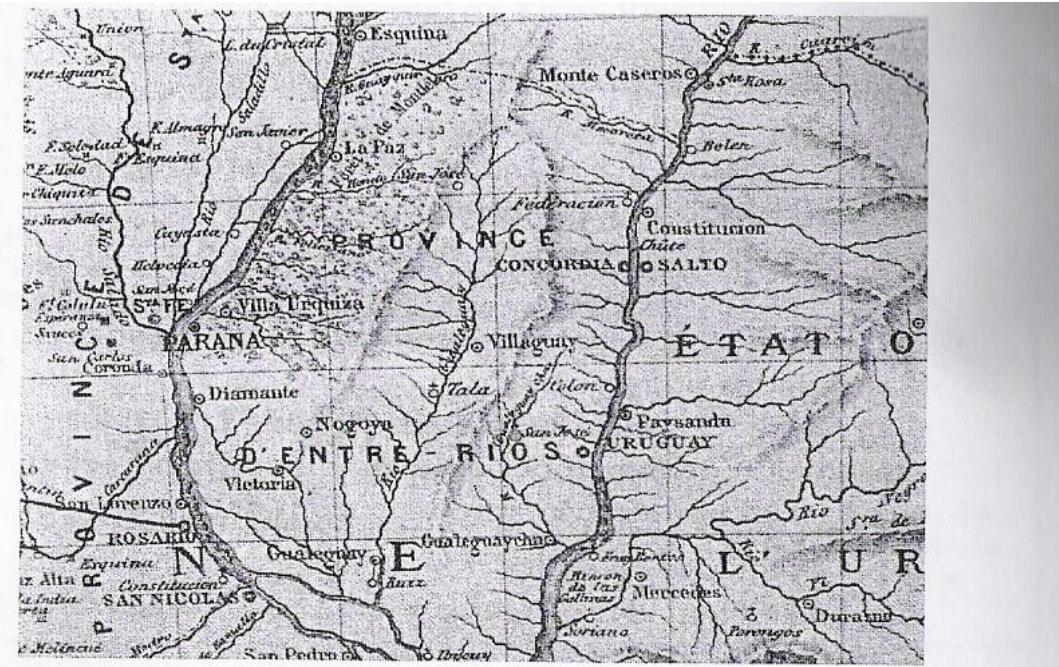
FIGURA 1 – PORTOS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIOS LIMÍTROFES AO RIO URUGUAI

³ Arsène Isabelle (1983) e Auguste de Saint-Hilaire (1997) quando se referem à Paróquia delimitam um crescimento urbano e populacional, a partir das relações permitidas pelo comércio através do rio Uruguai. O grande número de estrangeiros exercendo as mais diversas atividades contribuiu para o crescimento da mercancia na cidade e no porto a partir da Paróquia.

⁴ Referente aos palhabotes, chalanás, escunas, lanchões que se multiplicaram nos fluxos através do rio Uruguai transportando produtos como a erva-mate, os couros, sabão e também servindo às pessoas como meio de transporte.

⁵ A menção a erva-mate é feita considerando o caráter regional, onde predominam os recursos surgidos da criação de vacuns. Mas na localidade de Itaqui e nos fluxos dessa economia de caráter regional que envolve Corrientes, Entre Ríos, o Paraguai e Itaqui, o que impera é a erva-mate que domina os mercados de exportação, sobrepondo o charque, os couros e derivados.

⁶ IPM. APERGS. Porto Alegre. Autos: 402, 256, 271. Maço: 15, 9, 9 Ano: 1887, 1876, 1875. Representam respectivamente um italiano, Silvério Piagetti, Adão Bernd, alemão, Pedro Croharé, francês, e Manoel Marenco, saltino. O francês e o oriental são descritos no auto de Pedro Badie, como credores na relação de dívidas passivas do auto: 271.



Mapa de Entre Ríos, Atlas de la Confederación Argentina de Martín de Moussy, París, 1869.

FONTE: Mapa baseado em SCHMIT, Roberto. **Historia del Capitalismo Agrario Pampeano. Los Límites del progreso: expansión rural em los orígenes del capitalismo rioplatense. Entre Ríos 1852-1872.** Buenos Aires: Siglo XXI, 2008. p.45.

A segmentação desses mercados tinha como base a atuação de agentes e organizações estrangeiras, que introduziam grandes fluxos de capitais externos na economia da região formando mercados principais e secundários.

Para atender ao objetivo proposto, caracterizar esse ambiente diversificado de atividades, a pesquisa passou a se utilizar de fontes documentais e bibliográficas, dados de caráter quantitativo, que descreveram as formas particulares de vida e sobrevivência econômica das populações que habitavam a Paróquia de São Patrício de Itaqui, entre 1850 e 1870, baseando-se na identificação e descrição dos diversos ramos de negócios e setores econômicos.

Assim, se destacaram fontes primárias como as Listas de Alfândega, Registros Notariais do Tabelionato, Procurações, Inventários *Post-Mortem*, Ações Ordinárias Cíveis e Crime e Registros Paroquiais de Batizados (1859-1870)⁷.

⁷ Estes últimos relativos a Itaqui, começaram a serem registrados apenas em 1859, por isso, diferente das demais começa nesse ano e não em 1850, como as demais fontes.

Num primeiro momento, a pesquisa ficou restrita a três tipos de fontes: as Listas de Alfândega da Paróquia de São Patrício de Itaqui, os Inventários *Post-Mortem* e as Ações Ordinárias Cíveis e Crime.

As Ações Ordinárias Cíveis e Crime e os Inventários *Post-Mortem* permitiram identificar relações de endividamento, a nacionalidade dos agentes mercantil dentro e fora dos limites da Paróquia e o perfil ocupacional dos diferentes grupos. A análise das disputas que ocorriam na base social da Paróquia de São Patrício de Itaqui foi contemplada pela crítica de documentos de cunho jurídico⁸, onde foram consideradas 24 Ações Ordinárias de 32 analisadas.

Essas fontes identificaram a autoria dos processos relacionados na sua maioria, a dívidas não pagas, entre comerciantes, seus credores e devedores. Por si só, não puderam descrever o caráter de diversidade do comércio local limitando-se a identificar laços, que se complementaram com o acesso aos dados fornecidos pelos Inventários *Post-Mortem* e as Notas do Tabelionato de Itaqui⁹.

Os processos de caráter jurídico (AOCC) ajudaram a identificar os gêneros que movimentavam o mercado local e alguns valores, tornando esses documentos de importância imperiosa, ao fornecerem relatos acerca da nacionalidade dos comerciantes sediados em lojas e vendas¹⁰.

No seio dessa sociedade limítrofe, as Ações Ordinárias (Cível e Crime)¹¹, localizadas no APERGS¹², permitiram perceber a dinâmica desse comércio quanto ao ambiente interno à Paróquia, sendo formado por dívidas ativas e passivas, que regulavam as relações entre credores, devedores, comerciantes, fornecedores e compradores, compreendendo um comércio de terras, escravos, bens semoventes e, por fim, disputas por heranças, mantendo o cabedal das principais casas de negócio¹³.

⁸ Fontes de grande importância para a visualização das relações de conflitos foram as Ações Ordinárias: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre. A partir de autos como o de nº: 414, maço: 17, ano: 1870,

⁹ Foram 54 inventários considerados referentes aos anos de 1850 e 1870, com algumas articulações.

¹⁰ As Ações Ordinárias. Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre. Nº do auto: 231. maço: 8. ano: 1874; identificaram vários platinos e europeus atuando de forma marcante na sociabilidade da Paróquia. Da sua descrição nos autos, foi feito um perfil de comerciantes e negociantes que se tornou determinante para o tratamento posterior das duas ocupações.

Inventários Post-mortem. Cartório de órfãos e Ausentes. APERGS (Porto Alegre) Doc. nº: 186, maço: 6, ano: 1870.

¹¹ As fontes que ajudaram na identificação da maioria dos comerciantes e negociantes foram as Ações Ordinárias. Cível e Crime (AOCC). APERGS. Porto Alegre. Nº do auto: 414, maço: 17, ano: 1870.

¹² Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

¹³ As AOCC identificaram laços entre muitos agentes que compunham as mais diversas atividades, desde fornecedores, passando por comerciantes e negociantes que iam à justiça resolver suas disputas ou servir de testemunhas apoiando um dos indivíduos nos processos. Ações Ordinárias. Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre. Nº do auto: 231, maço: 8, ano: 1874.

A atuação de parte desses agentes e a descrição de sua atuação surgiram dos dados fornecidos pelo Tabelionato de Itaqui. Do contato com os Registros Notariais, vislumbrou-se o surgimento de mercados de produção, reparo e negociação de artigos, ou seja, um sistema complexo de relações econômicas¹⁴, que uniam múltiplos espaços ao longo do Rio Uruguai, favorecendo a atuação de brasileiros e populações de estrangeiros residentes na região. Os dados de Alfândega, através dos registros de entrada e saída de embarcações salientaram italianos, correntinos, saltinos e franceses, participando dos fluxos locais de comércio, exercendo algum tipo de atividade econômica.

O mapeamento desses mercados envolveu 2 semestres relativos aos anos de 1860 e 1861, que basearam a busca nominal que identificou os agentes que conseguiram manter relações mais próximas ao comércio de caráter interno limitado ao espaço da Paróquia.

As “Listas de Alfândega da Mesa de Rendas de Itaqui” ajudaram a trabalhar a noção de continuidade que se têm acerca da organização desse espaço econômico, formado da articulação de economias locais, integradas aos fluxos de um comércio exterior. Os artigos que compunham tal movimento mercantil eram a *herva-mate*, o fumo e o açúcar¹⁵; ocorrendo a preponderância de mercados cativos e de novas tecnologias que fomentavam o desenvolvimento desse ativo comércio, identificadas e tabuladas desde as fontes referentes à Mesa de Rendas da Paróquia.

Os documentos de Alfândega permitiram ainda identificar uma hierarquia entre os principais agentes e a primazia de certas regiões e tecnologias que compunham esses fluxos regionais de comércio, onde os negociantes estrangeiros dominavam setores de transporte e as atividades dedicados aos grandes negócios.

Os Inventários *Post-Mortem*¹⁶, outra fonte utilizada na pesquisa, foi a que melhor ofereceu condições de descrever de forma mais pormenorizada e detalhada os bens semoventes, imóveis, gêneros manufaturados, identidade e nacionalidade dos agentes dedicados ao comércio, identificando de forma mais aproximada as bases de comercialização de cada unidade/estabelecimento de comércio no interior da Paróquia.

¹⁴ O espaço contínuo de exploração econômica na região se efetivou entre os vários portos e cidades limítrofes ao rio Uruguai, como a ligação Itaqui – Uruguaiana – Federación, onde foram analisados 47 Registros Notariais do Tabelionato de Itaqui.

¹⁵ Mesa de Rendas de Itaqui. Listas de Alfândega. AHERGS. Porto Alegre. 2º semestre de 1857-1858. Itens identificados nesses autos como fumo, açúcar tinham uma menor proporção exportável se comparado com a erva-mate.

¹⁶ Tanto os inventários *Post-Mortem*¹⁶ quanto as Ações Ordinárias foram encontrados nos arquivos do AHGERS e do APERGS. Inventários Post-Mortem. APERGS. Porto Alegre. N: 131, maço: 5, ano: 1864. Mesa de Rendas de Itaqui.

A análise da tipologia variada de fontes permitiu no escopo dessa pesquisa identificar uma atividade mercantil orientada a futura aquisição e emprego de capitais em mercados de bens imóveis, desenvolvimento de atividades de criação de cavalares, muares ou mesmo *vaccuns*¹⁷, itens que foram constantemente identificados nas várias transações de compra e venda de itens.

Quanto ao caráter exógeno dos mercados, as Listas de Alfândega¹⁸ permitiram verificar o estado da atividade comercial em desenvolvimento na Paróquia a partir de relatos dos funcionários da “Mesa de Rendas”. Os quadros estatísticos¹⁹ ajudaram na identificação do destino da produção primária, de erva-mate, e também de itens diversos como fumo e açúcar. Estes itens faziam parte de estratégias de reprodução econômica de agentes ligados em alguns casos às maiores casas comerciais da Paróquia.

As referências nominais a esses agentes, os mais constantes nas Listas de Alfândega, surgiram dos Registros Notariais do Tabelionato de Itaqui. As notas, limitadas a segunda metade do século XIX, congregaram novos elementos à pesquisa, quando identificadas escrituras de compra e venda de terras, escravos, gêneros, moradias e embarcações, se constituindo de grande valia para a identificação de agentes que não apareceram nas Listas de Alfândega, IPM e as AOCC.

Das fontes, referentes ao tabelionato, pode-se identificar o patamar das relações de compra e venda de terras, prédios urbanos e a atuação de mediadores, negociantes e prestamistas nesses espaços locais de comércio. Além disso, os dados primários identificaram oficinas dedicadas ao reparo de embarcações, e negócios que partiam de um comércio direto de gêneros, onde o artesão, especializado, iria ao mercado para oferecer sua mercadoria.

Quanto a constituição das redes e laços sociais, as fontes eclesiásticas da Paróquia de São Patrício de Itaqui e os “Registros Paroquiais de Batismo”²⁰ da Paróquia, ajudaram a

¹⁷ Itens identificados nas Ações Ordinárias: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre. N° do auto: 384, maço: 16A, ano: 1859.

¹⁸ Foram considerados dois anos (1860 e 1861)¹⁸, concernentes às poucas fontes relativas à Mesa de Rendas de Itaqui, baseada na identificação nominal dos agentes que baseariam a investigação das redes e agentes que conseguiram penetrar nas relações desde a Paróquia. São 64 registros, ligados a 8 destinos e envolvendo 4 países.

¹⁹ Identificados na Mesa de Rendas de Itaqui. **Mapa demonstrativo dos gêneros nacionais exportados pela Mesa de Rendas de Itaqui no 2º semestre de exercício de 1857-1858.** Janeiro a Maio, mercados monopolizados pela erva-mate em suas diversas rotas de comercialização, porém outros itens iam para os espaços da bacia do Prata como tamancos, sabão, couros em menor proporção. Itaqui nesse contexto se especializou na economia ervateira.

²⁰ Foram analisados 5526 registros referentes aos livros 1B e 2B da Paróquia, onde consideramos 116 registros referentes às famílias que mais se destacavam na historiografia acerca da localidade.

identificar a presença de alianças e as estratégias dos agentes para a manutenção de seu poder a nível local.

Nos registros paroquiais, as famílias de atuação mais destacada em Itaqui apareceram em sua relação com os poderes regionais, ocupando cargos e postos que regulavam as relações e o acesso aos recursos a nível local, favorecendo a identificação da posição social ocupada pelos agentes ligados à mercancia. As relações de batismos identificaram os pontos de convergência entre comerciantes e negociantes atuando entre o espaço interno e externo da Paróquia.

A descrição dessas redes que partiam desde Itaqui relacionada à bibliografia referente à região permitiu discutir algumas noções acerca da organização desse comércio local, favorecendo a ascensão social de comerciantes e negociantes identificadas ao longo da pesquisa.

O uso de fontes de tipologia variada mobilizou novos recursos para interpretar o surgimento de complexas áreas de exercício de poder econômico e político, além da influência dessas relações sobre o cotidiano dos agentes mercantis e populações limítrofes.

E, finalmente ajudaram a analisar o estado da mercancia, os testemunhos de viajantes como Arsène Isabelle (1983), apontando para alguns elementos concernentes a Itaqui, evidenciando em sua obra “*Viagem ao Rio Grande de São Pedro*”, o papel do Rio Uruguai, situado na Bacia do Prata, como uma importante via de comunicação, por onde circulavam vários agentes e se discernia a erva-mate²¹, como gênero de grande demanda nas povoações limítrofes.

Em sua obra, o autor, salientou o papel determinante dos portos de Montevidéu e Buenos Aires no processo e introdução de manufaturados nas cidades limítrofes ao Rio Uruguai, como Itaqui.

As obras de Auguste de Saint-Hilaire (1997) e John Luccock (1975), que também circularam na área, ao longo do século XIX, apresentaram alguns aspectos concernentes à dinâmica das cidades localizadas na fronteira oeste da Província, compreendendo também os fluxos de comércio que se desenvolviam desde a primeira metade do século XIX.

Nesses fluxos foi identificado o surgimento de elites ligadas às atividades de importação e exportação de gêneros e a presença de associações financeiras, orientadas ao desenvolvimento de sistemas de crédito, elementos determinantes para o progresso do ambiente mercantil local. Esses autores se tornaram bases de análise para se descrever o

²¹ Ver Listas de Alfândega. Mesa de Rendas de Itaqui. Quadro demonstrativo. Itens Diversos. Janeiro do biênio 1857-1858. Dados que enfatizam a primazia da erva-mate no mercado de exportação da Paróquia.

estado do comércio da localidade e da região de fronteira ao longo da segunda metade do século XIX.

A grande quantidade de agentes identificados nos fluxos e que se destacaram ao longo dos autos, a partir das diversas fontes primárias, fundamentou a identificação de uma série de atividades e práticas, como a atuação de associações e companhias estrangeiras²², comprando terras ou cobrando dívidas a partir de mediadores nesses mercados. A atuação desses mediadores fundamentou o surgimento de vários mecanismos e estratégias de alianças e disputas que se confirmaram entre agentes e associações, resultando na reprodução das atividades mercantis no espaço da Paróquia de Itaqui.

No que se refere à revisão bibliográfica, a busca por obras foi baseada no contato com vários trabalhos referentes ao desenvolvimento das atividades comerciais no século XIX, orientadas para a análise desses mercados de caráter local.

Logo, para analisar o comércio fronteiriço foram considerados autores como João Luís Fragoso (1998), Helen Osório (1990), Gabriel Berute (2011), Ronaldo Colvero (2004), Mariana Thompson Flores (2007), Suzana Souza e Fabrício Prado (2004), que fizeram parte do primeiro capítulo.

Nos próximos capítulos seriam utilizados trabalhos de Ayrolo (2010) Pedreira (1992), Silva (2005), Barbosa (2009), Berute (2011), até chegar a Foletto (2003), Martins (2007), Mota (2012), Figueiredo (2012) e Paniagua (2012), onde o objetivo centrou-se em trabalhar a dinâmica concernente ao espaço local, a partir da atuação de famílias como os Bonorino e os Marenco, diante da organização dos sistemas: político, econômico e cultural da cidade de Itaqui.

Desses autores, surgiram questionamentos e elementos determinantes para se pensar as relações que se reproduziram na Paróquia de São Patrício de Itaqui entre os anos de 1850 e 1870, favorecendo analisar como se desenvolveu a atividade comercial numa realidade de fronteira, suscetível aos fluxos e a atuação de redes e companhias nacionais e estrangeiras, favorecendo a integração entre os vários mercados na região e o desenvolvimento dos recursos dos grupos de comerciantes e negociantes locais.

Nesse sentido, trabalhos referentes aos mercados do Rio de Janeiro, Rio Pardo, Pelotas e Rio Grande, portos marítimos e centros de poder político e econômico, foram tratados como

²² Refere-se à atuação de Manoel Marenco junto a uma companhia sediada no Uruguai. Desde Montevidéu mantinha ligações com a família Marenco objetivando a compra de bens de raiz na Paróquia. Notas do Tabelionato de Itaqui. APERGS. Porto Alegre. 19 de julho de 1871. Escriptura de compra e Venda de uma *caza* na vila de Itaqui por Manoel Marenco representante de uma companhia de Montevidéu.

marco referencial de análise, apontando para elementos distintos de sua organização se comparados com a realidade do comércio fluvial praticado na fronteira oeste da Província.

Em geral, autores como Berute e Osório, em suas obras ligadas a realidade nos principais portos e centros de comércio na Província, fizeram referência a áreas de grande presença da fiscalidade, de fluxos numerosos de nacionalidades dedicadas ao comércio de importação e exportação e as grandes quantidades de artigos importados, fazendo parte dos movimentos do comércio de importação e exportação de portos como Porto Alegre e Rio Grande.

Esses trabalhos, sobre mercados de concepção regional, tratando dos principais portos da Província, são tratados como um contra ponto do que ocorria em Itaqui, onde não havia uma integração efetiva com o restante da Província através de estradas, prejudicando a circulação de carretas e o acesso aos itens, principalmente no que se refere aos mercados de importados.

Nesse espaço de fronteira onde a fiscalidade é falha, e as estradas impossibilitavam o acesso aos principais centro de comércio da Província a leste, comerciantes e negociantes das cidades da fronteira oeste, promoveram uma reorientação dos fluxos de comércio em direção ao Prata, a partir da exploração e proliferação dos contatos com portos secundários ao longo do Rio Uruguai.

A partir desses fatores formadores do ambiente mercantil da Província, que buscamos analisar como se efetivavam os fluxos de um comércio endógeno à localidade de Itaqui, sendo esse caráter de introdução e reprodução de capital mercantil decorrente da existência de redes, porém, não as mesmas redes ligadas a portos oficiais como Porto Alegre, Pelotas e Rio Pardo, tratados por Osório (1990), entre 1790 e 1830, ou o mercado de Rio Grande tratado por Berute (2011), entre 1808 e 1850.

Desde Itaqui, buscou-se compreender a predominância de relações de caráter exógeno, que se alicerçaram na manutenção de um comércio de exportação de erva-mate, e um contrafluxo de capitais e artigos manufaturados desde os espaços exteriores a Província, que se articulam a natureza de livre transitoriedade da fronteira para ampliar as formas de atuação dos comerciantes, que passam a participar dos mercados de terras, prédios urbanos e gados na região.

Compreender esses fluxos se torna importante na medida em que apresenta as formas de comportamento e articulação dos homens fronteiriços, dedicando-se ao comércio, as inovações e a proliferação de novas estratégias que surgem a partir das ligações com países estrangeiros.

Para demonstrar a relevância do trabalho faz-se necessário uma breve revisão historiográfica dos temas relativos à Paróquia, quanto a sua localização e as características relacionadas ao comércio praticado em âmbito nacional e regional, ao longo do século XIX.

Na obra “*O arcaísmo como projeto*”, João Luís Fragoso, juntamente com Manolo Florentino (2001), salientou as bases para se pensar o mercado interno desde o contexto do Rio de Janeiro e os laços formados com o interior do Império compreendendo o Rio Grande de São Pedro, baseado no comércio de artigos como charque e trigo. A execução dessas redes mercantis, exercidas por comerciantes de grosso trato sediados no Rio de Janeiro, que mantinham os fluxos de artigos e itens diversos as populações interiores do Império, a preços altos e grandes quantidades, constituindo um atacado especializado e de grande dimensão.

Tratando sobre as características econômicas que persistiram de 1790 a 1840, identificando a dinâmica de inserção do Rio de Janeiro nos fluxos da economia internacional, os autores identificam elementos importantes para o tratamento do tema mercantil que se desenvolveu ao longo do século XIX.

Tais fatores se tornaram determinantes para se pensar uma atividade comercial praticada em concomitância com estruturas tradicionais como o escravismo e os cultivos de exportação, possibilitando a acumulação de capital mercantil nas mãos de comerciantes e negociantes nacionais e o desenvolvimento de um mercado interno de artigos, em geral gêneros da terra e manufaturados, resultante da interligação entre mercados regionais e locais.

As ideias referentes aos movimentos do comércio imperial se fundamentaram em “*Homens de Grossa Aventura, acumulação e hierarquização na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*”, na presença de um conjunto de fluxos orientados para o Rio de Janeiro, onde segundo Fragoso (1998), as demais regiões estavam articuladas aos interesses de grandes negociantes.

Logo, partimos desse processo de centralização das relações econômicas no Império a partir da preponderância do Rio de Janeiro nos fluxos de comércio, para discutir novas opções de acesso aos bens e reprodução de atividades mercantis, agora decorrentes dos contatos com o estuário do Prata.

Acredita-se que nesse espaço de fronteira oeste as relações e atividades de comércio, envolvendo ajuntamentos como Itaqui, se aproveitaram da presença dos rios interiores localizados na região platina²³ para produzir oportunidades mais propícias para a acumulação

²³ Assim como Figueiredo (2012), utilizando-se de autores como Heichel (2006) que descreve esse espaço limítrofe ao Rio da Prata e seus afluentes, nesse caso compreendendo também o Rio Uruguai, como espaço de intensas trocas econômicas e humanas que ignoram a presença do limite. Nessa pesquisa, acreditamos que os

e reprodução de capitais ligados aos grupos mercantis, a partir de fluxos mantidos, direta ou indiretamente²⁴, com os portos de Buenos Aires e Montevidéu.

Dessa definição, partiu-se para entender a dinâmica de organização e funcionamento de um comércio efetivado desde uma concepção local, que podia contar com uma opção de acesso a artigos mais viável em termos econômicos, do que os fluxos mantidos com Rio Grande e Porto Alegre, apêndices dos circuitos fluminenses.

Quando tratada a dinâmica de fronteira a partir de Itaqui, esse ambiente se tornou bem mais complexo, com variações que rompem o caráter de monopólio concedido às economias centrais, pela incidência de fatores fiscais mais favoráveis a intermediação e entrada de produtos pelos portos do interior da Província, como ocorre em Itaqui.

A historiografia de caráter regional, tendo como um de seus expoentes Helen Osório (1999), tratando do tema mercantil relacionado às praças de Porto Alegre, Rio Pardo e Pelotas entre 1737 e 1822, identificou uma íntima relação entre esse comércio que se praticava no Rio de Janeiro e os fluxos mercantis no Rio Grande de São Pedro, a partir da atuação das redes e dos caixeiros, na intermediação dos fluxos de comércio.

O trabalho dessa autora se mostrou de grande valia, quando buscamos interpretar como se desenvolveu o comércio em uma região de fronteira, marcada pelo estado de depreciação de suas vias terrestres de comunicação com o interior da Província (COLVERO, 2004), o que obrigou as populações locais a se utilizarem do Rio Uruguai e das relações com os portos de Buenos Aires e Montevidéu para adquirirem produtos e efetuar suas atividades de prestamistas.

Para autores como Colvero (2004), as ligações desde Itaqui estavam limitadas, no século XIX, a cidades como Santa Maria e Cruz Alta no século XIX, que intermediavam os fluxos de negócio com portos como Rio Grande.

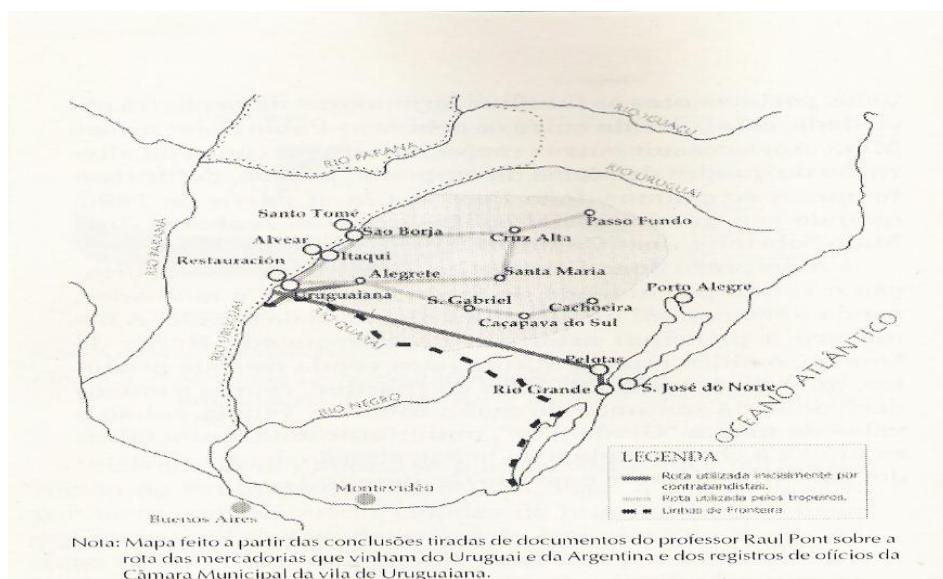
Segundo a relação proposta segundo essa obra, Itaqui aparece em seus fluxos mercantis dependente de portos da região da fronteira oeste como Uruguaiana, ou limitada em termos regionais aos contatos com cidades centrais, onde tem papel destacado Cruz Alta. Logo, essas seriam as únicas opções segundo essa obra de se adquirir produtos por parte dos

fluxos comuns de saltinos, correntinos, brasileiros e orientais nesses espaços diversos condicionam a formação de uma área comum de exploração econômica entre as várias vilas, cidades, províncias e departamentos da região, ramificada e potencializada pela presença de artigos que entravam e saíam por Montevidéu e Buenos Aires. Essa descrição orientou o uso do termo região platina como local de exploração comum entre vários agentes, nacionalidades e interesses privados que a partir do comércio conseguem ampliar seus recursos e capacidades financeiras.

²⁴ Referência aos portos da Federación e Constitución, que constituem rede de portos primários e secundários no complexo fluvial mercantil da região.

estabelecimentos e casas de negócios locais, criando um mercado de preços altos, prejudicial aos interesses dos comerciantes e negociantes de Itaqui.

FIGURA 2 – MAPA DOS CONTATOS DA REGIÃO PROPOSTO POR COLVERO (2004)



FONTE: COLVERO, Ronaldo. Negócios na Madrugada: O comércio Ilícito na Fronteira do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2004. p. 122.

Pensando essa mesma realidade desde a fronteira oeste, autores como Berute (2011) identificam uma disputa entre economias regionais, prejudicando os grupos mercantis ligados aos portos oficiais na Província. Para esse autor, o novo momento, que ganha a segunda metade do século XIX, envolve uma reorientação dos interesses dos comerciantes de Itaqui,

em direção aos portos limítrofes ao Rio Uruguai, visando ampliar o acesso a mercadorias de menores preços, aumentar seus clientes, relações e lucros.

Para a caracterização desse espaço, onde se perpetua a atividade de trocas na região de fronteira oeste, circunscrito à Paróquia de São Patrício de Itaqui, o trabalho de Arlene Guimarães Foletto (2003), *Dos Campos Junto ao Uruguai aos Matos em cima da Serra, a paisagem agrária da Paróquia de São Patrício de Itaqui (1850-1889)*, se tornou importante para localizar a Paróquia e descrever a relação entre as principais famílias e agentes, ao longo da pesquisa.

Nesse sentido, é importante destacar que a denominação Paróquia designará na dissertação uma das características das relações econômicas que se desenvolveram nesse espaço, a ligação mantida entre comerciantes e os agentes que exerciam atividades através do Rio Uruguai. Relações de compadrio, vizinhança, endividamento ou clientela, identificadas nos Registros Paroquiais de Batismo foram determinantes para organizar e orientar as relações entre famílias e agentes que executavam as atividades mercantis nesses espaços limítrofes.

Ronaldo Colvero (2004), em *Negócios na Madrugada*, ao salientar: “O comércio ilícito praticado na fronteira do Rio Grande do Sul” também contribuiu com vários elementos que ajudam a compreender o cotidiano de uma cidade-porto suscetível aos contatos com o exterior, e favorecida pela intensa circularidade de populações através do porto local, convergindo para a análise de Foletto (2003) acerca do desenvolvimento mercantil que compreendia Itaqui.

Em sua obra Colvero (2004) aponta para uma dinâmica mercantil que se efetivou graças à presença dos portos e dos fluxos através do Rio Uruguai, incrementando redes e contatos entre as várias cidades de fronteira, graças à navegação interna e a possibilidade de efetivar redes de comercialização com os portos de Buenos Aires, Entre Ríos, Montevidéu e Salto. A aquisição de bens e serviços provenientes do exterior favoreceu o crescimento urbano dessas cidades localizadas na fronteira oeste.

Martha Hameister (2006) quando tratou em sua obra do compadrio no século XIX, a partir dos Registros Paroquiais de Batismo, ofereceu novas opções para tratar aspectos acerca da influência das famílias na organização das sociedades condicionadas pela grande mobilidade social, principalmente quando tratada a realidade dos portos ligados ao comércio atlântico.

O desenvolvimento das atividades econômicas ao longo do rio da Prata, em sua articulação com os fluxos através do Rio Uruguai e povoações limítrofes, também receberam

atenção de autores como Chiaramonte (1991): *Mercaderes del litoral: economía y sociedad en la provincia de Corrientes, primera mitad del siglo XIX*, onde pautou-se uma interação entre aspectos macroeconômicos e processos locais.

Para o autor, em meados do século XIX, os portos limítrofes à bacia do Prata localizados nas Províncias de Entre Ríos e Corrientes e os portos de Montevidéu e Salto permitiram uma integração favorável aos negociantes da região, ao compreender o litoral brasileiro.

As trocas com o exterior tinham nos rios sua principal via de circulação e se mantinham graças à participação das novas populações migrantes da Europa, envolvendo sardos e genoveses, vindos de províncias limítrofes como Corrientes e Entre - Ríos (CHIARAMONTE, 1991).

Para Chiaramonte (1991), a liberação dos rios no estuário do Prata, com a queda de Rosas, em 1852, tornou-se condição determinante para o desenvolvimento desses grupos econômicos provinciais e locais, à medida que sua expansão dependia do fim do monopólio de Buenos Aires sobre os fluxos fluviais para alcançar novos territórios.

O fim do domínio das burguesias portenhelas proporcionou uma melhor condição para os produtos vindos das províncias do interior argentino acessar os mercados de manufaturados, capitais e bens de luxo, sem ter que participar dos mercados de preços altos e impostos, que incidiam sobre os produtos desde portos maiores como Buenos Aires.

Logo, embarcações, carretas e erva-mate contribuíram para a formação de uma vasta rede de comércio, entre mercados como Santa Fé, Corrientes, Entre Ríos, Montevidéu, Buenos Aires, Salto e finalmente Itaqui.

Alejandro Grimson (2003), ao tratar dos espaços limítrofes da fronteira Argentina-Brasil, em *La Nación em sus Límites, contrabandistas y exiliados en la frontera Argentina-Brasil*, propõe a presença de interesses baseados na ampliação das possibilidades de intercâmbios e ligações comerciais que surgiram por meio de alianças e a intensificação dos fluxos junto ao Rio Uruguai.

Essas atividades permitiram identificar, também em autores como Schmit (2008), práticas mercantis intimamente alicerçadas aos fluxos políticos da região, quando os contatos com o exterior, na década de 1840 e a formação de mercados baseados em artigos como erva-mate, interligaram os principais mercados da região, como o Paraguai, o Estado Oriental e a Província do Rio Grande de São Pedro.

Para o autor os processos políticos que se constituíram nas regiões anexas à Paróquia incidiram sobre a formação e deslocamento das populações²⁵, o desenvolvimento de mercados e a incidência dos fluxos mercantis nas mãos de estrangeiros.

O trabalho de Suzana Bleil de Souza e Fabrício Prado (2004) ajudou interpretar e compreender a organização desses fluxos mercantis, ressaltando a presença do Estado Oriental como mercado fornecedor de alguns dos gêneros mais importantes comercializados nas casas de negócio de Itaqui.

A complexidade dessas redes e atividades de produção e comércio de itens também foi abordada por Roberto Schmit (2008), na obra *História Del Capitalismo Agrario Pampeano, Los Límites del Progreso: expansión rural em los orígenes del Capitalismo rioplatense*, onde o autor atesta que o desenvolvimento mercantil nesses espaços compreende processos de expansão das atividades de produção primária e do surgimento de uma incipiente manufatura nas Províncias da região.

Percebemos, a partir desse autor que, em meados do século XIX, as cidades da região recebiam a introdução de capitais e interesses estrangeiros, resultantes dos processos de migração e desenvolvimento dos transportes, promovendo o surgimento de um complexo dedicado a navegação fluvial entre os espaços limítrofes ao Rio Uruguai.

Outros autores contribuíram com alguns elementos que se tornaram relevantes para o tratamento das fontes em sua articulação com o contexto do século XIX como a obra de Márcia Eckert Miranda (2009), *A Estalagem e o Império, crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)*, dedicada à análise da relação conflitiva entre setores privados e o Estado.

Quando a autora se refere ao caráter de autonomia que adquirem os grupos ligados ao controle da fronteira, favoreceu a identificação nessa pesquisa de dois elementos que se tornaram de grande relevância para o tratamento do objeto dessa pesquisa: um comércio executado em uma região de fronteira, onde a atividade mercantil será tratada como produto do contexto político da época, resultado da reorganização das políticas comerciais desde o Rio de Janeiro de 1840 e o caráter impreciso de funcionamento das Instituições, que se detém em Itaqui na figura da Alfândega.

Mariana Thompson Flores (2007), ao tratar, em *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*, das relações ilícitas na fronteira a partir de

²⁵ As fontes utilizadas para descrever o crescimento das populações a partir dos nascimentos e a presença de estrangeiros em Itaqui, as Listas de Batismos foram cedidas pela Profª. Ms^a. Arlene Guimarães Foletto.

Uruguaiana, apontou para a existência de um conjunto de alianças, clivagens e tensões que transpassavam a fronteira, ajudando a explicar a articulação das atividades desenvolvidas entre Itaqui e os países vizinhos, ambiente marcado segundo um processo de “interiorização das relações econômicas²⁶”, conceito trabalhado de forma semelhante a Miranda (2009), ao tratar da realidade do Império, no século XIX.

Nesse contexto, a Paróquia contava com pleno acesso a via fluvial navegável, permitindo a formação de um *continuum* entre os mercados limítrofes e o interior do continente, ao se articular a novos espaços como a Confederação Argentina, o Estado Oriental e o mercado atlântico.

Gil (2009), em *Coisas do Caminho: tropeiros e negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810)*, quando trata dessa fronteira, favoreceu identificar pontos cruciais para pensar esse espaço, como produto da relação entre migrações, dinâmicas econômicas, estratégias privadas de sobrevivência, e a interação entre as povoações de Buenos Aires, Montevidéu, paulistas e o Rio Grande de São Pedro, a partir da presença do Rio Uruguai e da fronteira aberta.

Em outro de seus trabalhos, *Infiéis Transgressores, Elites e Contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande de São Pedro e do Rio Pardo (1760-1810)*, Gil (2007) aponta para a possibilidade da fronteira de oferecer aos agentes a oportunidade de diversificação de seus negócios, onde o autor usa o conceito de “fronteira polissêmica” para definir esse espaço.

As fontes primárias pelo autor, com destaque para os Códices da Fazenda Real, Coleção do Marquês do Lavradio “Coleção Negócios de Portugal”, permitiram ao autor a identificação da fronteira como local comum de passagem, permitindo o livre trânsito do ilícito.

Amado Cervo (1981), ao tratar o século XIX, apontou para aspectos políticos, sociais e econômicos como principais motivadores das migrações de levas de europeus, destacando principalmente os italianos, que se instalaram na região do Prata, ampliando os mercados de trocas.

A instalação dessas populações dinamizou a proliferação de novos processos econômicos na região com a urbanização, a modernização e o surgimento de espaços propícios para a ampliação dos negócios de companhias e associações. Para a diplomacia

²⁶ O conceito salientado por Miranda (2009), Furtado (1996), entre outros autores foi utilizado na pesquisa salientando a migração de atividades econômicas para o interior do Império. Ocorre um deslocamento dos interesses, por exemplo, ao espaço Platino, em função da presença de capitais estrangeiros nesses espaços. Assim, para efetivar sua posição e os instrumentos de disputa com outras nações passou-se a utilizar de capitais privados, de comerciantes e negociantes para efetivar posições no Estado nesses espaços.

italiana, a instalação de vários núcleos populacionais na região, propiciou condições de competir com outras nações na conformação dos mercados de comércio sul-americanos.

Dessas relações de interação e trocas com os europeus surgiram novas práticas e tecnologias que se tornaram determinantes para a proliferação dos fluxos mercantis, como a introdução dos vapores, que colaboraram para a introdução de novos mecanismos e instrumentos a esses mercados. A expansão do comércio interno e das atividades financeiras (SCHMIT, 2008), para cidades como Itaqui, em virtude da presença do porto, reorganizaram o formato dos mercados tradicionais de couros, erva-mate, terras e charque.

Na obra, *O Parlamento Brasileiro e as relações exteriores*, Cervo (1981) destaca que nas primeiras décadas do século XIX, na Bacia do Prata, ocorre a interação e o bom relacionamento entre os dois espaços limítrofes ao rio, com a intensificação das relações entre Montevidéu, Buenos Aires, Entre Ríos, Corrientes e países como o Paraguai que se tornaram determinantes para a proliferação das práticas comerciais nesses espaços, resultando em fortes consequências geopolíticas para os países envolvidos.

Nesse contexto, o autor argumenta um conjunto de políticas que se manifestaram desde o Rio de Janeiro, utilizando o comércio como instrumento para eliminar desses espaços os dois grandes concorrentes da época, Inglaterra e França, a economia do Império.

Nossa proposta parte desse ambiente de intensos contatos provenientes da articulação de motivações políticas, econômicas, e sociais que se tornaram determinantes para promover as estratégias dos comerciantes, negociantes, e demais agentes mercantis no espaço da Paróquia.

Logo, não eram somente ingleses e franceses que se faziam presentes nesses mercados, assim como os comerciantes nacionais não estavam ligados tão somente às redes de comerciantes fluminenses. A localização da Paróquia na região platina motivou novos espaços de atuação a partir da dinamização e diversificação das oportunidades nessa realidade de fronteira, contando com a participação de europeus e populações locais.

As referências teórico-metodológicas partem de duas concepções que se tornaram marcos norteadores desse trabalho, onde se procurou pensar uma atividade de mercancia praticada longe dos grandes centros políticos, administrativos e fiscais do Império.

Ou seja, partimos de obras que tratam a dinâmica referente aos principais portos do Império e da Província para analisar um comércio que se complexifica pela existência de uma fronteira fluvial e interna ao continente, da diversidade de etnias e nacionalidades que passam a compor os fluxos de gêneros, embarcações e interesses na área, para determinar a realidade mercantil na cidade de Itaqui.

Em uma região afastada de órgãos e instituições centrais do Estado, as práticas mercantis permitiram a proliferação de interesses privados e uma série de novas e diversificadas estratégias, nem sempre lícitas, ligadas com o movimento dos portos do exterior.

Determina-se, portanto, um comércio que transcende as práticas de compra e venda de mercadorias, para abarcar uma porção ampliada de novas atividades e agentes, com a atuação de prestamistas, redes familiares, artesãos e negociantes que compram, vendem, emprestam e integram os mais variados fluxos entre os diversos mercados com suas embarcações, ao mesmo tempo em que compram terras e propriedades dentro e fora da Paróquia ampliando seus espaços de atuação.

Para definir comércio, buscamos considerar a Paróquia de São Patrício de Itaqui circunscrita em um emaranhado de relações de um mercado imperfeito, que não obedecia à lei da oferta e da demanda, sendo de consumo restrito, em decorrência da manutenção do trabalho cativo. Além disso, há um baixo desenvolvimento das forças produtivas, e uma articulação entre relações políticas, econômicas e sociais, formando mercados baseados na ausência de uma divisão social do trabalho.

As informações obtidas das fontes de pesquisa permitiram identificar uma atividade mercantil onde comerciar, comprando ou vendendo artigos, era uma prática também executada por setores ligados a produção, como no caso de Nicolas Pasio e as suas embarcações, assim como negociantes ligados aos fluxos através do Rio Uruguai podiam se dedicar a compra e venda de terras, casas e propriedades na cidade.

Há, portanto uma diversificação dos ramos de atividades nesses espaços, favorável aqueles com maiores condições técnicas ou financeiras para manter suas relações. Nos mercados locais, como Itaqui, a diversificação das formas de atuação dos comerciantes promoveu o surgimento de atividades diferenciadas que reorientaram as atividades mercantis na região, articulando-se aos elementos de integração que se salienta a partir da presença do rio e da fronteira aberta.

Para atender o objetivo proposto, analisar o comércio local, praticado na Paróquia de São Patrício de Itaqui entre 1850 e 1870, o trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro capítulo compreendeu a localização da Paróquia e a interpretação das ligações de Itaqui com as áreas limítrofes pertencentes ao Estado Oriental e a Confederação Argentina.

Para sua formulação foram utilizadas as obras de Cervo (1981), Colvero (2004), Cervo e Bueno (2008), Thompson Flores (2007), Medrano (1989), Schmit (2008), Abadie e Romero (2000), entre outros, que caracterizaram o movimento das embarcações, as legislações, que

interferiram na formação dos fluxos, e as estratégias que contribuíram para a organização do espaço de trocas nessa região.

Observou-se do entrecruzamento de dados concernente em sua maioria da Alfândega local e bibliografias referenciando os fluxos da região, que diante da atuação de inúmeros agentes e associações, Itaqui fazia parte de um conjunto de atividades orientadas segundo as práticas de quebra de monopólios, suscitando o desenvolvimento de mercados secundários, em geral, envolvendo pequenos portos no litoral do Rio Uruguai.

Dessas relações foram identificados alguns agentes que se destacaram nos fluxos atuando como prestadores de serviços, integrando a Paróquia aos portos do Estado Oriental, e objetos de análise ao longo do trabalho.

Para a definição e caracterização desses fluxos externos desde Itaqui foram utilizadas as relações concernentes aos anos de 1857 e 1858, que identificaram os gêneros nacionais exportados pelo porto de Itaqui e os registros de saída de embarcações referentes aos anos de 1860 e 1861.

Os dados das Listas de Alfândega identificaram referências nominais que foram cruzadas com os Registros Paroquiais de Itaqui e Notas do Tabelionato da localidade, identificando o caráter endógeno dos fluxos de itens, capitais e redes que se proliferavam desde o exterior dinamizando o espaço interno de comercialização de gêneros, especialmente de manufaturas.

No segundo capítulo, surge a caracterização dos setores e ramos desse comércio no interior da Paróquia, baseado em autores como Ayrolo (2010) Pedreira (1992), Silva (2005), Barbosa (2009) e Berute (2011). Esses autores permitiram identificar a forma de atuação dos agentes ligados às atividades de varejo e atacado, e a diferença de recursos e privilégios entre os maiores negociantes.

A busca por caracterizar os ramos de atividades desse comércio interno permitiu identificar uma atividade diversa e em constante transformação, adaptando uma economia natural às novas estratégias resultantes da proliferação dos fluxos de comércio.

Para tanto, a metodologia tratou de reunir os fluxos de atividades e bens em grupos, onde se salientou uma diferenciação de atividades envolvendo terras, escravos, gêneros e créditos, resultando em uma segmentação entre setores e ramos diversos.

Dessa diversificação de práticas, os atos de compra e venda de bens e artigos identificaram transações envolvendo casas de moradias, porções de campo, arrendamento de animais, que se somavam aos fluxos de artigos e gêneros manufaturados, têxteis, perfumes e supérfluos para descrever a atuação dos negociantes locais.

E finalmente, no terceiro capítulo, o objetivo centrou-se em descobrir o padrão de vida de dois grupos distintos dessa sociedade fronteiriça, estancieiros e comerciantes. Para atender a finalidade, dividimos os agentes em dois grupos, buscando, através da análise das transações de famílias determinadas, identificar o patamar de seus recursos e seu padrão de vida.

Autores, como Reckziegel (1999) destacaram a capacidade da mercancia de alicerçar grandes fortunas e rivalizar em poder e recursos, práticas de antigas formações sociais. Assim, buscou-se comparar as principais famílias na área, em geral, envolvendo estancieiros militares, e os novos grupos de comerciantes e negociantes, utilizando-se de autores como Foletto (2003), Paniagua (2012) e Figueiredo (2012), que trataram algumas das práticas na Paróquia.

Num segundo momento, o objetivo centrou-se em descrever a atuação dos maiores agentes, identificados nas várias fontes que se referiam ao espaço da Paróquia, onde surgiram famílias e agentes como: Manoel Marenco, Emigdio Bonorino, José Marcenaro que se destacaram atuando como negociantes, intermediadores e prestamistas.

Por fim, a análise se limitou a comparação das ligações entre os principais agentes, objetivando determinar a capacidade de cada indivíduo ou família de prolongar suas estratégias visando promover ligações positivas nesse ambiente local, ajudando a identificar e caracterizar as atividades de comerciantes instalados na região de fronteira.

CAPÍTULO 1

REFERÊNCIAS SOBRE AS ÁREAS DE ECONOMIA MERCANTIL A OESTE DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO

Este primeiro capítulo tem como objetivo apresentar as primeiras considerações acerca da atividade mercantil que se desenvolveu na Paróquia de São Patrício de Itaqui, entre os anos de 1850 e 1870. Na década de 1850, a instalação do porto na vila de Itaqui promoveu a introdução de novos capitais e a integração das atividades mercantis praticadas desde a localidade aos fluxos do comércio fluvial na Bacia do Prata, entrelaçando espaços e práticas sociais, políticas e econômicas em ambos os lados do Rio Uruguai, a partir das atividades de trocas.

O mapa a seguir, permitiu localizar mercados principais e secundários que faziam parte desse ambiente econômico que se desenvolveu, envolvendo o Estado Oriental, a Confederação Argentina e a Província do Rio Grande de São Pedro, na segunda metade do século XIX, onde proliferaram os fluxos de produtos transformados e gêneros primários exportados desde Itaqui, constituindo um complexo sistema fluvial, envolvendo também as estratégias de países de outros continentes, a partir da atuação de bancos italianos e companhias de comércio francesas e inglesas que contribuíram para o desenvolvimento dos movimentos do comércio regional.

FIGURA 3 – MERCADOS E ROTAS NO ESTUÁRIO DO PRATA



Mapa de Entre Ríos, Atlas de la Confederación Argentina de Martín de Moussy, París, 1869.

FONTE: Mapa baseado em SCHMIT, Roberto. Historia del Capitalismo Agrario Pampeano. Los Límites del progreso: expansión rural en los orígenes del capitalismo rioplatense. Entre Ríos 1852-1872. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008. p.45.

Nesse espaço que compreende a região de fronteira oeste da Província, a disseminação dos fluxos migratórios e o deslocamento de populações vindas dos Departamentos e Províncias do Estado Oriental e da Confederação Argentina, envolvendo franceses, espanhóis, portugueses, italianos e alemães atraídos pelo intenso comércio que se efetivava entre as localidades limítrofes ao Rio Uruguai, estabeleceram uma intensa circulação de artigos e gêneros entre portos principais e secundários na região, criando um ambiente propício ao desenvolvimento da atividade mercantil no espaço que compreende a Paróquia de São Patrício de Itaqui.

Esse momento de diversificação e ampliação dos fluxos de comércio, ganha as duas décadas seguintes a 1850, onde se destaca a atuação de grupos de estrangeiros, possuidores de grande parte dos negócios nesses mercados locais. Esses agentes atuando de forma destacada na prestação de serviços, atividades de transporte de gêneros da terra, como a erva-mate e manufaturados, efetivaram ligações importantes aos interesses das populações locais, juntamente a portos como Montevidéu e Buenos Aires.

A escolha desse objeto de estudo, que surgiu do contato anterior com as fontes referentes ao comércio praticado nas cidades de fronteira oeste, mais precisamente a cidade de Itaqui, destacou a partir das Listas de Alfândega, Inventários *Port-Mortem* e Registros do Tabelionato da localidade, um ambiente diversificado de trocas mercantis que ocorreram

muito em função da presença do Rio Uruguai, como intermediador dos fluxos de mercadorias, capitais e populações na região, e de uma série de atividades mantidas com as cidades limítrofes a Itaqui, como Salto, Monte Caseros e Restauración²⁷.

Também chamou atenção, quanto à bibliografia que trata da organização desses mercados, a permanência de elementos que contribuíram para fomentar o desenvolvimento de um ambiente mercantil complexo e diversificado, como a incidência de fatores demográficos sobre a organização de algumas atividades e a introdução de novas tecnologias de transporte, como os vapores, que passaram a incidir sobre a proliferação e segmentação desses mercados, durante a segunda metade do século XIX, ao longo da zona de fronteira.

A partir da interação e articulação desses elementos se destacaram alguns agentes nacionais que através do comércio, conseguiram exercer influência na formação desses fluxos mercantis, chamando atenção por sua atuação nas várias atividades e ramos de negócios²⁸, como os orientais prestamistas Manoel Marenco e Antônio Eugênio de Freitas Guimarães, que dominavam parcela determinante desses mercados regionais de comércio, prolongando as atividades de concessão de créditos e empréstimos desde a Paróquia até o exterior.

A predominância desses fatores permitiu a atuação hegemônica de grupos e companhias estrangeiras nas atividades de comércio²⁹ ligadas a Itaqui, um dos marcos que levaram a escolha do tema proposto, onde os emigrados, populações de estrangeiros residentes na Paróquia e imediações, se personificaram como elementos determinantes para fomentar a proliferação das atividades mercantis na região.

Outra das motivações que levaram à execução desse trabalho é resultado do tratamento do tema mercantil praticado entre as economias provinciais no Império, durante o século XIX, pela historiografia. Na maioria dos trabalhos referentes à economia imperial, o tema comércio é tratado segundo elementos de submissão das relações econômicas desde a Província do Rio Grande de São Pedro aos grupos de negociantes fluminenses, redes formadas desde um período anterior à própria década de 1850, o marco inferior de pesquisa.

Para autores como Fragoso e Florentino (2001), até por volta de 1830 ainda se mantinham os vínculos entre comerciantes do Rio de Janeiro e redes mercantis ligadas às

²⁷ Grimson (2003) identifica Restauración como localizada em Entre Ríos, uma Província da Confederação Argentina, no século XIX, hoje Paso de Los Libres.

²⁸ Mesmo estando em situações adversas nesse espaço, devido à concorrência diante de estrangeiros e a presença dos saltos ao longo do rio Uruguai, que impediam o acesso a todos os mercados e portos da região.

²⁹ Destaca-se que nas relações econômicas que se efetivavam no século XIX, toda a mercadoria que saísse da Província era considerada exportada, por isso, consideramos as relações promovidas com os grupos fluminenses, se constituíam em relações exógenas de comércio.

Províncias do interior do Império, compreendendo mercados como o de Porto Alegre e grandes ajuntamentos populacionais, como Rio Grande.

A partir de então, a pesquisa passou a explorar como se dava a relação mercantil na região de fronteira oeste, afastada dos portos principais da Província e suscetível ao livre fluxo de populações estrangeiras. Nessa realidade onde a fiscalidade é falha, e o acesso ao rio permite a proliferação dos fluxos de comércio entre as cidades da região, as estratégias de nacionais e estrangeiros em ambos os lados dessa fronteira tornaram-se um aspecto diferenciador da atividade mercantil praticada entre esses mercados locais.

Espaço de intensas trocas entre economias regionais, a Paróquia de São Patrício de Itaqui, em suas atividades mercantis estava fundamentada na segunda metade do século XIX, na atuação de uma miríade de nacionalidades e interesses privados, que buscavam a liberação e ampliação dos fluxos que se desenvolviam entre os mercados ao longo do Rio Uruguai para se reproduzir política e economicamente.

Uma das características desses mercados, segundo trabalhos específicos sobre a economia da região, é o caráter isolacionista desse espaço de exploração econômica diante de outros territórios da Província, o que dificultava a aquisição de artigos por parte de comerciantes e consumidores locais e o escoamento da produção de erva-mate, como se pode vislumbrar em autores como Flores (2007) quando trata desse comércio praticado na região da campanha.

Ronaldo Colvero (2004), tratando do século XIX e das relações mercantis nas cidades da fronteira oeste, a partir de Uruguiana, também aponta para a precariedade das vias de comunicação terrestre como um empecilho aos fluxos praticados com o restante da Província, limitando a capacidade dos comerciantes locais, aos fluxos até Cruz Alta, segundo esse autor. Logo, nesse contexto os fluxos mercantis desde Itaqui ficando limitados ao centro da Província, impediam o contato direto desse espaço com os principais portos e mercados da Província, como Rio Grande e Porto Alegre, refletindo esse fator sobre o preço de artigos e produtos, quando pensada a dinâmica mercantil.

No entanto, fontes primárias referentes aos Registros Notariais de Itaqui, utilizadas na pesquisa, articuladas a outras tipologias de fontes jurídicas e administrativas, conseguiram identificar e ampliar os contatos dos negociantes locais a outras porções da Província, definindo, portanto novas estratégias para atuar nesses espaços, que passam a compreender os

sistemas de crédito e financiamento ligados a bancos de Porto Alegre³⁰ e os mercados de terras de Santa Maria e São Gabriel, atingindo o centro da Província.

Desde Itaqui também se pode destacar o papel das redes e fluxos ligados a atividades de concessão de créditos, empréstimos e investimentos financeiros, que estando nas mãos de negociantes locais, intermediadores ligados a companhias estrangeiras, mantinham as relações de compra e venda de artigos e bens ganhando os espaços das cidades vizinhas, como Uruguaiana e São Borja.

Negociantes como João Comas, mantinham os fluxos de importação e exportação de itens nessa área, articulando as casas de comércio da cidade-porto de Itaqui a espaços e centros regionais de entrada e saída de gêneros, como Uruguaiana (FLORES, 2007).

A preferência às ligações com as cidades ao longo do Rio Uruguai, para Colvero (2004), era resultado das más condições das estradas que dificultavam a circulação das carroças, obrigando os negociantes das cidades da fronteira oeste a manter seus negócios com as cidades e portos dos países estrangeiros, como se pode observar na figura.

No entanto, fontes primárias ao conseguir identificar a ampliação do alcance dos fluxos mercantis desde Itaqui, permitiram destacar a atuação de prestamistas e negociantes, proliferando seus contatos com outras praças da Província, independentemente da interlocução proposta desde negociantes de cidades como São Borja, proposta nas obras de Colvero (2004) e Flores (2007).

Esses agentes aproveitando das inúmeras oportunidades concedidas pela presença da fronteira, da introdução de capitais estrangeiros e da ineficiência da fiscalidade, conseguiram neutralizar as limitações impostas pelo meio físico, a distância e as condições climáticas, para reproduzir seus capitais nos mercados de terras, manufaturados e instrumentos de trabalho.

A partir dos dados das Listas de Alfândega e Registros Notariais do Tabelionato de Itaqui intercalados com IPM e AOCC, foram identificadas redes partindo desde Itaqui até a capital da Província (Porto Alegre), efetivadas de forma direta através de comerciantes e negociantes locais.

Esses fluxos ao distinguir pequenos e grandes capitais utilizados na compra e venda de terras, gados, bens de luxo e manufaturados, secos e molhados, em pequenos ou grandes estabelecimentos apontam para a existência de diferenciações ligadas a negociantes e comerciantes, envolvendo estratégias e recursos diferenciados.

³⁰ APERGS. Porto Alegre. 23 de novembro de 1874 a 11 de fevereiro de 1876. 24 procurações. Livro 3c.

Os grupos ligados aos grandes capitais permitiram ampliar as fronteiras de Itaqui até outras porções da Província e ao exterior, contando com a atuação de companhias de comércio e associações dedicadas principalmente aos fluxos da economia erva-teira, um dos ramos do atacado de exportação local.

Logo, percebe-se que a ampliação das atividades econômicas se estabeleceu nesses espaços, envolvendo a articulação dos recursos da criação e da extração, a ampliação dos capitais estrangeiros e a diversificação das estratégias de negociantes e comerciantes locais, suscitando um número ampliado de atividades econômicas integrando esses espaços.

Os agentes que mais se destacaram atuando como negociantes nesses mercados regionais conseguiram disseminar suas atividades até centros urbanos mais desenvolvidos como Porto Alegre, onde aplicavam capitais provenientes das atividades de criação e da agricultura de subsistência, nos mercados que exigiam um maior capital, atividades de especulação, comércio de terras e de bens urbanos.

Outra peculiaridade dessas atividades econômicas que se desenvolveram a nível local é que a posição de Itaqui, afastada dos centros de decisão política³¹ e das instituições de administração da Província, multiplicou as oportunidades de atuação dos agentes³², que contavam com grandes recursos para mobilizar sistemas de fornecimento e transporte de gêneros.

Dessa articulação entre atividades de produção, extração e comércio de artigos ocorreu o desenvolvimento dos mercados de exportação de couros, erva-mate, graxas, crinas e charque, efetivando as ligações entre a Paróquia e os mercados do exterior, identificada a partir dos dados das Listas de Alfândega, Registros do Tabelionato, IPM e AOCC de Itaqui. A proliferação desses fluxos promoveu a formação de grandes fortunas, necessárias a manutenção dos fluxos de comércio praticados nessa área.

A integração de gêneros de uma economia natural aos fluxos de artigos e bens de um sistema mercantil formou em Itaqui um conjunto de atividades complexas, onde proliferam capitais e recursos de outros espaços, promovendo a articulação do espaço regional com

³¹ Baseado na menção a falibilidade abordada considerando a obra de Miranda (2009) nos pautamos nos testemunhos dos funcionários de São Borja, para apontar para o descaso concernente às atividades no porto de Itaqui. A existência de um único fiscal a quem cabia à fiscalização de tão vasta área favoreceu a proliferação de práticas ilícitas nesses espaços. A posição da alfândega, afastada dos grandes centros de decisão política e econômica promoveu o enriquecimento de agentes e das instituições privadas na área, graças a práticas como o clientelismo e as reciprocidades que alargavam a margem de lucros de vários agentes mercantis.

³² Italianos, austríacos, norte-americanos, franceses e ingleses foram atraídos para a região pela proliferação das atividades de comércio fluvial na área, segundo autores como Cervo (1981), Cervo e Bueno (2008) e Colvero (2004), compreendendo uma dinâmica que envolve o intenso fluxo de estrangeiros na área e a introdução de seus artigos nos mercados locais, a partir de suas ligações com vendas e lojas.

fenômenos macroeconômicos como a industrialização, a urbanização e as migrações. As relações complementares entre esses fenômenos criaram diferenciações entre as atividades no interior e no entorno da Paróquia, que passamos a tratar a partir das cercanias e áreas limítrofes a Itaqui.

1.1. A DISSEMINAÇÃO DOS PROCESSOS ECONÔMICOS GLOBAIS SOBRE O ESPAÇO REGIONAL³³ E LOCAL

Antes de descrever esse comércio praticado em caráter regional e local, fez-se necessário pensar a relação entre as transformações que ocorreram na economia e na sociedade mundial, incidindo sobre os padrões demográficos, econômicos, de produção e de consumo, nas regiões limítrofes ao Rio Uruguai.

Para a análise desse período de intenso desenvolvimento capitalista a partir da circulação desde a Europa, Possas (1983), se utilizando do paradigma *smithiano*, aponta para a permanência de relações econômicas que dependiam da expansão e da integração de novos mercados para sua reprodução, reorientando a atuação dos Estados ao longo do século XIX.

Segundo o autor, a divisão do trabalho permitiu uma maior socialização e interação dos indivíduos por meio do comércio, conjugando elementos determinantes para pensar o desenvolvimento das atividades mercantis na região de fronteira oeste da Província do Rio Grande de São Pedro, Império do Brasil, onde se localiza Itaqui.

Tornou-se imprescindível nesse ambiente de disputa por mercados e efetiva concorrência econômica entre as principais potências mercantis da época (França e Inglaterra), identificar os reflexos desses processos sobre a realidade da Paróquia. Ou seja,

³³ O termo Regional atribui-se aos fluxos formados pela articulação dos vários mercados ao longo do Rio Uruguai. Figueiredo (2012) baseado em autores como Heichel (2006) alega que a região teria uma peculiaridade econômica definida, logo Itaqui, Uruguiana, São Borja, Corrientes, Entre Ríos e Salto a partir da presença de múltiplos comerciantes e negociantes que livre transitavam nesses espaços propõe a noção de movimentos de uma economia regional, margeando a Bacia do Prata, onde os homens mantinham atividades, práticas e meios de sobrevivência baseados nas múltiplas trocas, sejam elas políticas, econômicas ou culturais. Já quando usamos o local, referindo-se a Itaqui, buscamos definir e identificar comerciantes que exerciam atividades, e residiam em Itaqui, entre 1850 e 1870. Desde Itaqui, o comércio local, utilizava-se do Rio Uruguai para efetivar seus fluxos de gêneros com os mercados regionais, ou seja, os fluxos de erva-mate que saíam deveriam manter as levas de artigos que entravam tendo em Buenos Aires, e principalmente Montevidéu, suas principais portas de entrada. Quanto ao Estado Oriental, a dinamização dos mercados produziu movimentos lícitos de artigos, com destaque para Salto, e fluxos ilícitos, mantidos com o porto da Confederación, maior mercado consumidor dos artigos que saíam do porto de Itaqui. O local também podia ser determinado pelo alcance de cada embarcação ou prática de comerciantes desde Itaqui para o exterior. Como descrito mais adiante um palhabote não atenderia um mercado mais afastado tendo, portanto um caráter local concernente às atividades ligadas a Cruz ou Restauración. Volkmer (2011) em trabalho apresentado em um congresso tratando sobre o comércio na região, mencionou cerca de 200 comerciantes integrando os fluxos nas cidades da fronteira oeste. Quanto a Itaqui esse número se reduziu a terça parte de agentes, identificados nas Ações Ordinárias Cível e Crime, Inventários Post-Mortem, Procurações, Registros Notariais do Tabelionato e Listas de Alfândega.

como as transformações que ocorreram no contexto europeu dinamizaram a formação dos fluxos de comércio no estuário do Prata, deslocando populações e técnicas entre as diversas regiões e espaços?

Segundo Marvin (1999), o ritmo acelerado da industrialização e da urbanização no século XIX, os constantes fluxos de populações no espaço, o surgimento de novas formas de negócios e o melhoramento nos meios de locomoção ajudaram na difusão de redes e mercados às regiões limítrofes de vários espaços.

Na segunda metade do século XIX, alguns elementos regularam a dinâmica de crescimento e diversificação dos mercados mundiais, efetivando uma realidade de concorrência e crescimento econômico desde os Estados da Europa (HOBSBAWM, 1977).

A intensificação dos fluxos de comércio e das transações econômicas para fora do espaço europeu promoveu uma intensa circulação de capitais, homens e mercadorias, que passam a ganhar novos mercados, se estendendo por todo o mundo (HOBSBAWM, 1977), graças ao melhoramento nos meios de transportes³⁴.

Nesse período, onde preponderava o contínuo progresso material, o crescimento demográfico e da urbanização a partir dos portos, em amplitude mundial, associada ao deslocamento de populações que buscavam novos espaços de sobrevivência nas cidades, influenciou a dinâmica de áreas ligadas aos fluxos de capitais, populações e interesses de países como França e Inglaterra.

A análise da circulação a partir da comercialização de gêneros nas casas de negócios nas cidades localizadas na fronteira oeste, próxima aos portos de Buenos Aires e Montevidéu, e as relações econômicas que se instituíram nos espaços interiores da Província sofreram os reflexos desses fatores.

Para Chiaramonte (1991), na América Latina, a presença de capitais, organizações, indivíduos e grupos estrangeiros, já no início do século XIX, objetivando a integração de produções nacionais aos espaços de disputa por mercados entre as potências, desenvolveram relações de trocas desiguais, no sentido centro-periferia, que dinamizaram também as relações entre campo-cidade.

Desse conjunto complexo de elementos, surge a efetivação das relações econômicas desde Itaqui, e a proliferação de interesses e capitais privados, de agentes e associações

³⁴ Para Hobsbawm (1998)³⁴ se segue um processo de modernização que se estabelece em amplitude global, graças a introdução da navegação a vapor, que diminuiu distâncias, possibilitando uma maior demanda de alimentos e manufaturados para as populações crescentes das cidades.

estrangeiras, principalmente as companhias³⁵ sediadas em Montevidéu, e nas províncias de Corrientes e Entre Ríos, no litoral argentino.

A presença do capital usurário e especulativo vindo desde o exterior formou na Paróquia mercados monopolistas e de preços altos, baseados em itens como terras, gados, bens urbanos e prédios industriais, dominados pelas tradicionais companhias de Montevidéu, Conceição & Cia e a Associação Agostinho Silveira e Cia., de Entre Ríos, entre outros, como se pode identificar a seguir:

TABELA 1 – AGENTES MERCANTIS ATUANDO NO ESPAÇO DA PARÓQUIA DE SÃO PATRÍCIO DE ITAQUI

AGENTES	IDADE	VARIAÇÃO ESPAÇOS ATUAÇÃO	DE ATUAÇÃO	AUTO
Manoel Marenco representante da Conceição & Cia.	33	Estado Oriental Montevidéu	Associação estrangeira	LNTI 3
Dias de Freitas e Cia ³⁶		Salto	Associação	LNTI 8B
Agostinho Silveira e Cia.		Concórdia/Entre Ríos	Associação	LNTI 2 ^a
Kasten & Cia.		Uruguaiana		LNTI 2 ^a

FONTE: Elaboração Própria. Registros Notariais do Tabelionato de Itaqui. APERGS. Porto Alegre. 1863-1875. LNTI 2A (1863-1870), 8B (1870-1872), 3 (1872-1875). APERGS. Porto Alegre³⁷.

Essas companhias e agentes estrangeiros mantinham os fluxos de bens e artigos manufaturados que entravam na Província e a demanda por terras e gados, também tinha a participação de muitas dessas associações.

³⁵ Citamos aqui as Companhias Dias de Freitas (Entre Ríos), Conceição & Cia., (Montevidéu) e Almeida e Silveira de Uruguaiana que se destacaram nas ligações mercantis que se promovem desde Itaqui com o exterior.

³⁶ Na Paróquia se proliferavam companhias estrangeiras que buscavam propriedades para a compra, utilizando-se de intermediários como Manoel Marenco ou a Companhia Dias de Freitas & Cia para efetuar suas atividades desde Montevidéu.

³⁷ Haveria uma Associação Dias de Freitas se ligando a Uruguaiana e localizada no auto: 186, maço: 6, ano: 1870. Cartório de Órfãos e Ausentes de Itaqui. APERGS. Porto Alegre.

Organizações como a Almeida & Silveira e dos Irmãos Comas de Uruguaiana, formavam os fluxos de gêneros e créditos necessários à manutenção de algumas casas de negócio na Paróquia, onde se percebe pela relação acima que muitas tinham origem nos países limítrofes, atestando o caráter interacionista do comércio executado nesse espaço regional. Logo o espaço de Itaqui apresentava duas orientações, uma onde preponderavam fluxos locais, onde se destacam os contatos com Corrientes e outra mais especializada, dominada pelo contrabando, e ligada a grandes comerciantes mantendo laços com Salto, Montevidéu e Entre Ríos.

1.2. AMPLITUDE DOS MERCADOS – A CONFEDERAÇÃO ARGENTINA (1852-1862) E O ESTADO ORIENTAL - 1828³⁸

Quando considerado o comércio exterior e a interlocução da cidade-porto de Itaqui nessa economia regional, identificamos que a Paróquia tinha nos espaços vizinhos seus principais mercados consumidores, onde se destacam o Estado Oriental e a Confederação Argentina como parceiros principais nas relações de trocas mantidas desde Itaqui. Há nesse contexto uma íntima relação entre os processos políticos, os movimentos populacionais e os tratados referentes à liberdade de navegação nos rios, que influenciaram as dinâmicas nos dois lados da fronteira, quando referentes aos fluxos de bens, artigos e embarcações.

A posição de Itaqui, a frente de Corrientes, favoreceu a constituição de um comércio intimamente atrelado aos processos sociais e políticas fiscais, das áreas limítrofes, compreendendo Entre Ríos e descendo a via de comunicação, o Rio Uruguai, chegava até o Estado Oriental, local onde se articulavam pequenos e grandes fluxos comerciais desde Salto.

O Estado Oriental, maior mercado consumidor dos produtos da Paróquia, estando a leste do Rio Uruguai, em meados da década de 1850, vivia um período de próspero crescimento econômico, onde o comércio e as atividades de bancos, companhias importadoras e exportadoras sofreram a influência dos processos de crescimento populacional promovidos desde a migração de populações europeias.

Baseando-se em autores como Figueiredo (2012), identificamos que os novos fluxos de comércio e a atuação das diversas nacionalidades na área tiveram a participação das populações de italianos que chegaram na região na primeira metade do século XIX, se

³⁸ O ano de 1828 marca a formação do Estado Oriental, onde achamos por bem pautar nosso trabalho desde 1850 até 1870.

instalando no Estado Oriental e na Confederação Argentina, de onde desenvolveram fluxos de comércio desde a primeira metade do século XIX.

Autores Souza (2007) evidenciou como causa da migração dessas populações nesse espaço de fronteira o desenvolvimento de um comércio de trânsito em embarcações entre os principais portos da área, onde os italianos apontados por Figueiredo (2012) teriam grande participação, nos setores de comércio de louças, vinhos e têxteis, apontados nessa pesquisa como itens que mantinham a integração entre espaços como Salto, Itaqui, e Entre Ríos.

O crescimento dos fluxos mercantis desde Montevidéu e Salto criou na região uma intensa concorrência entre pequenos e grandes portos, para conseguir chegar até os mercados principais da Confederação Argentina e do Império do Brasil, contando com os caminhos terrestres desde Constitución, que mantinham a oferta de gêneros manufaturados no comércio da região.

Da mesma maneira se estabeleceu o contato com os espaços da Confederação Argentina, a partir da ligação entre a Federación e Itaqui, permitindo que os artigos vindos do Estado Oriental penetrassem na Província de Entre Ríos com alíquota de impostos menor se comparados aos artigos provenientes de Buenos Aires.

Portanto, ligar-se a portos secundários, como proposto segundo os dados das Listas de Alfândega de Itaqui, baseou a formação de um complexo mercantil orientado para a quebra de monopólio das elites econômicas de grandes cidades como Buenos Aires e Montevidéu. Nessas cidades imperavam grupos ligados ao comércio de artigos e mercadorias, principalmente ingleses e franceses que aliados às populações locais³⁹, mantinham um regime de preços altos ligados a bens de luxo, perfumes e roupas.

Logo, Itaqui, nesse contexto mercantil, não estava ligada diretamente aos mercados principais da região como Salto, Montevidéu ou Buenos Aires. Os comerciantes que mantinham os fluxos locais de comércio eram motivados segundo a formação de redes entre espaços subsidiários, aparecendo dessas relações, Constitución, “*pueblo*” identificado como uma subcoleitoria ligada a Salto, que abarcava quase a totalidade dos gêneros saídos desde Itaqui.

A demografia foi outro elemento que contribuiu para a dinamização desses fluxos, aumentando o mercado consumidor e a quantidade de intermediadores, negociantes e

³⁹ Segundo Colvero (2004) eram as chalanas que mantinham os fluxos ilícitos através do Rio Uruguai ligando mercados principais a portos secundários como o da Federación e a Constitución, pela maior mobilidade das pequenas embarcações e o calado que lhes tornava os principais instrumentos para a promoção da ilicitude.

comerciantes atuando entre os mercados, conferindo aos estrangeiros, geralmente europeus, um papel de destaque na formação e dinamização dos fluxos de comércio na região.

Segundo Barrán (1992), a população em 1852, no Estado Oriental, girava em torno de 132000 pessoas, e em 1860 já era de 221000, sendo que os estrangeiros⁴⁰ respondiam as cifras de 21,6% do total da população em 1852, e em 1860, segundo os senso na área, já atingiam 35% da população total.

Em Montevidéu, os estrangeiros seriam 48% da população, destacando italianos, franceses e ingleses, ligados ao desenvolvimento dos fluxos mercantis na área. No norte do Rio Negro, no Estado Oriental, a presença de muitos brasileiros, espanhóis e franceses se tornou vital para arregimentar um comércio baseado no grande acúmulo de artigos manufaturados vindos da Europa (BARRÁN, 1992).

Esse intenso fluxo de estrangeiros permitiu que ao longo do século XIX, Salto e Montevidéu desenvolvessem um complexo de fornecimento de gêneros baseado na interlocução de fluxos de um comércio de trânsito contando com as rotas que ligavam o Rio Grande do Sul e o litoral do que na época se denominava de Confederação Argentina (BARRÁN, 1992).

Nesse ambiente de intensas trocas mercantis, se destacaram as povoações do litoral, onde Federación, Salto e Constitución, se efetivaram, segundo o autor, como a origem dos artigos têxteis e dos manufaturados vindos da Europa, e de alguns produtos provenientes do oriente, identificados nas casas de comércio de Itaqui e imediações.

Nessa região, a entrada de europeus através de companhias e associações participando dos fluxos tinha como objetivo promover mecanismos de inversão de capitais para a Europa baseando-se na atuação de alemães, franceses e espanhóis nesses mercados de grandes possibilidades.

Nos anos de 1857-1858, as Listas de Alfândega de Itaqui destacaram a grande quantidade de gêneros que constituíam esses fluxos fluviais, compatível ao momento proposto por Barrán (1992) quando destaca a interligação entre esses mercados constituindo uma economia de caráter regional.

As ligações entre as duas margens do Rio Uruguai resultou em uma proliferação dos fluxos de produtos nos mercados da região, tendo no Estado Oriental seu auge na década de 1860. Nesse período chegaram a esse território cerca de 8000 imigrantes estrangeiros, concedendo grande impulso às atividades do comércio de cabotagem praticado na região.

⁴⁰ Segundo o autor seriam brasileiros e europeus, franceses, ingleses, italianos, entre outros que livre transitavam na área promovendo o desenvolvimento das atividades de um comércio especializado.

Com a entrada dessas populações ocorre uma intensificação dos fluxos ligados ao porto de Montevidéu, onde teve papel determinante a ingerência inglesa desses mercados, a partir da atuação de empresas privadas.

Na outra margem do Rio Uruguai, segundo Romero (2012), outros mercados se destacaram nos contatos com Itaqui. Com a queda da Federação (1830-1852), sob o poder de Rosas, os fluxos comerciais que ainda estavam limitados aos grandes grupos mercantis de Buenos Aires, foram cedendo posições a novos fatores como a participação do porto da Federación e as práticas de comerciantes sardos, saltinos e brasileiros nos fluxos.

Em 1852, agora com a Confederação, sob o poder de Urquiza, ocorre uma mudança política nesses territórios, resultando em um intenso movimento de ampliação dos fluxos de um comércio fluvial, destacando o papel das Províncias de Corrientes e Entre Ríos, como destino dos fluxos que saíam originados de Salto (ROMERO, 2012).

A liberação da circulação nos rios da região na década de 1850 atraiu consequentemente interesses estrangeiros que passam a concorrer por parcela determinante desses mercados, resultando num prolongamento dos laços entre espaços externos e as atividades das populações ribeirinhas nos dois lados do Rio Uruguai.

Nesse contexto, teve grande participação a Província de Entre Ríos nos mapas de exportação desde Itaqui, efetivando ligações com Restauración, Monte Caseros e Federación, onde se destacam pequenas e grandes quantidades de artigos exportados.

De Corrientes e Entre Ríos, destinos determinantes da produção de Itaqui, os trabalhos de Chiaramonte (1991) e Schmit (2008) identificaram processos que se estabeleciam ao entorno do Rio Uruguai, nas cercanias da Paróquia e que se tornaram importantes para incrementar o processo de trocas nesses espaços limítrofes.

As atividades de um artesanato especializado ligado à confecção de embarcações, executadas pelos núcleos de imigrantes, destacadamente os italianos, promoveram a introdução de atividades especializadas na formação dos fluxos desse comércio fluvial.

Os registros de Alfândega identificaram um sistema de transporte de gêneros funcionando à base de chalanças, lanchões e palhabotes em fase de transição, onde as escunas e vapores ajudaram a constituir inúmeros ramos mercantis de caráter local e prolongar os contatos das atividades mercantis desempenhadas desde Itaqui.

Assim, há, na segunda metade do século XIX, uma série de elementos favoráveis à proliferação das ligações entre os portos e povoações, em ambos os lados dessa fronteira, onde os fluxos de couro, erva-mate e charque, que entravam e saíam das alfândegas locais, permitiram a formação de um complexo e ampliado ambiente mercantil.

No lado brasileiro, essa atividade de trocas fez proliferar capitais e atividades, dinamizando interesses, graças ao afluxo dos italianos, que se destacaram no sistema de transporte de gêneros.

Segundo Romero (2012), o novo modelo baseado na modernização dos meios de transporte já se instalara na região platina durante a década de 1850. Com a criação da Confederação e a concessão de incentivos fiscais a Corrientes e Entre Ríos, proliferaram as ligações entre as Províncias do interior argentino e os territórios estrangeiros, multiplicando as possibilidades de acesso aos bens e aos ramos ilícitos de fornecimento de gêneros por parte das populações e comerciantes locais.

Com a liberação dos fluxos nos rios da região, se estendeu uma disputa entre mercados, onde as mercadorias entravam nos portos do Estado Oriental se direcionando a Itaqui com destino a Confederação Argentina, e aos mercados de Monte Caseros, Federación ou Restauración, onde pagavam uma tarifa menor do que em Buenos Aires, ampliando os fluxos de investimentos nesses mercados regionais.

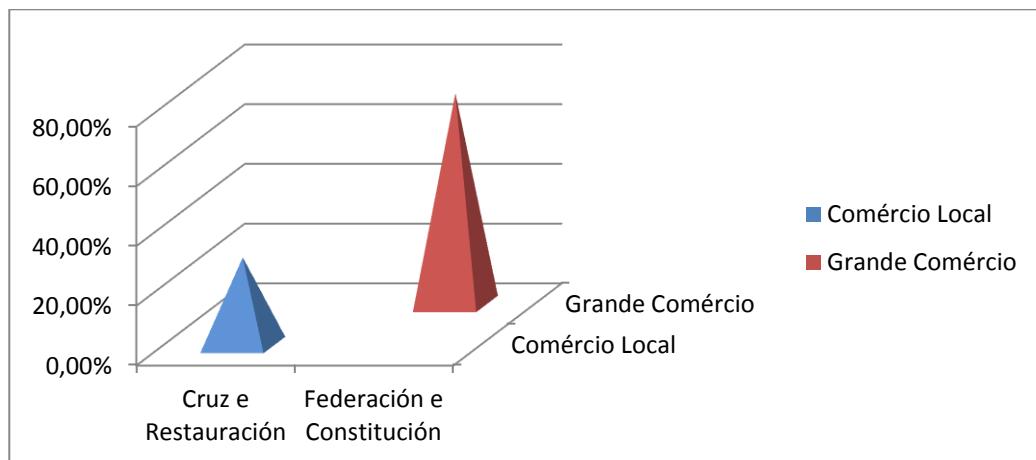
A migração de interesses econômicos e de grandes capitais as províncias do interior da Confederação Argentina e ao Estado Oriental também se formava seguindo as necessidades do capital privado brasileiro, a partir de tratados e empréstimos, ligados às atividades bancárias, que o Banco Mauá mantinha junto ao interior argentino e as burguesias de Montevidéu.

A concessão de incentivos fiscais levou à organização de um comércio de grande proporção entre as áreas secundárias a oeste e sul da Província do Rio Grande de São Pedro, envolvendo as rotas e caminhos permitidos pelos rios da região. Esses fluxos atrairam grandes investimentos e interesses a esses mercados pela distância, principalmente quando considerado o mercado de Constitución, seguindo as diretrizes dos capitais financeiros internacionais⁴¹.

Os dados da Alfândega de Itaqui destacaram já para 1857-1858 a existência de um grande mercado consumidor, ligado ao porto da Federación, Província de Entre Ríos, que absorveu as maiores tonelagens de itens, como a erva-mate para o período. A presença desse gênero organizou nesse espaço um comércio de pequenos e grandes mercados, como proposto pela relação seguinte:

⁴¹ Segundo Schmit (2008) a companhia saltina de vapores operava nesses mercados mediante capital financeiro italiano. Sendo assim, era possível a interlocução nesses espaços de grupos opostos aos interesses do capital inglês.

**GRÁFICO 1 – A PARÓQUIA E A DIVERSIFICAÇÃO DOS MERCADOS:
DISTINÇÃO DE VOLUMES ENTRE PEQUENO E GRANDE COMÉRCIO**



FONTE: Elaboração Própria. Mesa de Rendas de Itaqui. APERGS. Porto Alegre. Janeiro de 1857-1858.

Logo, os recursos da economia ervateira que se desenvolveram nessa região permitiram o surgimento de um comércio de pequena escala (onde se destaca Cruz - 4,9%)⁴², praticado desde uma concepção local e restrita, estando localizado nas proximidades da Paróquia. Por estar mais próximo do porto de Itaqui, Cruz era frequentado por comerciantes menores, se utilizando de meios de transportes mais rústicos, como palhabotes e chalanas, onde mantinham fluxos formados por pequenas proporções de itens.

⁴² A porcentagem de 4,9% se refere ao número de saídas em relação ao todo de registros, cerca de 64 saídas desde Itaqui aos portos da região.

A dinâmica comercial ligada a Cruz, nesse mercado de trocas desde a Paróquia para o exterior, identificou o que passamos a denominar de mercados locais. Essa localidade respondeu no período de análise por apenas 295 arrobas⁴³ exportadas de erva-mate desde Itaqui, que congrega mais 1183 arrobas quando adicionado outro mercado de caráter local e de menor proporção, como Restauración, agora respondendo por 19,8%, do total de 5963 arrobas de erva-mate, um dos itens exportáveis⁴⁴ de maior demanda, nesse período.

A proliferação e dinamização dos fluxos comerciais desde Itaqui, também permitiram o surgimento de mercados de longa distância, como a Federación, na Província de Entre Ríos e Constitución, no Estado Oriental, que apresentaram diferenças em relação a mercados como Monte Caseros e Restauración, de caráter local.

Com destino aos mercados de longa distância que saía a maioria das embarcações e fluxos de itens como a erva-mate, exportada desde a Alfândega local, 70,6% do total de saídas registradas, onde predominam os fluxos de associações, que se utilizando de rotas secundárias, interferiam na segmentação desses mercados locais⁴⁵.

Os mercados de longa distância estavam ligados, em sua maioria, ao Estado Oriental, e se discerniam por serem mais especializados, contar com a atuação de associações, e uma maior quantidade exportada de artigos como a erva-mate que saia para os portos da Confederação Argentina e do Estado Oriental. Esses contatos que se mantinham com Salto e Montevidéu dinamizaram as relações econômicas praticadas na Paróquia, e a atuação das redes e das tecnologias utilizadas para a interligação dos fluxos de erva-mate, couros e manufaturados.

Os mercados de longa distância exigiam uma melhor tecnologia, principalmente quando considerado o sistema de transporte de itens, que deveria atender a maior demanda de artigos comercializáveis, se tornaram um empecilho à atuação de pequenos agentes. Esses se utilizando de palhabotes e chalanas tiveram limitada participação ao longo dos registros, atestando o aspecto desarticulador do incremento de novas tecnologias⁴⁶, como o vapor, em mercados de capacidades restritas.

⁴³ Quantidade exportada de erva-mate.

⁴⁴ No gráfico, o comércio local responde por 29,3% contando com Restauración, Cruz e Concórdia que somam 1752 arrobas, num total de 5963 arrobas de erva-mate exportada. O grande comércio, pela tonelagem e número de agentes dedicados aos seus fluxos, com a Província de Entre Ríos e o Estado Oriental soma 4211 arrobas para o período.

⁴⁵ Mesa de Rendas de Itaqui. Listas de Alfândega. APERGS. Porto Alegre. Janeiro de 1857-1858. Relação de itens nacionais exportados.

⁴⁶ A presença do porto possibilitou que a cidade adquirisse certo dinamismo a partir dos fluxos de bens e artigos, que surgem à medida que as atividades comerciais se diversificavam no espaço, resultando na interconexão e

Nesse contexto, de mercados locais, logo se percebeu que as atividades, de caráter mais complexo, eliminaram parcelas determinantes de agentes dos autos de exportação, principalmente aqueles que atuavam de forma individual nos fluxos através do Rio Uruguai como: Elias Chelalich (chalupa), Hipólito Mendonça (escuna), Thomaz Jerônimo (palhabote), Izidoro Sanches (chalupa), Anastácio Dias (palhabote), Hermenegildo Antônio da Costa (chalupa), atestando a presença de mercados onde os meios mais rústicos (lanchões, palhabotes e chalupas) seriam eliminados pela concorrência proposta desde a atuação das redes, associações e companhias de comércio⁴⁷, que já empregavam em sua maioria escunas e vapores como meios de transporte.

Entretanto, apesar de eliminar agentes específicos, que não detinham tecnologias ou financiamentos para atuar nesses espaços, as ligações permitiram o desenvolvimento de contra fluxos de artigos importados que dinamizaram o padrão de consumo na localidade de Itaqui, identificando em Inventários de comerciantes da Paróquia⁴⁸, camisas italianas, fogos da China e binóculos, que circulavam entre as casas de comércio, constituindo um mercado especializado de artigos.

Os fluxos desse comércio de trânsito promoveram a participação de um número ampliado de agentes, estendendo o acesso a bens e artigos desde Encarnación, passando por Itaqui, Corrientes, Entre Ríos, Concórdia, Restauración (Paso de Los Libres) e Salto. O objetivo desses negociantes era adquirir artigos do comércio Atlântico, que entravam na região a partir dos portos de Buenos Aires e Montevidéu, favorecendo a reprodução dos recursos de grande quantidade de comerciantes e o acesso a gêneros por parte dos consumidores da Paróquia.

TABELA 2 – RELAÇÃO DE MERCADOS E NÚMERO DE AGENTES – 1860-1861⁴⁹

PERÍODO	AGENTES	MERCADOS
Dezembro de 1860	19	4
Janeiro de 1861	7	3
Fevereiro de 1861	7	3
Março de 1861	4	1

diversificação dos movimentos econômicos, sociais e políticos, que se estendem ao longo do Rio Uruguai e influenciam os espaços e ajuntamentos locais.

⁴⁷ Referência à atuação das famílias Rodrigues, Veppo, a Associação Conceição & Cia nos fluxos.

⁴⁸ Listas de Alfândega. Mesa de Rendas. Porto Alegre. APERGS. Fevereiro de 1857-1858. IPM, maço:8, nº: 231, ano:1874. APERGS, Porto Alegre. IPM. Maço: 6, nº:186, Ano:1870. APERGS, Porto Alegre. Arreios, bolachas, pratos de folha, histórias do Brasil, tecidos de brim, algodão, uma literatura de Camões, revólveres, balanças, camisas de Gênova são alguns dos itens comercializados por tal comércio e circundavam no rio Uruguai e nas casas de comércio da área.

⁴⁹ Este gráfico relaciona os mercados quando comparado às tabelas e gráficos posteriores.

Abril de 1861	10	2
Maio de 1861	16	5

Fonte: elaboração própria. Listas de Alfândega. Mesa de Rendas de Itaqui. Dezembro de 1860 a maio de 1861.

Aliada ao grande comércio, a presença dos rios e a existência de uma fronteira aberta⁵⁰, como se refere Colvero (2002), contribuíram para o desenvolvimento dessa série de atividades complexas envolvendo capitais de bancos e a atuação de companhias estrangeiras ligadas ao transporte de artigos.

Desde Encarnación os fluxos que se estendem aos caminhos das embarcações podiam formar atividades em cada espaço capaz de acessar ao rio. Logo identificados 5 mercados ligados a Itaqui no período de análise, que variavam conforme o número de agentes atuando nos fluxos, onde um deles, Salto, era explorado por uma companhia de comércio atuando com capital ligados a bancos italianos segundo a obra de Schmit (2008).

Em cidades como Itaqui, o grande afluxo de artigos e a ascensão dos comerciantes como grupo de influência na esfera política local levou à reorganização de antigos padrões sociais, e também econômicos, como pôde se identificar quanto ao papel da erva-mate, que supera nesse espaço, produções características da Província como os couros e o charque nos fluxos de comércio, tornando a economia ervateira o gênero principal desse espaço.

A amostra da Tabela aponta para a presença de mercados de pequeno porte, onde prepondera o caráter local dos contatos, restrito aos espaços da Confederação Argentina. Uma das características desse espaço é a ausência de redes ou associações familiares atuando, de forma hegemônica⁵¹, onde a crítica interna dos dados identificou a seguinte relação concernente a esses mercados de caráter local:

⁵⁰ Referência ao caráter suscetível dessa fronteira aos fluxos de pessoas e mercadorias abordados por Colvero (2004).

⁵¹ Dados baseados nas Notas do Tabelionato associadas aos Inventários Post-Mortem.

TABELA 3 – MERCADOS DE CARÁTER LOCAL, AGENTES E TECNOLOGIAS
DOMINANTES NOS FLUXOS⁵² - 1860-1861

Periodo	Mercado	Atuação	Agentes	de	Variação	Saídas
			destaque		de	
					transportes	
Dezembro de 1860	Santa Roza	Local	José Marcenaro	Chalupas	2	
Janeiro de 1861	Restauración	Local	José Marcenaro	Chalupas	2	
Fevereiro de 1861	Restauración	Local	Família Rodrigues	Chalupas,	2	
Março de 1861	Federación	Local	José Marcenaro	Chalupa	4	
Abril de 1861	Federación	Local	José Vinhas	Chalupa	5	
Maio de 1861	Povo da Cruz	Local	Família Rodrigues	Chalupa	2	

FONTE: elaboração própria. Listas de Alfândega. Mesa de Rendas de Itaqui. Dezembro de 1860 a maio de 1861.

Na amostra, predominam os espaços nas proximidades de Itaqui, onde a bordo de embarcações artesanais, pequenos comerciantes mantinham fluxos esparsos de comércio em lanchões, palhabotes e chalupas ligando-se aos mercados de Restauración, Federación ou com o Povo da Cruz.

Quando esses mercados se ampliavam, como em abril de 1861⁵³, surgia um novo mercado (Constitución), dinamizando as formas de exploração econômica na área, ao contar com a atuação da família Veppo, a partir de dois agentes ligados ao Estado Oriental.

Nos meses subsequentes trabalhados na amostra, pode-se perceber que se ampliam os mercados ligados a Itaqui, diversificando os destinos dos fluxos em mercados de caráter local e mais distantes como Salto, favorecendo a atuação de famílias como a Rodrigues, e o vapor

⁵² Mercados de Cruz, Monte Caseros, Restauración e Federación nas proximidades da Paróquia dedicados a pequenas embarcações que se empregavam nos fluxos do comércio fluvial, utilizadas por alguns habitantes de Itaqui, como José Marcenaro. Os agentes identificados a partir das listas foram determinantes para avaliarmos o caráter endógeno de certos agentes que atuavam no interior e no exterior da Paróquia.

⁵³ Baseados nos dados das Listas de Alfândega da Mesa de Rendas de Itaqui. Esta tipologia de fonte variava entre Quadros de itens nacionais exportados e relação de passes expedidos pela Alfândega.

de Antonio Eugênio de Freitas Guimarães, como descrito na tabela, que passam a fazer parte dos momentos de ampliação de agentes dedicados aos negócios na área.

TABELA 4 – INCORPORAÇÃO DO MERCADO DA CONSTITUÍÓN AOS FLUXOS

Periodo	Mercado	Atuação	Agentes de destaque	Variação de transportes	Saídas
Dezembro de 1860	Constitución	Longa	Antônio Eugênio de Freitas Guimarães	Vapor	15
Janeiro de 1861	Constitución	Longa	X	X	2
Fevereiro de 1861	Constitución	Longa	Gil Rodrigues	Chalupa	1
Março de 1861	Constitución	X	X	X	0
Abril de 1861	Constitución	Longa	José Marcenaro	Chalupa	5
Maio de 1861	Constitución	Longa	Antônio Eugênio de Freitas Guimarães	Vapor	11

FONTE: Elaboração própria. Listas de Alfândega. Mesa de Rendas de Itaqui. Dezembro de 1860 a maio de 1861.

Logo, nesses fluxos regionais de comércio, os mercados de Entre Ríos e do Estado Oriental, representavam novas oportunidades de negócio a comerciantes e prestamistas, brasileiros e estrangeiros, se comparados a centros mais tradicionais como Buenos Aires e Montevidéu, devido à maior incidência de tributos e os preços mais caros das mercadorias comercializadas nesses portos.

A presença de novas tecnologias e a atuação das associações ligadas aos portos secundários, da Província de Entre Ríos e do Departamento de Salto, promoveu a diversificação das atividades econômicas na área, destacando a atuação de alguns agentes que se tornaram frequentes na pesquisa.

Conforme os dados encontrados nas fontes primárias as famílias Veppo, Rodrigues, José Marcenaro, José Vinhas e Antônio Eugênio de Freitas Guimarães, juntamente a atuação de companhias estrangeiras, mobilizaram um amplo circuito mercantil⁵⁴ ligando os portos limítrofes ao Rio Uruguai. A atuação desses sujeitos dividiu os mercados segundo a amostra seguinte, considerando o registro de entrada dos agentes que constituíam os principais fluxos econômicos na região.

**TABELA 5 – REPARTIÇÃO DE PARCELA DE MERCADOS –
CONFEDERAÇÃO ARGENTINA – DADOS REFERENTES AOS MAIORES
REGISTROS DE SAÍDAS DO PORTO DE ITAQUI.**

MERCADOS	PROPORÇÃO SAÍDAS - TOTAL DE PASSES EXPEDIDOS	AGENTES
P. Federación	30%	19
P. Constitución	52%	33
Outros destinos	17,4%	11

FONTE: Elaboração Própria. Listas de Alfândega. Mesa de Rendas de Itaqui. Janeiro de 1860 a maio de 1861.
AHERGS. Porto Alegre.

Nesse sistema mercantil, a relação entre o porto de Federación (Confederação Argentina) e o porto da Constitución, no Estado Oriental, identificou que ao primeiro porto dirigiam-se comerciantes menores⁵⁵, que exercendo atividades pertencentes a um circuito inferior de comércio, tinham suas atividades marcadas pela variabilidade de personagens. A Província de Entre Ríos mantinha um número restrito de registros nos autos, onde predominavam aqueles que atuavam individualmente na interligação dos fluxos.

⁵⁴ Listas de Alfândega. Mesa de Rendas de Itaqui. Relação de passes expedidos pela Mesa de Rendas de Itaqui entre Dezembro de 1860 e maio de 1861.

⁵⁵ Consideramos aqui que a presença restrita de associações atuando nesse mercado local, levou a formação de atividades desempenhadas por comerciantes de forma individual, exercendo atividades de pequena monta, ou porte, caracterizadas pela imprevisibilidade de fluxos.

Uma característica dos mercados de longa distância, mais rentáveis e garantia de demanda aos artigos colocados a venda pelos comerciantes, era o predomínio de estrangeiros, envolvendo correntinos, entrerrianos, franceses e italianos, que levaram a eliminação nos registros de exportação de alguns agentes, em geral, brasileiros, populações locais que agiam de forma individual nos mercados de exportação praticados desde Itaqui.

Porém, mesmo diante dessas limitações econômicas, tecnológicas e culturais, alguns agentes mercantis, já podendo usar o termo negociante para descrever os fluxos conseguiram proliferar suas atividades, atuando simultaneamente nos dois espaços, ligando-se ao rio e ao comércio praticado em vendas e lojas, no interior da Paróquia⁵⁶.

Emigdio Bonorino foi um desses agentes que conseguiu como comerciante manter-se atuando em dois espaços, exercendo atividades nos fluxos fluviais de comércio e nos ramos de negócios ligados a estabelecimentos fixos no interior da Paróquia. O boticário exercia também atividades de prestamista⁵⁷, que lhe auferiu grande projeção ao longo dos autos, concedendo a esse agente posições importantes nessa sociedade em virtude de seus conhecimentos e ligações.

Outros agentes se destacaram nos vários autos administrativos ligados ao comércio praticado em Itaqui ao promover a articulação entre mercados internos e externos, como Gil Rodrigues⁵⁸ (correntino), Luis Canepa⁵⁹ (italiano), José Marcenaro (italiano) e Luis Tripowich⁶⁰ (francês). Esses agentes ligando-se a vendas e lojas conseguiram comercializar artigos que entravam desde o circuito formado pelos principais portos da região nas casas de negócio no interior da Paróquia.

Esses agentes eram negociantes residentes na região, que mantinham atividades de comércio de gêneros e prestação de serviços ligados aos principais ramos de produção e especializações que exigiam certo nível de conhecimentos como dominar uma língua,

⁵⁶ A atuação nos dois espaços, nos fluxos através do Rio Uruguai e ligando-se ou exercendo atividades em vendas, lojas ou ramos de negócios, caracterizou a estratégia de um comércio de grande porte e o uso do termo “caráter endógeno de atuação”, para determinar seus promotores. Jorge Tripowich, Pedro Larabure, José Marcenaro, Gil Rodrigues e sua família, Luis Canepa e Emigdio Bonorino foram os únicos que conseguiram atuar nos fluxos via rio Uruguai e ligar-se ou efetivar relações mercantis no interior da Paróquia, justificando o uso do termo aqueles que se destacaram ao longo das fontes no mercado interno e de exportação desde Itaqui.

⁵⁷ José Marcenaro só aparece nos dois espaços, interno e externo da Paróquia, quando se acrescentam os dados referentes às Notas de Tabelionato de Itaqui.

⁵⁸ IPM. APERGS. Porto Alegre. auto: 231, maço: 8, ano: 1874. Representa a ligação Gil Rodrigues – João Rivaldo.

⁵⁹ IPM. APERGS. Porto Alegre. auto: 186, maço: 6, ano: 1870. Representa a ligação Luís Canepa – José Antônio Figueira.

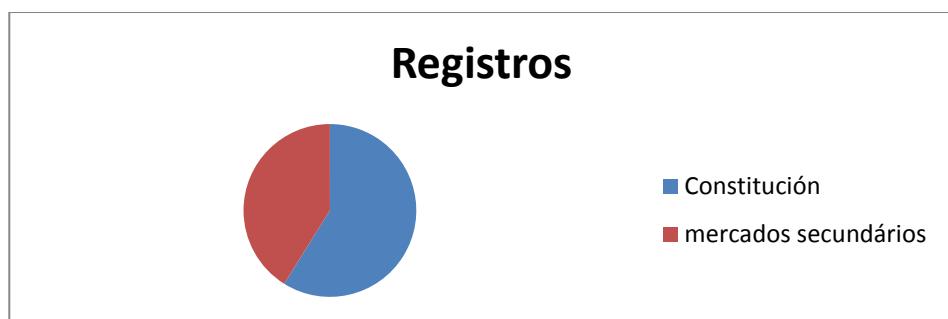
⁶⁰ IPM. APERGS. Porto Alegre. auto: 131, maço: 5, ano: 1864. Representa a ligação Jorge Tripowich – Paulo Moura.

intermediar relações e conflitos no espaço local ou atuar fabricando ou consertando embarcações.

O Estado Oriental, considerando-se agora Salto e a Constitución, era o mercado que envolvia a maioria dos interesses desses agentes, grandes companhias e famílias dedicadas a interlocução entre esses espaços limítrofes, deixando uma pequena parcela de itens para os mercados da Federación, Restauración, Monte Caseros, tidos nesse sistema como mercados secundários.

A caracterização de cidades e portos como pertencentes a um pequeno ou grande espaço de comércio foi considerada com base em quatro fatores: a distância desde Itaqui, a tonelagem de artigos que era importado por cada porto, o número de agentes envolvidos nos fluxos, e o grau de melhoramento técnico utilizado para a atuação nas atividades de transporte de bens e artigos, resultando nas parcelas concernentes à seguinte relação, onde se percebe a supremacia concedida ao Estado Oriental, destacado como destino principal dos produtos que saíam desde Itaqui.

GRÁFICO 2 – RELAÇÃO DE REGISTROS SAINDO PARA O ESTADO ORIENTAL⁶¹



FONTE: Listas de Alfândega. Mesa de Rendas de Itaqui, Janeiro de 1860 a maio de 1861. AHERGS. Porto Alegre⁶².

Os dados quantitativos descrevem o mercado da Constitución como interesse principal das redes e associações, públicas⁶³ e privadas⁶⁴ que predominavam nos fluxos que se

⁶¹ Nesse caso os mercados secundários seriam todos os demais mercados que não se destacavam nos autos quanto a esse porto específico, ou seja, os portos de Federación, Restauración, em ambos os lados da fronteira sofreriam com a presença da Constitución, que abarcava grandes agentes, e associações atuando nesses espaços.

⁶² Na amostra, Salto e Constitución, compreende o mercado do Estado Oriental.

⁶³ Baseado na descrição de Manoel Marenco, oriental, representando no mercado de bens urbanos, através da compra e venda. A denominação de pública refere-se a presença da Chancelaria de Montevidéu como origem dos capitais empregados por Manoel Marenco e a Conceição & Cia., nos mercados de terras e propriedades no interior da Paróquia.

desenvolviam até Salto e Montevidéu, destacando o papel das populações locais e de estrangeiros como as famílias Rodrigues (correntinos), Antônio Eugênio de Freitas Guimarães (saltino), e a família Veppo, de italianos residentes em Itaqui, que auferiam parcelas determinantes dos fluxos do que chamamos de grande comércio, formado pela rede Itaqui-Constitución-Salto.

O predomínio dos mercados orientais, destacando o *pueblo* da Constitución, mobilizaram um comércio de fluxo e contra-fluxos de itens como a erva-mate e manufaturados, geralmente europeus, artigos de luxo, vinhos e têxteis⁶⁵, que entravam pelo porto da Paróquia desde os portos orientais do Departamento de Salto com destino a Província de Entre Ríos.

O contexto que envolve o desenvolvimento desse sistema de concepção regional aponta para a presença do porto da Constitución⁶⁶, tendo a função de romper a dependência dos comerciantes e negociantes ao longo do Rio Uruguai das tarifas e impostos cobrados junto aos portos de Buenos Aires e Montevidéu.

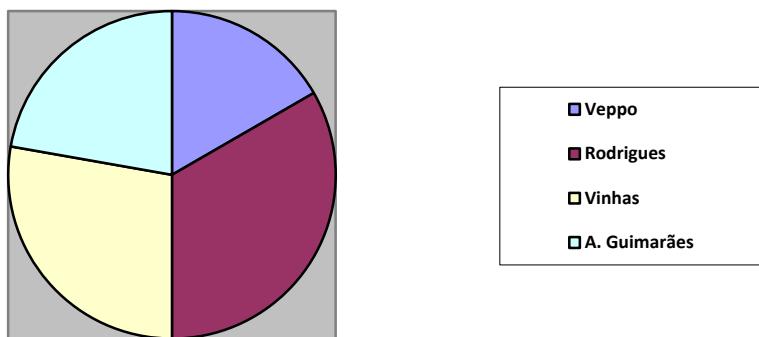
O fim do monopólio desses grupos que exerciam anteriormente a organização das atividades e fluxos desse comércio regional, permitiram a dinamização e a introdução de novos agentes nesses espaços econômicos, como se identifica na atuação de 4 núcleos de comerciantes locais. 18 registros envolviam esses agentes, entre 64 considerados, onde os Veppo aparecem em 3 saídas, a família Rodrigues mantém 6, José Vinhas apresentou 5 e Guimarães atuou 4 vezes, interligando os fluxos de comércio entre os portos da região, segundo o que se demonstra a seguir.

GRÁFICO 3 – MAIORES AGENTES DO COMÉRCIO FLUVIAL DA REGIÃO

⁶⁴ As companhias privadas são as companhias de comércio como a Almeida & Silveira, a Karsten & Cia., provenientes de Salto, Entre Ríos, Buenos Aires e Montevidéu que dinamizavam os fluxos de comércio desde Itaqui.

⁶⁵ Listas de Alfândega. Mesa de Rendas de Itaqui. Relação de itens nacionais exportados. Biênio 1857-1858.

⁶⁶ Aqui considerada também a presença da Federación, na Província de Entre Ríos.



FONTE: Elaboração Própria. Mesa de Rendas de Itaqui. Listas de Alfândega. Dezembro de 1860 a junho de 1861. AHERGS. Porto Alegre.

A partir da descrição desse mercado encontramos personagens que aparecem ligados à trama de relações que se estabelecem desde o contexto interno da Paróquia de São Patrício de Itaqui e ganham o exterior, se destacando no sistema de transportes de gêneros entre as povoações da região.

Luís Veppo e a família Rodrigues, através de Gil Rodrigues, ligavam-se a uma das maiores casas de negócio da Paróquia, pertencente ao português, José Antônio Figueira⁶⁷, garantindo o acesso desse comerciante aos importados, localizados nesse estabelecimento de comércio, adquiridos do contato com os fluxos mantidos desde o Estado Oriental.

Para os comerciantes da Paróquia, os padrões identificados nos Registros Paroquiais de Batismos e Inventários *Post-Mortem* de Itaqui, destacaram ligações promovidas com agentes que efetuavam fluxos no Rio Uruguai, como local de origem dos importados identificados em seus inventários, já que não se delineou ao longo da pesquisa nenhuma ligação desses agentes locais com negociantes de Porto Alegre ou Rio Grande, envolvendo artigos.

Pelos dados primários percebe-se que foram as famílias Rodrigues, Luiz Canepa, os Tripowich, José Marcenaro, e os Veppo, que participando de dois espaços relacionais, permitiram a integração do mercado interno e os fluxos externos de manufaturados na Paróquia, resultando na reprodução das atividades econômicas no espaço local. Esses agentes através de negócios, batizados e relações com credores ou devedores conseguiam manter seus campos de atuação, dinamizando as formas e ramos desses mercados.

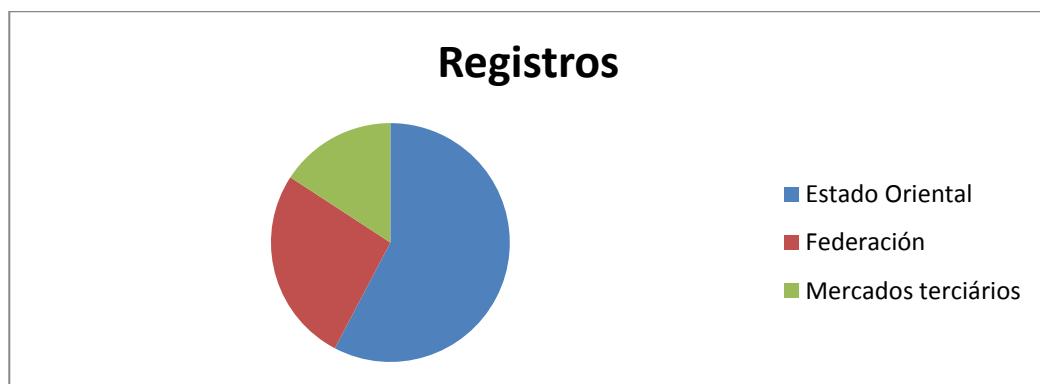
⁶⁷ Listas de Alfândega. Mesa de Rendas de Itaqui. Relação de passes expedidos relacionados com o inventário de José Antônio Figueira (IPM.. APERGS. Porto Alegre. auto: 186, maço: 6, ano: 1870).

Alguns agentes, como José Marcenaro, aproveitando-se do caráter de diversidade dos fluxos mercantis, proliferaram as atividades ligadas ao comércio de bens de raiz e embarcações na área, permitindo a esse agente atuar nos ramos de comércio endógeno e nas inúmeras negociações que surgiam em decorrência da presença do porto local e dos contatos com os fluxos de caráter exógeno.

Nessa realidade histórica, o espaço fronteiriço constitui-se em “*una nueva coyuntura internacional con fuerte protagonismo local*”⁶⁸ (GRIMSON, 2003, p.55), onde os grupos ligados ao comércio procuram novos mecanismos para efetivar sua atuação social, política e cultural.

Desde ligações familiares, laços de vizinhança, relações clientelistas ou econômicas efetivavam-se atividades específicas entre comerciantes e outros personagens estrangeiros, oportunizando as populações limítrofes novas oportunidades sociais e econômicas, promovidas graças aos movimentos do comércio fluvial e dos agentes dedicados às atividades de fornecimento e transporte de gêneros. Desses contatos e articulações surge uma tripartição entre os mercados, segundo os dados expostos a seguir:

GRÁFICO 4 – DIVISÃO DO MERCADO QUANTO AOS DESTINOS⁶⁹



FONTE: Listas de Alfândega. Mesa de Rendas de Itaqui, Janeiro de 1860 a maio de 1861. AHERGS.
Porto Alegre.

Nessa descrição, Itaqui aparece formando as bases de um mercado que se praticava em prejuízo a Buenos Aires, onde a Província e numa concepção local a Paróquia buscavam ampliar suas ligações com Entre Ríos, graças às taxas diferenciais que a Confederação cedera

⁶⁸ Uma nova conjuntura internacional com forte protagonismo local.

⁶⁹ Nesse aspecto o Estado Oriental contempla Salto, Constitución, como integrantes do Estado Oriental. O termo outros se refere a mercados menores, como Restauración, localizados na Confederação Argentina.

às províncias do interior argentino. A diversidade desses negócios mobilizou inclusive nos espaços da Província de Entre Ríos, uma segmentação entre mercados locais mais ou menos importantes, onde impera Federación quando comparada a mercados ditos terciários como Restauración⁷⁰. Desde o porto da Federación, infindáveis fluxos de mercadorias entrando por meio ilícito dinamizavam os mercados do interior argentino favorecendo o comércio e as populações locais, que teriam acesso a gêneros manufaturados.

Para Schmit (2008), a fragilidade atribuída às instituições é um aspecto que se tornou determinante para a ampliação do comércio praticado entre as regiões fronteiriças. Há, segundo o autor, uma intensa flexibilização dessa fronteira, na medida em que se estabelecem oportunidades de rendas advindas do comércio praticado entre as cidades próximas.

O autor aponta que na década de 1840, já se efetivava um desejo por parte das elites do interior da Federação, Províncias de Corrientes e Entre Ríos de incrementar contatos com os fluxos mercantis do ultramar.

Nesse período, Cervo (1981) aponta para a articulação de fluxos regionais de comércio ligados aos interesses de negociantes franceses e ingleses, estratégias ligadas às burguesias comerciais de Corrientes e Entre Ríos para eliminar atravessadores nos fluxos de comércio.

Esse conjunto de nexos causais levou os grupos e companhias europeias, afastadas do comércio praticado no porto do Rio de Janeiro, pelas políticas fiscais do Império do Brasil, de 1840, a migrarem suas atividades para a região platina, onde articularam seus interesses junto ao sistema econômico que se incrementava entre os portos locais.

Logo, o Prata seria uma opção para sustentar o excedente de produção das duas nações europeias em novos mercados, ao integrar as produções de artigos dos “saladeros” aos fluxos mercantis que se efetivavam em virtude da presença do rio e das inúmeras embarcações estrangeiras, ampliando as ligações com as Províncias e Departamentos dos países dessa região a partir do comércio de itens como tabaco e erva-mate (COLVERO, 2004).

Assim, a absorção de economias naturais manteria os fluxos de artigos mais especializados nesses mercados, graças à articulação de mercados baseados no artesanato rudimentar e em uma pequena atividade comercial de gêneros da terra aos circuitos mercantis que se constituíam entre os portos com acesso ao Rio Uruguai.

Esses contatos mercantis revelam uma fronteira suscetível às trocas e à livre circulação de pessoas, mercadorias e costumes, favorecendo a atuação de interesses específicos para a formação desses mercados. Os fluxos de artigos manufaturados, capitais e os interesses de

⁷⁰ Restauración, juntamente com Monte Caseros integram a parte em verde no Gráfico 4, onde o Estado Oriental tem 57,7% dos mercados, a Federación 26,7% e mercados como Restauración, juntos são 15,8% da amostra.

organizações nessa dinâmica se reproduziram através das relações entre os portos e o capital externo, geralmente ligado aos negociantes orientais.

A partir dos rios interiores ao Continente, se mobilizaram as ligações entre Corrientes, Entre Ríos, Salto aos interesses do capitalismo comercial, compreendendo os fluxos do comércio de mulas, vacuns e vinhos na primeira metade do século XIX, e se prolifera aos manufaturados com o advento da industrialização e a migração de populações europeias a partir de 1850.

Dos vários artigos que se multiplicavam nos fluxos através do Rio Uruguai, também se destacaram o charque, o sebo e a erva-mate, todos com destino aos espaços limítrofes e outros gêneros como couros, tábuas, tamancos, sabão, arreios, “*bolaxas*”, aguardente, pratos de folha e farinha de mandioca que compreenderam pequena parcela dos registros da Alfândega de Itaqui para o período de análise.

Apesar do período restrito utilizado para analisar esse comércio fluvial, pela limitação de fontes referentes à área, a Alfândega local, através do biênio 1857-1858 aponta para a existência de produtos nacionais destinados para áreas limítrofes como Cruz, a partir de arreios, “*bolaxas*” e pratos de folha, gêneros para consumo doméstico ou instrumentos de trabalho, registrados sempre em pequenas quantidades. Esses Produtos não faziam parte dos itens destinados a mercados maiores como: Federación e a Constitución, interesse dos grandes negociantes.

Quanto aos artigos⁷¹, a dificuldade de contatos de Itaqui para o interior da Província, levou os negociantes a buscar as ligações através do Rio Uruguai visando obterem desses contatos os têxteis, roupas e instrumentos de trabalho (COLVERO, 2004). Essas relações representam a noção de complementaridade existente entre os mercados das cidades da região platina, quando considerado o comércio de artigos diversos.

Medrano (1989), quando trata da dinâmica desse comércio praticado através do Rio Uruguai durante a década de 1860, salienta fluxos de artigos que se incrementaram de forma ilícita, a partir da conjunção de atividades ligadas aos rios da região e ao transporte terrestre de mercadorias, justificando a presença de portos como o da Federación.

⁷¹ Refere-se em caso específicos a artigos transportados por carretas, uma vez que os sistemas de créditos, a aquisição de bens de raiz e outras relações que não envolvessem a necessidade de vias de comunicações permitiram a ligação com cidades como Porto Alegre, São Gabriel e Santa Maria, indo de encontro às redes propostas por Colvero (2004) dando uma nova versão as atividades que se promoviam nesse espaço. Segundo os dados de Procurações e Notas de Tabelionato, desde 1850 até meados da década de 1875, Itaqui consegue se independer dos fluxos mantidos com Uruguiana, abordada segundo uma posição mais privilegiada em relação à Itaqui, segundo as obras de Colvero (2004) e Thompson Flores (2007).

Outro porto também citado pela autora, Concórdia, se destaca nos autos que tratam da região como importador de gêneros da Paróquia, a partir de 958 arrobas de erva-mate, um comércio considerado de pequena escala, se comparado às saídas e aos agentes ligados aos mercados de Entre Ríos, como exposto na Tabela 6.

TABELA 6 – RELAÇÃO DE AGENTES LIGADOS A CONFEDERAÇÃO 1860-1861

Agente	Mercado	Saídas
José Marcenaro	Federación	1
Anacleto Nogueira	Federación	1
Francisco Ventura	Federación	1
Izidoro Sanches	Federación	1
José Vinhas	Federación	3
Elias Chelalich	Federación	1
Mathias Guilherme Wich	Federación	1
Paulo Maidana	Restauración	1
Eusébio Saraiva	Federación	1
Gil Rodrigues	Restauración	1
Thomaz Jerônimo	Federación	1

FONTE: Elaboração Própria. Mesa de Rendas de Itaqui. Listas de Alfândega. Dezembro de 1860 a maio de 1861.

A plena navegabilidade do Rio Uruguai promoveu, nesses espaços, intensas trocas, graças à mobilidade das populações, artigos, e a atuação de pequenos e grandes agentes identificados nos autos de exportação desde Itaqui.

Em geral, os pequenos negociantes mantinham atividades de forma individual, interligando os fluxos com a Federación, como José Vinhas, que consegue se manter atuando de forma constante em mercados de menor proporção como o da Federación. Como exposto na tabela mercados como Restauración e Federación, eram explorados por comerciantes e negociantes menores que não conseguiam manter o interesse que gozavam os portos de Salto, nesse circuito mercantil.

A Federación, por estar mais próxima do que a Constitución, apresentou a maior diversidade de agentes que se utilizavam em geral de embarcações mais rústicas, as

chalupas⁷², meios de transportes preponderantes nas ligações com a Confederação, para promover um comércio de pequena escala se comparado aos contatos com o Estado Oriental⁷³.

Logo, todo o contato positivo com o exterior era mantido segundo a atuação de algumas famílias que podiam contar com muitos membros para efetivar seus contatos, possuir uma inovação que permitisse auferir maior mobilidade no transporte de gêneros, ou mesmo suportar uma maior tonelagem de carga a ser comercializada⁷⁴, levando à concentração da maior parcela do mercado local nas mãos das redes e associações familiares ligadas a Constitución.

A atuação das famílias e associações pode ser descrita desde o mês de abril de 1861, a partir dos 10 passes expedidos, onde 7 estavam nas mãos de italianos, José Vinhas (2 vezes registrado), Julio Veppo, Vicente Bianchi, José Marcenaro e João Baptista Veppo, representando esse comércio caracterizado como de grande porte.

A Constitución, porto localizado logo abaixo do porto de Federación, seguindo em direção ao Atlântico ao longo do Rio Uruguai, pela maior distância tornou-se com o tempo mais aprazível à atuação das associações e redes familiares. A tecnologia empregada para a interlocução desses fluxos distingua-se pela maior mobilidade relacionada aos carregamentos de artigos, que seriam posteriormente introduzidas de forma ilícita nos mercados de Entre Ríos e Corrientes.

A migração de famílias estrangeiras, citadas por Chiaramonte (1991), desde Corrientes, e o grande volume de agentes estrangeiros (orientais, franceses e italianos), muitos deles residentes, garantiram a migração de atividades econômicas entre esses os espaços limítrofes a Itaqui, caracterizando o caráter integracionista dessa fronteira.

O número de associações, capitais e companhias estrangeiras dedicadas aos contatos com Itaqui torna-se um elemento determinante para se destacar a importância dos mercados interiores da Província para a proliferação dos capitais estrangeiros.

Alguns desses negociantes além da atividade de mercancia através do rio Uruguai, ainda se dedicavam a outras atividades como José Marcenaro e a família Veppo⁷⁵. Os Veppo mantinham um comércio na Paróquia de bens de raiz, onde Luís Veppo vendera ao senhor

⁷² Proliferam essas embarcações em virtude do calado, de pequeno porte, sendo mais suscetível a atividade do rio Uruguai, permitindo maior mobilidade, estas se destacavam na ilicitude praticada entre portos menores.

⁷³ Pequena escala se refere ao número de ligações, pois a Federación se distinguia as maiores tonelagens de artigos, em geral erva-mate.

⁷⁴ Baseada na constituição de escunas e vapores em relação aos lanchões e palhabotes.

⁷⁵ Identificado no Livro de Notas. 1º Notário de Itaqui. Livro 1. 1 de outubro de 1858. Escriptura pública de compra e venda de morada de casas de Luiz Veppo a Pedro Croharé.

Croharé, francês, um terreno na via urbana. E José Marcenaro que também participava das transações que envolviam embarcações⁷⁶.

Na obra de Thompson Flores (2007), a família Croharé é acusada de manter redes ilícitas de gêneros desde Restauración, hoje Paso de Los Libres, na Província de Entre Ríos, para as cidades da fronteira oeste, nesse caso Uruguaiana, revelando a permanência de formas de relações extraeconômicas constituindo esses mercados⁷⁷ fronteiriços.

Da relação entre esses agentes se percebe que o Rio Uruguai, aliado aos fluxos através da fronteira de itens como a erva-mate, permitiu o desenvolvimento de novas opções de renda às populações limítrofes através da manutenção de atividades artesanais de concepção local e fluxos lícitos e ilícitos de artigos estrangeiros, caracterizando a complexidade desse mercado ligado à Itaqui.

Segundo o exposto por Osório (1999), uma marca desses espaços é a diversificação das atividades, que se articulam na segunda metade do século XIX às conjunturas de demanda restrita, mercados cativos e diferenciação de ramos de atividades⁷⁸, para constituir os principais fatores de regulação desses mercados.

Itaqui, a partir de 1850 contava com grande parte desses elementos⁷⁹ e estratégias que se mantém na região de fronteira oeste, graças à presença do rio, e a instabilidade desses mercados, obrigando a diferenciação das atividades dos agentes ligados à mercancia. Para Osório (1999, p. 276):

A instabilidade do mercado pré-capitalista obrigava a diferenciação dos ramos de negócios. Por outro lado, o caráter restrito do mercado, suas escassas opções econômicas, sua falta de elasticidade e demanda restrita, não permitia uma aplicação de todo o investimento do grande comerciante em um único setor de atividade.

Muitos desses elementos se tornaram recorrentes na dinâmica que se evoluía desde Itaqui, seja no espaço interno ou nos mercados externos a que a Paróquia se entrelaçava,

⁷⁶ Atuação destacada no Livro de Notas. 1º Notário de Itaqui. Livro 1. 18 de outubro de 1858. Escriptura pública de compra e venda de uma chalana Nacional denominado Magdalena.

⁷⁷ Relações formadas com vínculos de vizinhança propostas na obra de Polanyi (2000).

⁷⁸ Se configura quando se estabelece um único vapor nesses mercados, um monopólio tecnológico que elimina em certos períodos parcelas determinantes de agentes que atuam nos fluxos. E a atuação em variados ramos de negócio por parte de muitos agentes se torna uma marca desse espaço de fronteira.

⁷⁹ A dinâmica mercantil desde Itaqui é marcada pela: presença de monopólios, redes de comercialização restrita, baixa demanda, caráter rudimentar das forças produtivas, mercado marcado pela presença de laços de compadrio, vizinhança e solidariedade que descaracterizam um a economia de mercado.

desde meados do século XIX, envolvendo também a presença de monopólios na mãos de redes e famílias, no mercado interno e de exportação ligados a Paróquia.

Quanto à constituição desses mercados, o trabalho de Medrano (1989) permitiu identificar o caráter exógeno das práticas mercantis referentes a Itaqui, articulando os mercados orientais e da Confederação Argentina através de atividades de fabrico, reparo e comercialização de embarcações desempenhadas por populações locais de estrangeiros residentes⁸⁰, concedendo um caráter local⁸¹ a algumas atividades de produção.

Revelou ainda que parcela dos mercados de produção estava nas mãos de nacionais⁸², dedicados à comercialização de gêneros, reparo e fabrico de instrumentos de trabalho, disputando nesse ramo espaço com grupos e organizações estrangeiras⁸³.

A preponderância dos dois mercados secundários, os portos da Constitución e da Federación, se confirma quando no mês de abril são expedidos 10 passes, onde cada porto da relação respondia por 5 entradas.

Em geral, de dezembro de 1860 a maio de 1861, dos 64 registros de saídas de embarcações desde Itaqui, a constituição dos mercados envolve a Federación, com 30% dos passes expedidos, promovidos desde a atuação de 15 agentes⁸⁴.

Abadie e Romero (2000), já apontam nesse período, para a presença dos vapores funcionando graças ao capital inglês, interligando os mercados de Salto e Montevidéu desde a década de 1860. Esses meios mais avançados de locomoção ampliaram a capacidade desses mercados de se reproduzirem oferecendo artigos diversos a uma maior quantidade de espaços.

Nesse contexto, Salto promoveu a introdução de outro mecanismo diferenciado nesses mercados a partir do capital financeiro italiano (SCHMIT, 2008), destacando ainda mais a importância desses espaços de comércio pela presença de vários países entrelaçando fluxos entre os portos e países da região.

Dos gêneros exportados desde Itaqui, se destaca uma grande diversificação de artigos derivados da atividade de criação envolvendo graxa, sebo e charque e outros itens

⁸⁰ Sediados na Paróquia, geralmente descendentes de estrangeiros migrantes, em geral italianos.

⁸¹ Referência à produção local de embarcações e beneficiamento de couros vacuns.

⁸² Baseado na atuação de Emigdio Bonorino como juiz, negociante, fármaco, tenente da Guarda Nacional e negociante de embarcações. Este nacional teria grande participação nesses mercados.

⁸³ Baseado na atuação de Emigdio Bonorino nos fluxos desempenhados entre o comércio fluvial no Prata.

⁸⁴ Acredita-se que havia um caráter de concorrência entre os dois portos, haja vista, que ambos ficava muito próximos, ademais a Federación mesmo tendo direitos diferenciais para a entrada de gêneros estrangeiros ainda perdia quanto a preferência das associações e redes para a Constitución, do outro lado, pelo fato desta estar mais próxima a Montevidéu, deveria se confirmar a preferência aquele porto devido a sua melhor relação com os artigos vindos da Europa.

transformados como “bolaxas”, pratos de folha e instrumentos de trabalho como arreios, louças e comedíveis⁸⁵.

Destacam-se nas listas outros gêneros dentre os quais couros e “táboas” (que acreditamos ser uma referência à madeira trabalhada), tamancos, sabão, farinha de mandioca e aguardente. São poucos os registros concernentes à exportação de gêneros transformados mais específicos nesse espaço, atestando a importância da economia natural para a proliferação dos fluxos entre os mercados limítrofes.

No espaço interno da Paróquia, as ligações com os fluxos do comércio fluvial promoveram a introdução de uma grande diversidade de bens e artigos, envolvendo desde instrumentos de trabalho como as mesas de picar fumo e os moinhos de café. Esses itens que se destacam no inventário de José Antônio Figueira, supostamente não teriam origem no espaço local, tendo portanto origem nos espaços exteriores a Paróquia.

No rol de bens de sua casa de comércio, se destacam entre outros os artigos de seda, uma bandeira portuguesa, além de itens específicos, demonstrando a preocupação com a educação e a erudição das pessoas integrantes desse meio. Há nesse inventário referências a vinhos e bebidas vindos do exterior, dentre garrafas de *Leroj*, vidros de água de colônia, compêndios de doutrina e obras literárias, que apareceram no rol de artigos de sua casa de negócio graças a ligação que mantinha com Gil Rodrigues, membro da família Rodrigues que mantinha fluxos ligados ao Estado Oriental⁸⁶.

1.3. A PERSPECTIVA DOS MERCADOS LOCAIS

Acredita-se que parte das atividades comerciais que se estabeleceram em Itaqui estavam intimamente ligadas à dinâmica que se estabeleceu no Império, quando as políticas de 1840, que buscavam contrabalançar o poder de potências como a Inglaterra e a França sobre os fluxos de comércio desde o Rio de Janeiro e portos oficiais atlânticos (CERVO; BUENO, 2008).

Nesse contexto, a orientação econômica das principais potências industriais europeias buscava partir desde o litoral fluminense em direção ao estuário do Prata, tornando-se uma base para a discussão acerca do processo de dinamização das atividades de comércio nas

⁸⁵ Listas de Alfândega. Mesa de Rendas de Itaqui. Relação de itens nacionais exportados, 1857-1858.

⁸⁶ IPM. APERGS. Porto Alegre. Auto: 186. Maço: 7. Ano: 1870.

regiões interiores do continente, e nas fronteiras entre o Estado Oriental, a Confederação Argentina e o Império do Brasil.

Na fronteira oeste da Província, essas políticas reordenaram a organização dos espaços de trocas e a atuação de companhias e empresas estrangeiras que procuravam novos espaços para se introduzirem seus artigos, e efetivar ligações com Buenos Aires e Montevidéu.

O capital privado do Império a partir de Mauá, na Confederação Argentina e no Estado Oriental seria outro dos instrumentos incentivados pelo parlamento fluminense para manter sua supremacia no estuário do Prata, promovendo um cenário favorável para a manutenção e reprodução dos fluxos de comércio, que se articulava a instalação de populações estrangeiras nesses espaços.

Às margens do Rio Uruguai, Itaqui além das causas decorrentes do cenário do Império, sofria os reflexos do contexto político, econômico e fiscal que se incrementava nas províncias do litoral argentino. Com a liberação da navegação nos rios da região, os conflitos políticos e econômicos intensificaram os movimentos de imigrantes italianos, ligados como Nicolas Pasio⁸⁷, às atividades de fabrico e comércio de embarcações.

Nos movimentos de comércio as tecnologias de transporte, variando desde meios rústicos como os lanchões⁸⁸ até chegar à atuação do Vapor Uruguai⁸⁹, criaram setores avançados ligados à circulação e comércio de gêneros.

Segundo Schmit (2008), na área, as novas tecnologias que surgem a partir da atuação de vapores e escunas, interligando os fluxos, apoiaram os interesses dos comerciantes e dos grupos mercantis, criando pequenos e grandes mercados na região.

No gráfico a seguir, prepondera Constitución, com 34 ligações, mantidas em sua maioria por vapores e escunas interligando os fluxos. Nos mercados secundários, como o da Restauración, predominavam lanchões e chalupas, equipamentos mais rudimentares que mantinham fluxos locais de comércio.

⁸⁷ Auto: 1612; maço 40, ano: 1864; Juizo Municipal e do Comércio de Itaqui. 5 de julho de 1864. Identifica-se a partir desse agente, negociantes que se dedicam a produção e a comercialização direta de seus gêneros no mercado.

⁸⁸ Como descrito na Gráfico 1, os mercados mais perto, como Cruz não atraíam a atenção dos agentes e setores de transportes, assim como Monte Caseros e Santa Roza. Para auferir maior número de agentes, percebe-se que o mercado deveria reunir capacidade demográfica para demandar a produção, tarifas diferenciais como no caso de Entre Ríos (ROMERO, 2012) oferece aos produtos estrangeiros concorrendo com Buenos Aires a partir da queda de Rosas em 1852. A baixa de impostos aos produtos estrangeiros ofereceu aos comerciantes brasileiros, condições para aumentar a demanda de seus produtos, haja vista a queda do preço, decorrente da baixa das tarifas de importação.

⁸⁹ Identificado nos dados da Mesa de Rendas de Itaqui. Listas de Alfândega. Dezembro de 1860 a maio de 1861. AHERGS. Porto Alegre.

TABELA 7 – REGISTRO DA COMPOSIÇÃO ESPACIAL DO MERCADO QUE SE PROLONGAVA AO LONGO DO RIO URUGUAI (1860-1861)

Cidade ou Departamento	Registros de saída	Caráter	Embarcações rápidas	Embarcações rudimentares
Federación	19	Longa	Chalupa	Lanchões
Constitución	34	Pequena	Vapor	Escuna
Restauração	2	NL	Chalupa	Lanchão
Salto	2	Longa	Escuna	Chalupa
Monte Caseros	1	Pequena	Palhabote	
Cruz	1	Pequena	Chalupa	
Concordia	0	Longa		
Santa Roza	1	Pequena	Lanchão	
Passo de Itaqui	0	Pequena		

FONTE: Elaboração própria. Mesa de Rendas de Itaqui. Listas de Alfândega. Dezembro de 1860 a maio de 1861.

Predominava desde Itaqui um mercado bastante articulado às necessidades dos agentes mercantis, promovendo o desenvolvimento de fluxos de concepção local, para onde se deslocavam lanchões e palhabotes, como descrito na tabela 8. Os lanchões ajudam a compreender a formação dos mercados de pequena amplitude, se destinando as áreas limítrofes à Paróquia, constituindo um comércio de menor cabedal econômico.

TABELA 8 – DESCRIÇÃO DA TECNOLOGIA DE TRANSPORTE EMPREGADA NA INTERLIGAÇÃO DOS MERCADOS DE PEQUENO PORTE

Tecnologia de transporte	Agente	Destino
Lanchão	Francisco Rodrigues	Federación
Lanchão	Gil Rodrigues	Restauración
Lanchão	Francisco Ventura	Federación
Lanchão	Anacleto Nogueira	Federación
Lanchão	Paulo Maidana	Restauración
Lanchão	José Rodrigues	Constitución
Lanchão	Vicente Bianchi	Federación
Lanchão	João Baptista Veppo	Constitución
Lanchão	João Baptista Veppo	Constitución
Lanchão	José Bera	Santa Roza
Lanchão	José Rodrigues	Constitucion
Lanchão	José Altamirano	Restauración

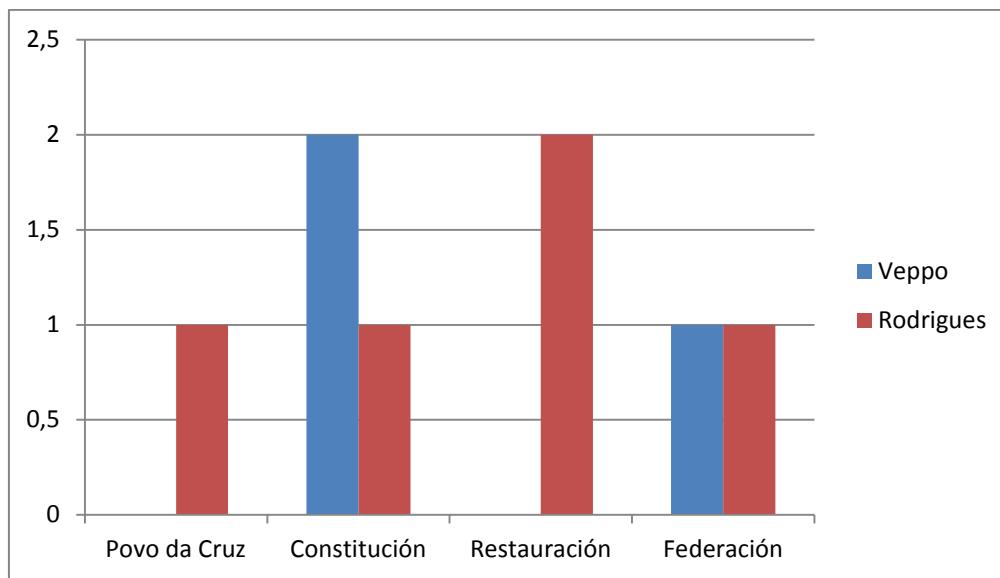
FONTE: Elaboração própria. Mesa de Rendas de Itaqui. Listas de Alfândega. AHERGS. Porto Alegre. Dezembro de 1860 a maio de 1861.

Esses agentes, ligados a mercados locais, baseados em práticas predominantemente costumeiras, utilizando-se de lanchões e palhabotes, tiveram que adaptar seus negócios a presença de populações estrangeiras e instituições financeiras na área, se adequando ao momento de modernização dos fluxos, como fizeram as famílias Rodrigues e Veppo, na década de 1860.

Gil Rodrigues, José Rodrigues e Francisco Rodrigues se destacaram nas relações entre o Estado Oriental e a Confederação Argentina, interligando como proposto mercados secundários, com base nas estratégias permitidas pela diferença fiscal entre esses espaços, assim como fizera José Marcenaro.

Essas famílias e agentes ligavam-se simultaneamente a pequenos e grandes mercados, ao contar com muitos membros ou inovações, barcos de grande velocidade ou capacidade de cargas, para promover um número ampliado de ligações e estratégias múltiplas nesses espaços. A atuação dos mais destacados desses agentes se apresenta no gráfico a seguir:

GRÁFICO 5 – FAMÍLIAS DE DESTAQUE NOS AUTOS – ASSOCIAÇÕES (1861)



FONTE: Elaboração própria. Mesa de Rendas de Itaqui. Listas de Alfândega. AHERGS. Porto Alegre. Dezembro de 1860 a maio de 1861.

Alguns desses agentes e famílias que formavam os fluxos (Veppo, Marcenaro, Vinhas), descendentes de italianos, residentes em Itaqui, ajudaram a promover o desenvolvimento de setores ligados ao comércio de artigos e a prestação de serviços na Paróquia. O gráfico abaixo aponta a proporção dos mercados atendidos por essa nacionalidade em relação aos demais agentes no espaço de Itaqui, mantendo os migrantes europeus residentes, certa hegemonia nesses mercados limítrofes.

GRÁFICO 6 – DEMONSTRATIVO DE NACIONALIDADES OPERANDO NO RIO URUGUAI 1861⁹⁰.

⁹⁰ Não italianos refere-se a saltinos, correntinos, entrerrianos e brasileiros atuando nos fluxos. Quando na tabela 9, os brasileiros serão tratados em separado dos saltinos, correntinos e entrerrianos, para demonstrar a formação dos fluxos.

Presença dos italianos em relação aos demais agentes que atuavam nesses espaços



FONTE: Elaboração própria. Mesa de Rendas de Itaqui. Listas de Alfândega. Março de 1861. AHERGS. Porto Alegre. Os italianos são migrantes entre os espaços limítrofes de Entre Ríos e Corrientes ou residentes na Paróquia de São Patrício de Itqui.

Para Romero (2012), o Tratado de 1851 e a dinâmica política que levou ao poder de Urquiza, em 1852, criando a Confederação Argentina, se tornou um fator determinante para promover a dinamização dos fluxos entre os rios da região, beneficiando os agentes dedicados ao comércio nos diversos portos da região.

A proliferação dos tratados e a migração de populações que intensificou as rendas e a troca de artigos entre as cidades da região, criou um espaço favorável à circulação dos capitais mercantis, na década de 1860 (CERVO; BUENO, 2008).

Para os autores, os italianos⁹¹, identificados nessa pesquisa como residentes nas localidades limítrofes ao Rio Uruguai, promoveram a partir de seus artesãos e marinheiros, a organização e a dinamização das estratégias, ampliando os movimentos de comércio que partiam desde Itaqui. Esses italianos mantinham associações familiares, além das atividades ligadas ao comércio de terras e bens urbanos no interior da Paróquia⁹².

Na segunda metade do século XIX, a diversificação dos ramos de negócios, é uma das características dos mercados limítrofes ao Rio Uruguai, fruto da articulação entre mercados de bens de raiz e fluxos do comércio de cabotagem praticados por agentes como José Vinhas, que ocupavam parcela significante dos mercados, como descrito na relação seguinte:

⁹¹ Cervo (1981) destaca as levas de estrangeiros, especificamente italianos, que entraram no país, contribuindo para a diversificação da economia, a urbanização e a multiplicação das atividades que compreenderiam a aquisição de um sistema de crédito e um ativo comércio interno. Assim os 1.607.888 italianos que chegaram ao país entre 1820 e 1869 intercalaram na sociedade uma multiplicidade de novas atividades e formas de atuação. Uma delas seria o desenvolvimento de linhas de navegação.

⁹² A atuação de Marcenaro e da família Veppo são descritas pelas Listas de Alfândega da Mesa de Rendas de Itaqui. Dezembro de 1860 a maio de 1861.

TABELA 9 – DEMONSTRATIVO DE EXPORTAÇÕES ATRAVÉS DO RIO URUGUAI:
NACIONALIDADE DOS AGENTES LIGADOS AOS FLUXOS (1860-1861).

Período	Agentes	Grupo dominante	Proporção
Dezembro de 1860	19 ⁹³	Brasileiros 7	36,8%
Janeiro de 1861	7	Brasileiros 3	42,8%
Fevereiro de 1861	6	Brasileiros 3	50%
Março de 1861	4	Italianos 2	50%
Abril de 1861	9	Italianos 6	66,6%
Maio de 1861	16	Platinos 5	31,25%
Total do Período			
Dos italianos	10 agentes	16 saídas	25% do mercado
Dos brasileiros	18 agentes	11 saídas	28,1% do mercado

FONTE: Elaboração própria. *Listas de Alfândega. Mesa de Rendas de Itaqui. Dezembro de 1860 a maio de 1861. APERGS, Porto Alegre.*

Da descrição na tabela, surge um ambiente mercantil formado por diversas nacionalidades operando nos fluxos, onde os europeus respondiam por 50% dos registros nos autos. O conjunto formado por saltinos, correntinos, entrerrianos, representava 22,7% da amostra, enquanto os brasileiros ocupavam 27,3% do mercado⁹⁴.

A progressão da atuação dos italianos nos autos foi identificada com base nos seguintes números, concernentes aos fluxos através do porto (ver Gráficos 7, 8 e Tabela 9). No cômputo dos dados relativos à amostra do comércio percebe-se que os italianos conseguem se manter com base em relações estáveis ao longo dos períodos.

Fazendo um parâmetro sobre a organização desses mercados, com base nos dados do gráfico 7, percebe-se que os italianos embora tendo registrado flutuações em suas atividades entre os meses de análise, conseguem se manter sobre o todo de agentes que se dedicavam aos fluxos desde Itaqui.

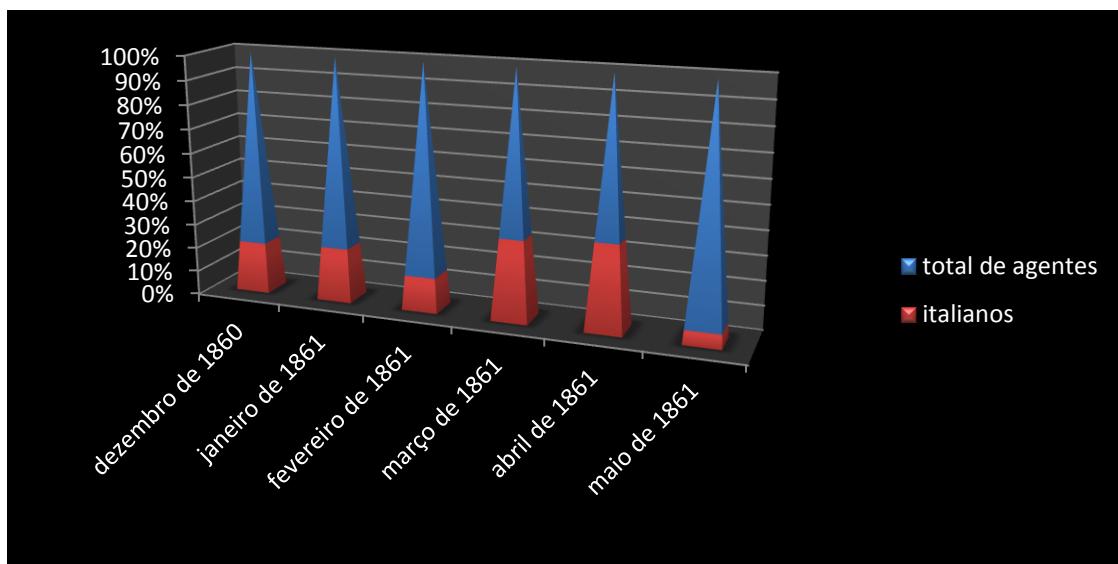
Do total de agentes mercantis tem-se que, dentre 19 membros, 5 são italianos, executando suas atividades em dezembro de 1860 (sendo 26,3% dos agentes) e de forma estável ainda teriam 28,5% dos agentes para janeiro de 1861, 16,6% de fevereiro de 1861, março e abril de 1861, com variações entre 50% e 56% dos agentes registrados como

⁹³ Foram computadas 20 saídas com 19 agentes, sendo Antônio Eugênio de Freitas Guimarães com duas saídas registradas, com o vapor Uruguai. Duas associações familiares atuavam os Veppo e os Rodrigues, com João Baptista Veppo e Julio Veppo, os Rodrigues atuavam com Gil Rodrigues e José Rodrigues.

⁹⁴ Baseado nos dados das Notas de Tabelionato relacionados às Listas de Alfândega de Itaqui.

italianos, e como na amostra 6,6%, 1 agente também em maio seria dessa nacionalidade, segundo o que se demonstra no gráfico 7.

GRÁFICO 7 – PARTICIPAÇÃO DE ITALIANOS NOS REGISTROS



FONTE: Elaboração própria. Mesa de Rendas de Itaqui. Listas de Alfândega. Dezembro de 1860 a maio de 1861. AHERGS. Porto Alegre.

As associações estrangeiras atuando somavam 75% da amostra (ver Tabela 3), sendo 100% dos agentes operantes desde os espaços dos países limítrofes, onde Salto⁹⁵, Montevidéu⁹⁶ e Entre Rios⁹⁷ figuravam como centros propulsores de suas atividades, favorecendo correntinos, saltinos ou entrerrianos⁹⁸ desde as ligações com Itaqui, identificados pelos dados dos Registros Notariais do Tabelionato local.

⁹⁵ Baseado na atuação de Antônio Eugênio de Freitas Guimarães, descrito pelo www.familysearch.com.br como saltino. Este mantinha suas relações executando nos registros atividades de interligação dos fluxos através do vapor Uruguai.

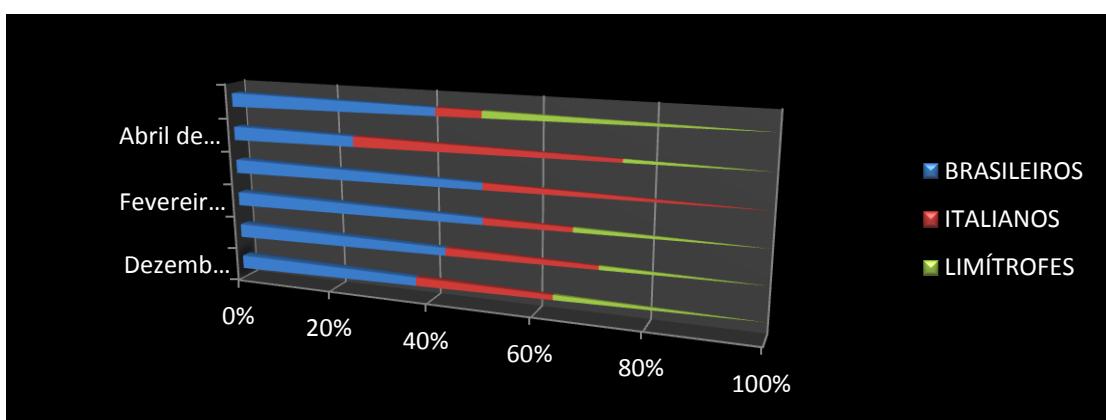
⁹⁶ Do Estado Oriental, desde a Chancelaria de Montevidéu, se mantém atividades ligadas a um comércio de terras, onde a companhia de Montevidéu manteria a compra de bens de raiz a partir da atuação de Manuel Marenco, oriental, que mantinha uma atividade baseada na compra de casas e terras, propriedades em Itaqui para vendê-las a associação de negociantes orientais.

⁹⁷ Desde Entre Rios mantinham-se a maioria das relações referentes aos fluxos desde Itaqui. Identificamos nos autos uma associação de comerciantes que operava desde Concórdia, mantendo relações com comerciantes de Itaqui.

⁹⁸ A designação platinos, refere-se a saltinos, correntinos, entrerrianos, populações de fora dos limites de Itaqui, que se utilizavam das diferenças fiscais para introduzir artigos mais baratos nos espaços do Império do Brasil. Como Manoel Marenco introduziam capitais externos nos mercados que se estabeleciam na Paróquia.

No (gráfico 8) se observa que o espaço de disputa por mercados obedecerá quase a mesma conformação do espaço interno da Paróquia, baseado na tripartição, dos setores de comércio e de transporte de itens entre brasileiros, europeus residentes com destaque aos italianos, e populações limítrofes ao rio Uruguai⁹⁹.

GRÁFICO 8 – COMPARATIVO ENTRE BRASILEIROS, ITALIANOS E POPULAÇÕES LIMÍTROFES NA SEGMENTAÇÃO DOS MERCADOS¹⁰⁰



FONTE: Elaboração própria. Mesa de Rendas de Itaqui. Listas de Alfândega. Dezembro de 1860 a maio de 1861. AHERGS. Porto Alegre.

Os dados relativos ao gráfico 8, revelam mercados orientados segundo a atuação de três grupos, com características distintas, envolvendo, por exemplo brasileiros que tinham

⁹⁹ Esses dados são específicos das Listas de Alfândega. Mesa de Rendas de Itaqui. 1860-1861. AHERGS. Porto Alegre.

¹⁰⁰ A segmentação do mercado como no mês de março tenderia a eliminar parcela determinante dos agentes no mercado, nesse caso, populações de Salto, Corrientes e Entre Ríos, mesmo eles tendo já para esse período redes, associações e vapores atuando nesse mercado.

uma parcela considerável dos mercados de exportação, em todos os períodos, mesmo atuando de forma individual, constituindo o maior grupo da amostra. Das 64 saídas da amostra, os grupos respondem a seguinte constituição percentual, convergindo para o exposto no gráfico 7:

TABELA 10 – MERCADO DE EXPORTAÇÃO E NACIONALIDADES LIGADAS AOS FLUXOS

PERÍODO	BRASILEIROS	ITALIANOS	POPULAÇÕES LIMÍTROFES
DEZEMBRO DE 1860	36,8%	26,3%	36,9%
JANEIRO DE 1861	42,8%	28,5%	28,7%
FEVEREIRO DE 1861	50%	16,6%	33,4%
MARÇO DE 1861	50%	50%	0
ABRIL DE 1861	25%	50%	25%
MAIO DE 1861	31,25%	6,6%	37,85%

FONTE: Elaboração própria. Mesa de Rendas de Itaqui. Listas de Alfândega. Dezembro de 1860 a Março de 1861. AHERGS. Porto Alegre.

Os mestres das embarcações, geralmente atuando desde Entre Ríos, Corrientes e Montevidéu, faziam parte de redes que atuavam nesses espaços se utilizando das escunas e vapores, mais rápidos e com maior capacidade de carga, para a efetivação dos fluxos entre Salto e Entre Ríos.

Chiaramonte (1991) descreve que Itaqui nesses mercados exercia a função de um entreposto, que tinha como objetivo a introdução de mercadorias desse comércio via porto

para o interior da Província do Rio Grande de São Pedro e das Províncias limítrofes ao Rio Uruguai.

Em geral, os fluxos de atividades das associações e companhias de comércio eram exercidos por homens maiores de 30 anos, sendo muitos estrangeiros, que se multiplicavam nas fontes primárias. Os negociantes, ligados ao grande capital eram poucos, somente a quarta parte da relação nos autos administrativos e jurídicos, sendo na maioria das vezes, ligados a companhias estrangeiras (tabela 11).

Quanto à nacionalidade, os dados das Notas do Tabelionato, Inventários *Post-Mortem* e Ações Ordinárias Cíveis e Crime quando relacionados, revelaram também portugueses e franceses que participavam das relações no interior da Paróquia.

Nos registros do Tabelionato, os europeus se destacavam nos fluxos do comércio exterior, envolvidos nas transações ligadas ao comércio de terras e bens urbanos, disputando mercado com os orientais.

Para a bibliografia especializada, os deslocamentos de orientais e negociantes das Províncias de Corrientes e Entre Ríos, entre esses espaços limítrofes tinham múltiplas causas: sociais¹⁰¹, econômicas¹⁰² e políticas¹⁰³. Dentre as nacionalidades ainda apareceram nos registros franceses, espanhóis e italianos atuando nesses mercados, oferecendo grande concorrência aos brasileiros que habitavam na fronteira oeste e exerciam alguma atividade econômica de comércio ou prestação de serviços.

Da amostra proveniente dos dados integrados entre AOCC¹⁰⁴, IPM¹⁰⁵ e Registros Notarias do Tabelionato de Itaqui, somente orientais, entrerrianos e brasileiros mantinham associações, oferecendo uma visão diversa dos dados das Listas de Alfândega, onde europeus e platinos se utilizavam dessa forma de atuação.

Segundo os dados, como comerciantes figuravam Bernardino Itaby, 39 anos¹⁰⁶, Marcelino Domingos Lacroix, francês¹⁰⁷, Leandro Llama, correntino, 29 anos¹⁰⁸, Ignácio

¹⁰¹ Busca por parte das populações de promoverem relações de sobrevivência num espaço onde o acesso a terra era impedido pela legislação proposta pela Lei de Terras de 1850.

¹⁰² A concessão de tarifas diferenciadas para o comércio praticado pelas províncias interiores da Confederação Argentina em 1856 dinamizou as relações econômicas desses espaços com os portos brasileiros.

¹⁰³ SCHMIT, Roberto. **Historia del Capitalismo Agrario Pampeano. Los Límites del progreso: expansión rural en los orígenes del capitalismo rioplatense. Entre Ríos 1852-1872.** Buenos Aires: Siglo XXI, 2008. Enfatizou que as lutas entre Entre Ríos e Corrientes contra Buenos Aires criariam redes desde as províncias do interior da Confederação que através do rio Uruguai manteriam relações econômicas em um palco de disputa política e fiscal com as burguesias de Buenos Aires.

¹⁰⁴ Ações Ordinárias Cível e Crime.

¹⁰⁵ Inventários *Post-Mortem*.

¹⁰⁶ AOCC. auto: 411, maço: 17, ano: 1869

¹⁰⁷ AOCC. auto: 422, maço: 17, ano: 1874

¹⁰⁸ AOCC. auto: 420, maço: 17, ano: 1872

Lensi, italiano¹⁰⁹, além das associações Almeida e Silveira de brasileiros sediados em Uruguaiana¹¹⁰, Associação Conceição & Cia, de Montevidéu, representada por Manoel Marenco, de 33 anos, oriental residente em Itaqui¹¹¹, a Associação de Salto, Dias de Freitas & Cia.¹¹², a Associação de Concórdia, na Província de Entre Ríos, Agostinho Silveira & Cia., que salientaram o caráter de racionalização desses mercados de acordo com os interesses dos grandes capitais.

A atuação dessas várias nacionalidades promoveu a proliferação das ligações dos comerciantes da Paróquia com o exterior da Província, utilizando-se do rio Uruguai¹¹³, para interligar os fluxos mercantis, formando um complexo sistema mercantil desde Restauración, na Província de Entre Ríos até chegar a Montevidéu, tendo como entreposto Itaqui.

Nessa dinâmica de fronteira oeste, onde se localiza a Paróquia, a incursão de atividades baseadas na compra e venda de itens de grande valor e a integração de processos tecnológicos de transporte, entre ambos os lados dessa zona de fronteira, permitiram a intensa circularidade entre os portos da região¹¹⁴.

Para Grimson (2003), nas localidades de fronteira, se multiplicam as estratégias privadas de acumulação de poder e riquezas, concedendo aos agentes mercantis mecanismos específicos de exploração econômica¹¹⁵. Esse caráter de integração que surge desde a presença de Itaqui tem base na reciprocidade que se estabelecia a partir das relações entre comerciantes¹¹⁶, negociantes¹¹⁷ e fornecedores¹¹⁸ nos dois lados do Rio Uruguai.

¹⁰⁹ AOCC. auto: 422, maço: 17, ano: 1874

¹¹⁰ AOCC. auto: 422, maço: 6, ano: 1874. IPM: 186, maço: 6, ano: 1870

¹¹¹ LNTI, livro 3 (1872-1875).

¹¹² LNTI, livro 8B (1870-1872).

¹¹³ Nessa dinâmica as fontes referentes à Mesa de Rendas revelam que o domínio dos italianos das tecnologias de navegação promoveu seu domínio mediante os dados relativos a Alfândega. Quando pautamos nos dados do Tabelionato o que se percebe é que a terra, os gados e o comércio de gêneros, que constituíam-se em objetos desses contratos se mobilizaram segundo agentes distintos, diversificando a atividade econômica a partir da diminuição da presença de franceses e italianos e a ampliação dos orientais e nacionais, envolvendo transações baseadas nos recursos relativos a terras e artigos comercializáveis.

¹¹⁴ GRIMSON, Alejandro. *La Nación em sus Límites. Contrabandistas y exilados en la frontera Argentina-Brasil*. Barcelona: Gedisa, 2003.

¹¹⁵ FRAGOSO, João Luis. FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

¹¹⁶ Invdo: José Antônio Figueira, invte: Manoel da Costa Franco. IPM. Auto: 186, maço: 6, ano: 1870. APERGS. Porto Alegre. Um dos grandes comerciantes da Paróquia, o português Figueira, nos levou a pensar um mercado complexo formado por setores de atacado e varejo e relações, margeado por relações de clientela entre negociantes e comerciantes, atacadistas e varejistas.

¹¹⁷ Baseado na atuação de Venâncio Pinto Carneiro, dedicado ao comércio, fornecimento de erva-mate, orientamos a análise para a existência de uma hierarquização no setor mercantil, com a divisão de fornecedores, negociantes, comerciantes, atacadistas e varejistas. IPM. nº. 211. Maço: 7. Ano: 1871. APERGS. Porto Alegre.

¹¹⁸ Baseado na atuação do saltino, João Cerro, que cobrava uma dívida referente a erva-mate. Havia uma interlocução entre mercados de produção e circulação de gêneros entre os dois lados da fronteira, onde os

Partindo desde as abordagens de autores como Kühn (2008), percebe-se que se localizar na região de fronteira permitiu a Itaqui desenvolver uma ampla atividade de mercancia, graças à localização em uma “zona dinâmica” onde a iniciativa dos sujeitos se manifesta a partir da atuação simultânea em vários espaços onde proliferam as mais variadas práticas.

A fronteira se destaca, nessa abordagem, como espaço propício às trocas, onde autores como Grimson (2003) apontam para a diversidade de relações e redes capazes de atravessar o limite, assumindo a forma de disputas e interação, entre mercados e agentes, em ambas as margens do rio Uruguai.

Desses fluxos, os dados referentes às fontes primárias revelaram que a maioria dos contatos nos meses trabalhados, formavam mercados altamente seletivos e excludentes, onde as atuações de transportadores, comerciantes e negociantes se discerniam segundo a capacidade de proliferar diversificadas relações nesses espaços, seja por meio do desenvolvimento tecnológico ou da dinamização das relações, destacando a atuação de algumas famílias e agentes específicos¹¹⁹.

A dinamização das relações via porto permitiu a proliferação de redes familiares de atividades e agentes que já se dedicavam a mercados cativos, auferindo parcela significante de contatos através da proliferação de seus membros nos vários portos da região.

1.4. O LOCAL DA CIRCULAÇÃO: A PARÓQUIA DE SÃO PATRÍCIO DE ITAQUI

Determinados os fluxos do comércio com o exterior, a pesquisa passou a buscar a identificação da atividade de comércio, praticado no interior da Paróquia, a partir de meados do século XIX, onde se destacam dois testemunhos de funcionários da Alfândega de São Borja, retirados de fontes primárias de caráter administrativo.

Em 1840, as atividades de comércio em Itaqui, estavam sob a jurisdição de São Borja, que através de um comunicado a fazenda provincial descreve o estado das atividades de comércio praticadas desde Itaqui.

homens cruzavam constantemente o limite em busca de promover suas atividades. autor: João Cerro réu: João Armand Mousquere. Auto: 414. Maço: 17. Ano: 1870. APERGS. Porto Alegre.

¹¹⁹ Referências às famílias Veppo, Rodrigues, José Marcenaro, Manoel Marenco e Antônio Eugênio de Freitas Guimarães. Estes agentes se destacariam na formação de redes familiares, na diversificação das atividades de comércio a partir da compra e venda de artigos, terras, escravos, embarcações, proliferando entre os múltiplos mercados da área: Federación, Constitución, Restauração, Monte Caseros e Salto, numa intrincada rede de relações que se dinamizava através da utilização do rio Uruguai.

Segundo o documento datado de 1844, em meados de 1840, os movimentos de Itaqui, não tinham nenhuma importância, naquele espaço:

Passando a responder o offício de vossa senhoria começarei por diser, que a arrecadação das rendas nacionais para que seja bem feita, se deve quanto antes se separar da alfândega de São Borja, a da villa de Uruguayana, e ser a de São Borja, substituída por uma Mesa de Rendas, com os empregados precisos para seu andamento, por que he, quanto a mim impossível fazer boa fiscalização, existindo tantos elementos contrários a bôa ordem, como sejão a distância de um a outro porto, a falta de empregados, e esses mesmos mal pagos, assim com o que esta meza de rendas deve comprehendêr o porto de Itaqui; que é de quase nenhuma importância, e por isso a Meza de Rendas de São Borja deve ter a inspeção sobre os empregados que ali se acharem. (São Borja, 17 de Abril de 1844, auto nº 18, maço fazenda, AHERGS/Porto Alegre)¹²⁰.

Porém foi o segundo testemunho, tratando sob a constituição desses fluxos, que passou a orientar a pesquisa ao destacar a importância de Itaqui para o desenvolvimento de fluxos locais de comércio, haja vista, haver condições viáveis para a proliferação dos fluxos de artigos ingleses e franceses expulsos pelas medidas protecionistas do Império destacadas por Cervo, a partir do fisco ligado ao porto do Rio de Janeiro.

Logo a dinâmica de 1840, para essa pesquisa já oferecia plena condição de alicerçar em Itaqui, uma atividade de comércio em franco desenvolvimento, se afastando do momento de atraso pelo primeiro testemunho.

Há a necessidade de se adaptar reformas dos modelos das Alfândegas dessa província [...], por não se saber por parte das autoridades a arrecadação feita nos portos de Santa Anna e Itaqui [...], convém portanto lançar uma alfândega sob o título de Renda de Itaqui, levando em consideração que esteja franca a navegação do Uruguai hoje privada das circunstâncias políticas de Buenos Aires e Montevidéu, he aqui Itaqui hum ponto de grande commércio, por ser o de maior exportação de erva matte São Borja, 17 de Abril de 1844, auto nº 18, maço fazenda, AHERGS/Porto Alegre)¹²¹.

Outros pontos corroboraram para a proliferação desses fluxos, como a ineficiência da fiscalização, a falibilidade do controle estatal sobre a atividade mercantil e a importância do rio Uruguai para as atividades de trocas. A bibliografia referente aos movimentos de comércio na região também aponta para a conivência dos funcionários da alfândega local à circulação ilícita de artigos manufaturados na região, destacando os itens importados que mantinham as

¹²⁰ 17 de Abril de 1844, auto nº 18, maço fazenda, AHERGS/Porto Alegre

¹²¹ 17 de Abril de 1844, auto nº 18, maço fazenda, AHERGS/Porto Alegre.

estratégias de inversão de capitais desde bancos e companhias de comércio estrangeiras (ABADIE; ROMERO, 2000).

Quando o primeiro testemunho se refere ao atraso do porto, surgiu o questionamento acerca da proliferação das atividades de trocas que ganham volume a partir de 1850. Nesse período, várias causas macroestruturais incidiram sobre a constituição dos fluxos mercantis a partir da Bacia do Prata.

Em 1851¹²² é assinado o Tratado de Navegação, e em 1856 o Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre Brasil e Paraguai¹²³, ampliando os fluxos de pessoas, artigos, mercadorias, capitais, interesses e nacionalidades sobre os rios interiores ao continente. Com os tratados ocorre a proliferação dos fluxos mercantis nesse espaço que passa a compreender a Paróquia, indo de encontro ao testemunho que descreve o atraso do porto local.

Logo, a liberação dos fluxos desde Buenos Aires multiplicou o número de oportunidades aos comerciantes e negociantes locais, o que se pode identificar no documento da câmara municipal datado de 17 de abril de 1874.

Assim, desde a Paróquia de São Patrício de Itaqui, e os contatos com as cidades limítrofes: Salto e Constitución no Estado Oriental, e com a Confederação Argentina¹²⁴, a partir do departamento da Federación, Província de Entre Ríos identificados em Schmit (2008), e mercados de menor relevância como Monte Caseros e Restauración, registrados nos autos¹²⁵, ocorre a ampliação de atividades baseadas na atuação de transportadores, negociantes e financistas.

Esse contexto de grande mobilidade econômica e o acesso aos rios interiores permitiu a adequação de economias sazonais, a base do extrativismo e comercialização da erva-mate às atividades econômicas de caráter regional, reproduzindo capitais comerciais entre as cidades localizadas na fronteira oeste e espaços externos, onde se destaca Itaqui.

A partir da economia ervateira, os fluxos de exportação desde a Alfândega da Paróquia proliferavam nos meses de verão, identificando a formação de estoques desse gênero

¹²² Data onde foi assinado o Tratado de Limite, Comércio e Amizade entre Brasil e Uruguai.

¹²³ No ano de 1856 se multiplicaram os tratados que versavam sobre a livre navegação nos rios da região da Bacia do Prata, onde se destacam: o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Argentina (7 de março); Amizade Comércio e Navegação entre Paraguai e Argentina (29 de julho). Estes criariam reflexos sobre a população, a política entre os países e sobre os fluxos de comércio, a partir da entrada de artigos e itens na área.

¹²⁴ Para as províncias que hoje formam a Argentina, Romero determina uma cronologia delimitada entre a existência da Federación (1835-1852) e a Confederação entre (1852-1862). Decidimos por atribuir a denominação de Confederação, por envolver a maior parte do período onde se estabelece a pesquisa.

¹²⁵ Mesa de Rendas de Itaqui. quadro estatístico. Relação dos passes expedidos pela Meza Gerais de Rendas de Itaqui. Dezembro de 1860 a maio de 1861. AHERGS/Porto Alegre.

(ISABELLE, 1983 e SAINT-HILAIRE, 1997), já que a erva era cultivada no inverno e os maiores fluxos de comercialização se efetivavam de janeiro a maio.

As condições de navegabilidade destacaram fluxos de janeiro a julho no Rio Uruguai, ou de dezembro a maio, identificando os destinos dos itens e a partir dos registros de saída de embarcações. No que se refere às fontes da Alfândega, os quadros demonstrativos de itens exportados e a relação de embarcações que saíam via porto salientaram mercados diversos atendidos desde Itaqui.

A exploração dos ervais destacou nesses espaços de fronteira o emprego de capitais financeiros internacionais e a operação de companhias estrangeiras no mercado, desde Salto¹²⁶, atuando graças à presença de uma estrutura orientada para efetivar a proliferação do comércio a partir das dezenas de agentes que trafegavam desde o porto da Paróquia.

Os itens de maior tonelagem, em geral tinham como destino o Estado Oriental e a Confederação Argentina enquanto pequenas quantidades de gêneros como tamancos, sabão, sempre em pequenas quantidades destinadas a cidades próximas como Cruz identificada nos autos administrativos. A tabela abaixo determina a supremacia da erva-mate e revela os mercados que mais se sobressaíram nesses fluxos regionais de comércio.

TABELA 11 – INCIDÊNCIA DE ERVA-MATE EXPORTADA E PRINCIPAIS MERCADOS PARA A PRODUÇÃO LOCAL

Período 1857-1858	Item exportado	Quantidade
Janeiro	Herva-mate	
	Cruz	295
	Concordia	569
	Constitución	779
	Federación	3432
Fevereiro	Restauración	888
	Herva-mate	
	Cruz	362
	Concordia	95
	Constitución	872
	Federación	1931
	Restauración	1672

¹²⁶ Mesa de Rendas de Itaqui. quadro estatístico. Relação dos passes expedidos pela Meza Gerais de Rendas de Itaqui. Dezembro de 1860 e maio de 1861. AHERGS/Porto Alegre.

Março	Herva-mate	
	Cruz	279
	Concordia	190
	Federación	780
	Restauración	2668
Abril	Herva-mate	
	Cruz	130
	Concordia	100
	Federación	300
Maio	Herva-mate	
	Cruz	180
	Constitución	4580
	Federación	3056
	Restauración	500

FONTE: Elaboração Própria. Mesa de Rendas de Itaqui. Quadro Estatístico (diversos). Mappa Demonstrativo dos gêneros nacionais exportados pela Mesa de Rendas de Itaqui no 2º semestre de exercício de 1857-1858. AHERGS. Porto Alegre.

Percebe-se pelos dados que as condições do ambiente colaboraram para a hierarquização entre os mercados, ao diminuir as saídas nos meses de verão, quando as condições climáticas eram mais favoráveis à fiscalização, mercados como a Constitución não manteriam grandes volumes de entrada de gêneros, proliferando os fluxos nos meses de inverno onde as condições tornariam mais suscetíveis à entrada de artigos em portos menores, com menor incidência da fiscalidade, proliferando práticas ilícitas.

Abadie e Romero (2000) quando destacam a importância dos portos limítrofes ao Rio Uruguai como Salto e Constitución, salientam essa relação quando comparados aos dados utilizados para essa pesquisa, onde predominavam os fluxos de um comércio fluvial via porto.

Constitución y Cuareim fueron creados por una ley sancionada el 8 de Julio de 1852, precisamente en el marco de la política de defensa de la frontera promovida por la administración Giró. Se establecería una Sub-receptoría, dependiente de la Receptoría de Salto, en el puerto de Constitución, construyéndose las oficinas necesarias a los efectos y los almacenes donde se depositarían las mercancías que “bajan del alto Uruguay o se importen de allí para la República, y para las que suban de tránsito por dicho río” (ABADIE; ROMERO, 2000, p. 62).

Para autores como Flores (2007), tratando sobre Itaqui e seu comércio de exportação, salientam além da erva-mate exportada pelo porto da cidade, a madeira e o charque, que contribuindo para intensificar as ligações com os espaços das repúblicas vizinhas, regiões limítrofes como Restauración, hoje Paso de Los Libres, pertencente à Confederação Argentina, que se tornaram suscetíveis aos fluxos do contrabando, e aos interesses das burguesias locais.

Nesse aspecto a falibilidade, ou conivência dos funcionários das Alfândegas locais, favoreceu a dinamização dos fluxos e a atração de agentes para as atividades de trocas, ao se aproveitar das brechas permitidas pela vasta fronteira.

A ampliação das atividades econômicas no espaço local, além dos negócios ilícitos favoreceu a atuação da companhia saltina de vapores, salientada por Schmit (2008), e de Salto como fornecedor das mercadorias que dinamizavam esse espaço econômico.

Assim, dos testemunhos bibliográficos se associaram dados quantitativos, das Listas de Alfândega, Inventários *Post-Mortem*, Listas de Notários de Itaqui para identificar a partir de seu entrecruzamento o caráter de diversidade das atividades relativas ao comércio via porto e das relações comerciais no interior da Paróquia, discernindo através de disputas, endividamento, e dependência entre atacadistas e varejistas¹²⁷, comerciantes, fornecedores e clientes¹²⁸, relações mercantis que se promovem graças à interação de vários sistemas de produção, comércio e consumo de bens e artigos diversos.

Dessas relações se constituiram circuitos bastante integrados entre as cidades limítrofes aos rios da Bacia Platina, onde atuava Antônio Eugênio de Freitas Guimarães¹²⁹, um dos agentes que mais se destacou na constituição dos fluxos.

Para caracterizar as relações mercantis, partiu-se da hipótese de que os portos e regiões¹³⁰ limítrofes a Itaqui em função de suas atividades de comércio formavam um

¹²⁷ Tomamos base no inventário de José Antônio Figueira, onde entre seus credores se apresenta João Rivaldo, onde nos reportamos para analisar a existência na Paróquia de um setor de atacado e outro de varejo, constituindo a dinâmica comercial da sociedade limítrofe ao rio Uruguai. Auto: 186. Maço: 6. Ano: 1870. APERGS. Porto Alegre.

¹²⁸ AOCC. Auto: 414, Maço: 17, Ano: 1870. APERGS. Porto Alegre. As disputas por dívidas entre o fornecedor saltino, João Cerro e o comerciante, João Armand Mousquere reflete a presença de dois espaços que se complementavam através do fornecimento de gêneros para serem comercializados na Paróquia. Além das relações entre fornecedores e comerciantes podiam ocorrer ligações entre atacadistas e varejistas, identificadas na presença de João Rivaldo e José Antônio Figueira, localizada nos inventários concernente a José. Portanto a presença em uma região de fronteira suscitou a presença de atividades mercantis fortemente hierarquizadas, onde se dá uma íntima relação entre setores de produção e circulação de gêneros.

¹²⁹ Mesa de Rendas de Itaqui. quadro estatístico. Relação dos passes expedidos pela Meza Gerais de Rendas de Itaqui. Dezembro de 1860 e 2 saídas em maio de 1861. AHERGS. Porto Alegre.

*continuum*¹³¹, por onde se dava a atuação de associações familiares, companhias financeiras, comerciais e Estados¹³² em busca de mercados para escoar suas produções ou reproduzir lucros.

A atuação dos agentes, individual ou coletivamente, tinha como objetivo manter nesses espaços mecanismos de sobrevivência, a partir da mobilização de novas estratégias para se aproveitar de recursos e oportunidades concedidas pelos mercados de trocas. Essa atividade mercantil caracterizava-se também pela presença intensa de interesses privados estrangeiros que buscavam promover a inversão de capitais em terras¹³³, ou no setor de transporte de bens¹³⁴.

A dinamização das atividades e a intensa circularidade na fronteira solidificaram em Itaqui uma sociedade diversa, alterando alguns fatores sociais e econômicos, inclusive nas atividades de trocas que se realizavam no interior da Paróquia.

Reckziegel (2002), ao identificar a realidade das sociedades de fronteira, identifica a permanência de homens que desempenhavam conscientemente práticas e estratégias perfeitamente adaptadas à realidade local. Logo, em ambos os lados dessa fronteira os homens, principalmente os dedicados ao comércio, mantinham amigos e aliados, alicerçando a existência de fluxos “transfronteiriços¹³⁵”.

¹³⁰ Para Parrochia (1993) a região de contatos fronteiriços permite que cada agente participe de atividades diversas quando as pessoas buscam estabelecer interconexões propícias a sua introdução nas atividades econômicas, sociais, culturais e políticas. Todavia a proliferação e multiplicação dos fluxos têm que se adequar aos limites estabelecidos pelos Estados, que incidiriam sobre a fricção e os movimentos de livre trânsito da fronteira.

¹³¹ Flores (2007) aborda um espaço onde as populações de ambos os lados estabelecia relações constantes entre si e com o restante dos países da região. As Listas de Alfândega e as relações de homens como José Marcenaro atestam esse caráter de livre transitoriedade onde estar navegando o rio e se relacionando junto às Instituições políticas que se multiplicavam na área se tornam mecanismos, instrumentos utilizados pelas populações para ampliar suas oportunidades e acessos aos recursos econômicos e políticos.

¹³² Para Colvero (2004) o espaço de fronteira oeste estava submetido à ação de ingleses e franceses que se utilizavam da presença do rio Uruguai para efetivar sua presença nos mercados na fronteira oeste. No caso de Itaqui, Rodrigues (2006) aponta para a presença de saltinos, franceses e italianos que se multiplicavam nas atividades que se estabeleciam no interior da Paróquia e monopolizavam os fluxos através do rio Uruguai.

¹³³ No caso dos Marenco, onde se destaca a figura de Manoel, alicerça-se uma atividade especializada, que se dedica a compra de propriedades e bens de raiz no mercado da Paróquia.

¹³⁴ Auto: 1450; maço: 38; 11 de julho de 1868. APERGS. Porto Alegre. Cível e Crime. Notas Cíveis. Autos de Justificação para embargo. Para Cervo a presença de estrangeiros na constituição dos fluxos que se estabeleciam na bacia platina tinha motivações econômicas na medida em que visavam ampliar as relações comerciais com o Império. Os grupos de italianos a partir do construtor Pasio, mobilizaram a existência de setores de produção de artigos, exemplificando a existência de uma atividade artesanal especializada nos fluxos que se desenvolviam na Paróquia.

¹³⁵ A atuação em ambos os lados da fronteira de forma a salientar processos de trocas é baseada na atuação de mediadores como Marenco que se mantém graças a grande circularidade deste homem junto às várias nacionalidades que se encontram no meio: espanhóis, orientais. Para descrever a atuação desses sujeitos nos apoiamos na obra de GRIMSON, Alejandro. **Fronteras, culturas e identificaciones en el Cono Sur.** In:

A Paróquia de São Patrício de Itaqui, localizada às margens do Rio Uruguai (FOLETTTO, 2003), aproveitando-se desses momentos de integração permitidos pela fronteira, desenvolve um ativo comércio com as regiões circunvizinhas, destino da exportação de bens primários, que além da erva-mate¹³⁶, envolviam couros, crinas, chifres, tamancos, sabão e aguardente, registrados nos autos de exportação da Alfândega, que partem desde a cidade porto.

Segundo Foletto (2003), é na década de 1850 que começa o processo de independência política e econômica de Itaqui que se torna município em 1858, e vila em 1859, ganhando o título de cidade em 1879.

Em meados de 1850, o porto, se constituía como a principal atividade econômica nesse espaço, graças à ampliação das ligações que se estabeleciam com grandes ajuntamentos populacionais, dinamizando a forma de atuação das redes e dos fluxos de comércio que se proliferavam desses contatos (COLVERO, 2004).

A trajetória política de Itaqui parte desde 1802 quando se concedem segundo Colvero (2004) as primeiras sesmarias na região do atual município. Essa informação é imprescindível para a análise das primeiras noções sobre a expansão do comércio que se praticava na área.

Favoreceu essa cronologia identificar a permanência de algumas culturas de produção nativas, como o gado e a erva-mate, e sua posterior introdução como itens determinantes nos fluxos de comércio.

Essas culturas características da área penetraram nos fluxos de comércio de itens graças à interlocução de novas tecnologias e práticas de nacionais e estrangeiros, formando mercados bastante complexos de comercialização.

Arsène Isabelle (1983) e Auguste de Saint-Hilaire (1997), viajantes franceses do século XIX, quando descrevem a região relatam a existência de características naturais que incidiram sobre o movimento do comércio regional, determinando a presença de estações chuvosas, que impediram o emprego das carretas como meio de transporte de bens.

Avé-Lallemant (1980), outro viajante, quando visita Itaqui, destaca a localidade como de fundação moderna, onde se executam diversas atividades, num comércio realmente ativo de artigos praticado por italianos, franceses e alemães, um espaço de grande circularidade,

MATO, Daniel (Org). Estudios latino-americanos sobre culturas y transformaciones sociales en tiempos de globalizacion 2. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

¹³⁶ A erva-mate responde pela totalidade das receitas no mês de janeiro de 1858, inclusive superando itens como charque, couros, fumo e açúcar nos meses posteriores. Mapa demonstrativo de gêneros exportáveis pela Mesa de Rendas de Itaqui no 2º semestre de exercício 1857-1858. Janeiro a Junho de 1858. AHERGS. Porto Alegre.

graças à atuação das inúmeras embarcações que transitavam ao entorno desse complexo sistema fluvial de comércio.

Num primeiro momento a posição geográfica a frente de Corrientes podia efetivar relações de comércio mais favoráveis, pela proximidade, com essa província do litoral da Confederação Argentina. Mas desde Itaqui o que persiste nos mapas (Figura 1) é a ligação com o litoral da Província de Entre Ríos.

Na mesma proporção se efetivam contatos com espaços mais ao sul, ligando a Paróquia aos fluxos de artigos especializados que entrariam desde o porto de Montevidéu, onde se conjugam fronteira, rio e as diversas possibilidades advindas do comércio para caracterizar as relações com o Estado Oriental, a partir dos portos secundários e das rotas terrestres que se manteriam desde a Constitución.

Ao pertencer à região fronteiriça e platina, próxima as Províncias de Corrientes e Entre Ríos, a Paróquia passa a responder de forma positiva a intensa migração de europeus, constituindo um dos fatores de dinamização nesse meio, favorecendo a interação social dos indivíduos no mercado e o acesso das populações aos bens, artigos e tecnologias¹³⁷, como o vapor.

Nesse contexto ocorre a confirmação do rio Uruguai como opção aos fluxos de pessoas e artigos que se estabeleciam nessa região (COLVERO, 2004) interligando os vários portos desde Itaqui aos mercados da Federación, Constitución, Restauración, Salto e Monte Caseros, portos e cidades em ambos os lados do rio Uruguai (RODRIGUES, 2012).

Os rios (Ibicuí, Quaraí, rio Uruguai e o rio da Prata) permitiriam a possibilidade de ampliação do campo de atuação aos agentes e as sociedades mediante o comércio de artigos diversos (FOLETTTO, 2003), com destaque para a “erva-mate”, fumo, arroz, “bolaxas” e aguardente¹³⁸, e o surgimento de um complexo sistema mercantil, fruto do deslocamento de populações e a permeabilidade dessa fronteira.

A proliferação da economia erva-teira favoreceu o surgimento de uma atividade econômica capaz de interligar os vários portos da região, onde se estabeleceria um fluxo constante de artigos manufaturados e outros gêneros, como tamancos, fumo e couros¹³⁹, que deveriam manter o sistema de fretes.

¹³⁷ Nesse caso atribuí-se a presença do vapor Uruguai na constituição dos fluxos mercantis.

¹³⁸ Mapa demonstrativo de gêneros exportáveis pela Mesa de Rendas de Itaqui no 2º semestre de exercício 1857-1858. Junho de 1858.

¹³⁹ Mesa de Rendas de Itaqui. Quadro Estatístico. Mappa demonstrativo de gêneros nacionais exportados pela Mesa de Rendas de Itaqui no 2º semestre de exercício 1857-1858. AHERGS. Porto Alegre.

Nessa dinâmica, segundo Colvero (2004), a ampliação de populações e o grande afluxo de estrangeiros, exercendo atividades de comércio, colaboraram para a instalação do porto na cidade, em 1854.

Partindo para a caracterização do espaço, Grimson (2003) salienta que a presença em uma região de fronteira favorecia a atuação dos indivíduos e grupos ligados às atividades comerciais para promover e efetivar estratégias privadas de acumulação de poder e riquezas, a base de mecanismos específicos de exploração econômica.

As cidades da fronteira oeste, segundo os relatos dos viajantes, tinham na presença dos rios importantes condicionantes ao cotidiano das populações, viabilizando a formação de intensas redes de comércio (SAINT-HILAIRE, 1997), em um constante fluxo e contrafluxo de embarcações.

À época da visita de Isabelle (1983), Itaqui ainda estava sob a jurisdição de São Borja, cidade onde se mantinham instituições ligadas ao controle dos fluxos mercantis via Uruguai. O viajante destaca pontos positivos e negativos que levam à articulação de modos específicos de sobrevivência, baseados na formação de redes e um complexo mercantil orientado para as atividades através do porto.

Os fluxos desse comércio, a partir da existência de inúmeras embarcações, constituiriam um sistema de transporte de pessoas e gêneros primários da criação e recursos da extração. Desde Montevidéu ou se dirigindo para a porta de entrada do Atlântico, as chalanas, carregadas de roupas, sapatos, perfumes, instrumentos de trabalho mantinham a presença dos países fábrica da Europa nesses mercados (ISABELLE, 1983).

Esse complexo portuário também contemplava os múltiplos mercados de fabricação de sabão, sebo, velas, chocolates e carroças, itens disputados por comerciantes¹⁴⁰ e negociantes¹⁴¹, estrangeiros e nacionais. Muitas embarcações faziam parte desse mercado, interligando os fluxos desde Entre Ríos, Santa Fé, Corrientes, até o Império do Brasil e o Estado Oriental, direta ou indiretamente, utilizando-se do rio Uruguai.

A tabela a seguir, confirma a predominância de alguns mercados e as quantidades do artigo que mais se destacou nos fluxos desde Itaqui com os países limítrofes, distinguindo-se em grandes e pequenos mercados.

¹⁴⁰ Atividade representada pelo Invdo: João Rivaldo, invte: Rebustiana Rivaldo. IPM. Auto: 231, maço: 8, ano: 1874. APERGS. Porto Alegre.

¹⁴¹ Representado por Venâncio Pinto Carneiro dito no auto negociante. IPM. Auto: 211, maço: 7, ano: 1871. APERGS. Porto Alegre.

TABELA 12 – RELAÇÃO DE MERCADOS ATENDIDOS DESDE ITAQUI E A QUANTIDADE DE ERVA-MATE REGISTRADA NOS AUTOS POR DESTINO (1857-1858)

Nacionais	Estrangeiros	Quantidade por mercado (arrobas de erva-mate)
	Concordia	1917
	Constitución	11026
	Federación	12100
	Restauración	6941
	Cruz	1462
Passo de Itaqui		140

FONTE: Elaboração Própria. Mesa de Rendas de Itaqui. Quadro Estatístico (diversos). Mappa Demonstrativo dos gêneros nacionais exportados pela Mesa de Rendas de Itaqui no 2º semestre de exercício de 1857-1858. AHERGS. Porto Alegre.

Percebe-se pelos dados da Alfândega, que os contatos na própria região ao entorno da Paróquia eram poucos, limitando-se ao Passo de Itaqui, com uma quantidade mínima de erva-mate exportada, constituindo práticas de um pequeno comércio, sendo alguns mercadores volantes.

Nesse contexto apesar de Flores (2007) apontar para a proliferação dos fluxos de comércio e a efetivação das ligações com a região platina promoveriam o decréscimo das rendas dos comerciantes de outras praças da Província do Rio Grande de São Pedro. A dinamização das atividades mercantis em direção ao Prata e revelaram que as relações através do Rio Uruguai, tornaram-se mais promissoras para os comerciantes locais, ao diminuir a incidência da tributação e o preço dos artigos utilizados pelas populações.

A presença da fronteira, das diferenças fiscais, os grupos ligados aos sistemas de transporte e de negociantes estrangeiros permitiriam o acesso aos itens expostos na relação seguinte:

TABELA 13 – QUADRO DE ITENS NACIONAIS EXPORTADOS (1857-1858)¹⁴²

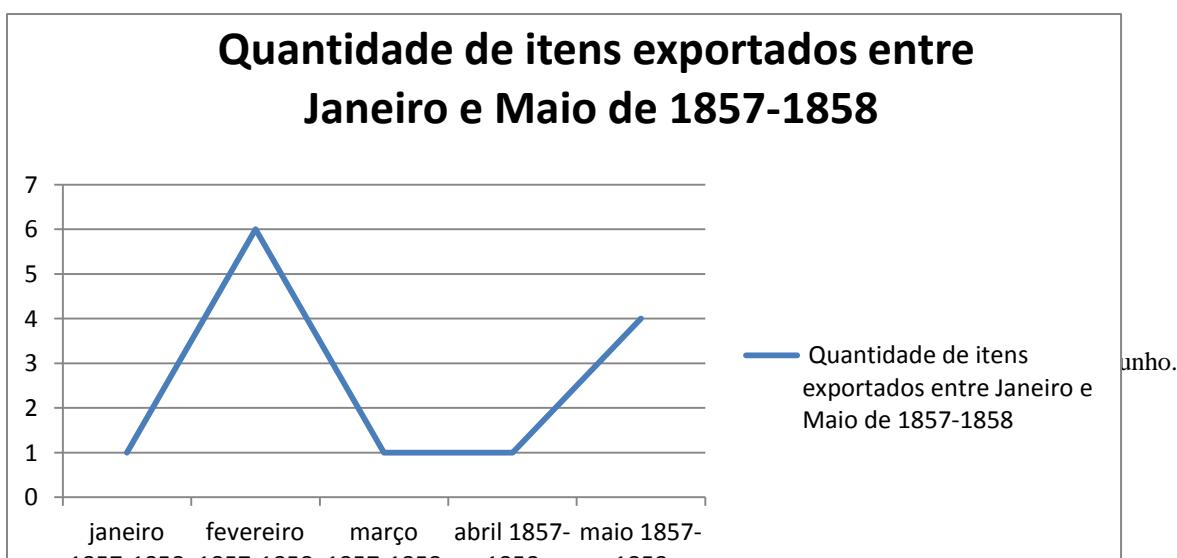
Período 1857-1858	Gênero
Janeiro	Erva-mate
Fevereiro	Fumo, erva-mate, arreios, bolaxas, pratos de folha, assucar
Março	Eva-mate
Abril	Erva-mate
Maio	Erva-mate, couros, taboas
Junho	Fumo, arroz, assucar, tamanco, sabão, erva-mate, farinha de mandioca, algodão, aguardente,

FONTE: Elaboração Própria. Mesa de Rendas de Itaqui. Quadro Estatístico (diversos). Mappa Demonstrativo dos gêneros nacionais exportados pela Mesa de Rendas de Itaqui no 2º semestre de exercício de 1857-1858.

AHERGS. Porto Alegre.

Em alguns períodos os fluxos de gêneros exportáveis revelaram um número restrito de produtos, criando mercados com baixa demanda, em virtude dos grandes volumes de um único bem, esses mercados pela baixa circularidade monetária ficavam nas mãos de poucos agentes com condições de manter-se durante muito tempo no mercado, em geral as associações identificadas ao longo da pesquisa.

GRÁFICO 9 – PROGRESSÃO DE MERCADOS QUANTO À VARIAÇÃO DE ITENS
1857-1858



FONTE: Quadro Estatístico (Diversos). “Mappas” demonstrativos dos gêneros nacionais exportados pela Mesa de Rendas de Itaqui no 2º semestre de 1857-1858. AHERGS. Porto Alegre¹⁴³¹⁴⁴.

A partir da relação proposta pelo Gráfico 11, pode-se perceber que na maioria das saídas que se registravam nos mapas de exportação eram poucos os agentes que conseguiram se manter com mais de uma saída no período trabalhado. Em geral, quem mais se destacava eram as associações familiares, na quantidade de saídas, ou no número de mercados atendidos. A diversidade de tecnologias, o caráter restrito de alguns mercados e a pequena demanda e preços altos de alguns artigos, levaram a concentração dos mercados nas mãos das famílias específicas como os Veppo¹⁴⁵ ou os Rodrigues¹⁴⁶, nos fluxos.

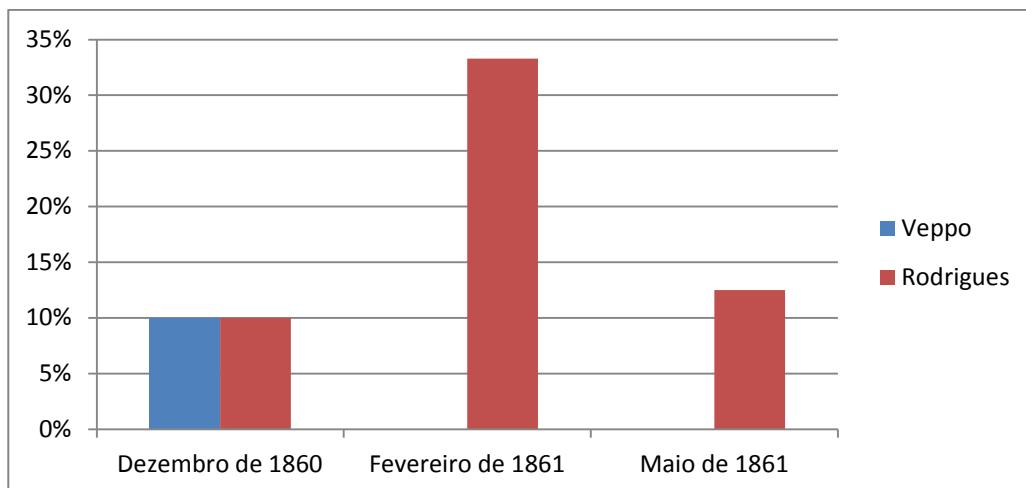
GRÁFICO 10 – ATUAÇÃO DAS FAMÍLIAS NAS 64 SAÍDAS ATRAVÉS DO PORTO DA PARÓQUIA DE SÃO PATRÍCIO DE ITAQUI (1861)

¹⁴³ Em janeiro se destaca a erva-mate como totalidade de exportada, que se mantém em março e abril. Nos meses de fevereiro ocorrem itens como arreios, “bolaxas” e pratos de folhas, juntamente a erva-mate, fumo e açúcar. No mês de maio viriam a erva-mate, couros e taboas nos registros de saídas.

¹⁴⁴ 1 a 6 artigos se destacam nos autos.

¹⁴⁵ João Baptista e Julio, ligando-se geralmente a Constitución

¹⁴⁶ Gil, José, Francisco, ligavam-se aos mercados da Restauración, Povo da Cruz, Constitución, com o maior número de ligações e estratégias. Sua atuação baseava-se na atuação de chalupas e lanchões, tecnologias rudimentares que deveriam ser complementadas perante a diversificação das ligações.



FONTE: Elaboração Própria. Listas de Alfândega. Mesa de Rendas de Itaqui. Dezembro de 1860 a maio de 1861. AHERGS. Porto Alegre.

Quando nos detemos na identificação das características de algumas casas comerciais, identificadas a partir das fontes primárias, o que se confirmou foi a presença marcante de inúmeros estrangeiros dedicando-se à mercancia e ligados aos fluxos do comércio fluvial¹⁴⁷. Muitos deles residentes em Itaqui, e outros viriam desde os espaços limítrofes para participar dos mercados de exportação e comércio de gêneros. Os Veppo¹⁴⁸, italianos participam das relações no interior da Paróquia, enquanto os Rodrigues¹⁴⁹, correntinos, se destacavam nos fluxos via os rios da Bacia Platina.

As práticas que se destacavam nesse espaço compreendiam “estratégias poliformes de reprodução econômicas” (PEDREIRA, 1992), criando ritmos de desenvolvimento desigual e hierarquizações que se refletiam sobre as atividades dos comerciantes.

Como dito, alguns dos comerciantes se mantinham ligados por laços com a sociedade de Itaqui, residindo na localidade ou mantendo variações em suas relações de vizinhança ou compadrio, por habitarem e desenvolverem atividades nesse espaço de comércio fluvial, ligados aos mercados de terras, bens urbanos e artigos especializados.

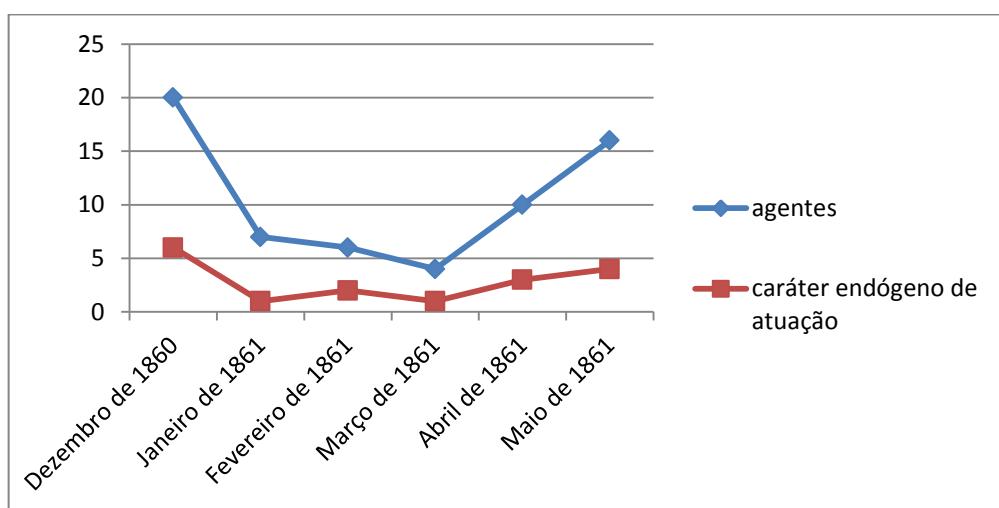
O que chamamos de caráter endógeno de atuação refere-se à presença de agentes que atuavam dentro e fora dos limites da Paróquia, mantendo negócios a partir de casas de negócios na cidade e barcos atuando na via fluvial de comunicação, segundo o demonstrado:

¹⁴⁷ A ligação entre os fluxos é decorrente da ação de certos agentes que possuíam características específicas como: Antônio Eugênio de Freitas Guimarães, José Marcenaro e José Vinhas, segundo o descrito no gráfico 10.

¹⁴⁸ Os Veppo são registrados morando e batizando em Itaqui, em 9 de janeiro de 1878 e 19 de janeiro de 1878 Luiz e Romalina. Livro de Batismos. n. 3B. Itaqui. Ano: 1873-1879. IJCSUD.

¹⁴⁹ Os irmãos Rodrigues foram identificados nas Listas de Alfândega ligados aos fluxos através do rio Uruguai. Gil Rodrigues, Pedro Larabure e Luiz Canepa estavam ligados a comerciantes de Itaqui, mantendo relações junto a João Rivaldo (Inventários Post-Mortem de Itaqui. APERGS. Porto Alegre. auto: 131, maço: 5, ano: 1864). José Antônio Figueira (Inventários Post-Mortem. APERGS. Porto Alegre. auto: 186, maço: 6, ano: 1870).

GRÁFICO 11 – RELAÇÃO DE AGENTES DO COMÉRCIO FLUVIAL LIGADOS DIRETA OU INDIRETAMENTE AO COMÉRCIO ENDÓGENO DA PARÓQUIA (1860-1861)¹⁵⁰



FONTE: Elaboração Própria. Listas de Alfândega. Mesa de Rendas de Itaqui. Dezembro de 1860 a maio de 1861. AHERGS. Porto Alegre.

Algumas casas comerciais como a do “*portuguez*”, José Antônio Figueira¹⁵¹, ajudam a pensar o aspecto de diversificação de estratégias empregadas na atividade mercantil, apresentando uma grande quantidade e variedade de bens, tornando-se um dos parâmetros para se pensar a constituição de tal comércio.

¹⁵⁰Em dezembro de 1860 mantém ligações em ambos os lados do rio Uruguai: Jorge Tripowich, Gil Rodrigues, Luis Canepa, João Batista Veppo, Julio Veppo e Francisco Rodrigues. Janeiro de 1861: José Marcenaro; Fevereiro de 1861: Gil Rodrigues, Francisco Rodrigues e José Vinhas; março de 1861, atuaria José Marcenaro; em abril de 1861: José Marcenaro, Julio e João Batista Veppo, José Vinhas (2 vezes) e maio de 1861 seriam Gil Rodrigues, Luiz Canepa, Pedro Larabure, José Rodrigues e Jorge Tripowich que atuariam em ambos os espaços, no rio Uruguai e se ligariam a comerciantes e fluxos no interior da Paróquia.

¹⁵¹ IPM. auto: 186, Maço: 6. Ano: 1870. APERGS. Porto Alegre.

CAPÍTULO 2

**NEGOCIANTES, COMERCIANTES, FORNECEDORES, PRESTAMISTAS E
CARRETEIROS NA FORMAÇÃO DA ATIVIDADE COMERCIAL NA PARÓQUIA
DE SÃO PATRÍCIO DE ITAQUI ENTRE 1850 E 1870.**

Esse capítulo tem como objetivo analisar o comércio de caráter endógeno praticado na Paróquia de São Patrício de Itaqui, entre os anos de 1850 e 1870, identificando como se dava a atuação de comerciantes, prestamistas e negociantes no mercado diverso que se fazia no interior da localidade.

Quanto à organização do espaço local de comércio, buscamos analisar uma atividade formada por dois setores: varejo e atacado, identificados em fontes documentais de caráter jurídico e administrativo (Ações Ordinárias Cíveis e Crime, Inventários *Post-Mortem* e Registros Notariais do Tabelionato), pertencentes à Paróquia de São Patrício de Itaqui.

A partir dessas fontes buscamos registrar e selecionar itens e setores de atividades, atendendo ao objetivo central da pesquisa: identificar a forma de atuação dos homens que desenvolviam a atividade mercantil nesses espaços de fronteira, além de buscar sua distinção quanto a posses, prestígio e formas de atuação na sociedade local.

A segmentação dos comerciantes em setores e grupos permitirá identificar novas demandas, novas atividades que se desenvolviam nesse espaço local, decorrentes da presença de capitais externos de negociantes nacionais e estrangeiros, dedicados ao comércio e a prestação de serviços.

Imbuída nesse comércio diverso que buscamos analisar Itaqui, registrando como a Paróquia reage às transformações e fluxos que partem do exterior, envolvendo populações e artigos e qual sua relação com os mercados locais. Assim, objetivamos descobrir como os comerciantes locais se organizam face aos contatos promovidos desde a atuação de associações e companhias de comércio estrangeiras, que atuam nesses mercados a partir da introdução de capitais mercantis no sistema de transporte de itens e transformação de gêneros primários.

As relações com os espaços limítrofes também determinaram a formação de mercados de demanda restrita e a presença de monopólios e entraves ao pleno desenvolvimento mercantil, a partir da permanência do escravismo e o caráter rudimentar das forças produtivas que se tornam alguns dos elementos de permanência nessas dinâmicas de grandes transformações promovidas pelo comércio, assim como monopólios que surgem a partir da presença do vapor, identificado nos fluxos através do Rio Uruguai (RODRIGUES, 2006), estando nas mãos de poucas famílias e agentes.

Nesse capítulo ainda se propôs trabalhar com subitens que visam discutir acerca da ramificação das atividades de comerciantes e negociantes¹⁵², envolvendo os diversos ramos

¹⁵² Para Silva (2005, p.8) os grandes negociantes tinham no capital usurário sua principal fonte de riqueza, base para alguns nacionais e estrangeiros para manterem-se nos mercados regionais e locais. Autores como Teixeira

de secos, molhados, fazendas, bens de raiz e propriedades urbanas, que segundo Barbosa (2003)¹⁵³ constituem ramos favoráveis à reprodução de lucros, por parte dos grupos mercantis.

Estudar a dinâmica de funcionamento desses setores é fundamental para entender como se processam as atividades do comércio de caráter local, ao se articular aos fluxos de itens dos mercados externos¹⁵⁴, quem eram os maiores comerciantes e o que distinguia os ramos de atividades entre comerciantes varejistas ou grossistas, prestamistas e profissionais liberais.

Muitos autores defendem a necessidade de segmentar e identificar os sujeitos que faziam parte da organização do ambiente mercantil de grandes aglomerados urbanos e populacionais, onde a manutenção de grandes capitais poderia auferir privilégios e a reprodução de novas relações de poder (PEDREIRA, 1992), principalmente quando considerado um espaço de grande trânsito de populações, capitais e associações diversas, como ocorre na área limítrofe ao Rio Uruguai, onde se localiza Itaqui.

Portanto, criam-se pela posição de cada grupo nessas sociedades mercados restritos, em função do acesso limitado aos recursos, como ocorre no caso do comércio de terras e de bens urbanos.

Partindo de autores como Pedreira (1992), Barbosa (2003), Silva (2005)¹⁵⁵ e Berute (2011) passamos a orientar a coleta e interpretação dos dados, visando estabelecer uma distinção entre os agentes mercantis exercendo negócios na área¹⁵⁶. Esses autores foram abordados visando identificar a peculiaridade de cada setor e atividade mercantil que se desenvolvia nessa localidade limítrofe que se caracterizava segundo suas ligações com os fluxos através do Rio Uruguai.

(2012) apontam para grupos ligados a processos de intermediação e aos sistemas de concessão de créditos, interligando pequenos e grandes centros comerciais, no trabalho intitulado: **Dinâmica mercantil e articulações regionais no centro-sul do Brasil Imperial: O comércio entre a Província de Minas Gerais e a Corte do Rio de Janeiro (1840-1880)**. PPG-UFF, 2012.

¹⁵³ Para Barbosa (2003) o ramo de secos envolve gêneros de armário como guarda-chuvas, ferramentas, chapéus, espelhos, cintos, garruchas, velas, munição ou linhas de costura. Distingue-se dos molhados, que são em geral produtos alimentícios como sal, milho ou feijão. A autora também definiu lojas como estabelecimentos onde se comercializavam apenas fazendas secas, tecidos e artigos para indumentária, perfumarias e utilidades domésticas, contrária à venda onde predominam quase todos os artigos que se vendem nas lojas e os gêneros de molhados. BARBOSA, Fabiana Mara. **Comerciantes coloniais varejistas. A vila de Curitiba na segunda metade do século XVIII**. Anais da V Jornada setecentista. Curitiba 22 a 28 de novembro de 2003.

¹⁵⁴ A afirmação é baseada na identificação de comerciantes que ao ligar-se aos fluxos através do rio Uruguai efetivavam estratégias para mobilizar e acessar recursos, mercadorias, baseada na atuação de várias associações que atuavam a vários mercados desde: Salto, Alvear, Montevidéu e Entre Ríos, ligando-se aos ramos de comércio de terras, moradas de casas, prestação de serviços e bens de criação.

¹⁵⁵ SILVA, Sheyla Farias. **Nas teias da fortuna: homens de negócio na estância oitocentista (1820-1888)**. Salvador, 2005.

¹⁵⁶ Atuação de associações, nacionais ou estrangeiras, como a Almeida & Silveira e a Conceição & Cia.

Assim, Procurações, Ações Ordinárias Cíveis e Crime, Inventários *Post-Mortem* e Registros Notariais do Tabelionato de Itaqui se tornaram de suma importância para atender a proposta desse capítulo, ao caracterizar setores e ramos de atividades exercidas no espaço de fronteira, promovendo uma reinterpretação acerca do caráter dos fluxos de comércio que se praticavam na Paróquia a partir da atuação dos principais agentes nacionais e estrangeiros.

Inicialmente acreditávamos em uma separação existente entre ramos de atividades econômicas, onde os grupos de estancieiros/negociantes não se dedicavam a atividades mecânicas, como o comércio a varejo. Porém, ao longo da pesquisa, identificamos que a migração constante entre várias atividades se tornou uma obrigação a quem quisesse manter riquezas, posses e posição nessa sociedade de fronteira.

Atendendo, mais especificamente Itaqui, entre 1850-1870, percebeu-se que a diversificação das atividades nesse espaço foi determinada em função da presença da Paróquia em uma região de fronteira, da manifestação dos interesses de associações, principalmente as estrangeiras no desenvolvimento dos fluxos, que influenciaram na hierarquização entre os setores, grupos de atividades e agentes ao participar dos múltiplos mercados¹⁵⁷.

Ao longo dos dados fornecidos pela tipologia variada de fontes, percebemos que em determinados ramos, o tipo de item comercializado interfere na capacidade de liquidez¹⁵⁸ de cada casa de negócio, formando espaços ampliados ou restritos de comercialização, como ocorre no caso dos fornecedores e dos grandes comerciantes.

Essa característica de diversificação do comércio local criou mercados com capacidades e envolvendo recursos distintos entre grandes e pequenos negócios, segundo a aplicação de pequenos, médios e grandes capitais ou investimentos na organização dos estoques das casas de negócios.

A diferenciação dos recursos econômicos entre agentes e associações identificou uma atividade de comércio fixo executado em lojas ou vendas, onde a característica básica era o retorno mais rápido dos recursos para serem mobilizados novamente em mercadorias, em

¹⁵⁷ Mercados de terras, escravos, gados, créditos, empréstimos, manufaturados, instrumentos de trabalho, jóias, vestimentas, tecidos, livros.

¹⁵⁸ Liquidez é a capacidade de um ativo (bens e mercadorias) de ser transformada rapidamente em dinheiro vivo, sem a perda significativa de valor. Logo, gêneros e artigos nesse estágio teriam maior capacidade de manter as atividades de pequenos e médios comerciantes do que terras, escravos e gados, que necessitavam de um maior período de mobilidade dos investimentos, uma prerrogativa dos grupos de estancieiros, e associações comerciais mantidas com capitais externos.

um contraponto a terras, gados e prédios urbanos¹⁵⁹ vendidos ou arrendados por longos períodos.

Torna-se necessário enfatizar que mesmo entre os comerciantes fixos havia uma diferenciação entre pequenos e grandes negócios, formando os ramos de atacado e varejo, que percebemos a partir das ligações e cobranças de dívidas que ocorreram nas *Ações Ordinárias e Inventários Post-Mortem*.

Nessas relações, o grande comércio atacadista de caráter local caracterizava-se segundo grandes quantidades de artigos rústicos, vendidos a outros comerciantes; ou grandes quantidades de itens manufaturados vendidos a comerciantes menores e também ao consumidor final. No caso dos varejistas, os artigos eram vendidos em pequenas quantidades envolvendo itens diversos como secos, molhados, secos e molhados, ou seja, fazendas diversas.

Dessas relações observou-se que vender em grandes ou pequenas quantidades permitia aos comerciantes manter mais ou menos relações no meio, identificadas no conjunto de suas dívidas ativas e passivas. Logo, pequenos e grandes agentes mercantis se diferenciavam pela maior quantidade de dívidas e oferta de gêneros que conseguiam manter nos mercados, o que lhes proporcionava maior ou menor projeção no meio, dependendo das relações positivas mantidas com famílias específicas.

Quanto aos Negócios¹⁶⁰ a dinâmica de adaptação e criação de mercados variados segue a noção de inovação, com a proliferação de atividades de arrendamento de bens como terras, gados, venda de prédios urbanos e maquinarias de beneficiamento de couros¹⁶¹, onde a atividade mercantil¹⁶² articulava-se às atividades de beneficiamento de gêneros primários produzidos na própria Paróquia¹⁶³ para ampliar suas bases de acumulação.

¹⁵⁹ Esses recursos exigiam uma maior capacidade financeira de seus promotores em função do maior tempo de imobilidade que manteriam gêneros como o gado arrendado por criadores aqui tratados como negociantes. Em geral os recursos giravam no caso das casas edificadas em torno de 1 conto e 500 mil réis, identificada na relação entre Fortunato José de Assumpção e Antonio Pereira Coimbra, de 8 de abril de 1879. Como descrito em algum momento o preço alto levava ao não pagamento das dívidas que envolviam grandes capitais como se estabeleceu na relação entre Lino dos Santos Belmonte e Belchior Paz de Almeida, ou José Tarragó e André Demarch. Antonio Pinasco foi outro agente que cobrou de José Dias dívidas relacionadas a casas não pagas na quantia de 400 mil réis, em 13 de novembro de 1877.

¹⁶⁰ A denominação de Negócio difere-se a atividade de negócio nessa dissertação. A primeira determina as atividades ligadas ao comércio de terras, escravos, gados, propriedades rurais, prédios urbanos, empréstimos, transformação de bens primários e créditos. Nos negócios relativos a comerciantes destacamos os fluxos de gêneros secos, molhados e variações que concentravam a atenção dos comerciantes.

¹⁶¹ Piagetti além de seu inventário, em 6 de abril de 1875, uma procuração a Carlos Bonetti para administrar seus recursos, no livro 35 c de procurações. Seu curtume ajuda a explicar a participação de produtores diretos nesse mercado e a utilização de o estabelecimento de negócios ligados ao beneficiamento de gêneros primários, fazendo parte do ambiente mercantil local.

¹⁶² Percebe-se pela identificação de atividades de beneficiamento de couros integraria atividades cada vez mais rentáveis aos fluxos mercantis. Vender couro in natura renderia menos lucros do que vendê-lo já transformado

Os contratos de arrendamento formam as relações que ajudaram a identificar um dos traços dos grupos ligados aos setores mais rentáveis dessa economia, detectando a capacidade ampliada de certas famílias, como os Rodrigues Lima, os Loureiro e os Belmonte, que podiam vender milhares de cabeças de gados cavaleiros ou muares, prédios urbanos ou porções de terras, se diferenciando dos comerciantes menores.

Nos arrendamentos, uma das variantes das atividades mercantis locais, a possibilidade de imobilidade dos bens dos grandes negociantes, como as terras, por períodos de 2 a 8 anos, identificou a presença de grandes recursos ligados aos grupos de Negociantes/estancieiros¹⁶⁴. Suas estratégias envolvendo atuar em mercados diversos ligados a comercialização de terras, gados e prédios urbanos ou rurais criaram mercados de capacidade ampliada e de acesso restrito aos recursos.

Alguns trabalhos referentes a espaços e temporalidades distintas descrevem a importância de se estabelecer a diferenciação entre os ramos e formas de atuar dos grupos ligados à atividade mercantil. Nesse sentido, utilizamos principalmente os trabalhos de Pedreira (1992), Silva (2005) e Ayrolo (2010), para discutir a segmentação entre grupos e interesses mercantis, nesse contexto local de atividades.

Partindo de Ayrolo (2010) ao descrever as *pulperías* e casas de negócios nas províncias do interior da Confederação Argentina, no século XIX, percebe-se a capacidade da atividade mercantil de promover uma articulação entre diversos ramos e atividades.

Os fluxos, ligações e ramificações dessa atividade mercantil compreendiam atividades de criação, produção, beneficiamento de gêneros primários e itens de extração, que multiplicaram os espaços de atuação a novos grupos, reforçando laços de solidariedade. Todos esses elementos, gêneros da terra e manufaturados, vinculados a espaços locais de comercialização de artigos permitiram ainda a atuação de prestamistas ligados às atividades

no mercado. Na casa comercial de Silvério Piagetti, os couros vacuns in natura custavam 5\$000 a unidades enquanto os ditos “em curtume” custariam 6\$000 a unidade. Os tipo vaqueta custariam, a unidade 7\$000 réis. A especialização desse comércio renderia cerca de 4\$212:000 réis a Piagetti. IPM. Porto Alegre. APERGS. auto: 402. Maço: 15. Ano: 1887.

¹⁶³ Referência feita à erva-mate. A atuação desse ramo de atividades promoveu o desenvolvimento de atividades de grande vulto, onde carreteiros como Antonio José de Barcellos utilizando-se de procuradores da cidade de São Borja, contestava o embargo de suas 2 carretas. Procurações, 19 de junho de 1875, livro 35 c. APERGS. Porto Alegre.

¹⁶⁴ Baseado nos fluxos de comércio envolvendo gados e terras, os estancieiros/negociantes mantinham atividades como arrendamento de gado vacum, cavaleiros, identificada na relação entre Lino dos Santos Belmonte e José da Trindade Pinto. O auto de 20 de maio de 1876, livro 35 c, revela relações que se mantinham entre famílias importantes desse espaço, onde o arrendador é Belchior Paz de Almeida, Juiz Municipal e grande proprietário. Em outro auto, dessa vez de André Demarchi, identifica-se uma cobrança da dívida de uma casa e 200 novilhos, de 1884, dia 22 de outubro, destacando a participação dos estancieiros com seus bens nos vários mercados que se desenvolviam nesse espaço.

de créditos, empréstimos e intermediação, reproduzindo novas relações nos ajuntamentos locais.

Essas ligações estreitas promovidas entre vários agentes estabeleceram vínculos cotidianos permitidos pela manutenção de dívidas ativas e passivas entre clientes e comerciantes ou mesmo entre comerciantes, estando uns no varejo e outros no atacado, já auferindo uma distinção¹⁶⁵ de recursos¹⁶⁶ entre os dois extremos.

No trabalho de Ayrolo (2010), já se percebe que o processo de proliferação das atividades comerciais não ficava restrito ao ato de comprar e vender gêneros, abarcando uma miríade de novas práticas. Ao longo da descrição das casas de pequeno e grande comércio, a autora, sugeriu ainda uma diferenciação na atuação dessas casas de negócio, baseada na capacidade de cada uma dessas unidades obterem e manterem atividades de créditos, ampliando sua margem de atuação.

Nessa visão a separação entre as atividades estava pautada na limitação proposta à atuação de agentes menores, que impossibilitados de acessar as redes de créditos e empréstimos, atuavam em espaços restritos de atividades, como se verifica no mercado de terras e bens urbanos, quando nos referimos a Itaqui entre 1850 e 1870.

Com a proliferação da atividade mercantil e do acesso ao crédito a comerciantes menores, que ocorre e se prolonga ao longo do século XIX, ocorreu uma ampliação da base de atuação mercantil na Paróquia, beneficiando principalmente pequenos grupos¹⁶⁷ que agora podiam financiar a formação de estoques e ampliar o acesso a gêneros em seus estabelecimentos.

Assim, as atividades de empréstimos, promoveram uma ampliação dos fluxos do comércio a retalho, e também de um comércio volante envolvendo a compra e venda de graxas, farinhas, erva-mate e manufaturados diversos, formando espaços propícios para a ampliação das relações de parentesco, solidariedade comunitária, intercâmbios e favores

¹⁶⁵ Entre as casas de comércio percebe-se essa distinção a partir das quantidades de produtos relatados nos autos. Em geral os grandes negócios envolviam grandes dívidas e a comercialização de produtos por grosso. No retalho seria maior o número de pequenas dívidas.

¹⁶⁶ A diferenciação das atividades entre comerciantes, prestamistas, negociantes se dá pela diferença de relações que estes conseguem manter na sociedade e não na capacidade de recursos financeiros que estes poderiam mobilizar. Para Martins apud Fragoso; Almeida; Sampaio (2010), no século XIX, a posse de terras e as alianças positivas com famílias tradicionais constituíam-se como meios mais favoráveis para a reprodução de poder nessas sociedades. Portanto, ter mais ligações que determinava a posição dos agentes e não suas capacidades econômicas.

¹⁶⁷ Ocorre uma diferenciação de recursos no tocante aos agentes dedicados a mercancia. Os grupos maiores orientavam-se para atividades de especulação deixando os fluxos de maior circulação aos grupos dedicados ao comércio de artigos, nacionais e importados, vendidos no varejo ou atacado.

recíprocos como descrito por Ayrolo (2010) quando se refere ao espaço da campanha argentina.

Ainda segundo a autora, a formação de um mercado de preços baixos e de pequenas quantidades, em atividades ligadas ao varejo, teria como característica básica o grande número de dívidas ativas localizadas nos inventários de comerciantes.

Esse trabalho também permitiu desenvolver uma visão acerca da atuação dos grandes negociantes, semelhante ao modelo proposto por Pedreira (1992), onde esses ramos mercantis estavam ligados a grandes fortunas, se caracterizando pela mobilização de grandes montantes na compra e venda de gêneros diversos¹⁶⁸.

Pedreira (1992), baseado na constituição dos mercados portugueses, salienta as atividades por “grosso” como aquelas ligadas a grandes capitais, em condições de manter grandes rotas de artigos, o que lhes distingua dos retalhistas, comerciantes de menor cabedal. A maior capacidade de articulação entre fluxos de importação e exportação de artigos, o desenvolvimento de atividades de especulação, a promoção da interlocução dos fluxos entre áreas dispersas e distantes, são elementos que surgem distinguindo a atuação dos personagens considerados os maiores agentes no interior dos mercados.

No Império, a dinâmica de transformações do século XIX mobilizou a organização de um conjunto complexo de elementos que partem desde a abertura dos portos, a urbanização, o surgimento de uma incipiente e rústica industrialização e a proliferação do comércio que se seguiu a chegada da Família Real Portuguesa, para introduzir novos valores a essa sociedade, favoráveis à dinamização dos fluxos.

Diante disso, baseados na obra de Pedreira (1992), identificou-se que os grandes comerciantes visando ampliar suas posições nos mercados, se baseavam em uma cultura de adaptação, utilizando-se de práticas que se desenvolvem em espaços de intensa circulação e grande mobilidade de capitais.

Esse novo momento de dinamização das relações de trocas teria como objetivo maior o lucro, baseado em um sistema econômico que surge como prolongamento da organização social (POLANYI, 2000, p.69), e que passa a promover a reorganização dos espaços e atividades econômicas segundo a vontade dos grandes agentes.

Semelhante ao momento proposto por Ayrolo (2010) observa-se que a urbanização que se segue após 1850 incrementa novos fluxos dedicados ao grande e ao pequeno comércio em vários espaços, resultando em atividades articuladas segundo a necessidade dos grupos

¹⁶⁸ Tecidos, gêneros alimentícios, perfumes, roupas, ferraria, joias e aviamentos, determinariam os artigos que se salientavam nas lojas e vendas, as especializações e diversificação de atividades.

urbanos, e interesses das burguesias mercantis de desenvolver capitais ligados à atividade de exportação de gêneros primários¹⁶⁹ nas mãos de grandes grupos atacadistas.

Esse comércio praticado no século XIX, à medida que submete os espaços aos fluxos de uma incipiente economia de mercado, se complexifica graças ao crescimento das populações, da circulação de riquezas, da expansão dos bancos, do desenvolvimento dos sistemas de crédito e das finanças, produzindo articulações entre espaços de poder político e econômico.

Em Itaqui, a manutenção de ligações com o exterior foi um fator que determinou uma melhor condição a alguns agentes, aqueles capazes de atuar nos circuitos fluviais de comércio e se ligar as atividades de lojas, vendas e casas de negócios no interior da Paróquia.

Dessa articulação entre espaços distintos surge o comércio de terras, e a adaptação dos bens ligados à criação e extração aos fluxos mercantis, visando, sobretudo, a reprodução monetária dos recursos nas mãos dos grandes comerciantes.

No Brasil os acordos com as nações estrangeiras que proliferaram desde o porto do Rio de Janeiro através dos fluxos de artigos de luxo, escravos e de estrangeiros que entravam e saíam do território, colaboraram para introduzir ideais de enriquecimento e de modernização que se salientaram, na segunda metade do século, adentrando os espaços interiores do país formando grandes fortunas (BERUTE, 2011).

Nesse contexto surgem mercados que forçam o ritmo da divisão do trabalho, ampliando as trocas entre os homens e o interesse por reproduzir seus lucros. O desejo de enriquecimento segundo Martins apud Fragoso (2010) teria a capacidade de proporcionar que mercadorias de lugares diferentes pudessem atender com maior eficácia as necessidades humanas, graças à atuação dos mais variados agentes alicerçando diferentes práticas e estratégias no meio.

No Império, as Províncias quanto a produtos e artigos especializados dependiam dos contatos com as redes de comércio, desde o Rio de Janeiro, propostos pela nova historiografia, para desenvolver os sistemas de créditos, fluxos de importação de gêneros de luxo e maquinaria, resultando em uma multiplicação de atividades e a introdução de variados grupos nos novos espaços de atuação econômica, política e social compreendendo as regiões interiores no século XIX.

¹⁶⁹ Salienta-se que a noção baseada na primeira metade do século XIX, faz-se em função de se considerar o Brasil dos oitocentos como uma continuidade, onde urbanização, ampliação dos fluxos de comércio, aumento dos fluxos de exportação e importação mantém grupos bastante influentes política ou economicamente, ao longo do período proposto (MARTINS in FRAGOSO, 2010).

Dessa dinâmica de intensas mudanças, surgem os comerciantes, e a tentativa de se determinar as formas de atuação promovida por esses personagens em uma realidade de fronteira, marcada pelo intenso contato com as regiões limítrofes do Estado Oriental e da Confederação Argentina, onde se destaca o comércio praticado desde Itaqui.

Na região de fronteira oeste da Província, onde se localiza a Paróquia, a existência de uma fronteira aberta, suscetível aos fluxos, e do Rio Uruguai permitiram identificar a atuação de estrangeiros que desenvolveram um comércio que compreendia grandes recursos.

O incremento dos fluxos de capitais, assim como as práticas de companhias comerciais do Estado Oriental e da Confederação Argentina, exerceram atividades no interior da Paróquia, fazendo uso de estratégias variadas, baseadas na atuação de mediadores, para incrementar novos espaços de atuação econômica. Com base na atuação desses grupos se salientaram as portas de entrada para comerciantes locais adquirirem artigos e gêneros de um comércio especializado de manufaturados, vendidos a preços menores se comparados aos portos principais da Província do Rio Grande de São Pedro.

Do cruzamento de fontes primárias e bibliográficas, os dados permitiram perceber que o desenvolvimento do comércio com os portos da região criou diferenças marcantes entre as atividades de um comércio volante, e aquele exercido em uma loja ou venda, devido a dinâmica de grande circularidade desse espaço, assim como haviam diferenças entre negociantes que exerciam suas atividades ligadas a porções restritas e aqueles dedicados a quantidades ampliadas de artigos e bens.

A análise da atuação dos diversos grupos mercantis, em ramos diversos, identificou uma articulação entre inúmeros bens que passam a fazer parte dos fluxos de comércio e a reorientação da posição de certos agentes na sociedade, graças à mercancia de itens específicos.

Quando tratada a realidade de localidades como Itaqui, em autores como Colvero (2004) e Flores (2007), são poucas as referências aos setores e as especificidades das atividades que se dedicam os agentes ligados à mercancia. Desde os trabalhos desses autores percebemos que havia redes atuando desde cidades próximas, mais precisamente São Borja e Uruguaiana (FLORES, 2007), destacando a atuação de negociantes como João Comas & irmãos, atuando como fornecedores de gêneros e capitais aos comerciantes de Itaqui, estabelecendo uma relação de dependência entre as duas praças.

As fontes que nos dispusemos a analisar nessa pesquisa foram além dessas redes, salientando a presença de laços que não ficavam restritos a região, partindo desde Itaqui os

novos fluxos podiam atingir países vizinhos e cidades próximas, sem intermediação de comerciantes e companhias ligadas a cidades como São Borja e Uruguaiana.

Laços envolvendo créditos, empréstimos, aquisição de terras e bens urbanos, identificaram redes que partiam de Itaqui até chegar a Porto Alegre, São Gabriel e Santa Maria, independendo a Paróquia da intermediação de Uruguaiana proposta segundo autores e estudos tematizando a região de fronteira oeste. Desses redes destaca-se a mobilidade dos capitais e estratégias que se referem aos agentes ligados à atividade mercantil¹⁷⁰, levando alguns comerciantes e negociantes a posições de destaque na sociedade de Itaqui.

Metodologicamente, os Registros Notariais do Tabelionato de Itaqui foram de grande valia para analisar a atuação dos agentes que supostamente dominavam esses fluxos, ligados aos grandes mercados de compra e venda de terras, casas, escravos, exercendo também novas formas de atividades usurárias, como o arrendamento de animais. Todavia o caráter restrito dessa fonte levou ao seu cruzamento com os inventários *Post-Mortem*, que mostraram uma ampla malha social, promovendo ligações entre diversos grupos mercantis ao longo das atividades econômicas.

De forma ainda mais direta, os registros notariais do tabelionato de Itaqui identificaram várias práticas baseadas no desenvolvimento de fluxos de uma economia natural, que passa a ser absorvida pela atividade mercantil.

Nos inventários *Post-Mortem*, os dados referentes ao mundo mercantil e dos negócios, a relação de dívidas ativas e passivas, estoques e descrição de gêneros ajudaram ainda a caracterizar a atuação dos comerciantes, descrevendo seus vínculos, além de ordenar a posição dos agentes quanto às ligações entre varejo e atacado.

Dessa tipologia de fontes, posteriormente dividimos os agentes segundo o setor de atividade, que seriam num segundo momento cruzados entre si, onde se constatou uma atividade mercantil bastante diversa. Através da utilização de tabelas¹⁷¹, identificamos

¹⁷⁰ Procurações. APERGS. Porto Alegre. 23 de novembro de 1874 a 11 de fevereiro de 1876. 24 procurações. Livro 3c. Crédito envolvendo Gregório José Cony, residente em Itaqui e José Joaquim de Assumpção, negociante de Porto Alegre. O sistema se prolongaria a Santa Maria pela aquisição de terras por Ignácio Lenzi, comerciante, tendo ajuda de seu procurador Felipe Nery de Aguiar. Os fatos foram registrados em 18 de julho de 1876 e 19 de dezembro de 1874. Quanto a São Gabriel o carreteiro José Venâncio Pinto Adquiriu uma chácara na cidade. Segundo Anna Maria Silva, sua esposa, tinha ainda o falecido: “Um sítio com uma casa e benfeitorias. Um pedaço de campo junto ao mesmo sítio. Algum gado, animais cavalares. Quanto aos campos, existe mais uma invernada que o finado tinha em São Gabriel, no município de São Vicente” (IPM, 5/8/1871, p. 16). IPM. APERGS. Porto Alegre. auto: 211, maço: 7, ano: 1871.

¹⁷¹ As tabelas foram utilizadas como meios de coleta para os IPM e as AOCC, onde se registraram o perfil dos comerciantes sediados em Itaqui, suas mercadorias, seus capitais, dívidas ativas e passivas, devedores e credores, suas ligações com negociantes que atuavam nos fluxos via prata, auxiliando no tratamento das fontes primárias referentes à Paróquia de São Patrício de Itaqui.

valores, artigos, agentes atuando como procuradores baseados em estratégias distintas, além da presença de mercados restritos e amplas redes ligando Itaqui a espaços distantes.

As notas de compra e venda de bens, do Tabelionato de Itaqui, definiram a atuação de prestamistas e intermediadores, como aqueles que permitiram uma articulação entre o comércio externo e o mercado local executado na Paróquia, formando relações múltiplas baseadas principalmente na compra e venda de artigos por companhias de comércio.

Do contato com o exterior surgem as associações Dias de Freitas, Almeida & Silveira, Conceição & Cia., a família Canepa, a família Rodrigues, Jorge Tripowich e José Marcenaro, que ocupavam posições determinantes na regulação desses contatos¹⁷² com o exterior.

Quanto aos comerciantes, de forma específica, dividimos sua atuação baseada na análise da diferença entre artigos constando na descrição de suas casas de comércio, principalmente Ações Ordinárias e *Inventários Post-Mortem*, que descreveram atividades desempenhadas entre pequenos e grandes estabelecimentos.

Diante da definição de negócio, utilizada por Sheyla Farias Silva (2005, p.52), como “toda atividade mercantil executada com base nas trocas”, passamos a caracterizar e orientar a pesquisa com base nos dados das tabelas. Os critérios utilizados consideraram quantidade de artigos, dívidas, preço dos artigos, especialização da atividade entre os vários agentes, e o tempo dedicado à mercancia, ajudando a diferenciar as atividades de varejistas, grossistas e prestadores de serviços.

Dessa descrição de negócio surgem os negociantes prestamistas, e os comerciantes de gêneros em lojas: divididos nos ramos de secos, molhados, secos e molhados e diversos; sendo no atacado (grandes quantidades e capitais investidos no negócio), e no varejo, venda a retalho ao consumidor final, identificada na quantidade ampliada de devedores não comerciantes presentes nas dívidas que constavam nos ativos dos inventariados. As atividades anexas, de prestamistas são definidas segundo atividades de fornecedores, produtores diretos, negócios de crédito, em geral, ligados a companhias e associações nacionais ou estrangeiras.

¹⁷² Canepa ligava-se ao mercado da Constituição com sua escuna Catharina com 2 registros; Gil Rodrigues atendia o Povo da Cruz, Restauración com suas duas chalupas (Bebiana e Ana, e o lanchão (Paulita); Pedro Larabure atendia Constitución; (LAI, Mesa de Rendas, 1860-1861). José Figueira e João Rivaldo ainda se manteriam ligados as associações Dias de Freitas de Salto/Estado Oriental (LNTI, livro 3, 1872-1875). Registros Notariais do Tabelionato de Itaqui. APERGS. Porto Alegre. 1863-1875. LNTI 2A (1863-1870), 8B (1870-1872), 3 (1872-1875). APERGS. Porto Alegre. As notas referem-se a atuação das associações comerciais Conceição & Cia., de Montevideú, Dias de Freitas de Salto, Kasten & Cia., de Entre Ríos, e Agostinho Silveira & Cia., de Concórdia. Soma-se ainda a essas atividades Comas & Irmãos e Almeida e Silveira de Uruguaiana, para a constituição dos fluxos de capitais, bens e artigos na área.

A atividade de prestação de serviços foi baseada na descrição de dados das Notas de Tabelionato e de Procurações Jurídicas, que identificaram mercados de terras, casas urbanas, escravos, concessão de créditos e empréstimos estando nas mãos de estrangeiros. Essas dívidas e transações se mantinham desde Uruguaiana, Entre Ríos, Corrientes e Salto, se destacando em grandes negócios, envolvendo propriedades e prédios urbanos.

A utilização de tabelas de coleta de dados permitiu identificar os ramos de negócio a que cada agente se orientava, onde as negociações mais importantes ou rentáveis se referiam a aquisição de bens de raiz, tendo, portanto, um domínio das famílias mais abastadas da área.

Dessa definição, a mercancia ou o mercado de negócios que se desenvolveu na Paróquia identificou um setor de atividades de níveis variados, onde muitas pessoas não tinham acesso a todos os bens e fluxos relacionais, necessitando por parte desses agentes a mobilização novas práticas para a reprodução de seus recursos e meios de sobrevivência.

Certos negociantes detinham melhorias determinantes que advêm da posse de maquinários de beneficiamento de itens como couros, e os barcos que rendiam melhores posições a agentes que atuavam diretamente nos fluxos de importação e exportação de mercadorias, ou mesmo por suas ligações com negociantes que atuavam entre os portos do Prata, podendo exercer práticas mercantis bastante variadas.

Da diferenciação e da caracterização dos mercados que se desenvolvem na Paróquia, a metodologia quantitativa orientada com base na comparação entre agentes e casas de negócio, permitiu delinear o perfil e a mobilidade social de vários agentes pertencentes à elite econômica local. Aqueles sujeitos que em virtude de capacidades e múltiplas estratégias conseguiram reorientar parte dos recursos nesse meio, como o boticário Emigdio Bonorino.

Essas ligações com base na atuação comercial e de prestação de serviços se tornaram determinantes para promover ligações entre Itaqui, São Gabriel, Porto Alegre, Cruz Alta, Uruguaiana, além dos espaços externos de Entre Ríos e Corrientes, reinterpretando as relações propostas por outros autores que tratam das relações mercantis desde Itaqui¹⁷³.

Da atuação desses grupos mercantis, muitos formados por estrangeiros, percebemos que as práticas comerciais ligadas a Paróquia, determinavam estratégias adaptadas à presença do limite/fronteira, visando flexionar suas relações para o interior das estruturas sociais e econômica do espaço que nos dispusemos a analisar.

¹⁷³ Procurações. APERGS. Porto Alegre. 23 de novembro de 1874 a 11 de fevereiro de 1876. 24 procurações. Livro 3c. Listas de Alfândega. Mesa de Rendas de Itaqui. Dezembro de 1860 a maio de 1861. AHERGS. Porto Alegre. Relação de passes expedidos pela Alfândega de São Patrício de Itaqui.

Silva (2005), ao abordar a segunda metade do século XIX, no Sergipe, a partir do comércio, ajudou a delimitar o contexto histórico no qual nossa pesquisa se enquadra ao tratar da atuação dos negociantes.

A autora destaca que nesse período o País passava por uma série de transformações que ajudaram a determinar a evolução social, econômica e política nos últimos anos do período colonial e nas primeiras décadas do Império. Esses elementos seriam determinantes para alicerçar as bases de atuação dos grupos ligados à comercialização de gêneros no mercado.

Para a autora a proibição do tráfico de escravos, a crise do açúcar no norte e a ascensão do café no sul, figuram como importantes condicionantes a evolução das atividades mercantis no século XIX, viabilizando a proliferação dos centros urbanos e a acumulação de capital nas mãos de comerciantes nacionais.

Essa série de transformações repercutiu na economia, criando relações de dívidas, empréstimos, desenvolvendo fluxos de comércio e beneficiamento de artigos que passam a interagir com os processos de migração de populações, e capitais mercantis, além de privilegiar as atividades de negociantes e profissionais liberais nos principais centros urbanos.

Quando se refere aos fluxos de um mercado interno, Silva (2005) ainda destaca os grupos de negociantes como agentes responsáveis pela mobilização de atividades de crédito e abastecimento interno¹⁷⁴.

Utilizando de uma revisão baseada em obras que tratam da economia brasileira a partir de autores como Caio Prado Junior (1942), até chegar à nova historiografia com João Luís Fragozo (1998), e Silva (2005) surge uma atividade mercantil capaz de definir a formação de redes e amplas ramificações, contando também com as atividades de prestação de serviços.

Dessa proliferação dos fluxos com o exterior, Silva (2005) propôs novos elementos que passam a se destacar na dinâmica de desenvolvimento dos movimentos de comércio, baseado em movimentos ligados a produção primária, de baixo valor agregado. Esse tipo de produção formava um mercado interno de baixa rentabilidade, que acreditamos se reproduzir nas mãos de varejistas, em geral dedicados à comercialização de gêneros secos e molhados.

O mercado interno segundo Silva (2005) seria baseado na existência de fluxos de itens como charque, farinha e roupas, que se desenvolve em meio a uma sociedade ainda baseada no escravismo. Vários desses valores se repetem em caráter local, por várias regiões do

¹⁷⁴ Fluxos de itens não produzidos na região onde eram comercializados, abordagem semelhante à Berute (2011) e Silva (2005) quando apontam para os grandes negociantes como aqueles ligados aos fluxos do comércio externo.

Império, principalmente aquelas que conservam certo caráter de rusticidade como a fronteira este da Província do Rio Grande de São Pedro.

Nesse contexto, as formas de sobretrabalho e a articulação com os fluxos de gêneros desde o exterior, mobilizaram a introdução de uma grande diversidade de produtos como jóias, tecidos importados e bens de luxo, que passam a constituir parte dos estoques das principais casas de comércio na área, pertencentes na maioria dos casos a estrangeiros.

Para Silva (2005), o exercício de atividades diversas baseadas na venda de artigos e mercadorias em lojas abertas promoveu a articulação de vários mercados, e setores de capacidades distintas como vendedores ambulantes, financistas, comerciantes de grosso trato e homens de negócio.

Essa distinção entre grandes e pequenos negócios também surge em autores como Pedreira (1995), quando retrata a existência de grupos de capacidades distintas pertencentes ao varejo, de grandes e pequenas lojas, aos detentores de grandes capitais ligados às atividades de créditos, empréstimos, importação e exportação de itens. Logo no atacado, segundo o autor, as atividades se direcionavam aos ramos industriais, financeiros, bancos, e aos agricultores ligados aos principais ramos da economia.

Assim, da conjunção de elementos do comércio de caráter local, considerando a historiografia que trata do tema, interpretamos a posição de cada agente mercantil no mercado de Itaqui, segundo o modelo que se segue.

Negociantes seria o termo utilizado para designar todos aqueles que possuíam um negócio, seja ele uma venda, loja, envolvendo também as atividades de intermediação de transações de bens ou erário, ou alguém que prestasse serviços como boticário, advogado, médico e também os barqueiros que interligavam fluxos.

Em Itaqui, a condição fronteiriça permitiu o afluxo na região de especializações diversas e a necessidade de se diversificar atividades, a quem quisesse ter sucesso nos ramos de negócio. Assim se estabeleceu a atuação dos intermediadores na Paróquia, que atuando como tradutores ou atravessadores, serviam aos interesses de agentes estrangeiros, associações e companhias de comércio interessadas e adquirir bens como terras nas cidades da região.

Haviam também nesse contexto produtores diretos como Silvério Piagetti em seu curtume, onde a criação era exercida em concomitância com a fabricação e o comércio de couros, que curtidos ou *in natura*, constituíam os fluxos de um lucrativo comércio de exportação..

Os produtores diretos, participavam desses mercados, vendendo diretamente a outros negociantes, artigos de uma manufatura rudimentar, como chalanas, ou fornecendo gêneros como a erva e os couros a outros mercados ou estabelecimentos de comércio, já beneficiados. Uma marca desses agentes é vender em grandes quantidades, possibilitando grandes ganhos.

No caso, do comércio fixo, era exercido em vendas ou lojas, que atuando no varejo ou atacado de itens permitiram principalmente a participação nos fluxos dos pequenos comerciantes. A atividade de comércio direto, mais comum nos registros, identificou grandes e pequenos estabelecimentos dedicados aos ramos de fazendas (artigos/produtos) secos, molhados ou secos e molhados em grande quantidade.

Também havia formas mistas de atuação, onde o comércio varejista envolvia a maior amplitude de artigos e ramos de comercialização de itens, dentre secos, molhados, secos e molhados, gêneros de indumentária e armário, por onde proliferavam contatos e ligações devido ao grande fluxo de consumidores.

Em vendas como a de Emigdio Bonorino, atendendo o momento de diversificação de fluxos, podiam ser vendidos os gêneros de uma botica, roupas, máquinas ou tecidos, indo de encontro ao que se tinha nas lojas, mais especializadas e ligadas a um público distinto.

Os comerciantes menores mantinham modestos cabedais e estoques, comprando seus gêneros dos atacadistas, eles geralmente vendiam quantias menores de artigos, que não ultrapassavam 0\$50 em suas vendas, ligando-se, portanto ao setor varejista.

Em geral, nas lojas existiam muitos têxteis vendidos em grandes quantidades, o que limitava esses estabelecimentos a um pequeno número de clientes e consequentemente dívidas ativas, ao contrário das vendas com um número ampliado de ligações que seus proprietários conseguiam proliferar no meio.

Os prestamistas urbanos, profissionais liberais, eram advogados, pedreiros, carpinteiros, administradores, marceneiros, boticários, que mobilizando variados conhecimentos, prestavam serviços aos mais variados grupos nesses espaços.

E finalmente, os grandes negócios, que formavam grupos mais seletivos, bastante abastados, colaboravam com terras, barcos, gados, prédios urbanos e lojas comercializáveis nos mercados. Esses itens estavam nas mãos de estancieiros militares e grandes comerciantes ou especuladores, que buscavam participar nos mercados formados na região de fronteira, aproveitando-se da grande circulação monetária decorrente dos fluxos ligados ao comércio e a prestação de serviços.

Partindo do proposto por Berute (2011) ao analisar a sociedade brasileira dos oitocentos, ocorre a permanência de atividades econômicas, dentre elas o comércio e o

artesanato urbano, formando mercados de consumo restrito, cuja marca é a diversificação dos ramos de atividades das várias casas de negócios. Itaqui salienta muitos desses elementos de diversificação, onde não se pôde definir com precisão a qual ramo se dedicava cada agente exercendo práticas mercantis na área.

Pautando-se ainda nos elementos sugeridos por Silva (2005) e Berute (2011), orientamos a análise desse capítulo na identificação de algumas particularidades que se sobressaíram quanto a alguns grupos específicos, ou seja, os grandes negociantes eram aqueles que: mantinham grandes estoques, e consequentemente grandes capitais, mobilizando bens como (terras, escravos ou prédios urbanos) para efetivar posições no mercado.

Os agentes externos representando companhias ligadas aos fluxos de importação e exportação e a concessão de créditos também se encaixam nessa descrição, formando os ramos de atacado.

A base dessa economia no século XIX pautava-se na permanência de fundamentos não econômicos em atividades como comércio de prédios urbanos, porções de terra, gêneros manufaturados e escravos. Esses laços seriam baseados em princípios de reciprocidade, distribuição, laços de vizinhança e domesticidade, que contribuíam para a constituição das relações, semelhante ao momento proposto por Polanyi (2000), quando descreve a fase de transição para o modo de produção capitalista na Inglaterra¹⁷⁵.

Então, considerando Itaqui, entre 1850 e 1870, o que se oferece como análise é um sistema de demanda restrita onde participar dos mercados de terras ou prédios urbanos seriam prerrogativas dos grandes proprietários, associações e companhias como a Dias de Freitas de Entre Ríos e a Conceição & Cia., de Montevidéu. Os capitais e fluxos desde o exterior, portanto, estavam baseados na existência de atividades de companhias e associações especializadas que se articulam aos movimentos de um comércio local, permitindo a variação das atividades dos prestamistas.

Ao acessar as fontes concernentes às transações econômicas desse espaço o que se percebe é que a dificuldade dos contatos por terra, com o restante da Província, criou novas formas de relações baseadas, sobretudo, na proliferação de redes de créditos, mercados de

¹⁷⁵ A base não econômica proposta por Polanyi sugere a redistribuição de bens, feita segundo a vontade de um indivíduo importante, grupo de burocratas, ou mesmo uma aristocracia dominante que buscam aumentar seu poder na sociedade. Em Itaqui, as atividades sugerem uma mesma base de atuação, a partir do comércio, quando os maiores agentes conseguiam manter-se nos fluxos graças a ligações específicas que surgiram com os fluxos através do rio Uruguai, que determinava o sucesso de cada sujeito na organização e diferenciação de suas atividades. Na Paróquia a base da redistribuição foi pensada segundo a absorção da atuação dos fluxos de estrangeiros que passam a participar do mercado de terras, de artigos manufaturados orientados a suprir a demanda de gêneros de consumo dos grupos enriquecidos. A partir disso, se concedem espaços favoráveis à introdução de fluxos de atividades em espaços antes restritos.

terras e bens urbanos, promovendo a proliferação dos contatos desde a Paróquia indo para o exterior.

Assim, a identificação da atuação e organização dos mercados que se desenvolvem em Itaqui entre 1850 e 1870 compreendeu um conjunto de mudanças e transformações que surgem devido à abertura do porto local ao comércio com outros espaços e populações e a proliferação de novas entidades na área. Essas características associadas às novas legislações, tecnologias e interação cultural entre as várias populações no espaço de fronteira criou um comércio diverso capaz de envolver setores de atacado e varejo, além de atividades de produção e comércio especializado desempenhados nesse espaço local.

2.1. O QUE SE ENTENDE POR COMÉRCIO

Para iniciar a diferenciação entre os setores de atacado e varejo, a primeira questão que se procurou esclarecer foi concernente ao conceito de comércio. Comumente o termo é definido como um conjunto de relações provenientes da compra e venda de artigos e gêneros no mercado, negociações envolvendo bens e mercadorias.

Essas relações socioeconômicas se caracterizam a partir de trocas e podem se efetivar entre comerciantes e clientes, clientes e artesãos, artesãos e comerciantes ou mesmo práticas desempenhadas apenas entre comerciantes, uns no atacado e outros no varejo, definidos nos autos como compradores e vendedores.

As variações aceitas para definir as atividades comerciais também envolveram a atuação de prestamistas, prestadores de serviços, que atuavam em determinadas situações como intermediadores nos vários tipos de relações que podem surgir no mercado, intermediando mercados distantes nos negócios que envolvem terras, dívidas ou créditos.

A atuação desses intermediários, mediadores nos negócios servia para diminuir as distâncias entre quem quer comprar ou vender um escravo, bens urbanos ou rurais (chácaras, porções de campo, moradas de casas), mobilizar interesses de companhias e associações financeiras ou cobrar dívidas, funções que integram as atividades de alguns desses prestamistas.

No mercado de gêneros secos, molhados ou nas vendas de secos e molhados, as atividades de comércio de mercadorias que se dava pela ação de comerciantes fixos, contava para sua efetiva circulação, transporte e fornecimento de produtos dos mais diversos, com a atuação desses agentes (intermediários/prestamistas), tendo como finalidade diminuir as

distâncias, baixar os preços e ampliar a demanda de artigos, que não tinham origem no local de sua comercialização.

Nesses fluxos, podiam surgir atividades mais especializadas, baseadas na comercialização de gêneros já transformados, os manufaturados, salientando a capacidades dos recursos dos negociantes mais prestigiados, que conseguiam manter um maior número de relações, devido à posse de artigos de grande valia.

Em alguns casos, a presença de determinados conhecimentos possibilitaram a ampliação das atividades de determinados núcleos, ampliando seus recursos e o acesso aos mercados, como ocorre no caso da família Bonorino que devido a sua íntima relação com os mercados limítrofes mantinha em suas mãos vários fluxos.

Percebe-se pela dinâmica fronteiriça, que as atividades de comércio dependiam da integração e interlocução entre mercados de produção afastados entre si para se reproduzirem, contribuindo para a atuação mercantil de pequenos e grandes comerciantes, intermediadores e financistas.

No caso da Paróquia, a localização em uma região de fronteira e de fluxos de comercialização com o exterior, favoreceu o desenvolvimento de redes de comercialização de erva-mate e couros, por comerciantes e negociantes brasileiros e contrafluxos de capitais de organizações estrangeiras que se proliferavam nos mercados de bens urbanos e propriedades rurais, promovendo o surgimento de novos fluxos e atividades específicas. A ampliação das cidades se converte em outro fator positivo para a proliferação das atividades de trocas, e a organização de sistemas de negociação de créditos.

Na fronteira interna e pouco povoada, extensa e suscetível aos fluxos promovidos pelo Rio Uruguai que se personifica a partir de Itaqui, a atividade mercantil passa a contar com fatores de diversificação como o grande afluxo de estrangeiros que passam a exercer atividades nesses espaços para atribuir um aspecto de intensa diversificação aos fluxos desde a Paróquia.

Contando com um movimento de comércio portuário bem mais complexo e diversificado, envolvendo um maior número de nacionalidades, embarcações, agentes, associações comerciais e financeiras nos processos de trocas, o que não se repetia em portos oficiais, esse mercado limítrofe ainda não se mantinha segundo relações puramente

econômicas, formando sistemas imperfeitos, de acesso restrito a gêneros, bens e artigos, devido à existência de monopólios¹⁷⁶.

Nos mercados, limítrofes ao Rio Uruguai, mesmo permitindo alguns momentos de acumulação, nas mãos de comerciantes locais, os grandes lucros da reprodução ampliada do capital mercantil ainda seriam orientados para o exterior mediante mecanismos de inversão e ligações que mantinham os comerciantes dependentes do capital estrangeiro.

Em Itaqui, grande parte desses comerciantes seriam correntinos, saltinos, entrerrianos e europeus residentes nesses espaços atraídos pelas possibilidades econômicas que se multiplicavam desde a abertura do porto local.

Logo o caráter de isolamento atribuído às cidades da fronteira oeste teria adaptado num mesmo conjunto elementos de continuidade e ruptura de padrões sociais e econômicos, persistindo, por exemplo, o poder de grandes potentados rurais em concomitância com a ascensão de grupos ligados ao comércio, baseados na acumulação de lucros decorrentes dos contatos íntimos com o exterior.

Outra característica desses espaços diz respeito ao capital acumulado nos mercados de terra e de bens da criação que ajudaram na conformação dos sistemas de créditos e empréstimos, concedidos as casas de comércio na área, atestando a articulação entre mercados distintos e diferenciando a atuação de pequenos e grandes comerciantes.

Obtivemos informação nas Notas de Tabelionato da Paróquia de São Patrício de Itaqui das atividades ligadas aos negociantes e a posição que esses agentes ocupavam no desenvolvimento das atividades mercantis na Paróquia. A busca por delimitar a atuação dos grandes negociantes surgiu quando vários recursos e estratégias, práticas desses agentes são referenciadas a elementos da atividade de comerciante, aquele que compra e vende artigos e gêneros no mercado. Porém, a diferença de cabedal empregado nos negócios sugere uma posição destacada aos grandes comerciantes.

Essas atividades de intermediar relações jurídicas e econômicas entre pessoas e instituições passaram a ser incumbência de pessoas de prestígio, que acumulavam posições na sociedade, reproduzindo suas fortunas a partir de várias relações econômicas. Muitos deles seriam negociantes, identificados a partir da atuação de agentes como o oriental Manoel Marenco.

¹⁷⁶ Nos fluxos que se desenvolviam através do rio Uruguai as ligações entre agentes e casas de comércio da Paróquia promoveriam a criação de mercados imperfeitos, com acesso restrito a presença de um pequeno número de agentes.

A importância dos homens de negócio se manifesta em autores como Pedreira (1992), ao determinar seu papel referente à manutenção logística dos comerciantes de menor cabedal, ao promover o acesso a artigos e gêneros às casas de negócio.

Logo, a partir desses apontamentos a atividade comercial passa a ser definida como relações que envolvem a compra e venda de itens nos mercados, mas também as atividades de intermediação, onde os agentes mercantis vendendo artigos no atacado e no varejo passam a figurar nos mercados juntos aos setores de prestamistas.

2.2. O COMERCIANTE PROPRIAMENTE DITO: ENTRE O VAREJO E O ATACADO DE ARTIGOS E GÊNEROS

Da análise das fontes primárias referentes à Itaqui, em geral documentos administrativos e jurídicos, de meados do século XIX, identificamos uma atividade mercantil que se estabelecia na área, sendo marcada pela grande diversidade. Assim, tornou-se impossível estabelecer diferenciação entre as principais casas comerciais, envolvendo funções e ramos de comercialização de itens, um padrão para as atividades, pela identificação de estabelecimentos onde predominavam pequenas e grandes quantidades comercializáveis de artigos de variados preços e espécies.

A execução de um comércio por grosso e a retalhos pelos agentes mercantis, simultaneamente, dedicando-se a fornecer gêneros a comerciantes menores ou pessoas que não estavam ligadas diretamente as práticas de comércio, podiam classificar os vários agentes, em ambos os setores de atividades, tanto no varejo quanto no atacado. Assim, seriam poucos os sujeitos que conseguiram se dedicar a um único ramo, abrindo mão de ampliar sua base de relações nesses mercados limítrofes.

Além disso, a grande diversidade de artigos que essas casas comerciais mantinham em seus mostruários e estoques possibilitou a alguns agentes, após um período de dedicação a mercancia, orientar ganhos às atividades de criação e extração, sendo desempenhadas ao mesmo tempo em que mantinham seus negócios de artigos manufaturados e gêneros da terra.

Nesse espaço a característica dos homens dedicados à circulação é manter um número ampliado de estratégias, relações orientadas a ampliar suas capacidades de se manter economicamente e na sociedade a base da proliferação de suas relações nos vários mercados.

Assim como descrito adiante, em Itaqui, curtumes¹⁷⁷, beneficiamento de itens primários como café e fumo, sistemas de transporte de itens¹⁷⁸, arrendamento a juro de animais¹⁷⁹ e terras, os sistemas de créditos e empréstimos, mantidos com companhias e associações estrangeiras, ou bancos da capital da Província já faziam parte dessa realidade mercantil, que objetivamos analisar, conferindo grande diversidade às práticas presentes nesses espaços.

Assim, mesmo tendo agentes de capacidades ampliadas constituindo os fluxos desde Itaqui, a visão que se têm a partir dos atacadistas é que não era viável a prática do comércio em grandes quantidades em decorrência do número restrito de ligações que o negociante poderia dispor. Logo, possuir grandes estoques e vender a retalhos, prática exercida pelo comerciante português, Figueira apresentado no escopo do trabalho, simboliza o predomínio de posições favoráveis que os mais auspiciosos comerciantes na área mantinham.

2.3. AS CASAS DE COMÉRCIO LOCAL

Nesse item, dedicado aos comerciantes, o objetivo será de definir a atuação das casas de negócio, ligadas as trocas de pequenos gêneros, em geral, tecidos, alimentos, bebidas, aviamentos, instrumentos de trabalho e manufaturados, que distinguiram a presença de setores diversos de atuação formados por comerciantes/atacadistas, comerciantes/varejistas, e ramos que se dedicavam aos secos, molhados, secos e molhados e gêneros diversos.

O emprego de grandes e pequenos capitais e a disponibilidade variada de tempo dedicado a atividades distintas levou a necessidade de recorrer para descrição detalhada e a caracterização particular de cada casa desse comércio local, buscando sua integração em categorias específicas. Surge dessa divisão a atuação de vendas e lojas.

Segundo Barbosa (2003), analisadas a partir da cidade de Curitiba do século XVIII, as atividades mercantis de lojas, envolviam a venda das chamadas fazendas secas, tecidos, gêneros de armário, perfumarias, artigos de indumentária, e utilidades domésticas, ao contrário das “vendas”, que possuíam todos os tipos de artigos que possuíam nas lojas e ainda gêneros de alimentação, os molhados.

¹⁷⁷ Identificada na atuação de Silvério Piagetti que possuía um curtume, de beneficiamento de couros vacuns, de cavalares e animais exóticos, cita-se no auto uma capivara. Inventário Post-Mortem. Cartório de Órfãos e Ausentes. Auto: 402, maço: 15, ano: 1887. APERGS, Porto Alegre.

¹⁷⁸ Identificado na ação do carreteiro Lamoyon que desfaz sua sociedade com Paulo Dutrey, na Ação Ordinária Cível e Crime. Cartório de Órfãos e Ausentes. auto: 390, maço: 16 A, ano: 1862. APERGS. Porto Alegre.

¹⁷⁹ Pode ser identificada na AOCC. APERGS, Porto Alegre. Auto: 401, maço 16^a de 1865. Cartório de Órfãos e Ausentes. Contrato de arrendamento de 200 reses de criar arrendadas por 3 anos a Manoel Francisco da Silva por Maria do Amaral Cordova, criadora.

Dentro das atividades dos comerciantes pesquisados para nossa realidade espaço-temporal, tornou-se vital essa diferença para avaliar o número de relações que tais estabelecimentos conseguiram manter no espaço da Paróquia, identificados no conjunto de dívidas ativas e passivas, ou seja, o número ampliado de consumidores e financiadores que cada casa de comércio conseguia manter determinaria sua posição mais ou menos privilegiada para esse ou aquele agente mercantil.

As mais diversificadas e especializadas casas de negócios conseguiam manter-se de forma mais efetiva em um conjunto de relações, ampliando a projeção de seu proprietário no espaço local. Nesses espaços as relações se baseavam mais na quantidade de ligações que os sujeitos conseguiam manter nos espaços do que pela quantidade de recursos econômicos que os mesmo conseguiam acumular. Essas características num segundo momento tornavam mais vantajosa a posição de alguns comerciantes em relação a antigos grupos de estancieiros pertencentes à elite local.

Logo Itaqui, a partir de seu espaço mercantil, formada por diversificadas casas de comércio, identificava estabelecimentos onde o consumidor podia ter acesso a uma grande diversidade de itens, secos, molhados, secos e molhados. E lojas onde ocorrem negócios mais especializados, de tecidos ou roupas que permitiram a ascensão de alguns comerciantes à posição de membros da elite local.

O caráter dos investimentos, a quantidade e variedade de artigos determinava ainda uma base mais restrita ou ampliada de relações, determinando o sucesso de cada agente ligado à atividade mercantil nesse espaço.

Esses estabelecimentos, ligados ao varejo e ao atacado, se diferem da atuação de associações de comércio, principalmente as estrangeiras¹⁸⁰, por não mencionarem, por exemplo, transações envolvendo terras, bens urbanos como atividades principais.

No entanto, vale ressaltar que um comerciante ligado ao comércio de gêneros e artigos podia participar desses mercados de maiores recursos, envolvendo a compra de um prédio urbano, por exemplo, embora sua atenção estivesse fixada nas atividades de venda de gêneros em seu estabelecimento, atividades que se caracterizam pelo retorno mais rápido de seus investimentos, envolvendo em geral vendas de roupas, bebidas ou comestíveis.

Assim, a maior parte desses comerciantes, identificados em Itaqui, atuando no varejo, se dedicava aos ramos de secos¹⁸¹, molhados¹⁸², fazendas¹⁸³, e também a algumas

¹⁸⁰ A atuação de associações como a Conceição & Cia., representada na Paróquia por Manoel Marenco ligada ao comércio de bens urbanos e terras, se difere da atuação de comerciantes de varejo e atacado, pelo maior tempo de investimento que as associações deveriam imobilizados se comparado a capacidade mais rápida de converter mercadorias em dinheiro que possuíam os comerciantes em suas vendas e lojas.

atividades de extração e venda de erva-mate¹⁸⁴. Esse último ramo prolongava o alcance dos capitais das casas de comércio desde a Paróquia, encurtando a distância de acesso desde Itaqui aos mercados de gêneros já acabados.

A atuação de carreteiros ligados à economia ervateira e diferenciados gêneros e artigos, relacionados nas casas de comércio de alguns agentes, identificou agentes, exercendo atividades mistas, aliando ao comércio a prestação de serviços, ligados ao setor de transporte de gêneros, identificados como apêndices de seus estabelecimentos de comércio¹⁸⁵.

Logo a atividade mercantil se formava perante uma base de desigualdade entre as possibilidades das diversas casas de negócios e estabelecimentos, uma diferença de recursos, que separava e distingua os agentes mercantis, criando atividades de características distintas onde no setor de comércio varejista proliferavam vendas em pequenas quantidades e valores, e uma base ampla de devedores¹⁸⁶, ligados a essas casas de negócios.

No comércio varejista, ainda se caracterizam atividades de caráter local, marcadas pela pequena quantidade de investimentos para a compra de artigos e gêneros. Em geral, uma compra de um varejista com um atacadista girava em torno de 100 \$ que identificamos em algumas relações de dívidas ativas dos inventários *Post-Mortem*. As dívidas se referiam a fazendas secas, aviamentos, gêneros de armário, instrumentos de trabalho e itens de indumentária, entre outros descritos nos autos¹⁸⁷.

¹⁸¹ Seria tudo que não podia se consumir como aviamentos, instrumentos de trabalho, têxteis e roupas.

¹⁸² São gêneros de alimentação: sal, açúcar, feijão.

¹⁸³ Fazendas se definem por artigos ou gêneros comercializáveis, em pequenas ou grandes quantidades.

¹⁸⁴ Para Figueiredo (2012) a erva-mate é o terceiro gênero mais importante da economia da Província, ficando atrás apenas das atividades de criação de vacuns e muares, ela permitiu a introdução de populações pobres nos fluxos comerciais que se formavam graças a economia de extração (FIGUEIREDO, 2012, p. 42). FIGUEIREDO, Antonio Marçal Bonorino. **Italianos e descendentes via Rio da Prata na tríplice fronteira: São Borja, Itaqui e Uruguaiana, RS 1834-1968.** 1. Ed. Curitiba, PR: Editora CRV, 2012.

¹⁸⁵ Identificado na relação entre José Tossi e Bartholomeu Gariboti, na ação ordinária 384, maço 16 A de 1859, quando José Tossi transportaria itens como barricas de açúcar, sacos de feijão e barricas de cerveja a seu cliente. Poderiam ocorrer variações quando associações ligadas no comércio de erva-mate poderiam manter o serviço de carreteiros ligados ao seu estabelecimento, como proposto pela relação entre Paulo Dutrey e Lamoyon, descrito como carreteiro que cobrava dívidas pelo serviço de transporte não paga por Dutrey, por isso Lamoyon foi a juízo desfazer a associação, como descrito na ação ordinária 390, maço 16 A do ano de 1862.

¹⁸⁶ Pode-se determinar esse ramo de atuação na relação entre José Tossi e Bartholomeu Gariboti. Nesse caso o segundo agente manteria fluxos no varejo, e José Tossi pela quantidade de artigos vendidos estaria exercendo uma atividade de atacado. Tossi mantinha uma quantidade ampliada de gêneros e artigos se comparado a Gariboti, como 5 caixões de ginelma ou vendidos. 2 sacos de 9 arrobas de feijão. Gariboti também não consumiria tal quantidade de gêneros, levando a sua caracterização como varejista. AOCC. auto: 384, maço:16 A, ano: 1859.

¹⁸⁷ Inventários como o de José Antonio Figueira também mantinha muitos comerciantes ligados as suas atividades. Figueira vendia no atacado e varejo, apontando outros comerciantes como Emigdio Bonorino em seu inventário. auto: 186, maço: 6, ano: 1870.

As dívidas de pequeno cabedal diferem o pequeno varejo dos grandes atacadistas, negociantes de maior capacidade que se destacavam mantendo um número ampliado de devedores, nesse caso varejistas. Esses grupos tinham à sua disposição capitais que lhes permitia manter por longo período dívidas que variavam entre 50 \$ a 100 \$¹⁸⁸.

Porém, a necessidade de se manter social e economicamente levou até os grupos maiores a buscar uma base ampliada de recursos de poder, uma quantidade maior de devedores em faixas inferiores, entre 0 a 50 \$, em geral consumidores comuns¹⁸⁹, para ter acesso a outros instrumentos e estratégias mobilizáveis nesses espaços locais para adquirir posições sociais.

Outra característica desses mercados surgiu quando identificamos em alguns casos que a especialização em uma determinada atividade, ligada a casas de comércio, de médio e grande porte, que detinham uma maior quantidade de artigos “já transformados”, os manufaturados, como roupas feitas, lençóis e sapatos, levaria uma limitação do número de ligações da respectiva casa de comércio, ao dedicar-se a um mercado mais seletivo, formada por consumidores que possuíam a possibilidade de pagar um preço maior pelos gêneros¹⁹⁰.

Ainda assim, os ramos de artigos especializados, as lojas de roupas feitas, vendendo fazendas secas, de alto valor, no atacado em grandes quantidades, conseguiam a partir da diversificação de suas estratégias, vendendo também a retalho e a menores preços, disseminar suas atividades no espaço local.

Muitos desses agentes constituem as práticas do que chamaremos a partir de agora de comerciantes¹⁹¹, especializando-se na comercialização de pequenos gêneros destinados a outros comerciantes menores ou ao público em geral. Ligando-se a pequenos fluxos, a atuação dos comerciantes varejistas favorecia uma maior projeção nas relações que se disseminavam na sociedade local, mesmo não tendo os recursos ampliados das associações estrangeiras e dos negociantes de terras e gados, a atividade conseguiu conceder a alguns de seus membros uma posição mais favorável no palco de relações na sociedade local.

¹⁸⁸ Baseado nos dados dos Inventários Post-Mortem de Itaqui. APERGS. Porto Alegre. auto: 231, 186, 191, 256 maço: 8, 6, 5, 9. ano: 1874, 1870, 1864, 1876.

¹⁸⁹ A avaliação dos dados dos Inventários Post-Mortem de Itaqui. APERGS. Porto Alegre. auto: 231, 186, 191, 256 maço: 8, 6, 5, 9. Ano: 1874, 1870, 1864, 1876, revelaram que de 0 a 50\$ seriam compras feitas por consumidores comuns; de 50\$ a 100\$ a quantidade de itens revela uma compra de estoques de gêneros para revenda. Superando esses valores seriam atividades de negociantes ligadas a compra de terras e bens urbanos, em geral, ou o referente ao exercício de atividades de prestamistas.

¹⁹⁰ Baseado nos dados dos Inventários Post-Mortem de Itaqui. APERGS. Porto Alegre. Auto: 231, 186, 191, 256 . Maço: 8, 6, 5, 9. Ano: 1874, 1870, 1864, 1876.

¹⁹¹ Ligados a gêneros e artigos de secos, molhados e variações. Baseado nos dados dos Inventários Post-Mortem de Itaqui. APERGS. Porto Alegre. auto: 231, 186, 191, 256 maço: 8, 6, 5, 9. ano: 1874, 1870, 1864, 1876.

Partindo da descrição do estabelecimento do comerciante José Tossi¹⁹², italiano, percebe-se que este detinha um ramo de negócio, que envolvia grandes quantidades de gêneros, identificando o perfil de atividades mais restritas de seus negócios, ligado aos setores de atacado. Determinamos por restrito devido à capacidade de liquidez mais demorada dos estoques de artigos em grandes quantidades e o menor número de ligações que esse ramo de atacado especializado mantinha.

Essa relação permitiu identificar, a partir da dívida de um ano que Gariboti mantinha com Tossi, que o setor mercantil, a partir de seus membros, necessitava, para a sua manutenção, de grandes capitais para mobilizar a compra de gêneros, já que uma parte estava imobilizada por suas dívidas ativas¹⁹³.

A ligação entre essas duas casas de negócio salientou uma atividade de atacado que se mantinha mediante poucos contatos, constituindo um mercado consumidor restrito de artigos. Em alguns casos, o caráter restrito desse setor, ligado a comerciantes maiores, criava aos agentes a necessidade de se utilizar da venda a retalhos, efetivando a comercialização de gêneros também em pequenas quantidades.

Da análise do inventário deste comerciante, quando da constituição de sua Casa de Negócio, percebe-se que havia muitos gêneros, na maioria alimentos e bebidas, semelhante ao que aponta o trabalho de Barbosa (2003), quando relata a atividade de mercancia, desenvolvida no Paraná do século XVIII. Segundo esse trabalho José Tossi estava ligado ao ramo de secos e molhados, fornecendo os gêneros no atacado a outros agentes, pela quantidade de alguns artigos que se refere no auto.

Da relação da dívida do réu, Gariboti, teria comprado cerca de 320 kgs de sabão, 10 sacos de “bolaxa”, 2 barricas de cerveja, 5 caixões de ginelma, descrevendo a existência de um comércio de grandes quantidades de itens vendidos a comerciantes menores (BARBOSA, 2003).

Logo abaixo, a relação apresenta alguns dos gêneros comercializados por Tossi, sendo em geral, pequenas¹⁹⁴ e grandes quantidades de produtos, sugerindo que o comerciante estivesse desempenhando a atividade de atacado, ao cobrar uma dívida na justiça a

¹⁹² Ações Ordinárias Cíveis e Crime. APERGS. Porto Alegre. auto: 384, maço: 16 A, ano: 1859. A atividade do setor atacadista caracterizava-se por manter um número limitado de ligações desde seus promotores, o que discernia um espaço restrito de relações a seus agentes, e, portanto, um número menor de estratégias poderiam serem mantidas. Um número ampliado de estratégias significava manter uma base favorável às alianças com outros grupos e famílias.

¹⁹³ Ações Ordinárias Cíveis e Crime. APERGS. Porto Alegre. auto: 384, maço: 16 A, ano: 1859.

¹⁹⁴ Referência à relação mantida de forma particular ligada a casa de José Gariboti.

Bartholomeu Gariboti, outro comerciante, de menor posição, ou condição nesse mercado de caráter local.

TABELA 14 – DESCRIÇÃO DE ITENS DO COMÉRCIO DE JOSÉ TOSSI - 1859

Gênero	Quantidade
Garrafão de anis	1 garrafão
Garrafão de ginelma	1 garrafão
Caixões de ginelma	5 caixões
Caixão de sabão	1 caixão de 60 kgs bruto
Caixões de sabão	320 kgs bruto
Caixões de liar	2 caixões
Caixão de polvilho	1 caixão
Peixe FAU	26 kgs
Sal	1 faina
Sacos com bolacha	10 sacos
Caixão de fideus	1 caixão
Farinha de mandioca	4 sacos
Amendoim	1 saco
Fideus	3 caixões
Ginelma	2 garrafões
Aseite doce	3 botijões

Assucar	1 barrica de 7 @s
Farinha de trigo	I barrica
Sacos de feijão	2 sacos de 9 @s
Sacos de amendoim	2 sacos com 120 volumes
Caixões de sabão	4 caixões com 227 libras
Frascos de vidro	½ (12) sacos de vidro com azeitona
Cerveja	2 barricas

FONTE: Elaboração própria. Ações Ordinárias Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre. auto: 384, maço: 16 A, ano: 1859.

Na cobrança da dívida devida a José Tossi, registrada nos autos, percebe-se a existência de ramos especializados, constituindo vendas de itens secos e molhados, capazes de manter ligações entre grandes e pequenas casas de comércio.

O total da dívida cobrada em juízo era de cerca de 740\$144, de 1858, uma das maiores quantias registradas desde então sobre atividades envolvendo apenas comerciantes, identificadas nas Ações Ordinárias referentes a dívidas não pagas de gêneros. Tal quantia equivaleria ao valor de 68 bois tambeiros¹⁹⁵, caracterizando a existência de vultosos créditos mantidos entre comerciantes e a necessidade de se manter casas com grande diversidade de artigos à disposição.

Outros dados apontam que a comercialização não se limitava a venda ao cliente do artigo, envolvendo também o serviço após o ato da compra, a partir do transporte dos itens. A articulação de vários setores identifica estratégias eficazes para os comerciantes manterem mecanismos de reprodução econômica nesses espaços.

Essa casa comercial mantinha um serviço de transporte de gêneros cobrados junto ao total da dívida de Bartholomeu Gariboti, totalizando, 216\$000 réis, valor que se somou a outros itens descritos nos autos, em uma segunda compra.

Ainda comprou Gariboti junto a José Tossi:

¹⁹⁵ Valor identificado no inventário *Post-Mortem* de Anna Ribeiro. IPM. APERGS. auto: 143, maço: 5, ano: 1867. A relação identifica a relação entre dois setores de atividades, um atacado de grandes capitais empregue em grande quantidade de itens e um varejo ligado a gêneros destinados ao consumo em pequenas quantidades. 68 bois tambeiros custariam no inventário de Anna Ribeiro 648\$000 réis.

TABELA 15 – 2^a COMPRA DE BARTHOLOMEU GARIBOTI JUNTO A JOSÉ
TOSSI - 1859

Gênero	Quantidade
Sal	1 faina
Papel de embrulho	6 resmas
Figos	2 caixas
Vinho mercantil	4 caixões
Garrafões de ginelma	1 garrafão
Sacos de arroz	2 sacos com 10 arrobas
Fideus	3 caixas
Cerveja	1 barrica
Herva-matte	8 @s de 86 libras
Tabaco	11 @s de 11 libras
Ginelma	2 garrafões
Arroz	2 sacos de 10 @s com 10 libras
Assucar	1 barrica de 9 @s
Vinho Carlon	8 medidas
Papel de Embrulho	1 bruma
Papel de Embrulho	1 bruma

FONTE: Elaboração própria. Ações Ordinárias Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre. auto: 384,
maço: 16 A, ano: 1859.

Comparado com outros inventários que fizeram parte da pesquisa e também de ações Ordinárias Cíveis e Crime, José Tossi apresentava ligações com outros comerciantes, prática comum quando consideradas atividades maiores de negociantes atacadistas, descrito na atuação da “Venda” de José Antonio Figueira.

José Tossi, exercendo atividades ligadas aos ramos de secos, molhados, gêneros da terra, créditos, e a atuação nos mercados de terra, como comprador, apontava ainda para uma migração de capitais da atividade mercantil para a compra de propriedades rurais¹⁹⁶. A compra atestava a capacidade dos comerciantes adquirirem bens de mercados restritos e o enriquecimento que viria desde a atividade de comércio de itens.

Na relação de artigos comparando a atuação da “Venda” dos Figueira a José Tossi, identifica-se que a atividade dessa última aparece como mais restrita, aliando vendas mediante gêneros da terra e algumas bebidas importadas, como os vinhos da marca Carlon e os fideus, compreendendo o comércio de gêneros finos, dedicados ao consumidor final, em pequenas quantidades.

Seguindo o proposto por Barbosa (2003), esses itens identificavam ramos de varejo diretamente articuladas ao atacado, usufruindo dos sistemas de crédito para permanecer e ampliar suas posições nos mercados, descrito na atuação de Gariboti ao ligar-se com o ramo atacadista ao qual pertencia José Tossi.

Outros comerciantes também conseguiam manter posições nesses mercados utilizando-se de expedientes variados ao comerciar artigos ligados às atividades de secos, molhados, têxteis, instrumentos de trabalho e atividades de crédito, ligando-se a grandes e pequenos comerciantes e também ao consumidor final.

Assim se descreve a atuação de José Antonio Figueira¹⁹⁷, comerciante português, um dos grandes comerciantes/atacadista-varejista da área, identificado nos autos. Este negociante conseguia manter sua atuação no espaço interno da Paróquia, em geral baseando-se em estratégias que envolviam a venda direta ao consumidor final, destacada na presença de pequenas dívidas. Predominaria pelas porções comercializadas de gêneros ligadas a essa casa de negócios, as atividades de atacado, em face da maioria descrita de dívidas que superavam 50\$ réis.

As dívidas mantidas com outros comerciantes envolveriam ainda o desenvolvimento de um sistema de créditos efetivado com casas menores, tornando ainda mais difícil caracterizar dois setores distintos atuando na Paróquia, uma vez que são muitos os registros

¹⁹⁶ Ações Ordinárias Cíveis e Crime. APERGS. Porto Alegre. auto: 384, maço: 16 A, ano: 1859.

¹⁹⁷ Inventários Post-Mortem. APERGS. Porto Alegre. auto: 186, maço: 6, ano: 1870.

de comerciantes exercendo atividades nos ramos de varejo e atacado, atuando também como prestamistas.

O inventário do português é um dos mais diversificados quando consideradas as casas de comércio da Paróquia, envolvendo: secos, molhados, fazendas, artigos de armário, têxteis, entre outros, resultando em uma ampliação de ligações desde sua casa de negócios, proliferando fluxos e ligações com comerciantes estrangeiros¹⁹⁸, sendo 2 franceses e 2 italianos, além dos brasileiros, registrados nos autos.

Da atuação do português, se salientam as bases de suas práticas a partir dos negócios mantidos com João Rivaldo, italiano, registrada a quantia de 27\$640, João Armand Mousquere, francês, envolvendo um total de (33\$266) de artigos, e Luiz Canepa, negociante ligado ao setor de transportes que executava atividades no rio Uruguai, em torno de 29\$600. Todos os descritos possuíam casas comerciais na área, mantendo relações complementares com Figueira¹⁹⁹.

Dívidas pequenas se comparadas as que mantinham outros comerciantes como Jacintho Ferrer, italiano, que totalizou 313\$204, Marcelino Domingos Lacroix, francês, em 397\$953, e a companhia Dias de Freitas, de Uruguaiana, com um total de 208\$600. Nesse campo, supõem-se atividades de créditos e fornecimento de artigos, já que Uruguaiana, também sede de um comércio fluvial como Itaqui, fornecia artigos para os comerciantes da Paróquia²⁰⁰.

Nessa descrição, a casa de negócios de Figueira conseguia manter-se em dois espaços, rompendo fronteiras econômicas e territoriais, a partir de relações junto ao rio Uruguai e a cidades próximas como Uruguaiana, e aos vários estrangeiros que mantinham algum ramo de atividade na área, dilatando os limites de Itaqui a partir de suas atividades mercantis²⁰¹.

Permitiu identificar a trajetória dessa casa de negócio a grande mobilidade dos agentes ligados à mercancia, estabelecendo laços verticais e horizontais de negócio nos vários mercados que poderiam ter acesso. Dentro de sua esfera de influência local, os

¹⁹⁸ A descrição de alguns agentes, principalmente localizados nos Inventários Post-Mortem determinariam atividades de comércio atacadista, acesso aos sistemas de créditos e empréstimos, nas mãos de comerciantes estrangeiros. Os comerciantes nacionais se limitariam as atividades que exigiam um maior capital, comércio de terras e imóveis urbanos, e um comércio de menor monta, identificado ao longo dos outros autos e fontes pesquisadas.

¹⁹⁹ IPM. APERGS. Porto Alegre. Auto: 186. Maço: 6. Ano: 1870.

²⁰⁰ Referência a atuação no atacado e no varejo de José Antônio Figueira, praticada segundo a estratégia de diversificação de atividades vendendo a outros comerciantes menores e ao consumidor final. Ver IPM.

APERGS. Porto Alegre. Auto: 186. Maço: 6. Ano: 1870.

²⁰¹ Inventários Post-Mortem. APERGS. Porto Alegre. auto: 186, maço: 6, ano: 1870.

Figueira estariam ligados a outros comerciantes maiores e menores até chegar às relações que mantinham com o carpinteiro Antonio, com o Major Pinheiro ou o comissário Antunes²⁰².

Desses últimos contatos com “gente comum”, laços estabelecidos com o consumidor final, pessoas que não comercializavam gêneros, se destacariam pequenas dívidas: 3\$000, 41\$800, que se distanciavam das quantias mobilizadas com a Companhia de Uruguaiana, com Marcelino Domingos Lacroix, e Jacintho Ferrer.

Os Figueira manteriam ainda relações com outra companhia de negociantes Almeida e Silveira (da Província de Entre Ríos), na qual seu inventário identifica a quantia de 113\$600, que poderia envolver mercadorias ou créditos²⁰³.

Nas dívidas passivas, na qual Figueira aparece como credor, aparecem novamente Marcelino Domingos Lacroix, em uma quantia de 386\$000 e Jacintho Ferrer, com a quantia de 309\$000. As trocas sugerem atividades complementares que permitiam reproduzir capitais usurários, como fez Marcelino Domingos Lacroix, que aparece em vários autos, atuando como negociante, sugerindo mecanismos de fornecimento de gêneros especializados mantidos com as diversas casas do comércio local e a existência de um ativo sistema de crédito.

José Antonio Figueira ocuparia dessa descrição uma posição privilegiada no mercado que se constituía na localidade, multiplicando laços no espaço local e para fora da Paróquia, diminuindo as distâncias entre espaços e agentes nacionais e estrangeiros²⁰⁴.

A posição de Figueira²⁰⁵ o mercado efetiva-se graças à diversidade de atividades que conseguia manter, envolvendo gêneros de alimentação, perfumes, cosméticos, prataria, utensílios domésticos, e gêneros de armário, geralmente em grandes quantidades, tendo como um dos destinos outras casas de comércio.

TABELA 16 – CONSTITUIÇÃO DA VENDA DOS FIGUEIRA - 1870

Secos (gêneros de armário)	Molhados (gêneros de alimentação)	Bebidas	Utensílios domésticos	Tecidos	Roupas/sapatos

²⁰² Descrição baseada no IPM. APERGS. Porto Alegre. Auto: 186. Maço: 6. Ano: 1870.

²⁰³ Descrição baseada no IPM. APERGS. Porto Alegre. Auto: 186. Maço: 6. Ano: 1870.

²⁰⁴ Descrição baseada no IPM. APERGS. Porto Alegre. Auto: 186. Maço: 6. Ano: 1870.

²⁰⁵ Descrição baseada no IPM. APERGS. Porto Alegre. Auto: 186. Maço: 6. Ano: 1870.

5 caixas com agulhas	1 barrica com 3 ½ arrobas de arros	120 medidas	30 panelas	323 cavados de chita	132 pares de tamancos
1 caixa de dedaes		120 medidas	1 dúzia e ½ de vinho de Carlona	5 peças de chita	20 pares de meias para homem inteiras
1 caixa de botões		1 barril com um resto de vinho branco	8 dúzias de facas de ponta	24 cavados de chita	11 pares de meias para meninos pretas
4 caixas de alfinetes	1 lata com 20 libras de café moído		12 dúzias de garfo de ferro	1 peça de algodão azul	9 pares de sapato de goma
5 caixas de grampos	1 saco com 30 libras de pimenta		20 pratos de travessas	22 jardas de algodão de azul	6 pares de chinelos
	1 saco com 12 libras de cravo da índia		10 dúzias e meia de xícaras	1 peça de 5 retalhos de algodão	3 pares de botinas para crianças
	1 saco com milho de espiga		1 dúzia e meia de copos	6 jardas de algodão mescla vidro	
	1 saco com 4 arrobas de 30 libras de café em grão		2 açucareiros	1 peça de retalho de algodão grosso	
	1 lata de			1 peça de	

assucar com 40 libras	retalho de brim de algodão
1 rolo de fumo com 2 arrobas	22 jardas de brim pardo
	3 cortes de ponchos de vicunha
1 barrica com um alqueire de feijão	3 jardas de algodão
1 barrica com 1 alqueire de sal	35 jardas de baeta
Dois garrafões com restos de vinagre	1 poncho de vicunha ordinário
7 libras de canella	6 cortes de colete
1 caixão com dez libras de chá preto	1 corte de vestido
300 charutos	1 retalho de pano estrela

FONTE: Elaboração Própria. Inventários Post-Mortem. APERGS. Porto Alegre. nº: 186, maço: 6, ano: 1870.

O auto dos Figueira, ao relatar a presença de artigos de maquinaria ligados à transformação de gêneros como o moinho de café e a mesa de picar fumo, destinada ao beneficiamento de gêneros da terra, favoreceu entender como funcionava de forma articulada esse complexo comercial. Alguns negociantes de gêneros, os de maiores recursos, conseguiriam dinamizar e inovar suas atividades oferecendo gêneros de melhor qualidade que lhes auferiam uma clientela ampliada se comparada a seus concorrentes.

Além da especialização dessa casa de comércio executando as funções diversas de uma Venda, ocorre a presença de atividades de produção de itens nesse auto, que dariam maior valor aos gêneros dessa casa de negócio, mobilizando a oportunidade do comerciante atacadista de vender em grandes e pequenas porções, gêneros já beneficiados e de maior valor agregado.

Investigando alguns itens percebemos que as 4 arrobas de café totalizando 54\$312²⁰⁶, nesse auto, quando beneficiadas a cada 10 libras passariam a quantia de 600\$ réis, concedendo um ganho de 150\$ réis ao comerciante.

Ainda integrariam a relação de itens da casa de negócios dos Figueira: Livros de história do Brasil, fábulas de guapo, 145 cordas de ABC, “7 métodos facílimos para aprender a ler”, 130 cilabarios, 7 Constituições do Império, 3 obras de Camões, “Os Lusíadas” e 5 cartilhas de doutrina Cristã²⁰⁷.

Na descrição de sua casa comercial, também aparecem itens de perfumaria como as águas de colônia, os óleos, instrumentos de trabalho como tesouras de tosquiar, enxós (5), pincéis (12) e baleiros (6), que personificam também atividades orientadas para as necessidades dos trabalhadores das áreas rurais de cultivo, de criação e a estabelecimentos urbanos de comércio²⁰⁸.

Sua relação de dívidas era pequena, em geral, seriam: 47 dívidas, sendo 11 pessoas pertencentes a algum ramo da atividade mercantil, compreendendo 23,4% das ligações, relatada nas dívidas que ultrapassavam 100 \$. Nas dívidas consideradas médias seriam 17, 36% da amostra, onde se destacam como credores ou devedores: a Associação de Uruguaiana Dias de Freitas, e Marcelino Domingos Lacroix, somando 386\$000, e José Pereira da Silva com 255\$450²⁰⁹.

A capacidade mercantil de Figueira é atestada na aquisição de uma casa, na quantia de 650\$000 na cidade, comprada junto a Francisco Brustoloni, já paga segundo o auto. E

²⁰⁶ Cada arroba contendo 30 libras cada 10 libras não beneficiada sairia por 450 \$.

²⁰⁷ Descrição baseada no IPM. APERGS. Porto Alegre. Auto: 186. Maço: 6. Ano: 1870.

²⁰⁸ Inventários *Post-Mortem*. APERGS. Porto Alegre. auto: 186, maço: 6, ano: 1870.

²⁰⁹ Descrição baseada no IPM. APERGS. Porto Alegre. Auto: 186. Maço: 6. Ano: 1870.

outra casa adquirida por 800\$000 de Antônio Brandão Ferraz. As duas compras totalizaram cerca de 1\$450:000, confirmando para o período o papel da atividade mercantil como meio de enriquecimento e a migração de capitais, assim como descrito no caso de José Tossi, para a aquisição de propriedades, atestando a capacidade de alguns comerciantes.

Uma diferença para outros inventários é a inexistência de registros quanto à posse de escravos ou bens rurais, propriedades adquiridas por José Antonio Figueira²¹⁰, o que não persiste para outros comerciantes, ou negociantes, como é o caso da atuação comercial de Venâncio Pinto Carneiro²¹¹.

Marido de Anna Maria da Silva, por quem foi inventariado, Venâncio Pinto Carneiro²¹² era negociante, tinha 3 filhos, sendo registrado como carreteiro, exercendo segundo esse auto um comércio de caráter volante. Esse sujeito identifica uma atividade mercantil capaz de proliferar grandes capitais a outros espaços, adquirindo esse fornecedor de erva uma propriedade na região central da Província, em São Gabriel, mais precisamente.

Venâncio Pinto Carneiro ainda acumularia a posse de três escravos, entre 14 e 18 anos, 5 carretas, 10 cavalos mansos, supostamente utilizados para movimentar gêneros na região, e 7 éguas, ditas “xucras”, as quais serviriam para a manutenção de seu sistema de transporte e fornecimento de gêneros.

Assim, a atividade comercial que se desenvolvia na localidade era pensada e planejada pelos agentes que a executavam, onde comerciantes como José Tossi e Venâncio Pinto Carneiro, além de vender artigos a outros comerciantes, faziam do transporte desses gêneros novas formas de ampliar seus ganhos.

A mercancia também favoreceria a proliferação de novos meios aos comerciantes, ao permitir a compra de propriedades nas cidades ou a proliferação de sua base de atuação a outras regiões. Venâncio conseguiu ampliar sua atuação até o centro da Província, identificando novos espaços de atuação aos capitais e sujeitos desde Itaqui.

Ligado ao comércio de erva-mate, o carreteiro manteve-se ligado ao comércio de fornecimento de gêneros que mantinha com outras casas de comércio, onde mobilizava um negócio restrito a gêneros do país e conseguiu proliferar sua base de atuação dedicando-se com a aquisição de sua propriedade também as atividades de criação de cavalos e ovelhas.

²¹⁰ A ausência de escravos em sua propriedade pode auferir sua introdução no mercado de terras.

²¹¹ IPM. APERGS. Porto Alegre. Cartório de Órfãos e Ausentes. auto: 211, maço: 7, ano: 1871.

²¹² Foi identificado no Inventário *Post-Mortem*. APERGS. Porto Alegre. auto: 186, maço: 6, ano: 1870.

Segundo Anna Maria Silva, sua esposa, tinha ainda o falecido: “Um sítio com uma casa e benfeitorias. Um pedaço de campo junto ao mesmo sítio. Algum gado e animais cavalares. Quanto aos campos, existe mais uma invernada que o finado tinha em São Gabriel” (IPM, 5/8/1871, p. 16, APERGS, Porto Alegre).

Ao lado dessa descrição surgem outras práticas para alicerçar a capacidade das atividades mercantis. Percebe-se que os agentes não seguiam uma orientação comum para aplicar seus lucros. No fim de suas atividades os lucros das atividades mercantis eram orientados para a aquisição de animais, de bens urbanos, propriedades rurais, ou como poucos fizeram, o dinheiro que ganhavam era destinado à reprodução de seus estoques.

Assim o fez Paulo Moura²¹³, nacional, segundo os autos, casado com Magdalena Casal de Moura, com a qual teve dois filhos. Quando descrevemos sua relação de bens, se percebe que a maior parte de seu capital estava empregue em sua casa de negócio, onde a quantia mobilizada em mercadorias totalizava 18\$519:580 quase se equiparando ao montante mor de seus recursos, 19\$069:380.

A descrição da casa comercial de Paulo Moura aponta para uma aplicação total de capitais e lucros na manutenção dos estoques de sua casa de comércio, ideia mais aceita, já que era quase ínfimo o registro de bens de raiz (600\$000), dívidas ativas (620\$000) e dívidas passivas (769\$000), nesse inventário²¹⁴.

O fato de ligar-se a famílias importantes revelou uma particularidade dessa casa de negócios: a orientação das práticas que visavam o retorno rápido dos capitais empregados na atividade mercantil, já que esse agente possuía poucos recursos para sobreviver além do comércio.

Dos seus devedores, a presença da escuna Santa Rita²¹⁵, sugere, como tantos outros comerciantes identificados, a ligação com um centro de fornecimento de bens, dependente dos fluxos que se desenvolviam no rio Uruguai, podendo ser inclusive ilícitos²¹⁶.

²¹³ IPM. APERGS. Porto Alegre. Cartório de Órfãos e Ausentes. auto: 131, maço: 5, ano: 1864.

²¹⁴ Baseado nos dados do IPM. APERGS. Porto Alegre. Cartório de Órfãos e Ausentes. auto: 131, maço: 5, ano: 1864.

²¹⁵ Como a grande maioria dos comerciantes nessa região, no auto de Paulo Moura se salienta uma ligação com os fluxos através do rio da Prata, no seu inventário identificamos uma ligação com a escuna Santa Rita, de Pedro Larabure, que atendia aos mercados da Constituição, sub-coletoria do Salto, com uma saída registrada no mês de maio de 1861. Listas de Alfândega da Mesa de Rendas de Itaqui, Quadro Estatístico, diversos. Dezembro de 1860 a maio de 1861.

²¹⁶ Constituição, em meados do século XIX, era um porto ligado ao departamento de Salto no Estado Oriental. Segundo autores como Abadie e Romero, nesse “pueblo”, se deveria incrementar a entrada e saída de mercadorias destinadas aos portos do Império do Brasil e da Confederação Argentina, objetivando introduzir

Seus devedores constituíam uma mescla de pequenos comerciantes e gente que não comercializava artigos, como Eduardo Alvarez (30\$000), Coronel dos Santos Loureiro (29\$400), Antonio Herrera (40\$000), Francisco de Castro Magalhães (34\$000), José Maria Fontella (18\$250), e Coronel Antônio Fernandes Lima (28\$800), destacando um público distinto, que frequentava uma casa comercial especializada, em certos artigos, as roupas feitas. A presença de dívidas menores identificam também vendas no varejo, mesmo diante de uma quantidade ampliada e variedade de bens em seus estoques, uma marca do setor atacadista²¹⁷.

Marcelino Domingos Lacroix, francês, é um dos poucos comerciantes ligados a Paulo Moura, identificando um valor de 180\$640 réis, e a companhia de Uruguiana dos irmãos Comas com 168\$400 réis registrados nas dívidas. Quanto a sua atividade, era característica de uma Loja, não apresentando nenhum gênero alimentício que não fosse roupa, tecidos, sempre em grandes quantidades. A maioria das dívidas com consumidores, apesar de parecer ligada ao atacado lhe classifica no ramo de varejo, a partir de itens que entravam desde Uruguiana, supostamente o espaço de seus fornecedores.

TABELA 17 – DESCRIÇÃO DE ALGUNS ARTIGOS DA LOJA DO
NEGOCIANTE PAULO MOURA - 1864

ARTIGO	QUANTIDADE	PREÇO TOTAL
Peças de pano branco	3	124\$300
Peças de algodão	9	108\$000
Peças de algodão nº1	30	200\$000
Peças de algodão pu blm	21	182\$700
Peças de algodão marca	21	189\$320
Cavallo		
Peças de algodão marca	17	150\$280

nesses espaços artigos manufaturados e gêneros diversos que tinham origem nos portos de Buenos Aires e Montevidéu.

²¹⁷ Ver IPM. APERGS. Porto Alegre. Cartório de Órfãos e Ausentes. auto: 131, maço: 5, ano: 1864.

touro		
Peças de algodão riscado	25	385\$920
de casal		
Peças de algodão mescla	11	247\$680
Peças de chita marca	27	102\$200
Navis		
Peças de chita marca	65	77\$400
Carlis		
Varas de gêneros para	14	113\$000
calças		
Jardas de brim para	43	37\$700
calças		
Jardas de algodão listado	112	51\$600
Paletós de riscado	3	13\$300
Paletós de alpaca pardos	5	12\$000
Ponchos de pano regular	8	42\$000
Ponchos de pano mais finos	2	152\$000
Ponchos finos de pano	8	52\$000
camisetas para marinheiros	7	24\$500

FONTE: Elaboração Própria. Inventários Post-Mortem de Itaqui. APERGS. Porto Alegre. auto: 131, maço: 5, ano: 1864.

Nesse auto se percebe uma atividade especializada, também executada segundo a venda em pequenas quantidades, logo pertencente ao setor varejista²¹⁸, nesse caso de fazendas secas, tecidos e roupas feitas, em geral artigos acabados e na maioria dos casos importados, que se dedicava a um público seletivo, pertencente a famílias tradicionais como os Loureiro, Fontella e Fernandez Lima.

Alguns dos itens, poderíamos identificar uma concorrência da Loja de Paulo Moura com a Venda do português Figueira, mas percebe-se dos dois autos uma distinção quanto a artigos e especialidades. Paulo Moura limitava-se a uma pequena, embora especializada, atividade, destinada a um público direcionado, formado por proprietários de terra e militares, que não eram tão ligados à Venda de José Figueira, dedicada a artigos mais rústicos, que não interessavam a uma clientela de posição e *status*.

Sua loja, especializando-se no ramo de tecidos e aviamentos, detinha cerca de 80 dívidas, ativas ou passivas. As maiores partes das dívidas se relacionam a pessoas que não exerciam atividade comercial, sendo 3\$192:439, de dívidas ativas e 2\$150:000 de passivas, numa média de 215\$000 por registro. As menores dívidas, registradas nas ativas marcam 53\$207, que situa que esse agente também vendendo no varejo²¹⁹.

Quanto ao comércio mantido por italianos, se destacou nos autos a atuação de João Rivaldo²²⁰, numa atividade de comércio/atacadista ligada a gêneros diversos, vendidos também em pequenas quantidades ao consumidor final. O atacadista mantinha ligações com negociantes como Marcelino Domingos Lacroix, francês, em uma dívida de 360\$000, Manoel Marenco, negociante ligado a Chancelaria de Montevidéu, oriental, envolvendo 1\$600:000, a filha de Emigdio Bonorino, Palmira, em 1\$600:000, João Batista Marenco, negociante, oriental, 124\$000, e a companhia Dias de Freitas, pertencentes a negociantes de Uruguaiana²²¹.

Ligava-se quase que exclusivamente aos itens que migravam dos espaços vizinhos para o interior da Paróquia, haja vista que Bonorino, os Marenco e Domingos Lacroix mantinham negócios vinculados aos fluxos mercantis desses espaços ao longo do rio Uruguai.

Atendendo ao padrão de estratégia para os comerciantes identificados no espaço local, a ligação direta com o Estado Oriental e a Confederação Argentina se daria a partir de Gil

²¹⁸ Apesar das grandes quantidades de artigos e preços altos, sugerindo uma atividade no atacado, Moura mantinha-se ligado a um número de consumidores, maior do que de comerciantes ligados ao seu auto, conferindo uma atividade executada como objetivo de compor o setor de varejo.

²¹⁹ Ver IPM. APERGS. Porto Alegre. auto: 131, maço: 5, ano: 1864.

²²⁰ Inventários Post-Mortem. APERGS. Porto Alegre. auto: 231, maço: 8, ano: 1874.

²²¹ Relação de dívidas descrita no Inventários Post-Mortem de Itaqui. APERGS. Porto Alegre. auto: 131, maço: 5, ano: 1864.

Rodrigues, pertencente a uma associação comercial de Corrientes, envolvendo 55\$500, registrada no seu inventário.

Do contato com a família Rodrigues, ligada ao setor de transportes, poderia se efetivar a ligação com a Federação, “*pueblo*” na Província de Entre Ríos, espaço que ganha destaque ligando-se inclusive aos ilícitos²²², proliferando ainda mais seus contatos já afirmados com o Estado Oriental, a partir dos Marenco e as ligações a partir dos Rodrigues com a Constitución, Departamento de Salto.

Logo, ligar-se aos Rodrigues manteria posições propícias aos comerciantes para participar dos mercados junto a Confederação Argentina, ao Estado Oriental e aos espaços interiores a Província, auferindo uma posição mais propícia quanto ao acesso aos bens e artigos que dinamizavam esses fluxos ao longo do rio Uruguai²²³.

**TABELA 18 – PRINCIPAIS CREDORES E DEVEDORES NO AUTO –
RELAÇÃO DE ATIVOS FINANCEIROS – 1874**

Credores	Marcelino Domingos Lacroix	Manoel da Costa Franco	Manoel Marenco	Palmira Bonorino	Antonio Dias de Freitas
Valor	360\$000	668\$000	1\$600:000	1\$500:000	340\$000:000
Devedores	Manoel Sarats (Federação)	José Velasques	João Aguirre	Guilherme Villalve	Estevão Ramires
Valor	532\$150	80\$200	49\$750	41\$200	42\$500

FONTE: Elaboração Própria. Inventários Post-Mortem de Itaqui. APERGS. Porto Alegre. auto: 231, maço: 8, ano: 1874.

Desse auto percebe-se pelos dados que 40% das relações se efetivam a partir do contato com estrangeiros (descrito parte acima), sendo a mesma proporção 4 agentes atuando como negociantes, salientando ainda a participação de associações estrangeiras, representadas

²²² A ligação com essa família permitiria efetivar ligações com: Povo da Cruz, o porto de Constitución (Salto), Restauración e Federación (Província Entre Ríos), na Confederação Argentina.

²²³ Fagundes (2009) em sua dissertação de mestrado, tratando sobre comerciantes, na segunda metade do século XIX, entre 1845 e 1865, também salienta o acesso aos circuitos fluviais como elementos de dinamização entre espaços limítrofes.

por Manoel Marenco. Os contatos com Francisco Carlos (dito da Federação), Marenco (oriental) e Antonio Dias de Freitas identificam a presença de redes que se formavam com esses espaços limítrofes, a partir da intermediação da família Rodrigues.

Logo a venda de Rivaldo se mantém graças à existência de várias ramificações, ao envolver comerciantes nacionais e estrangeiros, companhias e associações do Estado Oriental e da Confederação Argentina, rendendo a esse estabelecimento grande projeção na atividade mercantil que se desenvolvia na Paróquia.

Quanto aos produtos, suas atividades ligavam-se a atuação de uma Venda, pela diversidade de artigo. São localizados em torno de 846 itens divididos entre roupas feitas, aviamentos, máquinas, instrumentos de trabalho, gêneros da terra e de armário, mobiliário entre outros que proliferaram nos mostruários e estoques dessa casa de comércio. Parte dos gêneros identificados compõe a relação seguinte:

TABELA 19 – DESCRIÇÃO DE GÊNEROS POR ESPÉCIE - 1874

ROUPAS FEITAS	INSTRUMENTOS TRABALHO	DE GENEROS DA TERRA	MOBILIARIO	BEBIDAS
Camisas de Gênova (96 un.)	Freio de ferro (1)	1 saca de arroz	Armação com mostrador	12 medidas de vinho (1)
Camisas brancas (84 un.)	Pares de estribos (3)	1 arroba toucinhos	Balança romana (1)	1 pipa de vinho Carlton
Camisas brancas de peito (30 un.)	3 arrobas de pregos de construção	1 alqueire de farinha	Balança de mostrador	1 caixa de conhaque Martel (1)
½ dúzia de camisas de meninos	4 tarros de tinta	Meia arroba de fumo	Balança de medidas segundo sistema decimal (1)	

8 ½ dúzias	Machados (2)	Mil laranjas	Funis (2)
de lenços brancos			
Pares de meias para crianças (12)	1 arroba e ½ de	Calices (18)	
	assucar branco		
12 dúzias de lenços coloridos	4 arrobas de graxa	Torrador de	
		café (1)	
7 calças de brim pardo	1 faina de sal	Moinho	
		para café	
		(1)	
15 coletes de gasemira	1 saco de farinha	Mesa para	
		picar fumo	
		(1)	
5 coletes de alpaca	4 libras de caixa de	Faca para	
	cravo	ficar fumo	
		(1)	
1 par de calças de gasemira		Escada (1)	
Lenços e seda (4)	Medidas de cachaça (2)	Balança para	
		pesar ouro (1)	
1 par de botina de cabrelinha		Vidraça de	
		mostrador	
		(1)	
1 par de botinas para homem		Máquina para	
		coser pão (1)	

6 pares de meias para mulheres	Ternos para medidas de secos (2 jogos)
	Revólveres (2)
	Binóculos (1)
	Arma de dois tiros (2)
	Latas para diversos objetos (5)

FONTE: Elaboração Própria. Inventários Post-Mortem de Itaqui. APERGS. Porto Alegre. Auto: 231. Maço: 8.

Ano: 1874.

Da comparação com outros agentes pode-se perceber que a quantidade ampliada de ativos pressupõe atividades dedicadas ao varejo, ao contrário do que ocorre com as atividades de fornecedores e carreteiros, os comerciantes, vendendo a atacado e principalmente no varejo, foram mais auspiciosos, obtendo maior sucesso ao ampliar seus espaços e ligações, tanto em âmbito local quanto para o exterior.

Quanto a ativos e valores no mercado, o quadro abaixo destaca alguns valores, que ajudam a compreender as atividades de comércio, ao comparar a capacidade de alguns estabelecimentos ligados ao ambiente mercantil. Nessa relação o que se destacaria para explicar a realidade local é que os comerciantes teriam maior sucesso para se efetivar e ocupar postos, posições na sociedade, por manter mais ramificações nos espaços, face aos grandes negociantes, que manteriam um número restrito de ligações.

Dívidas ativas e passivas seriam os grandes instrumentos utilizados para efetivar o surgimento de redes e ligações ampliadas a partir de alguns agentes. Da relação abaixo, percebe-se que Rivaldo, Figueira e Paulo Moura conseguiam manter-se ligados aos capitais das atividades de crédito, aos vários estrangeiros que mantinham atividades na área e ainda a um número ampliado de credores e devedores.

TABELA 20 – COMPARAÇÃO ENTRE ATIVOS DE ALGUNS AGENTES
MERCANTIS(1874-1876).

	Rivaldo (comerciante - italiano)	Figueira (comerciante -português)	Paulo (negociante- brasileiro)	Moura (fornecedor- brasileiro)	Venâncio (comerciante- alemão) ²²⁴	Adão (comerciante- alemão) ²²⁴	Bernd
Ativas	61	6	39	1		189	
Passiva	10	40	6			0	
S							
Total	71	46	45	1		189	
Mais de 100\$	11	17	19			25	
Menos de 100\$	60	28	24			164	
Mais de 50\$	9	2	5			33	

²²⁴ Quanto ao alemão Adão Bernd, apresenta uma relação de atividades bastante interessante. Suas dívidas apontam para grandes estoques de fazendas, no valor de 8\$013:751 réis. Em mercadorias seriam entre ferragens, louças e molhados 5\$150:234 réis e 6\$083:500 réis de dinheiro. No auto não se referem gêneros, porém percebe-se uma atuação ligada a grandes estancieiros e comerciantes. Se destacam como devedores: Marcelino Domingos Lacroix (110\$000), José Trilha Belmonte (1\$691:450), Carlos Brandi (1\$210:000 réis), e com Jacintho Ferrer (240\$100 réis). Para uma comparação, o que se descreve que a manutenção de atividades no atacado e no varejo, depois supostamente créditos que manteria com outros comerciantes ampliou a presença, ligações que esse comerciante manteria na localidade. Pelo que se percebe seu sucesso na atividade permitiu que o mesmo mantivesse seus estoques sem ter que recorrer a empréstimos ou dívidas contraídas com outros agentes, ao contrário do que fizeram João Rivaldo e José Antonio Figueira. Mesmo mantendo relações semelhante a seus pares, como se percebe no contato com os fluxos que se estabelecia junto ao rio Uruguai, onde se ligaria com a família Canepa ligada ao mercado da Constitución e as ligações com membros de famílias importante como Manoel Pedro Belmonte (41\$400), Firmino Fernandes Lima (110\$680), e alguns comerciantes como José Nigra (29\$800) e João Armand Mousquere (25\$000).

Menos de 50\$	56	24	11	131
Associações	3	2	1	2
Estrangeiros	6	8	3	4

FONTE: Elaboração Própria. Inventários Post-Mortem de Itaqui. APERGS. Porto Alegre. auto: 231, 186, 191, 256 maço: 8, 6, 5, 9. ano: 1874, 1870, 1864, 1876.

Percebe-se que o número ampliado de relações de João Rivaldo garantiria a efetivação de atividades mais promissoras, permitindo a sua casa predominar em ligações com pessoas que consumiam roupas e tecidos mais rudimentares em pequenas quantidades, garantido além de uma demanda ampliada, uma maior extensão de sua base de relações.

As atividades da venda de José Antônio Figueira, estabelecimento de grande quantidade e diversidade de gêneros orientada a outros comerciantes e efetivando algumas vendas com o consumidor final, embora sendo a maioria das vendas por grosso e não a retalho, também permitiram caracterizar as posições considerando valores²²⁵.

Logo as faixas entre 0 a 50\$ envolveriam pequenas quantidades comercializadas, enquanto a faixa de 50\$ a 100\$ réis se mantinham com outros comerciantes. Superando a faixa dos 100\$, já rendia uma grande posição a seus promotores, que em geral seriam creditistas e prestamistas, e também negociantes de terras, gados ou propriedades urbanas. Essa relação permitiu definir posições e efetivar relações de alguns agentes ligados à mercancia, em caráter local.

Os registros que passavam de 100\$ réis exigiriam grandes recursos de seus agenciadores, sendo transações que envolviam prédios urbanos e propriedades rurais, fluxos ligados a atividades de Negociantes. Quanto ao comércio em vendas e lojas, é formado

²²⁵ Se dedicando ao comércio de gêneros e artigos na faixa entre 0 e 50\$, era uma marca da atuação de vendas, comercializando no varejo, superando essa quantia, já ocorreria a atuação de setores de atacado, onde as dívidas ativas eram poucas, se comparado aos setores de varejo, onde eram muitos os devedores em pequenas faixas, chegando até 50\$. Quando os valores ultrapassavam 100\$, geralmente estavam ligados a casas de atacado e a atuação de prestamistas dedicados a concessão de créditos, ou ao comércio de bens urbanos, propriedades rurais, barcos, grandes quantidades de gêneros. Dessa descrição percebe-se que havia atividades de pequenos, médios e grandes agentes. Não há uma noção, hierarquia fixa, ou denominação para se referir a um comerciante ou negociante. Os agentes nesse espaço podiam exercer várias atividades, ligando-se a associações, companhias familiares, atuando no varejo ou atacado. Logo, determinou-se a atuação dos agentes mercantis mais importantes nesse espaço, uma vez que segmentar, conceituar, ou diferenciar cada um tornou-se difícil num ambiente onde se poderia determinar cada agente atuando em várias atividades.

principalmente por gêneros menores: roupas, perfumes, alimentos, aviamentos e gêneros de armário.

As diferenças e patamares de preços menores desses fluxos descrevem a capacidade de cada casa comercial (loja ou venda, de caráter fixo) de auferir a seu dono, novos espaços para a atuação social, política e econômica, o que levaria a projeção de Emigdio Bonorino, tratado no terceiro capítulo.

Ainda percebemos que de 0 a 50\$ os valores referiam-se a compra de alimentos, roupas, tecidos, ou instrumentos de trabalho; a faixa de 50\$ a 100\$ réis referia-se àqueles que buscavam gêneros, em geral têxteis como algodão, brim e riscado para suas casas de negócio, em grandes quantidades. Acima de 100\$ se formariam espaços mais restritos, monopólios, baseados em geral na proliferação de laços e negócios mantidos por famílias tradicionais, como a família Fontella e Loureiro.

Um dos autos de comerciantes que se distinguiu em geral dos demais foi o de João Hilário Souto, nacional, que mantém algumas características que lhe aproxima de outros comerciantes quanto a artigos e bens, mas que ao mesmo tempo lhe distingue dos demais descritos.

Quando nos dedicamos a identificar a atuação de José Antonio Figueira, Paulo Moura, Venâncio Antonio Pinto e João Rivaldo, principalmente os estrangeiros, são poucos os registros concernentes a escravos, por exemplo, nas fontes. Já da descrição dos negócios de João Hilário Souto, são registrados 4 escravos, sendo dois adultos, uma mulher, um homem e 2 crianças, que relacionado ao número considerado de bens semoventes, exerceriam lidas domésticas.

Quanto aos bens desse comerciante, se salientou a formação de um conjunto variado dedicado à criação de cavalares (16), ovinos (80) e bois mansos (6). Em um segundo momento, surgiria ainda nesse auto 1775 reses de criar, 270 novilhos, 108 cavalares e 24 mulas chucras, supostamente uma herança de família a um membro que se dedicava até então a atividade de comércio.

Esse agente ainda participaria do mercado de terras com cerca de 1\$516:000 réis, investidos, mais 28\$000 réis ligados à compra de erva-mate, e também de vacas, compradas junto a Cyrilo Souto, na quantia de 98\$000 réis.

Mobilizaria ainda capitais na cidade de Uruguaiana, em torno de 177\$000 réis e nos mercados de bens semoventes, quando atravessa “1800 reses para o outro lado do Ibicuhy”, sendo avaliada por 24\$000 cada uma. Dessa relação os gados são transmigrados para o outro

lado da fronteira, prática comum nesses espaços limítrofes, caracterizada por ser uma atividade ilícita.

Mas não ficaria restrito o nacional ao comércio de gêneros da criação, Souto também mobilizaria parte de seus capitais em atividades de sua venda. No inventário, essa atividade seria destacada pela sua diversidade. Do conjunto de artigos se destacam mais 8 escravos, sendo 4 com idade entre 16 e 23 anos. Nessa faixa os escravos em média custariam de 600\$, mulheres até 800\$, homens em idade de trabalho, e com qualificações profissionais poderiam atingir 1\$200:000 réis no mercado. Se mobilizados parte dos bens desse agente, só os escravos em idade de trabalho, de 16 a 23 anos, somariam as suas posses 4\$800:000 réis.

Dos comerciantes registrados até esse ponto esse foi o maior número de cativos identificados, onde acreditamos que a chegada a esse número deve-se a presença de uma estrutura de exploração econômica formada por dois segmentos: a criação e a atividade comercial no caso desse agente. Nas atividades locais era prática comum aliar comércio e criação, comércio e extração, comércio e produção especializada, por exemplo, de couros e erva-mate, vendidas no mercado local ou exportada para outros espaços.

Como estratégia, essa família mantinha em sua relação de bens de raiz, dois centros, um na “chácara próxima da villa” e outra na morada de casas na cidade, onde supostamente estaria localizada a Venda. Efetivar as duas atividades permitiu a família se manter segundo uma base de grande opulência quanto ao padrão de vida, sendo em sua relação de bens constantes as menções aos “bocaes” de prata, castiçais de prata, rédeas com peças de prata, bandejas de prata, relógios de prata, brincos de ouro, correntes de ouro, “dedaes” de ouro e anéis de ouro.

Os itens da casa de negócio de Dutra compreenderiam grandes quantidades de artigos, descartando o caráter de autoconsumo. Seriam relacionadas: calças de chita (15), fronhas de travesseiro (11), vestidos de chita (28), camisas de homem (17), pares de meias para mulher (6), carretéis de linha (17) e camisas de linho (17).

No inventário de José Silveira Dutra²²⁶ se percebe ainda uma capacidade da atividade mercantil de manter certa posição a seus agentes, haja vista a grande quantidade de bens móveis e semoventes registrados.

Quanto ao inventário de sua mulher, Rosalina de Escobar Dutra, se destacaria uma grande quantidade de bens semoventes, “636 rezes chucras, duzentas e doze reses mansas, treze bois mansos, cento e trinta e duas ovelhas, oitenta éguas de criar e trinta cavalos

²²⁶ IPM. APERGS. Porto Alegre. auto: 384, maço: 14, ano: 1886

mansos”, pertencentes a uma atividade de criação, mantida de forma conjunta aos fluxos de comércio.

Na descrição de bens, vários itens destacam uma atividade mercantil que se discernia juntamente com a criação. Dentre os utensílios que poderiam auferir a esse agente o exercício de um negócio, em algum momento de sua vida, consta: um armário grande usado, uma balança de concha com pesos, outra de braços e pilões, “uma prateleira pequena para negócio”, um balcão pequeno.

A presença de atividades mercantis e a identificação de outras atividades baseadas na acumulação de terras e animais nesse auto atestam a capacidade do capital comercial de se articular com outras atividades. Logo, nesse ambiente mercantil haveria uma articulação entre diversos níveis, um conjunto formado por bens da criação, agricultura até atingir os fluxos de comércio de gêneros mais trabalhados.

A família possuía grandes quantidades de terras adquiridas na localidade onde se identifica a compra da sesmaria denominada Bittencourt, de Lourenço Silveira Dutra, e outra parte de campo de Braz Pinto de Aguiar na mesma sesmaria. No inventário percebe-se a existência de duas carretas, através das quais se transportava os gêneros produzidos pela família nas suas propriedades para ganhar os fluxos de comércio na cidade. Ocupando a posição de produtores diretos, essa casa de comércio se destacaria quanto à capacidade de ampliar seus lucros²²⁷.

Cita-se ainda no documento²²⁸ que José Silveira Dutra herdara de seu pai uma parte de campo, e comprara outras duas, sendo uma de Pedro Antonio Ribeiro e outra de Carlos de Medeiros. Logo a estratégia familiar antes dedicada à criação se somava ao comércio para ampliar suas bases de atuação. A ligação com famílias abastadas como os Ribeiro em transações mantidas segundo a compra de terras revelaria a capacidade ampliada dos grupos de comerciantes.

Adão Bernd²²⁹, dito súbdito alemão, foi um dos que mais conseguiu dinamizar sua atuação, desde sua posição no varejo, identificado quando inventariado por sua mulher, Marianna Bernd.

Nesse inventário surgiu uma descrição pormenorizada dos itens que haviam em sua casa de negócios, sendo fazendas, os artigos principais onde constam 8\$013:751 réis inventariados, as ferragens envolveriam cerca de 1\$738:903, e os dinheiros a quantia de

²²⁷ IPM. APERGS. Porto Alegre. auto: 384, maço: 14, ano: 1886

²²⁸ IPM. APERGS. Porto Alegre. auto: 384, maço: 14, ano: 1886

²²⁹ IPM. Cartório de Órfãos e Ausentes APERGS. Porto Alegre. auto: 256, Maço: 9, ano: 1876.

6\$083:500 réis, onde se salientavam também atividades de crédito, formando sua base de atuação, sugerindo a venda de muitos produtos, além da concessão de créditos, auferindo a esse agente a posição de negociante dedicado a venda de artigos e gêneros no varejo, que permitiram também oportunidades de especulação.

Constam ainda como dívidas passivas, pequena quantidades monetárias, que somaram cerca de 561\$830 réis, destacado-se a remessa de dinheiro a Montevidéu, enviadas em 25 de novembro de 1876²³⁰.

Com comerciantes mantinha Bernd relações com Marcelino Domingos Lacroix (110\$000), Emigdio Bonorino (52\$800), José Negri (29\$800); mediante valores medianos, que supunha pela ausência de artigos que o mesmo exercesse atividades relacionadas em sua maioria a empréstimos concedidos a comerciantes menores.

Algumas associações aparecem no auto como a Alves & Irmão (800\$), Manoel Marenco (73\$800), e Joaquim de Freitas Noronha (farmacêutico da Noronha & Cia), envolvendo a quantia de 93\$000.

Sua atuação ainda envolveria duas linhas de atuação, uma praticada graças aos contatos através do rio Uruguai, mantidas com João Batista Canepa (4\$800) e Manoel Barqueiro (5\$600), equilibrando e propondo a presença de artigos interessantes às famílias mais tradicionais como os Belmonte e a família Fernandes Lima, constando respectivamente em dívidas de 49\$600, 1\$691:450 e 10\$160²³¹, valores concernentes a dívidas ativas.

A diversidade de atividades mercantis que se salientava nesse espaço não ficava limitada ao ato de comprar e vender produtos. As rotas de comercialização ampliadas e articuladas com mercados externos criava a necessidade de sistemas baseados na produção de artigos locais. Daí surgem as atividades pautadas na relação com os estrangeiros e descendentes vindos dos países vizinhos, um deles Silverio Piagetti²³², italiano, inventariado por sua esposa, Luiza Canepa Piagetti.

Desde a menção feita a sua esposa, já se identifica a presença contínua do rio Uruguai, rota explorada pelos Canepa, ao ligar-se junto a Constituição através de Luis Canepa e sua escuna Catharina. Poderia essa embarcação manter desde a Paróquia o comércio de couros, de vários tipos, exercido mediante os fluxos de exportação que partiam desde seu estabelecimento no subúrbio da cidade.

²³⁰ Ver bens de Adão Bernd em IPM. Cartório de Órfãos e Ausentes APERGS. Porto Alegre. auto: 256, Maço: 9, ano: 1876

²³¹ Nessa dívida se faz referência a uma dívida mantida de “Dionisio do Coronel Fernandez Lima” atestando os vínculos de solidariedade que solidificavam os sistemas de concessão de créditos na Paróquia.

²³² IPM. APERGS. Porto Alegre. auto: 402, Maço: 15, ano: 1887.

Supostamente a ligação Piagetti - Canepa introduziria os couros da Paróquia aos fluxos que se mantinham com o Estado Oriental. Segundo o auto do finado, havia toda uma estrutura destinada a manter o estabelecimento de courama com casa de moradia, galpões, tanques, ferramentas, moinho, oficinas, depósito de cal e casca e animais, as bestas empregadas na moagem de outros itens de uma agricultura de subsistência, utilizadas como animais de tração.

A atividade ligada ao comércio de couros era baseada na exploração de vacuns e também animais cavaleiros, onde o inventário aponta para cerca de 13\$158:000 de réis relativo a produtos beneficiados pelo estabelecimento de Piagetti, quantia concernente a atividades de grandes fluxos.

TABELA 21 – RELAÇÃO DE ITENS DO NEGÓCIO DE SILVÉRIO PIAGETTI - 1887

Quantidade	Item	Valor
100	Couros vaccuns	500\$000 cada – 5\$000:000
110	Couros vaccuns em cortume	660\$000 cada – 6\$000:000
239	Couros cavaleiros	
254	Meias de solla	1\$470:000
90	Cavalinhos	
210	Jaquetas	
38	Bezerros	
288	Couros de capivara	288\$000
80	Lombillhos lisos	400\$000

FONTE: Elaboração Própria com base nos IPM. APERGS. Cartório de Órfãos e Ausentes. Porto Alegre. auto: 402, Maço: 15, ano:1887.

Tinha ainda registradas muitas dívidas ativas, totalizando cerca de 23 ligações, onde recebem destaque os laços mantidos perante Antonio Joaquim Alves (440\$000), Luiz Bottinelli (765\$000), Pedro Clôs (371\$200), Miguel Frederico (650\$000), Eduardo Trindade (517\$778), Melchior Corruela (820\$000), pela quantia monetária que poderia caracterizar nas mãos de Piagetti uma atividade atacadista. E outra dívidas menores, como a que mantinha com Camillo sapateiro, de 42\$000, que o colocava diversificando suas atividades, também como fornecedor de matérias-primas a prestamistas urbanos.

Vendendo nos ramos de atacado e varejo conseguiu Piagetti auferir grandes capitais, que empregara na compra de alguns animais, 7 cavalos mansos, supostamente usados para transporte (atrelados as 2 carroças e ao carro que mantinha em seu inventário) e 38 reses, além de uma casa no subúrbio da cidade, Piagetti ainda conseguiria investir em bens e propriedades fora do país, identificadas na morada de casas que comprara na Itália.

No tocante ao comércio propriamente dito, o padrão das atividades ao longo das fontes, *Inventários Post-Mortem*, Ações Ordinárias Cíveis e Crime e Registros Notariais revelam mercados que se pautavam na diversidade, atribuída a atuação das casas comerciais de destaque na Paróquia.

Entre ramos anexos, a atuação de carreteiros e fornecedores as atividades pautavam-se pela articulação entre ramos diversos, não ficando restrita a negociação de gêneros ao permitir as atividades de fornecedores diretos como os Piagetti - Canepa e a família, “Silvério Dutra”, mencionados anteriormente.

Outra característica marcante desses mercados se promoveu pela articulação entre a Paróquia e os fluxos através do rio Uruguai, onde os agentes que atuavam no rio Uruguai, e as associações, principalmente as de Uruguiana e do Estado Oriental, destacando-se a Almeida e Silveira, a Agostinho & Cia, a Dias de Freitas & Cia, e a Conceição & Cia, intercalaram novas estratégias e recursos, dinamizando o palco de relações favoráveis a atuação dos comerciantes ampliando a partir de agora a Santa Maria, Porto Alegre e São Gabriel por meio de procuradores, as ligações políticas e econômicas desde as cidades da fronteira oeste, nesse caso Itaqui.

Como em todo mercado haveria também comerciantes menores de artigos como se pode salientar a partir da atuação do francês Francisco Horat²³³, inventariado por Marcelino Marcelino Domingos Lacroix, outro francês. Sua atuação envolveria um pequeno comércio de rolos de fumo, barricas com cigarros, garrafões vazios, supostamente de bebidas, barricas de

²³³ IPM. APERGS. Cartório de Órfãos e Ausentes. Porto Alegre. Auto: 157. Maço: 5. Ano: 1868.

polvilho, e instrumentos do cotidiano de comerciantes, como balanças, onde se cita no inventário uma pequena e uma romana.

Esses fluxos mantiveram ligados a esses agentes laços com mercados mais complexos como Porto Alegre, no final da década de 1860, totalizando uma quantia de 9\$579:079 deixada as suas irmãs, atestando o papel desses mercados limítrofes de manter opções de atividades a sujeitos que viriam de outros centros para desempenhar atividades mais favoráveis a seus interesses de enriquecimento, pela mobilidade permitida por esses mercados fronteiriços.

2.4. A DIVERSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES E A ATUAÇÃO NOS GRANDES NEGÓCIOS

As várias fontes referenciando o grande comércio permitiram identificar uma mudança nos padrões dessa sociedade, onde os dados jurídicos, procurações e notas do tabelionato, atinentes a Paróquia, salientaram algumas bases da dinâmica de funcionamento desse mercado às margens do rio Uruguai, favorável também aos grandes negócios.

Observamos que havia uma modernização dos padrões nesses mercados, onde as formas de riqueza baseadas na posse da terra e de bens da criação seriam reorientadas visando, sobretudo, a reprodução da circulação monetária, necessária a adquirir bens e artigos diversos oferecidos pelos incipientes mercados de manufaturados que se introduziram nessa concepção local.

Essa redefinição de padrões permitiu aos grupos ligados ao comércio, principalmente os estrangeiros, mobilizar seus recursos nos mercados de bens urbanos e concessão de empréstimos, créditos e arrendamentos que passaram a fazer parte desse universo ampliado de trocas.

Dos dados, referentes a dívidas, empréstimos e a atuação de procuradores, nos mercados de terras, e bens semoventes, surgem atividades complexas baseadas na atuação de mediadores, negociantes e profissionais liberais que apareciam nesses fluxos interligando e ampliando os mercados desde a Paróquia.

A proliferação dos fluxos mercantis promoveria a articulação de novas redes e atividades, como a atuação de capitais mercantis sobre a atividade de criação, que se promoveu segundo o aluguel de campos e animais, por períodos restritos onde os contratados deveriam pagar uma quantia excedente em produto, ou seja, animais ao arrematador.

Assim ocorreu, em 1877, quando Antonio Lopes Loureiro, arrendou ao capitão Manoel José Pires, 569 touros a “mil réis”, cada um, por um período de 8 anos. Além disso, 2590 rezes de criar por “500 mil réis” cada, o que lhe renderia cerca de 8 contos, seiscentos e oitenta mil réis, no final do contrato²³⁴.

Também identificamos o contrato entre Maria do Amaral Cordova e Manoel Francisco da Silva, que tratava sobre um arrendamento de 4 anos de 200 reses de criar, num total de 708\$000 réis, não pagos por Manoel Francisco da Silva²³⁵, registrada petição na justiça referente a tal expediente comercial.

Não apenas terras entrariam nos contratos de arrendamento. Cavalares, vacuns²³⁶ e lanígeros seriam objetos desses mercados, como se deu na transação envolvendo o coronel Belisário Fernandes Lima, num valor em torno de “288\$600 réis”. Essa relação é de 1º de janeiro de 1871, e reflete a atuação de grupos e famílias que se manteriam nesses mercados a partir de uma quantidade ampliada de bens, quando localizada outra de suas transações envolvendo um grande montante um ano depois.

O papel de famílias e núcleos de poder econômico ajudaram a definir o caráter restrito dos mercados de grandes capitais, onde salienta-se o papel da Família Fernandez Lima, que já havia vendido uma de suas propriedades a 3\$000:000, a Antonia Gonsalves da Luz, em 20 de novembro de 1872.

Da mesma forma se mantiveram os mercados de casas, terras, chácaras, ranchos. Seguindo o interesse das principais famílias da área, esses mercados se manteriam segundo um caráter fortemente concentrado, registrado em face dos grandes valores que se distinguiram nos autos, variando entre: 3\$000:000 de réis, registrado pela compra de uma morada de casa comprada por Nicolau Gentil, em Itaqui, representando a Companhia de Concórdia, em 23 de julho de 1862²³⁷.

Das procurações acerca dos mercados mais especializados que se desenvolviam em Itaqui, obtivemos, para os anos de 1874 a 1876, a seguinte relação:

TABELA 22 – RELAÇÕES MANTIDAS SEGUNDO AS PROCURAÇÕES
JURÍDICAS CONCERNENTES A ITAQUI (1874-1876).

²³⁴

²³⁵ Relação identificada nos autos jurídicos pertencentes às AOCC. APERGS. Porto Alegre. Auto:401, maço: 16A de 1865.

²³⁶ Relação identificada nos autos jurídicos pertencentes às AOCC. APERGS. Porto Alegre. Auto:408, maço: 16A de 1869. Ivo Florêncio Escovar arrenda 200 reses de criar por 4 anos, a 1:000 a cabeça.

²³⁷

Autor	Nacionalidade	Artigo	Prolongamento	Procurador	Nacionalidade
Anibal Carini	Brasileiro	Negócio	Salto/Estado Oriental - Itaqui	Salvador Gallino	Oriental
Antonio da Silveira	Brasileiro	Arrematação/ negócio		Francisco José da Cruz	Brasileiro
Silvério Piagetti	Italiano	Negócio		Carlos Bonetti	Italiano
João Maria Saint-Martin	Francês	Negócio		Francisco José da Cruz	Brasileiro
Manoel Marenco	Oriental	Negócio		Advogado Francisco José da Cruz	Brasileiro
Hildebrando Pereira Coimbra	Brasileiro	Herança	São Borja – Itaqui	Felisberto Baptista da Costa	Brasileiro
Henrique Cadeac	Francês	Bens		Henrique Dupin	Francês
Antonia Lopes Loureiro	Brasileiro	Bens		Manoel da Silveira Padão	Brasileiro
Maria Leopoldina	Brasileiro	Bens		Evaristo Teixeira do Amaral	Brasileiro

Marques				
Guimarães				
Lino dos Santos Belmonte	Brasileiro	Negócios de criação	Belchior Paz de Almeida	Brasileiro
Gregório José Cony	Brasileiro	Créditos desde Porto Alegre	Porto Alegre – Itaqui	José Joaquim de Assumpção
Adolpho Penha-residente em São Gabriel	Brasileiro	Empréstimos	Advogado Francisco José da Cruz	Brasileiro
Antonio José de Barcellos	Brasileiro	Embargo de duas carretas de erva-mate	advogados de São Borja Capitão Franscisco Alves do Nascimento e de Itaqui Francisco José da Cruz	Brasileiro
Tenente José Manoel da Silveira	Brasileiro	Soldo	Negociante e Major Evaristo Teixeira do Amaral	Brasileiro
Tenente Coronel Manoel Coelho de Souza	Brasileiro	Bens de raiz	Carlos Luiz Ramos	Brasileiro

Ignácio Lenzi	Brasileiro	Bens de raiz	Itaqui – Santa Maria	Felipe Nery de Aguiar-Residente em Santa Maria	Brasileiro
Manoel Vicente de Menezes	Brasileiro	Dívida/soldo	Itaqui – Porto Alegre	Negociante Joaquim Alves Leite de Porto Alegre	Brasileiro
Filinto Antonio Bonorino	Brasileiro	Bens	Itaqui – Cruz Alta	Francisco José Alves Monteira	Brasileiro
Adolpho Caxaniga Bonorino	Brasileiro	Bens		Coronel Diniz Dias	Brasileiro
Palmira Bonorino e Artheta	Brasileiro	Bens		Coronel Diniz Dias	Brasileiro
Manoel Marenco	Oriental	Comércio		Cunhado Clemente de Chiraposu	Oriental
Manoel Silvério Gomes	Brasileiro	Quantia em dinheiro	Itaqui - Porto Alegre	Paranho e Castilho comerciantes de Porto Alegre	Brasileiro

FONTE: Elaboração Própria. Procurações. APERGS. Porto Alegre. 23 de novembro de 1874 a 18 de julho de 1876. livro 3c.

Os dados pertencentes às procurações ajudaram a perceber, mesmo excedendo o período de análise, que nesses mercados ocorre uma divisão entre estrangeiros que se dedicavam mais aos ramos de negócios envolvendo secos e molhados, e os nacionais, ligados

em sua maioria na compra e venda de terras e animais, preponderando em mercados mais rústicos e de grandes valores.

As redes que se formariam nessas relações envolvem em geral capitais, de maior mobilidade que penetram no interior da Província, em geral, ligados aos espaços externos a Província, com maior quantidade monetária circulante, e que passaram a diversificar os mercados na região de fronteira oeste.

Nesse espaço se percebeu ainda que as atividades de créditos e comércio de artigos mais trabalhados estariam nas mãos de franceses, italianos e orientais, levando em algum momento esses agentes mercantis ao acesso de novos espaços políticos em função da proliferação de suas ligações. Ligando-se a comerciantes menores e ao consumidor final, esses comerciantes e negociantes conseguiram alicerçar novas bases e ligações mais proveitosas.

Teriam com o passar do tempo, esses agentes, na maior parte estrangeiros e seus descendentes, uma maior projeção do que os negociantes nacionais, pelo fato de que as transações envolvendo terras, por exigir maior capacidade financeira, mobilizada por longos períodos, mesmo tendo a propriedade de representar a opulência e a posição de seus agenciadores, restringiria os mecanismos de inserção social das famílias mais tradicionais, levando a perda de visibilidade em relação a outros grupos de comerciantes e prestamistas.

Os dados referentes ao período desde 1850 até 1870 tiveram alguns prolongamentos em virtude da existência de documentos que ultrapassam o limite temporal superior de análise. Estes documentos se tornariam de suma importância para descrever as atividades ligadas a grandes cabedais, que conseguiram integrar Itaqui com espaços externos.

As Notas do Tabelionato de Itaqui, por exemplo, identificariam ramos de negócios baseados em preços altos, em geral ligados ao comércio de propriedades urbanas e rurais.

Os dados referentes às notas, 24 parcialmente, apontaram para valores de cobrança de dívidas, empréstimos, venda de casas na cidade e propriedades rurais, que partiam desde 250 mil réis variando até chegar à quantia de 1\$500:000.

A atuação dos grandes negociantes ainda estaria baseada na presença de mercados diversos, onde constam: aluguel da terra (arrendamento), aluguel de animais, importação e exportação de artigos, mercados restritos de atuação, definindo a posição mais favorável a determinados agentes nesses mercados locais.

Em geral esses mercados mais restritos, estavam concentrados nas mãos de poucos, diferenciando-se agora por envolver estancieiros e associações estrangeiras, geralmente orientais, disputando espaços nos vários fluxos. Nesses mercados, geralmente as associações

se articulavam a agentes, moradores, do local onde se efetivariam os negócios para aliciar, articular estratégias baseadas em laços de clientela e vizinhança.

Assim se procederia à atuação de Manoel Marenco, o oriental que representava a associação Conceição & Cia., no espaço da Paróquia, e as múltiplas relações que se percebe na relação da Tabela 7, onde Anibal Carini, Silvério Piagetti, Manoel Marenco buscam em seus conterrâneos apoio para intermediar seus negócios em um ambiente estranho às suas atividades.

Assim também procedeu Horat, quando buscou para dirigir seus bens a Marcelino Domingos Lacroix, outro francês, atestando a presença de laços extraeconômicos que interferiam na reprodução de capitais, bens e investimentos nesses espaços.

As atividades dos mediadores serviriam para articular a Paróquia aos fluxos de capitais desde Montevidéu, Entre Ríos, Porto Alegre e Uruguaiana, servindo também aos interesses das associações Dias de Freitas, Conceição & Cia, Almeida e Silveira, ligadas em grande parte aos mercados imobiliários.

Percebe-se nesse contexto que o recurso aos laços familiares, heranças e as relações de vizinhança se tornaram uma estratégia dos grupos mais representativos dessa sociedade, objetivando participar das mudanças que compreenderiam esses espaços limítrofes. Famílias como os Belmonte recorreriam como os Fernandez Lima a esses recursos, comprando e vendendo porções de terra²³⁸ e moradas de casas integrando os vários mercados locais. Assim também fizeram os Bonorino e os Marenco, tornando-se importantes articuladores desses espaços locais de atividades.

Da mesma maneira lançavam mão os grandes criadores de bens como cavaleiros, ovelhas, vacuns e escravos objetivando se inserir nos fluxos de comércio. Antonio Joaquim da Silva foi um dos agentes que se aproveitou desse ambiente de proliferação para comprar e vender escravos. Num primeiro momento ele comprou esses artigos do major José de Almeida Santos, para depois vender, onde cita no auto, “cativos”, ao Capitão Firmino Fernandes Lima, num total de novecentos mil réis, que envolvia a compra.

Segundo a descrição dos mercados, acerca da atuação de Antonio Joaquim da Silva, tem-se que ele adquire o escravo Evaristo, de 22 anos, que já havia comprado de José de Almeida Santos Velho e rapidamente lhe vendera ao Capitão Firmino Fernandes Lima como

²³⁸ Assim procedeu Felipe Nery Belmonte quando comprou de Antonio Pereira Coimbra uma porção de terra.

descrevera a escriptura de compra e venda, identificando uma necessidade de retorno rápido do investimento promovidos desde a atuação de alguns agentes²³⁹.

O capitão fazia parte de uma das famílias mais influentes identificadas nos autos referentes à Itaqui, acumulando uma porção de atividades ligadas à criação, possuindo grande quantidade de bens imóveis e semoventes.

Logo o espaço que compreende a Paróquia conseguiu articular variados fluxos de atividades econômicas, onde produção, beneficiamento e comercialização de itens primários e manufaturados dinamizariam o aspecto da Paróquia, que se tornaria grande centro de comércio de artigos, mas também de bens dos mais diversos, permitindo a reorganização política desse espaço pela ascensão de novos grupos de poder e a mobilização de novas estratégias por antigas formações sociais constituindo um espaço bastante diverso, ao envolver pequenos, médios e grandes negócios.

CAPÍTULO 3

EM UMA SOCIEDADE DE FRONTEIRA: ANTIGOS E NOVOS PERSONAGENS E A DINAMIZAÇÃO DAS RELAÇÕES NOS ESPAÇOS DE TROCAS

“Em Uruguaiana, o comércio crescia rapidamente, e os comerciantes ampliavam cada vez mais seus capitais” (COLVERO, 2004).

“...estive visitando Itaqui. O lugarejo é apenas do tamanho de São Borja e tem cerca de 2000 habitantes. [...] Antes de tudo tem um comércio realmente ativo. Pelo menos cinquenta lojas, grandes e pequenas, existem no lugar e parece que em todas se ganha dinheiro. Quase todos os produtos europeus lá se encontram e se vendem a

²³⁹ Escritura pública de compra e venda de um escravo que faz Antonio Joaquim da Silva de um escravo ao Capitão Firmino Fernandes Lima. Registros Notariais do Tabelionato de Itaqui. 28/11/1864. Registro 246, maço: 7. APERGS. Porto Alegre.

enormes preços. Um dos principais produtos de exportação é o mate” (LALLEMANT, 1980).

Estudos de pesquisadores que tratam do tema comércio a partir de um recorte regional²⁴⁰ e relatos de viajantes que percorreram cidades da fronteira oeste, ao longo do século XIX, se tornaram pontos determinantes para a formulação desse capítulo, que busca descrever a trajetória de personagens que se destacaram nos fluxos de comércio praticados desde Itaqui.

Nesses estudos, observou-se que na Paróquia, o desenvolvimento da atividade mercantil, conseguiu arregimentar condições favoráveis para sua interlocução nos fluxos de artigos e capitais formando os circuitos que se prolongavam ao longo do Rio Uruguai, permitindo a ascensão econômica de muitos negociantes, graças ao exercício do comércio e da prestação de serviços.

A atuação desses agentes ligados ao comércio mobilizando fluxos de gêneros manufaturados e a interlocução das atividades de crédito nesses mercados, quando nas mãos de associações e companhias estrangeiras, favoreceu o surgimento de atividades diversas que se mantêm tanto no interno quanto nas cercanias dos territórios limítrofes ao Rio Uruguai.

Com o passar do tempo esses movimentos dinamizaram a organização social desses espaços de caráter local, a partir das trocas, empréstimos e circulação de moeda para fora da Província, alicerçando um número ampliado de laços, contatos e entrecruzamentos de concepção local²⁴¹ e regional²⁴², personificados na atuação de negociantes e comerciantes que livre transitavam na região.

Essas atividades promoveram a diversificação social e econômica das povoações de fronteira e a ampliação das oportunidades a novos grupos e famílias, que graças as novas oportunidades de negócios conseguiram inserir-se política e economicamente na sociedade local, passando a ocupar posições privilegiadas na sociedade da Paróquia de São Patrício de Itaqui.

²⁴⁰ Referência à região de fronteira oeste, que pela presença do Rio Uruguai e dos contatos limitados com os mercados a leste da Província do Rio Grande de São Pedro desenvolve uma economia própria que repercute seus fluxos e laços com os agentes ligados ao comércio fluvial junto a Confederação Argentina e ao Estado Oriental.

²⁴¹ No local determinam-se as atividades de companhias de comércio e associações baseadas na presença de um mercado consumidor que atendia a oferta de produtos que entravam no porto, e que passavam a constituir os estoques das casas de comércio local.

²⁴² O termo regional refere-se à existência de fluxos de comércio que ultrapassavam os limites da Paróquia e da Província, para se manter com os espaços vizinhos do Estado Oriental e da Confederação Argentina.

Para Reckziegel (1999)²⁴³ a presença de cidades como Itaqui, em uma região de intenso contato e interação, permitiu a ascensão de novos grupos, que passaram a disputar espaços de sociabilidade nessa concepção local. Segundo a autora, a prática do comércio permitiu aos agentes mercantis e aos negociantes locais uma maior projeção social e econômica se comparado aos grupos tradicionais de grandes estancieiros, dedicados às atividades de criação.

Para a autora, nesses espaços, os diversos contatos promovidos pela presença da fronteira favoreceram a interação, a interdependência e a complementaridade entre as atividades nos vários mercados que podiam acessar o Rio Uruguai²⁴⁴, proliferando o número de redes, companhias e associações vindas do exterior atuando no comércio de gêneros primários, bens diversos e artigos manufaturados nesses espaços.

A metodologia utilizada, baseada na seleção e comparação de bens móveis e imóveis, ligações e laços mantidos entre os principais personagens identificados nas fontes primárias e bibliografias que tratam de Itaqui, permitiram identificar parcela dessas práticas e a resolução de um dos problemas surgidos ao longo da pesquisa: determinar a posição ocupada pelos comerciantes nessa sociedade de fronteira, entre os anos de 1850 e 1870.

Para tal finalidade, partiu-se do cruzamento e comparação entre os bens de determinados grupos de proprietários, as famílias que mais se destacavam na área segundo a abordagem de autores como Foletto (2003), Paniagua (2012) e Figueiredo (2012), envolvendo as famílias Fernandes Lima, Rodrigues Lima, Ribeiro, Loureiro e Belmonte.

A seguir, essa comparação passou a considerar bens e estratégias desses “potentados rurais” em relação a alguns comerciantes, identificando novas noções acerca da circularidade social nesse espaço de fronteira. Foram considerados bens móveis e bens de raiz que identificaram os recursos das famílias e agentes que mais se destacaram na área ao longo do século XIX, proporcionando uma visão mais particular acerca da mobilidade social dos grupos mercantis face aos antigos potentados rurais.

Os antigos núcleos de poder político e econômico foram identificados a princípio, em autores como Paniagua (2012), ocupando posições administrativas e políticas na Paróquia, participando da maior parcela dos fluxos econômicos entre as localidades da região, durante o período de análise.

²⁴³ RECKZIEGEL, Anna Luiza Setti. **História Regional: dimensões teórico-conceituais** – História, debates e tendências – Passo Fundo. V1. n 01. 1999.

²⁴⁴ RECKZIEGEL, Anna Luiza Setti. **História Regional: dimensões teórico-conceituais** – História, debates e tendências – Passo Fundo. V1. n 01. 1999.

A presença dessas famílias e atores identificados constantemente nas fontes primárias permitiu equiparar e identificar a posição de alguns comerciantes em relação a essas formações sociais mais tradicionais e caracterizar as estratégias utilizadas pelos agentes mercantis para proliferar ligações favoráveis com as famílias tidas como pertencentes a elite local.

Martins citada em Fragoso (2007, p.403-435) se tornou de grande importância para se interpretar várias dessas relações que se desenvolviam na Paróquia, quando apontou para o papel das elites e redes ao longo dos séculos XVIII e XIX. Segundo a autora, os grupos, associações e companhias, na esfera política, econômica e social, deveriam se manter no espaço social a partir de negociações positivas promovidas desde o contato com as famílias mais tradicionais na área.

Barbosa (2009) ao analisar em meados do século XIX, algumas famílias de elite na Província do Rio Grande de São Pedro, apontou para a presença de grupos de pessoas influentes que buscavam atender às suas demandas sociais a partir da formação de circuitos amplos de contatos e alianças. A rede, segundo a autora, auxiliava as famílias a efetuar negócios, ocupar cargos políticos e ampliar seus recursos materiais e simbólicos.

Esse trabalho permitiu, a partir da análise desses autores e dos dados fornecidos pelas fontes, perceber que em uma dinâmica de mudanças, os indivíduos e famílias que quisessem participar das relações de poder local deveriam se dedicar a mobilização de extensas redes, ligando-se as famílias mais influentes nas dinâmicas locais de poder.

Nessa discussão outro autor que destaca a importância dos conjuntos é Gil (2007) quando aponta para famílias que se dedicavam a alcançar e ampliar sua visibilidade, reconhecimento e prestígio social, recorrendo à formação de alianças.

Nesse contexto circunscrito a Itaqui, onde imperam relações de caráter local, a formação das redes facilitava o acesso a cargos jurídicos, militares e político-administrativos, concedendo aos mais auspiciosos acesso aos centros de decisão política e aos recursos econômicos disponíveis.

O Coronel Fernandes Lima e sua família exemplificam um percurso de sucesso quando tratadas essas relações de caráter local, sendo identificada em um número ampliado de relações e em uma grande variedade de fontes ligadas a Paróquia. A trajetória dessa família nos autos permitiu definir o termo elite, a partir do conjunto de suas práticas exercidas no espaço da Paróquia.

Sendo uma das famílias mais prestigiadas nesse espaço local, a família Fernandes Lima apareceu em um número ampliado de relações, envolvendo a compra de porções de

terra, onde se registra 1 pedaço de campo, comprado por 2 contos de réis, de Salvador José da Silva e outra porção de campo comprada de Hipólito Romano Terres Belmonte por 1\$264:500²⁴⁵, registrada nos Registros Notariais do Tabelionato local.

Os dados, dos Registros Notariais do Tabelionato e Registros de Batismos de Itaqui, identificaram ainda quando ligados a essa família muitas ligações positivas²⁴⁶ com outras famílias importantes na Paróquia como a família Almeida, a família do Ball e a família Fontella²⁴⁷.

Suas articulações e negócios também envolviam comerciantes, industriais e fornecedores, dentre eles, Paulo Moura, italiano atacadista ligado ao ramo de têxteis e roupas feitas, Silvério Piagetti²⁴⁸, também italiano, comerciante e industrial e o negociante/prestamista alemão, Adão Bernd²⁴⁹.

Através desses vários contatos, que proliferavam os negócios ligados aos mercados de terras, artigos, produtos e empréstimos, mantendo essa família, como centro de um conjunto ampliado de relações, mantidas segundo as estratégias de seus vários agentes. Figuravam representando os Fernandes Lima, o Dr. Eduardo, Firmino, Antonio Fernandes Lima e mais 8 agentes identificados nos autos que deveriam manter as estratégias da família no espaço da Paróquia²⁵⁰.

Identifica-se nessa descrição um momento semelhante ao proposto por Martins *in* Fragoso (2007), quando destaca que as principais famílias em um determinado contexto dedicavam-se a manutenção de uniões, objetivando regular a distribuição dos recursos a seu gosto, e a proliferação de novas articulações políticas e econômicas, favoráveis à atuação de seus respectivos grupos.

A família Fernandes Lima, aproveitando-se dessas várias articulações, seria constante nessa pesquisa e em trabalhos que estudam a estrutura agrária e a organização política de Itaqui, se articulando e dividindo esferas de poder com outras famílias e agentes.

Famílias como a Almeida e a Ribeiro, também se utilizaram desses instrumentos, casamentos, batizados e endividamentos para perpetuar sua vontade e interesses nesses espaços, onde são muitos os registros que favorecem a identificação de instrumentos

²⁴⁵ Escriptura Pública de compra e venda. Registros Notariais do Tabelionato de Itaqui. Auto: 240. Maço: 7. Ano: 1873.

²⁴⁶ O termo foi usado para salientar ligações e laços que de alguma forma somam prestígio, ganhos materiais ou simbólicos às famílias, pela união promovida com os Rodrigues Lima ou Fernandes Lima.

²⁴⁷ IPM. APERGS. Porto Alegre. Auto: 246. Maço: 7. Ano: 1874.

²⁴⁸ IPM. APERGS. Porto Alegre. Auto: 402. Maço: 15. Ano: 1887

²⁴⁹ IPM. APERGS. Porto Alegre. Auto: 256. Maço: 9. Ano: 1876

²⁵⁰ Identificado como devedor de Silvério Piagetti. IPM. APERGS. Porto Alegre. Auto: 402. Maço: 15. Ano: 1887

complexos fazendo parte dos mecanismos de exercício de poder utilizados por esses personagens.

Com base nessa noção de alianças, foram identificados dois centros importantes de poder na Paróquia, os Belmonte e os Loureiro, que a partir de uma união entre Lino Pedro Belmonte com Anna Joaquina Loureiro, ampliaram ainda mais a capacidade econômica e social dessas duas famílias. Essa relação ajudou a definir os pressupostos utilizados por algumas famílias para se manter em determinados espaços, regulando as relações de poder local.

Dessa união dos interesses entre Belmonte e Loureiro, já se percebe a capacidade das principais famílias em adquirir novos recursos, descrita na compra da sesmaria de Tuparayá avaliada em 3\$200:000, em 1874, pelo casal.

Logo as famílias, nesse espaço local, mantinham relacionamentos visando a manutenção de vastas redes baseadas em favores, relações econômicas e sociais que interferiam na estratificação e hierarquização da sociedade, semelhante ao momento proposto por Farinatti (2010), quando trata o espaço de Alegrete no século XIX, e o cotidiano das famílias de grandes estancieiros.

Assim como nas estratégias dos Fernandes Lima, a união Belmonte - Loureiro confirmou a tendência à concentração de alguns recursos nas mãos de grupos específicos quando pensada a dinâmica desde Itaqui, fenômeno que se personifica na organização dos mercados de terras, gados e créditos.

Para Martins apud Fragoso (2007), o acesso ao poder, dessas elites locais se fundamentava nesse período na manutenção de extensas redes que ampliavam sua base de atuação a diversos campos, semelhante ao proposto na ligação Belmonte - Loureiro.

Segundo o autor, as várias estratégias compreendem tentativas de adaptação às mudanças em curso na sociedade, envolvendo a interação com as atividades financeiras e os diversos mercados que proliferavam na área.

Essa sociedade tinha como base para sua reprodução a ampliação do poder de algumas famílias, formando espaços relacionais mais amplos, ao exigir maiores recursos de seus integrantes, como se percebe quando destacado o mercado de terras.

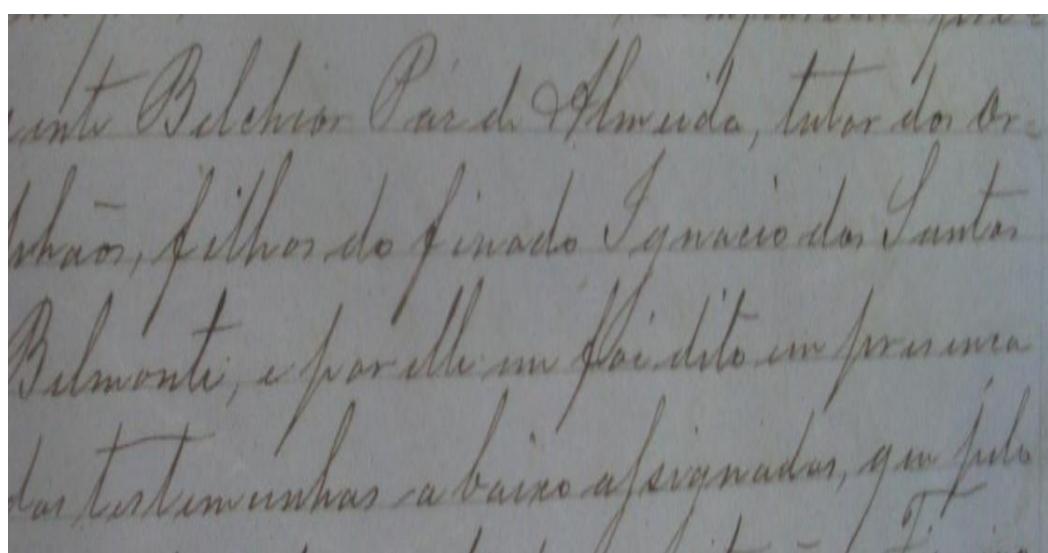
Na relação abaixo, a descrição de algumas das práticas das famílias mais importantes, surge quando Belchior Paz de Almeida é nomeado tutor dos herdeiros de Ignácio dos Santos Belmonte²⁵¹.

²⁵¹ Registros Notariais do Tabelionato de Itaqui. APERGS. Porto Alegre. 9 de julho de 1862.

Dessa descrição pode-se perceber que os recursos econômicos estavam nas mãos de famílias como os Fernandes Lima, Belmonte ou Loureiro, que participavam desses mercados através da compra de bens diversos ou venda de terras e gados. Os Belmonte também exploravam laços de casamento e amizade que se efetivavam com famílias como a Paz de Almeida, envolvendo terras, onde se percebe que a organização dos vários sistemas: político, econômico e as relações no espaço local, dependiam da atuação dessas famílias.

Assim, utilizando-se desses expedientes específicos, famílias como a Loureiro, ou os Belmonte conseguiam ampliar seus recursos por meio de casamentos, laços de clientela ou reciprocidade, ampliando sua influência a nível local²⁵².

FIGURA 4 – LAÇO DE SOLIDARIEDADE ENTRE OS PAZ DE ALMEIDA E OS BELMONTE - 1862



FONTE: Registros Notariais do Tabelionato de Itaqui. APERGS. Porto Alegre. 9 de julho de 1862²⁵³.

Logo, na organização dessa sociedade, durante o século XIX, se conservam alguns elementos de Antigo Regime, onde as relações tinham como objetivo solidificar e fortalecer as ligações sociais, segundo a vontade de alguns indivíduos e grupos, manifestadas no nível mais cotidiano das relações de poder (MARTINS in FRAGOSO, 2007).

²⁵² O anexo estabelece a relação entre Belchior Paz de Almeida e a família Belmonte. Nessa relação, Belchior é proclamado tutor dos filhos de Ignácio dos Santos Belmonte, e passa a exercer o direito de organizar, administrar os bens deixados pelo inventário do falecido. Por esse, expediente Belchior, ganha parcela dos lucros pelos seu serviços, representando o papel de prestamista.

²⁵³ Arrendamento feito de uma porção de campo pertencente aos herdeiros de Ignácio dos Santos Belmonte a José Maria Fontella por Belchior Paz de Almeida.

Da posição ocupada por esses dois grupos descritos, percebe-se que Belchior Paz de Almeida passava a organizar um cabedal mais amplo de recursos, envolvendo o arrendamento de parcelas de campo dos Belmonte à família Fontella, de onde podia auferir alguns lucros materiais.

A partir dessas relações, grupos determinados podiam controlar certo território, a população, os recursos disponíveis, além de ocupar cargos públicos, e manter instituições e aparelhos que garantissem a sujeição dos cidadãos ao Estado (RAFFESTIN, 1993).

Logo, a partir dessas definições, buscou-se identificar as prerrogativas de poder de certas famílias e agentes ao longo da pesquisa, personagens que apareceram de forma sugestiva no tratamento das fontes primárias ligadas à Paróquia, ocupando papéis políticos ou exercendo alguma influência sobre a organização das relações sociais.

As ligações mantidas entre as principais famílias na área, identificadas nos Registros Paroquiais de Batismo, Registros Notariais do Tabelionato, Ações Ordinárias Cíveis e Crime e Inventários *Post Mortem*, ligados a Itaqui, identificaram uma sociedade baseada na manutenção de um conjunto de alianças verticais e horizontais, que se tornaram pontos determinantes para a formação, manutenção e reprodução de grandes fortunas²⁵⁴, na área.

Nesses espaços, a projeção simbólica das famílias a nível local devia garantir a manutenção de suas posses, seu *status* e seus instrumentos para o exercício do poder de mando, visando sua posterior reprodução.

As prerrogativas de poder ligadas aos grupos principais nesse espaço local foram identificadas através do padrão de vida de algumas famílias que apareceram constantemente nas relações sociais e econômicas que se mantinham na Paróquia, identificadas a partir das fontes de natureza primária.

A descrição das famílias que conseguiram acumular grandes porções de terras, ampliadas escravarias ou grandes rebanhos, e com isso proliferar um número considerável de relações verticais e horizontais de poder a nível local, ajudou a identificar as posições ocupadas por comerciantes e as estratégias que eles utilizavam para efetivar melhores posições nesses espaços de grande circularidade que se fazia em função da presença da fronteira e de um incipiente comércio.

Em Itaqui, os grupos de comerciantes e negociantes também usavam da estratégia de efetivação de novos laços e a ampliação de suas ligações para alicerçar novas oportunidades econômicas.

²⁵⁴ As fontes referenciadas estão no Arquivo Público de Porto Alegre.

Essas ligações com famílias importantes na área e agentes do comércio de exportação, também permitiram o acesso a espaços externos favoráveis à manutenção de seus negócios, que se fazia, por exemplo, a partir das redes mantidas com negociantes, mestres das embarcações que livre transitavam no Rio Uruguai, comercializando artigos, ou com as associações vindas de Salto, Montevidéu ou Entre Ríos²⁵⁵.

O conjunto de relações econômicas baseadas em bases familiares e laços de solidariedade foram identificadas pelas alianças entre Gil Rodrigues e José Figueira, a partir de uma dívida identificada no inventário do comerciante Figueira, na relação de parentesco entre Manoel Marenco e Chiaposu, que mantinha as capacidades financeiras de Marenco, a partir de capitais orientais empregados no mercado de terras, e na aliança entre Silvério Piagetti e a família Canepa²⁵⁶, que mantinha as ligações do comerciante e industrial com os espaços exteriores²⁵⁷, a partir dos circuitos fluviais de comércio.

A partir de meados da década de 1850, ao analisar o ambiente mercantil que se desenvolvia na Paróquia, observou-se que as famílias mais tradicionais, que ocupavam postos militares, possuíam grandes porções de terras e escravarias consideráveis, foram obrigadas a se articular com novos grupos, redes, associações e agentes mercantis, para manter suas prerrogativas, seus instrumentos de poder, *status* e riqueza.

A importância da manutenção de múltiplas ligações e a proliferação de laços, nessas sociedades locais, levou a consideração de elementos tratados por autores como Fragoso (2001), ao analisar a economia do Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII.

Para o autor desde a atuação dos homens de negócio, agenciadores dos ramos mais lucrativos da economia regional, já se apontava para a formação de elites que se sustentam graças à reiteração política mantida com outros grupos. Quando se refere às alianças, o autor destaca que quando positivas o número ampliado de contatos permitia um melhor acesso a mercados e postos.

Para uma concepção local acerca da formação dessas redes e ligações desde Itaqui, baseadas na atuação de grandes famílias, trabalhos como o de Foletto (2003) e Paniagua

²⁵⁵ Procurações. APERGS. Porto Alegre. 23 de novembro de 1874 a 11 de fevereiro de 1876. 24 procurações. Livro 3c.

²⁵⁶ As relações econômicas de intermediação nos mercados de terras, prédios urbanos, transporte e comercialização de couros, se dá baseada na relação entre dois cunhados e na união entre Silvério Piagetti e Maria Luiza Canepa, oferecendo mecanismos utilizados no ambiente local para ampliar recursos e acesso aos mercados. Procurações. APERGS. Porto Alegre. 23 de novembro de 1874 a 11 de fevereiro de 1876. 24 procurações. Livro 3c.

²⁵⁷ Os personagens históricos citados formando ligações Gil Rodrigues, Luis Canepa e Chiaposu, são agentes e prestamistas que conseguiam manter o acesso de comerciantes locais a créditos, empréstimos e mercadorias que tinham origem no Estado Oriental e na Confederação Argentina. Esses agentes se ligariam a comerciantes e produtores diretos que exerciam atividades no interior da Paróquia.

(2012), tratando respectivamente sobre estrutura agrária e a dinâmica política local, envolvendo a segunda metade do século XIX, ajudaram a identificar alguns agentes, e a permanência de redes, ligações e práticas tradicionais que proliferavam em um cotidiano de grande mobilidade social que se personificava nesse espaço de fronteira.

Partindo do trabalho de Foletto (2003)²⁵⁸, analisando a formação da paisagem agrária de Itaqui, na segunda metade do século XIX, a partir do uso de fontes primárias, os registros paroquiais de terras e os inventários *Post-Mortem*, Itaqui surge como uma sociedade baseada na atuação de algumas famílias que se destacavam nos vários fluxos e atividades econômicas, graças a especialização das atividades de suas propriedades, baseadas na criação de *vaccuns*, muares e cavaleiros.

Esses grupos se baseavam na posse de grandes porções de bens de raiz, e na ocupação de postos militares e políticos, para garantir a reprodução e perpetuação social de suas famílias e agentes nesse espaço de fronteira.

Segundo a descrição da autora ocorriam diferenciações, grandes ramificações e laços mantidos entre as famílias mais importantes quando analisada a dinâmica de Itaqui a partir do comércio, quando relações de casamento, compadrio e de clientela, formavam os principais meios de que dispunham os agentes para sua manutenção nessa sociedade, ocupando posições políticas importantes a nível local.

Das fontes primárias que tivemos acesso, muitos elementos como terras e gados, cavaleiros, muares e *vaccuns*, também descritos por Foletto (2003), sendo pertencentes a um mundo agrário, passam a se efetivar como instrumentos indispensáveis a reprodução dos fluxos mercantis e da capacidade econômica dos agentes a nível local.

O comércio de itens como gados e terras, geralmente nas mãos de grandes proprietários representavam na segunda metade do século XIX, a manutenção de traços tradicionais ligados a essa sociedade de fronteira, onde dos 335 registros descritos por Foletto (2003), referentes à Paróquia de São Patrício de Itaqui, as estratégias de sobrevivência e de enriquecimento pessoal giravam em torno de membros de poucas famílias e ligados a grupos específicos.

Esses personagens eram os centros nervosos de uma sociedade que se modificava, ao mesmo tempo em que mantinha certas prerrogativas, onde segundo a autora a atuação desses

²⁵⁸ FOLETTTO, Arlene Guimarães. **Dos Campos junto ao Uruguai aos matos em cima da Serra. A Paisagem agrária na Paróquia de São Patrício de Itaqui (1850-1889).** Dissertação de Mestrado, UFRGS: Porto Alegre, 2003.

agentes no espaço seria baseada na perpetuação de grupos sociais hegemônicos, famílias que se mantinham segundo a mobilização dos bens da produção criatória.

Dessa descrição, Foletto (2003) identificou famílias detentoras de infindáveis recursos em terras, gados ou escravos, determinantes na pesquisa para salientar o perfil de uma elite de caráter local.

Assim se descreveu a família Fontella, a partir dos registros Paroquiais de terras. Em geral, essa família mantinha propriedades de criação de *vaccuns* e cavalares, bens que também se destacaram no estabelecimento da família Valle.

Em geral, as propriedades ligadas as principais famílias de Itaqui envolviam milhares de hectares de terra, onde seriam 8.717 hectares pertencentes à família Valle e 2.178 hectares para outra família, a Lima, sendo estabelecimentos destinados como se refere Foletto (2003) à produção de couros, e charque, possibilitando a efetiva ligação da Paróquia a mercados como o de Cruz Alta.

O grande afluxo da atividade comercial permitiu a outros agentes reivindicar posições nessa sociedade, disputando espaços de poder com esses grupos hegemônicos, ao efetivar ligações com mercados como Cruz Alta, e outras regiões da Província graças à utilização dos “caminhos antigos”, referenciados por Figueiredo (2012).

Para o autor as ligações com Cruz Alta formaram um dos pólos de escoamento da produção que saia desde Itaqui, permitindo o desenvolvimento desse espaço econômico local e a reorganização social e política da Paróquia. Desde Cruz Alta efetivam-se ligações com rotas de artigos vindos do leste da Província, estando nas mãos de poucos negociantes locais.

Registram-se a partir desses circuitos e mercados de caráter local, ligações de Itaqui com Cruz Alta, São Borja e Uruguaiana, onde produções de ovinos e muares se tornam determinantes para o incremento de novos fluxos de negócios e a proliferação de novas atividades no meio. Esses itens introduziram muitas famílias nos fluxos de comercialização em vendas, em geral ligadas a gêneros de alimentação.

Autores como Paniagua (2012), ao tratar das relações políticas nas cidades da fronteira oeste, na segunda metade do século XIX, identificando famílias tradicionais e suas redes também em Itaqui, ajudaram a pensar as relações de caráter mercantil em sua relação de complementaridade com as necessidades das famílias mais importantes na área.

A Paróquia, por localizar-se no espaço de fronteira, reorganizou esses espaços econômicos e sociais, a partir da proliferação dos movimentos mercantis e dos contatos com o exterior. Esse é um dos aspectos mais determinantes que caracteriza a sociedade desse espaço, que Figueiredo (2012) denomina de território-rede.

Em Itaqui, em vez das eleições utilizadas para caracterizar esses laços, destacadas no trabalho de Paniagua (2012), buscamos utilizar a noção de rede como manifestação de relações comerciais e fluxos de negócios estabelecidos entre territórios distintos, mantidas segundo as ligações de atores diversos quanto à nacionalidade, ramos de atuação e capacidades econômicas para atuar nos fluxos.

A presença dessas redes locais e regionais de comércio permitiu aos comerciantes, prestamistas e negociantes locais, indivíduos e grupos, que participavam dos vários mercados, a ocupar espaços institucionais, sociais e também econômicos, contestando o poder e a posição dos antigos grupos de estancieiros militares, quando considerada essa concepção local.

Para Barbosa (2009), as famílias e redes formadas com o objetivo de adquirir novos recursos econômicos, se ajustou a base de análise utilizada nessa pesquisa, propondo o sucesso de alguns grupos familiares e agentes que se dedicando as atividades de negociantes no espaço de Itaqui, conseguiram acumular grandes recursos.

Desde Itaqui, considerando a vida política, algumas famílias de negociantes e comerciantes ocuparam posições cruciais para confirmar e atender seus interesses. Alguns deles se tornaram personagens cotidianos em nossa abordagem tratada a partir do comércio.

As famílias Loureiro, Ribeiro e Noronha foram grupos que se destacaram na dinâmica social de Itaqui, sendo identificados a partir de nossa amostragem de fontes, como figuras importantes no campo político, ao atuar junto à região de fronteira oeste da Província, representando estancieiros, comerciantes e prestamistas, além de ocupar posições de influência local e regional, efetivando as ligações identificadas no trabalho de Paniagua (2012).

Essas famílias também se destacaram no contexto local quando nos referimos aos fluxos de comércio e negócios diversos praticados desde Itaqui, definindo o poder de minorias, elites que ocupavam cargos políticos além de posições na burocracia local e provincial (PANIAGUA, 2012).

O demonstrativo que consta na tabela abaixo demonstra baseado nos dados dos *Inventários Post-Mortem*, as principais famílias que exerciam influência no contexto local de relações. Membros das famílias Fernandes Lima, Rodrigues Lima e Figueiredo, identificados nas listas de eleitores de Itaqui, como integrantes do colégio eleitoral da vila, em 1863, em nosso demonstrativo aparecem exercendo e ocupando postos importantes na Paróquia, como se demonstra a seguir:

TABELA 23 – AGENTE OCUPANDO POSIÇÕES, CARGOS E POSTOS NA
LOCALIDADE (1873-1887).

Agente	Família	Cargo	Caráter	Período	Outras atividades
Belisário	Fernandes	Tenente	Militar	1876	Negociante
	Lima	Coronel			
Antonio	Fernandes	Coronel	Militar	1875	X
	Lima				
Virgilio	Figueiredo	Tenente	Militar	1873	X
Alípio		Coronel			
Emigdio	Bonorino	Tenente/Juiz de Órfãos e Ausentes	Militar/administrativo		Comerciante
					– Prestamista
José dos Santos	Loureiro	Coronel	Militar		X
Joaquim	Rodrigues Lima	Brigadeiro	Militar	1876	X
Eduardo	Fernandes Lima	Doutor	Administrativa	1876	X

FONTE: Elaboração Própria. IPM. APERGS. Porto Alegre. Auto: 402, 256, 227. Maço: 15, 9, 7. Ano: 1887, 1876, 1873

Dessa descrição percebemos Emigdio Bonorino e Dr. Eduardo Fernandes Lima, se destacando graças às atividades de prestação de serviços que exerciam nesses espaços. Particularmente Bonorino, comerciante, prestamista, juiz de órfãos e ausentes, teria grande visibilidade nesse espaço de caráter local, graças a sua atuação na botica União.

Para caracterizar essas relações e identificar o que passamos a chamar de recursos de poder, se tornou imprescindível uma descrição das posses e riquezas das famílias mais importantes da área, suas ligações e alianças, verticais e horizontais, trabalhados a partir do próximo item.

3.1. CARACTERÍTICAS DA INSERÇÃO MERCANTIL NAS ANTIGAS FORMAÇÕES SOCIAIS NO ESPAÇO DE FRONTEIRA – A PARÓQUIA E AS BASES DO PODER LOCAL

Partindo desde a atuação da família Fernandes Lima²⁵⁹, identificamos ligados a esse grupo uma estratégia baseada na manutenção e acúmulo de grandes recursos, caracterizando a atuação de uma das famílias que demonstrou maior visibilidade ao longo das fontes trabalhadas, tendo registrado nos autos, a posse de 16 escravos, uma das maiores escravarias registradas até então, totalizando cerca de 6\$020:000 réis, apenas concernente a esse item.

Alguns objetos de seu inventário salientam ainda a opulência ligada ao gênero de vida dessa família, a partir de jóias e adereços diversos, em geral de prata, que atestavam sua posição de grande destaque nessa sociedade.

Foram localizados no inventário, o registro de 1 anel de brilhantes (25\$000), 1 relógio simples para homem (200\$000) e 2 copos de prata (28\$800), como gêneros que simbolizam prerrogativas de *status* ao conjunto formado pelos Fernandes Lima. Os faqueiros, tesouras e castiçais de prata acumularam nos autos um valor considerável de pequenos itens, em torno de 179\$200 réis identificados no inventário de um de seus membros.

Ainda identificou-se um fiador de prata, paliteiro de prata, “bocaes” de prata para cavalo, esporas de prata diz-se “224 oitavas” avaliados em 112\$000 réis e 1 relho novo, onde destaca-se o adjetivo “aparelho de prata” concernente a esse item. Aliada a esses artigos chamou atenção uma quantidade ampliada de bens de raiz e animais registrados de posse dessa família que ajudaram a definir parte do que denominamos no trabalho de recursos de poder.

Quanto aos animais seriam registrados 8800 rezes de criar, 39 bois mansos, 70 burras, 8 *mullas* mansas, além de ¼ de sesmaria, sem valor registrado, que se somou a outros bens de raiz. Essa relação de bens também destacou a posição de outra família, a Rodrigues Lima, principalmente quanto aos animais, rezes de criar, que seriam nesse caso 6500 registradas, somando um total de 65\$000:000 réis de recurso, a esse outro grupo.

Assim como os Fernandes Lima, os Rodrigues Lima possuíam um número relativamente alto de cativos para os padrões dos documentos arrolados, 8 escravos no total, somando ao cômputo de bens da família mais 2\$600:000 réis.

²⁵⁹ IPM. APERGS. Porto Alegre. Cartório de Órfãos e Ausentes. auto: 234, maço: 8, ano: 1875. Foi inventariado Antonio Fernandes Lima por sua mulher Maria Eulália Lima. Folha 50.

Quanto às propriedades de que dispunha a família Fernandes Lima contariam: 1 fazenda denominada Lagoa Santa (49\$200:000), 1 casa de sobrado (16\$000:000), o campo do Bom Retiro (45\$000:000), e 1 estabelecimento de criação e agricultura de subsistência avaliado em 1\$200:000. Ainda teria outras propriedades de segunda importância, um campo, segundo o auto “pequeno”, constando em 30 quadras, no valor de 11\$690:000, além de uma casa avaliada em 2\$000:000, e um terreno de 80\$000 réis com casa de material, no valor de 4\$000:000 réis.

Quanto aos bens de raiz, o inventário do Brigadeiro Joaquim Rodrigues Lima apresentava proporções semelhantes ao montante dos Fernandes Lima, onde foram identificadas: casas, campos, chácaras e fazendas. No total de bens, rurais e urbanos foram identificados 64 quadras de campo, que juntamente com casas, somava aos Rodrigues Lima a quantia de 93\$167:000²⁶⁰.

Dessas duas famílias principais, que exerciam atividades em Itaqui, os Fernandes Lima e os Rodrigues Lima, registraram 129\$890:000 réis em bens ligados à família Fernandes Lima, e 93\$167:000 réis referentes à família Rodrigues Lima, onde somando os recursos dessas duas famílias a quantia chegaria a 223\$057:000 réis, envolvendo recursos em terras e propriedades mobilizados segundo dois inventários referentes a essas famílias, auferindo uma posição relevante no contexto regional e local de poder a esses dois conjuntos.

Quanto à família Fernandes Lima pode-se perceber que mantinha muitas ligações com comerciantes, onde identificamos numa dívida direta, a presença da Villanova e Costa, como credores no inventariado da família, com um valor de 200\$650, referente a gêneros diversos, onde constam $\frac{1}{2}$ arroba de arroz e tecidos diversos: 5 varas de listado, 8 metros de listado, além de 1 “térzio” de erva-mate, sendo 7 arrobias.

Além de permitir a descrição de itens de outra casa de comércio local, pode-se constatar dessa relação que as grandes casas familiares desse espaço dependiam dos fluxos de um comércio especializado para sua manutenção simbólica. Na mesma medida os comerciantes precisavam de determinados padrões de consumo para sua reprodução material, salientando-se estruturas complementares entre economias primárias e os setores de serviços. Ainda constavam nas compras junto à venda Villanova & Costa, artigos como tabaco, água de odor, água florida, sapatilhas, açúcar, e couros de égua.

²⁶⁰ IPM. Porto Alegre. APERGS. Cartório de Órfãos e Ausentes. auto: 356, maço: 12, ano: 1882.

A família Fernandes Lima nesse inventário se ligava a outras três casas comerciais, a de Frederico Gehring, onde constam as compras de um machado (6\$000) e um par de chinelo entre outros itens como couros de bezerro, numa dívida de 53\$600. A casa de negócios dos Tarragó, onde a dívida mantida era referente à prestação de serviços, a partir da “compostura de espadas”, totalizando uma conta de 60\$000.

Pedro Nigra, italiano, era outro comerciante com quem os Fernandes Lima mantinham dívidas referentes à compra de um par de botinas para seu escravo e um par de botinas de crianças, e finalmente a casa comercial Freitas & Menezes, onde se percebe a capacidade dessa família de reproduzir novas relações sociais e econômicas ao longo do espaço local. No decorrer da pesquisa, essa família se manteve de forma estável na sociedade de fronteira, exercendo suas atividades graças à presença e utilização de seus vários membros.

Nas Listas de batismos de Itaqui, entre os anos de 1859 e 1870, foram identificados cerca de 10 membros da família Fernandes Lima efetivando algum tipo de ligação na Paróquia. Dos 116 registros de batizados considerados, ligados a Itaqui, identificamos estratégias dessa família, a partir de seus membros em 11,6% das ligações envolvendo famílias de elite, que se promovera na Paróquia no período de análise.

O núcleo principal era encabeçado pelo Coronel Antonio Fernandes Lima, e Fructuoso Fernandes Lima, seguidos por Narciso Fernandes Lima, Firmino Fernandes Lima, e as mulheres da família a quem cabia a tarefa de manutenção de laços simbólicos, onde se destacaram Anna Fernandes Lima, Angélica Fernandes Lima, Belitarda Fernandes Lima, Maria Eulália Fernandes Lima e Rosalina Fernandes Lima²⁶¹, quando considerados os registros de batismos da Paróquia. Nessa relação o predomínio se mantinha graças aos vários agentes que constituem esse grupo, que não se confirmou quando considerados os dados dos IPM, onde preponderavam as relações mantidas por Antonio Fernandes Lima.

Quando considerados os dados dos inventários, a posição hegemônica no grupo familiar é exercida pelo Coronel, o principal instrumento das políticas familiares no campo econômico, e sujeito onde se depositavam e mantinham muitos recursos e a tarefa de efetivar as ligações positivas desse grupo no campo econômico.

Desde a figura do coronel, a família Fernandes Lima conseguia mobilizar estratégias de reprodução econômica com amplos setores, da sociedade, inclusive com as casas

²⁶¹ Fonte: Registros Paroquiais de Batizados de Itaqui. Livro 1B (1859-1864) e 2B (1866-1873). 5526 registros – 116 registros considerados. Os membros da família foram identificados nos batizados de Gaudêncio em 15/06/1862 por A.F.L, batizado de Antonia por F.F.L e B.F.L, batizado de Antonia em 15/6/1862 pelo C.A.F.L, batizado de Victoriano em 13/5/1867 por Belizário F.L, batizado de Zeferino em 15/8/1867 por A.F.L, batizado de Honorino em 15/8/1867 por Rozalina F.L, batizado de Antonio em 2/10/1867 por N.F.L, batizado de Maria Isabel em 21/11/67 por Fructuoso F.L, batizado de Balbina em 6/4/1868 por Angélica F.L.

comerciais mais importantes da região. Logo, se destacaram as relações mantidas com Freitas e Menezes que efetivava parte de sua demanda em gêneros diversos ligados aos Fernandes Lima, expediente utilizado também por Paulo Moura, na quantia de 28\$800.

Também ligar-se-iam os Fernandes Lima a Silvério Piagetti, pelo Dr. Eduardo Fernandes Lima através de uma dívida ativa de 134\$000 réis, e Adão Bernd, com a quantia de 110\$680, ligada a Firmino Fernandes Lima.

Dessa breve descrição percebe-se que dentro do núcleo familiar mais restrito havia preferências, laços que podem representar uma maior propensão ao ligar-se com o Coronel Fernandes Lima, do que a Belitarda Fernandes Lima, por exemplo, que exercia funções simbólicas como se atesta na manutenção de relações de compadrio.

A outra casa comercial, de Paulo Moura²⁶² estariam ligados: o Coronel Justo dos Santos Loureiro numa dívida de 29\$400 e a família Fontella com 18\$250 e 66\$200 de dívidas, mantidas por José Maria Fontella.

Logo, percebe-se que a atividade comercial dependia para sua reprodução, do contato com as famílias mais tradicionais para se desenvolver. Adão Bernd²⁶³, por exemplo, se mantinha mediante ligações com a família Valle, com Manoel Pereira do Valle (274\$808), com a família Belmonte (41\$400), através de Ignácio José Belmonte (49\$600), Manoel Fontella Belmonte (54\$100), e José Trilha Belmonte (1\$169:450), e com os Paz de Almeida, através de Honório Demétrio Paz de Almeida (7\$200), comprovando a existência de um expediente de articulação entre os vários grupos detentores de recursos, contribuindo para o incremento das atividades mercantis.

Da descrição, dos Registros Paroquiais de Batismos, o Coronel Antonio Fernandes Lima se efetivava como o centro nervoso da família, uma vez que dele partiam ligações com nacionais e estrangeiros, com famílias de grandes posses como os Fontella e os Almeida, e também nos batizados de escravos identificados nas ligações promovidas por outros integrantes da família.

Nas relações mantidas pelos Fernandes Lima se destacam 16 batizados realizados na Paróquia de um total de 116 registrados entre 1859 e 1870, ligados às principais famílias da localidade. Logo os Fernandes Lima apareceram em 13,7% dos batizados na localidade, onde o Coronel Antonio participaria de 6 batizados ligados a essa família.

Do conjunto de alianças mantidas pela família no meio, fica claro que havia uma hierarquização nesse grupo, onde o topo da pirâmide social seria ocupado por Antonio

²⁶² IPM. APERGS. Porto Alegre. Auto: 131. Maço: 5. Ano: 1864.

²⁶³ IPM. APERGS. Porto Alegre. Auto: 256. Maço: 9. Ano: 1876.

Fernandes Lima, de onde partia a maioria das ligações no contexto local, destacando os contatos mantidos com a família Almeida, a família Figueiredo, e uma parcela de relações endofamiliares.

Essa família juntamente aos Palmeiro, Figueiredo, Ribeiro, Valle e Loureiro participou da maioria das relações sociais e econômicas no espaço da Paróquia, no período de análise, em ligações envolvendo os mercados de gêneros, bens de raiz, prédios urbanos, créditos e empréstimos.

Outra família que se destacou nos autos foi a Loureiro, quando José Lopes da Silva Loureiro e Marciano Lopes da Silva Loureiro inventariaram Ana Lopes da Silva Loureiro. No rol de seus bens constam 11 escravos, totalizando cerca de 4\$550:000 réis, 2360 rezes de criar (cerca de 20\$080:000), 28 bois mansos (504\$000), 350 ovelhas (375\$000), 2000 éguas chucras (4\$000:000), 150 cavalos mansos (10\$500:000), 18 burros enxós (360\$000), 40 burros (80\$000) e 30 mulas de marca (300\$000)²⁶⁴.

Identificaram-se também muitos recursos em terras e propriedades, onde constam 4 léguas de campo, avaliados por 16\$000:000, uma casa de moradia, avaliada em 3\$500:000, e um terreno de 40\$000. De dívida constam somente 360\$000 réis, mantida com Cristovão José²⁶⁵.

Outro inventário ligado a essa família, agora de 1869, referente a Marciano Lopes Loureiro, inventariado pelo Coronel José dos Santos Loureiro, revelou uma vida de bastante opulência ligada a essa família, onde são muitos os objetos de prataria fina registrados em seu inventário.

Constam na relação de itens da família: 1 par de estribos pesando 3 libras e 19 oitavas de prata (80:600), 1 par de estribos pesando 2 libras e 32 oitavas (57\$600), 1 par de bocaes de prata pesando 63 oitavas (12\$600). Ainda, 1 par de castiçais pesando 24 oitavas (24\$800), 1 cuia pesando 82 oitavas (16\$400), 1 faca de bainha de prata de 51 oitavas (43\$800), entre outros itens de prata descritos²⁶⁶.

Ainda seriam identificados 2 escravos, carretas, que supostamente serviam para carregar a produção, sendo 4 ao todo, mais 3500 rezes de criar, 200 novilhos, 29 bois mansos, 900 éguas, 97 cavalos mansos, 70 burros enxós, 40 “mullas” e 160 cavalos. Também 1 rancho

²⁶⁴ IPM. Cartório de òrfãos e Ausentes. APERGS. Porto Alegre. auto: 60, maço: 3, ano: 1856.

²⁶⁵ IPM. Cartório de òrfãos e Ausentes. APERGS. Porto Alegre. auto: 60, maço: 3, ano: 1856.

²⁶⁶ IPM. Cartório de òrfãos e Ausentes. APERGS. Porto Alegre. auto: 60, maço: 3, ano: 1856.

de capim de 1\$200:000 e mais 2 léguas de campo, avaliado em 16\$000:000 réis, constituíam suas posses²⁶⁷.

A família Loureiro foi a que apresentou a base familiar mais diversa entre os grupos trabalhados, conservando uma tendência de manutenção de múltiplos centros de poder, visando efetivar várias ligações no espaço local. Foram identificados exercendo práticas simbólicas na Paróquia Felisberto, Felicidade, Antonia e José dos Santos Loureiro que deveriam manter as relações concernentes a essa família.

As estratégias desse grupo também eram baseadas no acúmulo de postos militares, como prerrogativa de *status* e posição, que se associam a posse de terras e escravos principalmente para tornar os Loureiro²⁶⁸ uma das famílias de maior projeção na Paróquia, quando considerados os dados referentes aos registros de batismos. Dos 116 batizados considerados, no período de análise, a família Loureiro foi identificada em 26,7% da amostra.

Ainda se destacaram, no contexto local, a família Palmeiro²⁶⁹, identificada no inventário de Maria Leopoldina Palmeiro, a pedido de João José da Fontoura Palmeiro. Como outras famílias importantes constava nos autos desse conjunto muitos bens da criação, sendo 604 éguas chucras, cavalos mansos, burros enxós e escravos. Só de escravos foram identificados 8, num total de 5\$200:000 réis. O monte mor envolvia até então a quantia total de 29\$890:000 réis.

No contexto local, se destacaram também os Belmonte, que como seus pares possuem uma fortuna, um capital baseado na posse de campos, cerca de 700\$000 desse bem com casa avaliada em 250\$000. A família tinha ainda registradas 250 rezes de criar, num total de 2\$500:000, 7 bois por 168\$000, 6 cavalos avaliados em 600\$000, 20 potros de 48\$000, e mais dois escravos com registro de 200\$000 réis, acumulando cerca de 5\$628:800²⁷⁰.

O inventário de Benedicto Belmonte, um dos membros mais importantes da família, aliando criação e posse de terras, permitiu determinar um comparativo entre a capacidade de três das famílias mais influentes na área.

²⁶⁷ IPM. Cartório de Órfãos e Ausentes. APERGS. Porto Alegre. auto: 60, maço: 3, ano: 1856.

²⁶⁸ Nos grupos formados pelas famílias mais tradicionais, a presença de postos militares, garantia nos registros de batismos grande projeção, compreendendo batismos de forros, estrangeiros e outras famílias da elite local, atestando a permanência de ligações verticais e horizontais como estratégia de manutenção de bases ligadas a famílias como a Loureiro.

²⁶⁹ Ver sobre a família Palmeiro em IPM. Cartório de Órfãos e Ausentes. APERGS. Porto Alegre. auto: 75, maço: 3, ano: 1858.

²⁷⁰ Ver sobre a família Belmonte em IPM. Cartório de Órfãos e Ausentes. APERGS. Porto Alegre. auto: 68, maço: 3, ano: 1856.

Percebe-se que havia diferenças determinantes entre os três expoentes percebida, por exemplo, na posse de rezas de criar, propriedades e dívidas, recursos mobilizados segundo as atividades do que se denominou de negociantes nesses espaços.

Para analisar essas famílias um aspecto que passou a ser determinante na pesquisa foi considerar o conjunto das relações parentais que estavam envoltos os principais agentes, onde o nome familiar exercia a função de manter o domínio das relações, principalmente as de caráter econômico e político nesses espaços.

TABELA 24 – DIFERENÇA DE RECURSOS ENTRE FAMÍLIAS DE ELITE

Família	Escravos	Rezes de criar	Propriedades	Dívidas
Belmonte	0	94	3	2
Ribeiro	8	216	3	2
Fernandes Lima	15	8800	7	1

FONTE: Elaboração Própria. IPM. APERGS. Porto Alegre. auto: 276, 234, 143. Maço: 9, 8, 5. Ano: 1877, 1875, 1867.

Percebe-se pela atuação, relação de bens móveis e imóveis, envolvendo as famílias mais tradicionais no meio, que as práticas de muitos grupos ainda estavam baseadas em atividades produtivas que mantinham certa similaridade. Porém, havia uma diferença quantitativa na capacidade das famílias de mobilizar os recursos, orientada segundo o número de membros que cada família conseguia mobilizar para efetivar mais relações favoráveis.

No caso das três famílias citadas acima, Fernandes Lima, Belmonte e Ribeiro, a família Fernandes Lima era o grupo que mantinha mais membros exercendo práticas materiais ou simbólicas, acompanhado pelos Belmonte e outras famílias, ao contrário dos Ribeiro, que conseguimos identificar atuação no inventário de Anna Ribeiro.

O nome familiar Ribeiro não aparecia com a mesma frequência das demais famílias nos autos administrativos e jurídicos, mesmo tendo a família Ribeiro, uma quantia razoável de recursos econômicos.

Logo, a pesquisa a partir da comparação entre esses agentes, passou a se utilizar da noção de estratégia coletiva, identificada na análise de famílias como a Belmonte, visando identificar novas perspectivas para determinar a atuação dos grupos da elite de Itaqui.

Assim, as estratégias de famílias importantes como a Belmonte, a partir de seus vários membros, como Ignácio dos Santos Belmonte²⁷¹, eram orientadas a permitir que o grupo familiar se utilizasse de suas múltiplas posições, para mobilizar relações verticais ou horizontais, aproximando-se na área a posição ocupada por grupos mais importantes como os Rodrigues Lima, no espaço local.

Essas relações entre famílias da elite local envolviam casamentos, ou batizados como ocorreu no caso de Porfirio, filho de Theodorico Rodrigues Lima, em 11 de junho de 1866, apadrinhado por Manoel Pedro Belmonte. Através dessas relações que se efetivavam as variações das capacidades econômicas dos grupos em caráter local.

Portanto, uma das maneiras de efetivar posição nesses espaços locais e ampliar recursos sociais e econômicos se personifica através do estreitamento de vínculos familiares, como se destacou na descrição da família Belmonte.

A família Ribeiro, que apareceu nos autos por meio do inventário de Francisca Antonia Ribeiro, inventariada por Desidério Leguiça foi outro desses conjuntos que se destacaram no espaço da Paróquia. Essa família apresentou uma característica no conjunto de fontes relativas à Paróquia, que ajudou a pensar a organização desse espaço, onde possuir recursos materiais não significava que essa família ou membro gozasse de grande prestígio social.

Alguns inventários dessa família refletem sua capacidade econômica, onde se registraram mais 1100 rezes de criar, mais 150 rezes ditas chucras, 10 bois mansos, 4 novilhos corte, 10 bois mansos, 50 éguas de criar, 8 potros e 150 ovelhas. Como as demais famílias de elite possuíam também escravos, valorizados por 2\$000:000 réis, tendo ainda o uso de práticas que envolviam tais recursos, um campo arrendado por 250\$000²⁷².

Ainda possuía a família, partes de campos, uma avaliada em 3\$000:000, e algumas dívidas, sendo uma referente à venda de animais de corte, 1\$440:000. E seus passivos envolviam uma grande dívida mantida com a casa comercial de José Antonio Figueira, na importância de 1\$590:000²⁷³. Mesmo assim, contando com tantos recursos, a família Ribeiro não teve a mesma projeção social de outras famílias que constituíram a elite de Itaqui.

Outro dos agentes que se destacou nas várias referências feitas a uma elite de caráter local, foi Virgilio Alipio de Figueiredo. A família Figueiredo, baseada, sobretudo na atividade

²⁷¹ Referência à atuação de Manoel Pedro Belmonte nos autos.

²⁷² IPM. Cartório de Órfãos e Ausentes. APERGS. Porto Alegre. auto: 74, maço: 3, ano: 1858.

²⁷³ IPM. Cartório de Órfãos e Ausentes. APERGS. Porto Alegre. auto: 74, maço: 3, ano: 1858.

de empréstimos, mantinha posições determinantes na Paróquia envolvendo o cenário político, e transações envolvendo empréstimos.

Virgílio se destacou como um dos grandes personagens políticos no espaço de Itaqui, identificada sua atuação na obra de Paniagua (2012). Em Itaqui, os IPM, identificados em nossa pesquisa, identificaram um agente que apresentava um número ampliado de dívidas²⁷⁴, com as quais se mantinha ligado as principais famílias e agentes na área, descrevendo as práticas referentes às atividades de um prestamista.

Em seu inventário constavam dívidas passivas com Emigdio Bonorino 71\$900, a casa comercial Almeida & Silveira 3\$638:790, o negociante Joaquim Pedro Barbosa & Cia 32\$250, e com Marcelino Domingos Lacroix, na quantia de 2\$519:960.

Salientou-se um número ampliado de estrangeiros ligados a atuação de Figueiredo, sendo muitos italianos e alemães, como Paulo Ruffoni, Paulo Negri, João Tarragó e Adão Bernd. Mantinha também relações com comerciantes e associações de fora da Paróquia como a Dias de Freitas & Cia., Conceição & Cia., intermediada por Manoel Marenco, dívidas identificadas em sua lista de passivos²⁷⁵.

Pela atuação desse agente, percebe-se que para salvaguarda de sua posição na sociedade, os grupos mais tradicionais passam a se dedicar a variação de suas estratégias na esfera local, mobilizando atividades de especulação, como se pode descrever da atuação do Tenente Coronel Figueiredo. Quanto a esse agente não identificamos nenhuma propriedade em seu nome, sendo o que caracterizava sua atuação como membro da elite local a patente de Tenente Coronel.

Porém, assim como a família Ribeiro, a família Figueiredo ficaria restrita a participação em atividades envolvendo o ambiente econômico e alguns cenários políticos praticados desde Itaqui, muito em função do número restrito de membros que essas famílias podiam mobilizar no meio.

A princípio, detendo-se em autores como Boxer (1992)²⁷⁶, acreditávamos haver certo afastamento das famílias mais tradicionais às atividades ligadas ao comércio, tido como atividade mecânica, e pertencente às camadas menos favorecidas. Baseando-se em correntes historiográficas que tratam do papel do mercador, pautadas na dinâmica ibérica, referente ao século XV, o autor determina que esses grupos mercantis ocupavam posições submissas, inferiores quando considerados em relação aos grandes potentados rurais.

²⁷⁴ IPM. Cartório de Órfãos e Ausentes. APERGS. Porto Alegre. auto: 227, maço: 7, ano: 1873.

²⁷⁵ Fonte: Elaboração Própria. IPM. APERGS. Porto Alegre. auto: 227, maço: 7, ano: 1873.

²⁷⁶ FRAGOSO, João. MANOLO, Florentino. Almeida, Carla. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá (orgs). **Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português**. Vitória: EDUFES, 2006.

No entanto, autores como Pedreira (1995) e Flory (1978), apontando para a existência de grupos mercantis de capacidade ampliada, ocupando posições de destaque nas sociedades, exercendo também influência política desde uma esfera local, apresentaram uma noção mais adequada para tratar das atividades econômicas praticadas desde a fronteira oeste.

A diversidade de atividades identificadas em Itaqui se aproxima da realidade proposta por Fragoso (2001), que aponta para a presença de elites atuando baseadas em práticas envolvendo os principais ramos da economia, dedicando-se a negócios que envolviam grandes vultos de capitais.

Desde Itaqui, os grupos mercantis mantinham estabelecimentos de beneficiamento de gêneros, atividades de créditos e empréstimos, constituindo um ambiente econômico marcado pela diversidade de práticas, semelhante à descrição de Fragoso (2001) para o Rio de Janeiro do século XIX.

Para a realidade de Itaqui, a presença do porto e de um grande número de nacionalidades, permitiu o desenvolvimento de um conjunto complexo de estratégias baseadas na articulação entre diversas práticas, formando um ambiente ampliado de exploração econômica favorável a pequenos e grandes comerciantes, prestamistas urbanos e intermediários.

Logo, os contatos com as regiões limítrofes a Itaqui, permitiu o envio de capitais ao exterior como fez Adão Bernd²⁷⁷ ou o empréstimo que Bonorino mantém junto a uma associação de Buenos Aires²⁷⁸, caracterizando esse ambiente ampliado de práticas econômicas e sociais que transcendia fronteiras estatais, graças à diversidade de estratégias utilizadas pelos vários agentes para participar do ambiente econômico local.

As práticas e ramificações que se estabeleciam desde o exterior, mobilizando novas estratégias em função da existência da fronteira e do Rio Uruguai, permitiram as remessas de dinheiro ao exterior, identificada em inventários como o de Adão Bernd, em novembro de 1876, ligados a negociantes de Montevidéu, totalizando cerca de 3\$733:000, ou quando o saltino Anibal Carini compra uma casa através de seu procurador Salvador Gallino, também oriental, em Itaqui²⁷⁹.

A proximidade e integração entre esses territórios também mantinha um mercado de terras e propriedades urbanas em pleno desenvolvimento, onde figurava Manoel Marenco e

²⁷⁷ IPM. APERGS. Porto Alegre. Auto: 256. Maço: 9. Ano: 1876.

²⁷⁸ IPM. APERGS. Porto Alegre. Auto: 288. Maço:10. Ano: 1877.

²⁷⁹ Procurações. APERGS. Porto Alegre. 23 de novembro de 1874 a 11 de fevereiro de 1876. 24 procurações. livro 3 c.

seu cunhado Clemente de Chiraposu, atuando desde Montevidéu como intermediadores, ligados a Associação Conceição & Cia., e a Chancelaria de Montevidéu²⁸⁰.

Nos vários mercados que se incrementaram desde a Paróquia, o capital externo teve papel determinante para a proliferação de mercados envolvendo grandes e pequenos capitais. As companhias comerciais passavam a partir das associações a se introduzir em antigos monopólios pertencentes às elites tradicionais desses ajuntamentos, como no caso dos mercados de terras e propriedades urbanas reorganizando espaços de sociabilidade e o formato desses mercados limítrofes.

Logo se efetivou a necessidade de determinar como era composta a elite local? Quais seus mecanismos de atuação e finalmente como se articulam novos e antigos grupos no contexto onde está inserida a cidade-porto.

Na fronteira oeste, alguns traços distintos passam a definir essa sociedade como a existência de potentados rurais que a base de vastas fortunas, milhares de cabeças de gados objetivam manter posições em uma sociedade marcada pela existência de extensos fluxos de ideias, pessoas e mercadorias (FONSECA, 1999).

Nessa região a articulação de modos de produção diferenciados produziram condições desiguais de acesso dos agentes aos recursos, criando, portanto uma hierarquização social entre camadas distintas. Esse fator foi determinante para a atuação de negociantes e associações comerciais, principalmente as estrangeiras ao mobilizar recursos complementares aos interesses e necessidades de outros grupos.

Logo os contatos mantidos com os portos da Federación, Constitución, Restauración, Montevidéu ou Salto contribuíram para a manutenção do padrão de vida de uns e a ascensão social de outros.

Das ligações com esses mercados, algumas famílias conseguiram reorganizar suas formas de atuação e disputar acesso a recursos de poder, dinamizando os mercados da Paróquia ao auferir a novos agentes a possibilidade de participar da organização dessa sociedade.

Alguns comerciantes, devido ao acúmulo de capitais e a proliferação de ligações que se prolongam desde seus estabelecimentos de negócio, conseguiram destacar-se nesses novos arranjos sociais, dentre eles as famílias Marenco, Canepa, Bonorino, Lacroix e Mousquere.

²⁸⁰ Registros Notariais do Tabelionato de Itaqui. APERGS. Porto Alegre. 1863-1875. LNTI 2A (1863-1870), 8B (1870-1872), 3 (1872-1875). APERGS. Porto Alegre²⁸⁰.

Dessas famílias e sua forma atuação no ambiente mercantil surgiu o que se denominou de recursos de poder.

3.2. RECURSOS DE PODER

Decidiu-se por denominar de recursos de poder os instrumentos nos quais são baseadas as estratégias dos grupos mais importantes da sociedade local para mobilizar sua presença nas mais variadas posições políticas, ocupar cargos administrativos ou exercer atividades econômicas.

Ao longo da pesquisa, identificamos que os grupos mais tradicionais que exerciam práticas e influência no âmbito da Paróquia, se mantinham ligados à posse da terra, de gados ou grandes escravarias, itens que se constituíam num momento de necessidade em meios de acesso mais rápido a moeda, seja para investir em novos negócios, adquirir outros bens imóveis ou propriedades nas cidades limítrofes ou em outra região.

Os postos militares também eram importantes centros de atração de clientes, servindo também para arregimentar compadres, ou mobilizar laços de casamento, instrumentos utilizados por famílias como a Fernandes Lima, Loureiro e Rodrigues Lima, para manter suas posições e benefícios nessa sociedade local.

Essas famílias possuidoras de prerrogativas militares em suas fileiras tinham grande visibilidade nessas formações sociais de fronteira, principalmente em Itaqui, seja para se proteger dos inimigos nas várias guerras que assolavam a região, ou aliar-se com os vizinhos, mantendo fluxos de gêneros e bens.

Junto as estratégias dessas famílias terras e gados eram importantes elementos mobilizados nos fluxos de negócio locais e regionais, se tornaram interesse das sociedades estrangeiras, vindas de Corrientes, Entre Ríos e do Estado Oriental.

Foram muitas as menções feitas nos autos a esse tipo de comércio, como na relação que envolve a “Companhia de Alvear”, Província de Corrientes, que adquire 2 partes de campo pertencentes a João Hipollyto, já falecido, sendo as partes de campo vendidas por sua mulher Maria Francisca Tomasia Passoria²⁸¹.

Nesse espaço os mercados de terras exigiam grandes recursos em capitais, como se pode perceber quando Manoel Jorge Mendes Ribeiro compra uma porção de campo de Joaquim Inácio da Silva e Rita Joaquina da Silva. No negócio são 6 contos de réis pagos por 4 milhões e 470 mil braças de terra²⁸². Desse registro percebe-se o patamar que envolvia as atividades ligadas aos grandes negociantes praticados pela elite local.

O comércio de bens urbanos também se destacou nesses fluxos de grandes negócios, sendo objetivo principal dos grupos de estrangeiros, envolvendo uma quantidade ampliada de transações, inclusive superando os registros ligados a bens rurais ao longo dos autos. Nesse tipo de comércio identificou-se a introdução de capitais externos na dinâmica mercantil da Paróquia, vindos da Confederação Argentina e do Estado Oriental.

A participação desses países envolvia a atuação de estrangeiros que se mantinham na Paróquia para representar as companhias do exterior, como Manoel Marenco, que funcionando como intermediador manteria atividades em nome da companhia sediada em Montevidéu (Conceição & Cia.), dedicada a compra e venda de casas e prédios urbanos. Da descrição de suas relações, registramos a compra de uma morada de casas por 3 contos de réis²⁸³, na rua sete de setembro, medindo cerca de 150 palmos quadrados.

Com base na compra e venda de prédios urbanos identificou-se na pesquisa outra companhia estrangeira, sediada desta vez em Salto/Estado Oriental, atuando na Paróquia, através da compra de uma morada de casas na cidade. A companhia Dias de Freitas comprou de Firmino da Silva Santos e sua esposa Francisca de Coimbra Santos, uma propriedade no

²⁸¹ Escriptura Pública de compra e venda que faz dona Maria Francisca Tomasia Passoria, ao senhor Victoriano Riberá. 25 de agosto de 1871. Itaqui. Registros Notariais do Tabelionato de Itaqui.

²⁸² Escriptura Pública de compra e venda que fazem o senhor Joaquim Ignácio da Silva e sua mulher, representados por seu procurador o Dr. Egydio Barbosa Oliveira Itaqui, ao senhor Manoel Jorge Mendes Ribeiro. 5 de setembro de 1871. Registros Notariais do Tabelionato de Itaqui.

²⁸³ Escritura de compra e venda de uma casa que faz Conceição & Cia. 19 de julho de 1877. APERGS. Porto Alegre.

valor de 4 contos de réis²⁸⁴. Maria Josepha Regueira também vendera na Paróquia uma morada de casas por 5 contos de réis a uma companhia sediada em Concórdia, Entre Ríos, identificando uma dinâmica favorável a introdução de capitais externos nesses mercados.

Além das companhias, pessoas físicas como o francês Marcelino Domingos Lacroix também participavam desses mercados vendendo propriedades, casas de material, que conseguiam adquirir com os lucros provenientes das atividades mercantis, identificando novas formas de reproduzir riquezas e diversificar a atuação econômica dos grupos no contexto local. Para efetuar a transação feita com o Tenente Coronel Joaquim Nunes de Souza, a família Lacroix mobilizou a quantia de 3 contos de réis²⁸⁵.

Vários inventários de estrangeiros e nacionais destacaram imóveis urbanos como parte determinante do montante de seus bens, itens plenamente comercializáveis no mercado, segundo a vontade de seus proprietários. Identificamos muitos comerciantes de artigos em vendas fixas participando desses mercados, como João Rivaldo que adquire uma morada de casas do italiano Bruscolini por 5\$000:000 de réis.

A atuação de outros comerciantes como Jacob Tatsch, alemão, proprietário de uma casa de 8\$000:000 em Itaqui, ajudam a caracterizar a capacidade dos comerciantes locais de participar dos mercados mais seletos desse espaço, aqueles que exigiam um maior cabedal de recursos.

Possuir esses bens, como se destacou no inventário de Rivaldo na compra efetivada junto a Bruscolini, atestava a capacidade dos comerciantes de adquirir artigos a preços altos, sendo, portanto, o grupo mercantil capaz de reproduzir suas capacidades e recursos nesse meio, ao participar de mercados mais restritos.

Outros comerciantes também se salientaram com a aquisição de bens imóveis, ao longo da coleta de dados, como José Antônio Figueira, tendo registrada uma casa por 800\$000 e Vicente Marisco, registrando outra casa, nesse caso de material, avaliada em 1\$000:000. Esses dados ajudaram a estabelecer um patamar acerca de tal atividade e identificar algumas atividades de associações e agentes estrangeiros atuando nesses espaços.

Nesse contexto de intensas trocas e circulação de nacionalidades e interesses econômicos, os bens urbanos mobilizavam várias atividades de crédito e empréstimos no contexto local. Esses mercados se efetivavam desde Itaqui com outras cidades da região,

²⁸⁴ Escriptura Pública de compra e venda que fazem Firmino da Silva Santos e sua mulher dona Francisca de Coimbra Santos, de uma morada de casas a Dias de Freitas & Cia. 30 de julho de 1872. Registros Notariais do Tabelionato de Itaqui.

²⁸⁵ Escriptura Pública de compra e venda que fazem Marcelino Domingos Lacroix e sua senhora Cândida Marques Lacroix ao tenente Coronel Joaquim Nunes de Souza representado por sua senhora Dona Angélica Fontella Nunes. 7 de abril de 1877. Registros Notariais do Tabelionato de Itaqui.

como Uruguaiana, registrada sua presença na hipoteca de casas²⁸⁶, identificada em uma relação entre Paulo Vinhal e Paulo Rigall.

Este último seria morador de Uruguaiana e pertencente a uma Companhia que se baseava na concessão de empréstimos e mecanismos de especulação que se estabeleciam sobre outras áreas. Nesse caso a morada de casas serviu como garantia de pagamento do empréstimo junto ao morador de Itaqui, atestando o fato de que Itaqui, não possuía moeda corrente para manter suas atividades, sendo, portanto seus vários mercados uma grande oportunidade para as companhias estrangeiras reproduzirem suas estratégias de multiplicação de lucros.

Os mercados de bens semoventes: gados, cavaleiros, vacuns, itens comuns nessas sociedades de caráter mais agrário, seriam outra forma de reproduzir relações, favorecendo a identificação de novas práticas que surgem nesse meio, como variações das atividades de mercancia, como o arrendamento de animais.

Estes recursos que estavam nas mãos de famílias mais tradicionais e de maior cabedal econômico, transcendiam a mera compra e venda de produtos como charque, couros, crinas e sebo, para efetivar negócios baseados em contratos, ressaltando a organização desses mercados quando ligado aos recursos das famílias ditas de elite.

Chamou também atenção a relação que envolvia as famílias Paz de Almeida e Belmonte, onde a presença dos recursos econômicos mais tradicionais favoreceu o desenvolvimento de atividades de especulação. Práticas como o arrendamento de animais e terras permitia a ampliação quantitativa dos recursos das famílias mais enriquecidas, sem a necessidade de abrir mão de determinados bens importantes como as terras.

O contrato firmado, nesse caso por dois anos, perante testemunhas garantiu ao espólio da família Belmonte 240\$000 réis, referente ao arrendamento de 1000 ovelhas a José Maria Fontella.

Percebe-se que as transações não se constituíam apenas de forma monetária, rendendo ainda 150 rezes de criar, avaliadas em 1 conto de réis, a família Belmonte. Essas estratégias e recursos já teriam sido utilizados pela família, identificado em outro arrendamento anterior, dessa vez de 374 éguas²⁸⁷.

Ainda nesse espaço se praticavam constantemente hipotecas, onde os bens urbanos se integravam ao sistema de créditos para descrever a multiplicidade de práticas que se

²⁸⁶ Escritura Pública de compra e venda de uma hypotheca que fazem Paulo Vinhal a Paulo Rigall. 5 de julho de 1874. Registros Notariais do Tabelionato de Itaqui.

²⁸⁷ Instrumento de Arrendamento de bens semoventes. Registros Notariais do Tabelionato de Itaqui. 20 de julho de 1872. Foram cobrados segundo o auto 140\$000 réis a unidade.

mantinham simultaneamente na Paróquia. Manoel Marenco é descrito atuando nesse sistema quando possui uma hipoteca de casa registrada no inventário de Pedro Badie e Manoela Maria de Lima, devedores de um valor de 474\$984 réis. Badie possuía segundo o registro uma loja de secos e molhados supostamente mantida com capitais ligados a Marenco e a companhia oriental que representava.

No inventário de Virgílio Alípio de Figueiredo²⁸⁸ pode-se destacar tal expediente, o desenvolvimento de um sistema de crédito sustentando as atividades de comércio, uma vez que das 16 dívidas passivas, identificadas ligadas a Figueiredo, 12 credores eram comerciantes ou integrantes de associações, atestando o fato da interdependência mantida entre as várias camadas de atividades econômicas no espaço local, e o papel das instituições de crédito como um dos instrumentos para o exercício de poder.

Logo, a proliferação das atividades de comércio graças a sua flexibilidade promoveu a articulação entre ramos econômicos complementares, relações baseadas em derivados dos bens da criação como os couros e fluxos de comercialização de gêneros como a erva-mate e as atividades de financistas e especuladores. Essas práticas salientaram o momento de modernização das atividades econômicas desde a Paróquia, até sua articulação com regiões limítrofes e companhias estrangeiras.

Da proliferação dos fluxos mercantis, da aquisição de sistemas de transporte, empréstimos e créditos na Paróquia, ocorreu a ampliação potencial das capacidades de acumulação de alguns agentes, e a formação e desenvolvimento dos mercados diversos envolvendo os couros, por exemplo, colocados à venda no estabelecimento de Silvério Piagetti²⁸⁹, registrado na década de 1880, como proprietário de um curtume.

Inventariado por sua esposa, Luiza Canepa Piagetti, o negociante apresentou uma atividade de mercancia, característica de um produtor direto, aquele que produz o bem e o coloca a venda no mercado, sendo uma atividade fortemente especializada, ao fornecer couros beneficiados tradicionais e exóticos a mercados externos a Província. Em 6 de abril de 1875, uma procura identifica que suas relações mantinham-se com italianos, como Carlos Bonetti, responsável por aplicar seus investimentos na Europa²⁹⁰.

No curtume, os fluxos comerciais permitiram a formação de economias de escala, atividades ligadas ao transporte de gêneros, por meio de carroças, e barcos e dois novos momentos identificados nesse auto, a proliferação dos capitais mercantis a economia da

²⁸⁸ IPM. APERGS. Porto Alegre. Auto: 227. Maço: 7. Ano: 1873.

²⁸⁹ IPM. APERGS. Porto Alegre. Auto: 402. Maço: 15. Ano: 1887

²⁹⁰ IPM. APERGS. Porto Alegre. Auto: 402. Maço: 15. Ano: 1887

Europa e a articulação de gêneros produzidos na Paróquia aos fluxos mantidos através do Rio Uruguai, permitindo a expansão territorial dos capitais de negociantes locais a outros centros mercantis.

Assim, os recursos de poder na Paróquia de São Patrício de Itaqui, eram baseados de forma tradicional nos bens da criação, na posse da terra ou no porte de prerrogativas militares, porém na segunda metade do século XIX, o grande afluxo de populações exteriores e companhias privadas corroboraram para promover nesse espaço o surgimento de novos elementos, como conhecimentos e práticas usurárias, que colaboraram para diversificar o espaço mercantil local, muitas delas trazidas pelos movimentos de algumas nacionalidades nesses espaços de fronteira, como descrito a seguir.

3.3 AS FAMÍLIAS DE ITALIANOS E SEUS DESCENDENTES

Uma das características que se pode determinar de Itaqui é que a cidade contou para a proliferação de seus fluxos comerciais com a atuação determinante de estrangeiros, principalmente italianos²⁹¹ atuando nos sistema de transportes, associações e casas de comércio no interior da Paróquia.

Nos fluxos através do rio da Prata e seus afluentes, entre eles o Rio Uruguai, os grupos de italianos emigrados e residentes na região mantinham várias das embarcações que interligavam as rotas entre a Confederação Argentina, o Estado Oriental e os portos da fronteira oeste, pertencentes ao Império do Brasil, entre eles Itaqui.

Segundo Figueiredo (2012), para muitos artigos o Rio Uruguai representava uma via mais barata para os comerciantes terem acesso aos mercados produtores de gêneros e fornecimento de manufaturados, em geral, vindos do exterior. Têxteis, roupas, vinhos e artigos de ferro, constituíam os itens e gêneros que entravam nos portos de localidades como São Borja, Alegrete e outras cidades da fronteira oeste, desenvolvendo os vários mercados nas cidades e vilas da fronteira que podiam contar com a presença de um porto.

Com tarifas baixas de exportação, os fluxos de artigos desde Montevidéu, segundo Bleil de Souza (2007), permitiram o desenvolvimento de um comércio bastante dinâmico, sendo praticado entre as povoações da fronteira oeste da Província do Rio Grande de São Pedro e os espaços vizinhos, convergindo ao descrito por Oviedo (1997), também citada por

²⁹¹ No trabalho concernente a Figueiredo (2012), como italianos são caracterizados os naturais provenientes da península itálica e seus descendentes. Na região de fronteira oeste a atuação desses agentes promoveria grande diversificação dos fluxos de comércio e transportes nesses espaços.

Figueiredo (2012), ao destacar a capacidade de integração desses espaços, graças ao grande afluxo de agentes dedicados aos movimentos de comércio.

Nesses autores, os territórios das Missões, a oeste da Província, formavam áreas favoráveis à produção e circulação de bens econômicos e pontos estratégicos na reorganização das atividades entre as praças de Buenos Aires, Montevidéu e a porção oeste da Província do Rio Grande de São Pedro, na segunda metade do século XIX, constituindo o que se denominou de “*hinterland* econômico e comercial platino” (FIGUEIREDO, 2012, p.74).

Nesse contexto, a presença das populações de italianos se sobressaia sobre o conjunto de estrangeiros que ocupavam a área, por volta de 1870. Para o autor, os imigrantes, contando ainda com a participação dos franceses, promoveram o desenvolvimento local, tendo o comércio e a navegação de cabotagem, seus principais instrumentos para inserir-se nas cidades e atividades econômicas que se dinamizavam na região de fronteira²⁹², onde se localiza Itaqui, a oeste da Província.

Auxiliado por muitos estudos, destacando o de Ruocco (1991), o trabalho de Figueiredo (2012), menciona que os italianos se destacaram nas atividades ligadas ao transporte de gêneros e artigos ao longo do Rio Uruguai, onde acumularam grandes fortunas.

Entre os estrangeiros (sic), que a compuseram o vizinário sobressaíam italianos e franceses, na maior parte marinheiros de pequenas embarcações precedentes do Rio da Prata. Esses, dedicando-se ao comércio, favorecidos por um irreprimível contrabando, depressa enriqueceram (FIGUEIREDO, 2012, p.61).

Na navegação os mestres de origem italiana incrementaram uma rede que se estendia ao longo do estuário do Prata, tendo um papel determinante os lígures, povoando e desenvolvendo fluxos compreendendo Salto e Uruguiana, concedendo grande mobilidade aos negócios entre as cidades às margens do Rio Uruguai. Os vários barcos integravam um espaço econômico desde o porto de Montevidéu, dedicando-se principalmente a redistribuição de mercadorias.

Susana Bleil de Souza (2007) destaca o papel do porto oriental de Salto, como espaço determinante para a manutenção dos fluxos comerciais entre os mercados exteriores do continente, em muitos momentos articulando-se a Itaqui e reproduzindo os mercados e capacidades dos comerciantes nesses espaços.

²⁹² Apoiando-se em autores como Ana Luiza Setti Reckziegel (1997), Figueiredo (2012) refere-se a essa fronteira onde se localiza Itaqui, como moldada por uma história comum. Uma área compartilhada economicamente pelas populações dos dois lados do rio Uruguai.

Segundo Figueiredo (2012), Itaqui, por estar localizada em uma zona de fronteira e tendo acesso facilitado aos fluxos comerciais, ligando-se as principais capitais e portos da região platina, conseguiu proliferar economicamente, muito em função da economia erva-teira, o que ajudou a notabilizar a formação de grandes fortunas, nas mãos de abastados e ricos comerciantes, onde se destacam os irmãos Canepa, os Piagetti, a família Monoggio e Manoel Diamico, como italianos que segundo o autor, se destacaram pelo perfil urbano e fluvial de suas práticas, mantendo o fornecimento de gêneros em lojas, vendas e estabelecimentos locais de comércio.

Baseado em testemunhos de viajantes, o autor faria referência a alguns grupos nesses espaços:

Quando em 1858 o viajante Robert Avé-Lallement chegou em São Borja, ansioso para alcançar Uruguaiana pela via fluvial, diz ter tratado com um “[...] sujeito da Sicília [...].” E que também lá se encontrava um genovês dentre toda a gente que se achava com ele na praia do rio Uruguai. Encontrou e tratou com italianos. Genericamente, Avé-Lallement referia-se à presença de italianos no local (FIGUEIREDO, 2012, p. 15).

Os primeiros grupos de italianos teriam chegado ao espaço local por via Argentina, ou da Confederação Argentina, desde as Províncias de Corrientes e Entre Ríos, por volta de 1875. Foram atraídos pela possibilidade que lhes concedia as atividades ligadas ao comércio de erva-mate nas possessões do Império.

A maioria dos migrantes veio com suas famílias e outros sozinhos, espalhando-se ao longo do novo continente, onde ocuparam espaços em Montevidéu, Buenos Aires, Paissandu, Salto, Concórdia, São Borja, Uruguaiana e Itaqui, espaços de intensa e outros de recente urbanização.

As atividades de comércio e a prestação de serviços envolviam a maioria das atividades dos italianos e descendentes que passaram a povoar a região de fronteira oeste, desenvolvendo atividades mercantis e artesanais, em ocupações como sapateiros, barbeiros, ourives, padeiros e pedreiros (FIGUEIREDO, 2012).

Para Colvero (2004), a presença de imigrantes e empresas estrangeiras nesses espaços promoveu a introdução de novas particularidades nas atividades econômicas, articulando novos padrões de vida, vestimenta e mobiliários diversos nas povoações limítrofes ao Rio Uruguai. Segundo o autor eram muitos os produtos ingleses e franceses que se articulavam aos fluxos entre as cidades da região, secos e molhados, ajudando a proliferar as ligações desde a fronteira oeste e os mercados externos. Desde Itaqui, algumas famílias e agentes conseguiram se destacar nesses circuitos, onde pautamos a análise abaixo:

3.3.1 MUITOS AGENTES EM ESTRATÉGIAS DIVERSAS: OS BONORINO

Como as demais famílias de italianos, os Bonorino, tinham nos fluxos que vinham desde os espaços exteriores a Província do Rio Grande de São Pedro sua origem. Os primeiros membros dessa família vieram de Mallare, Ligúria, passando por Montevidéu até chegar à Itaqui.

Figueroedo (2012) identificou que em Montevidéu teria nascido Juana Dominga Bonorino Pérez, em 1811, segundo consta nos livros de Batismo da Catedral de Montevidéu. Era filha de Giorgio Antonio Moreno Bonorino, que já estava sediado na capital oriental, onde tinha outro filho, Antonio Bonorino.

Antonio Bonorino, referenciado na obra de Figueiredo (2012), antes de 1875, já circulava nessa área limítrofe ao Rio Uruguai. Segundo consta nos autos nasceu em 1807 em Montevidéu, a qual deixou em 1829. Ainda teria passado por São Borja, entre 1830 e 1833, antes de chegar a Itaqui. Antonio teve 11 filhos, dentre os quais Palmira e Emigdio, o mais velho, que veio a falecer em Cruz Alta, em 1875.

Esse agente seria ao longo dos autos o indivíduo que mais conseguiu se projetar no ambiente local, se personificando em todas as fontes que trata sobre o cotidiano na Paróquia. Identificamos Emigdio, exercendo as atividades de tradutor, fármaco, comerciante, tenente da Guarda Nacional, negociante atuando nos fluxos ao longo do Rio Uruguai, e finalmente Juiz de Órfãos e Ausentes de Itaqui, conferindo um grande prestígio a esse negociante local.

Como seu pai, também fora em um dos autos do tabelionato, registrado exercendo a função de tradutor, sendo supostamente conhecedor de espanhol e italiano, esse agente exercia atividades de intermediador, atuação que lhe conferiu grande projeção no espaço social local²⁹³.

Observou-se ao longo da pesquisa que os estrangeiros e seus descendentes nesses novos espaços de povoamento tinham a função de articular, prestar serviços, adaptar seus conterrâneos aos novos espaços, exercendo o papel de mediadores.

²⁹³ Registros Notariais do Tabelionato de Itaqui. APERGS. Porto Alegre. Escriptura de Compra e venda que faz Agostinho Silveira e Companhia moradores de Concórdia e dona Maria Josephina Regueira. 8 de janeiro de 1864. Compra pela companhia de Concórdia, Província de Entre Ríos de uma morada de casas no valor de 5 contos de réis. Nesse negócio Emigdio Bonorino atuou como tradutor.

No conjunto de movimentos que se estabeleciam na região, essa família proliferava suas relações com os espaços limítrofes, onde consta que os Bonorino tiveram participação nos episódios que resultaram na expulsão dos ingleses entre 1806-1807, de Buenos Aires, e nos movimentos de 25 de maio de 1810, de consolidação do estado nacional argentino.

Martiniano e José Maria Bonorino teriam lutado ainda na Guerra da Cisplatina (FIGUEIREDO, 2010), contra o Brasil como corços. Logo essa família já tinha experiência numa das atividades que notabilizaram a atuação de Emigdio nesse espaço de fronteira.

Essa característica seria revelada em um registro identificado em 1875, quando Emigdio adquire um lanchão, passando a atuar nos fluxos através do Rio Uruguai, como muitos outros italianos e descendentes faziam²⁹⁴ com a Confederação Argentina.

Na Paróquia as atividades da família se baseavam na atuação diversa de 4 personagens, Emigdio, Arthur e Palmira, ligados na maior parte de suas participações ao desenvolvimento de atividades econômicas na área. Constam nos negócios envolvendo a família a compra e venda de embarcações, testemunhos em juízo, intermediação de contratos envolvendo casas na cidade e porções de campo²⁹⁵. Quanto às atividades simbólicas, foi Adélia, que mostrou a maior mobilidade na área, ao arregimentar a maioria das ligações familiares.

Emigdio, Arthur e Palmira, ainda mantinham dívidas ativas e passivas, com comerciantes nacionais e estrangeiros, como o português Figueira 214\$820, o italiano Rivaldo, 1\$500:000, e o alemão Bernd 52\$800. As atividades mantidas com outros comerciantes e negociantes eram orientadas horizontalmente, rendendo a família grande projeção nesse meio social. Famílias como a Loureiro passaram a requerer a presença dos Bonorino como intermediadores de suas relações no espaço local²⁹⁶, atestando a relevância desse grupo para a organização do espaço local de relações.

²⁹⁴ Registros Notariais do Tabelionato de Itaqui. APERGS. Porto Alegre. 2 de março de 1865. Escriptura de venda de um lanchão que faz Domingos Renesi a Emigdio Bonorino, na quantia de 400\$000. Livro 8A. A família aparece sediando outro negócio envolvendo bens urbanos. A transação realiza-se na casa de Adolpho Cachaniga Bonorino.

²⁹⁵ Registros Notariais do Tabelionato de Itaqui. APERGS. Porto Alegre. Escriptura de Compra e venda de um campo que fazem Modesto Rodrigues Jaques e sua mulher Maria de Almeida Jaques ao Tenente Coronel Belisário Fernandes Lima. Livro 8A. A atuação de Bonorino dá-se ao representar os interesses da família Fernandes Lima na negociação.

²⁹⁶ Registros Notariais do Tabelionato de Itaqui. APERGS. Porto Alegre. 4 de outubro de 1874. Escriptura de hipoteca que fazem que fazem o Capitão Athanásio dos Santos Loureiro e sua mulher, em favor do Major José Francisco da Silva, envolvendo a quantia de 872:000 réis, referente a uma morada de casas. Livro 8A. Atuação dos Bonorino como intermediadores.

Um item desse auto que se destacou, quando referente a essa família, foi a existência de uma escrava, supostamente utilizada nas lides domésticas na casa de Bonorino. Por não ter se identificado nenhuma grande escravaria ou atividade de produção ou criação ligada a esse agente, acreditamos que o desenvolvimento de seus membros nas diversas estratégias exigia o emprego da escrava nas tarefas cotidianas, rendendo certo status aos Bonorino em relação aos demais comerciantes. Foram poucos os comerciantes que apresentaram escravos nos autos, atestando que a família a partir de suas atividades podia gozar de um padrão de vida razoável²⁹⁷.

A posição dessa família na localidade também estava relacionada a sua relação com os espaços exteriores a Paróquia, já que os Bonorino mantinham ligações com comerciantes de Buenos Aires, a casa Dinarte e Irmãos, identificando uma dívida, de 680 pesos orientais, ou 1\$416:660 réis, que supostamente financiava suas atividades de prestamista em Itaqui.

Além da Confederação Argentina, Bonorino estava ligado a muitos comerciantes orientais como os Marenco, atendendo a tendência dos comerciantes locais a diversificação de suas práticas em vários setores e localidades.

As práticas creditistas mantinham-se também ligadas a várias nacionalidades, envolvendo o francês Pedro Badie, o alemão Adão Bernd, o português Antônio Figueira, e associações de Entre Ríos, como a Companhia Almeida e Silveira.

Paulina Dupin, francesa devia a Emigdio Bonorino cerca de 2\$227:840 réis, e muitos brasileiros mantinham quantidades vultosas de recursos ligadas a Bonorino, como Máxima Rodrigues Bonorino, que devia cerca de 2\$500:000, concernente a empréstimos. A concessão de créditos, na Paróquia, foi identificada na letra mantida entre Emigdio²⁹⁸ e Barnabé Rodrigues, no valor de 1\$200:000, pagável no prazo de um ano²⁹⁹.

O sistema de crédito, que participava Emigdio Bonorino, promoveu a integração entre bancos e casas de negócio da Confederação Argentina aos espaços da Província do Rio Grande de São Pedro, amparando as atividades de comércio no interior da Paróquia, ligando-se a brasileiros e estrangeiros.

A descrição da atuação dessa família se tornou determinante para explicar o conjunto de relações que se estabelecem na Paróquia, onde identificamos um núcleo ampliado de membros, e, portanto, de ligações que a família podia dispor para se salientar no espaço local.

²⁹⁷ IPM. APERGS. Porto Alegre. Auto: 288. Maço: 10. Ano: 1877

²⁹⁸ AOCC. APERGS. Porto Alegre. Auto: 489. Maço: 20. Ano: 1898.

²⁹⁹ Na cobrança em juízo, percebe-se que a dívida não foi paga por Barnabé.

Ao longo do século XIX, vários autores Vargas (2007), Barbosa (2009) e Mota (2012), descrevendo espaços e temporalidades diferenciadas apontam para a importância de se efetivar vários laços e estratégias a base de casamentos, vínculos clientelares, relações de amizade com as elites locais, ligações que se tornavam determinantes para a reprodução de recursos materiais e simbólicos.

Pela comparação que se propôs entre Bonorino e Virgílio Antônio Figueira, a partir de suas atividades de créditos, pode-se salientar que também os grupos urbanos, localizados em uma escala mediana de relações, buscavam atender a prerrogativa de ampliação de laços. Assim, a família Bonorino em suas múltiplas estratégias conseguiu suplantar outros comerciantes e equiparar-se a alguns membros da antiga elite de militares/estancieiros nos diversos autos que nos utilizamos na pesquisa.

Logo, especificamente a essa família, percebe-se uma articulação entre os diversos espaços econômicos, sociais e políticos sendo explorados simultaneamente pelos seus vários membros, se mantendo perante famílias tradicionais como os Fernandes Lima, os Loureiro, a família Valle e muitos estrangeiros que desenvolviam atividades de comércio na área.

Adélia Caxaniga Bonorino, Emigdio Bonorino, envolvendo relações de dívidas, testemunhos, batizados, distinguiram de forma positiva a atuação dessa família nos autos, diferenciando no interior do próprio núcleo familiar práticas de base simbólica, concentradas na figura de Adélia, e Palmira a quem caberia o exercício de atividades de cunho econômico, onde identificamos que a mesma conseguiu mobilizar apenas um batismo, nos 9 ligados aos membros da família.

Palmira mantinha ligações baseadas em dívidas (passivas), junto a João Rivaldo, no valor de 1\$500:000, concernente a empréstimos. O desenvolvimento de crédito foi identificado pela ausência de gêneros na descrição da dívida e pela quantia ampliada de erário mobilizada.

Segundo o exposto por Almeida, quando analisou as mulheres de Vassouras, na Província do Rio de Janeiro, do século XIX, a prática mercantil, permitiu a alguns indivíduos e grupos se destacar ao gerenciar a riqueza das sociedades, mantendo contextos locais de poder.

A família Bonorino conseguiu por meio de múltiplas ligações se manter nesse espaço em muitos mercados, segmentando uma fração do poder local exercido por outras famílias como a Figueiredo³⁰⁰, por meio da organização das atividades de crédito. Segundo o que se

³⁰⁰ Até então esse agente, Virgilio Alípio de Figueiredo, Tenente Coronel, era o agente que detinha a maior parte de dívidas ligadas a créditos na Paróquia. No seu inventário não foram identificados gêneros ou artigos, logo,

demonstra a seguir a família Bonorino se ligava a muitos personagens pertencentes à elite econômica, como a família Paz de Almeida identificada em autores como Paniagua (2012).

TABELA 25 – DÍVIDAS MAIS IMPORTANTES LIGADAS A VIRGÍLIO ALÍPIO DE FIGUEIREDO³⁰¹ (1873)

Agente	Caráter	Valor
Belchior Paz de Almeida	Ativa	978\$000
Evaristo Teixeira do Amaral	Passiva	2\$000:000
Almeida e Silveira	Passiva	3\$638:790
Frederico Gehring	Passiva	1\$582:600
Manoel Marenco	Passiva	63\$544
Adão Bernd	Passiva	79\$800
Marcelino Domingos Lacroix	Passiva	2\$519:960
Dias de Freitas & Cia	Passiva	789\$644

FONTE: Elaboração Própria. IPM. APERGS. Porto Alegre. Auto: 227. Maço: 7. Ano: 1873.

Comparando a atuação no sistema de concessão de créditos na Paróquia, identificamos que Bonorino mantinha um conjunto de valores menores concedidos a seus clientes, porém ocorre uma base ampla e seleta de ligações ligadas a essa família equiparando-a aos Figueiredo, ao envolver associações de Buenos Aires, comerciantes franceses, e italianos.

exerçaria atividades de crédito pelo número de credores 17, dentre os quais 10 comerciantes, e 28 devedores, onde se destaca a presença de Belchior Paz de Almeida (978\$000), o Coronel Francisco Fernandes Lima e o Tenente Coronel Belisário Fernandes Lima, com 29\$600 e 392\$000 devidos. Logo, percebe-se que quanto ao comércio era indispensável uma atividade de crédito e concessão de empréstimos para sua manutenção, concedendo visibilidade aos seus promotores. Quanto aos Bonorino, tal atividade identifica uma ampliação de suas capacidades econômicas e sociais, onde em 1873, mantinham uma dívida de 71\$900 mantida por Virgílio Alípio de Figueiredo.

³⁰¹ IPM. APERGS. Porto Alegre. Auto: 227. Maço: 7. Ano: 1873.

**TABELA 26 – SISTEMAS DE CRÉDITOS LIGADOS A FAMÍLIA
BONORINO (1873-1898)**

Agente	Caráter	Valor
Barnabé Rodrigues	Passiva	1\$200:000
João Rivaldo	Passiva	1\$500:000
Virgílio Alípio de Figueiredo	Passiva	71\$900
Henrique Dupin	Passiva	2\$227:840
Dinarte e Irmãos	Ativa	1\$416:660
Henrique Dupin	Ativa	2\$000:000

FONTE: Elaboração Própria. IPM. APERGS. Porto Alegre. Autos: 227, 489, 452, 288. Maço: 7, 20, 18, 10. Ano: 1873, 1898, 1886, 1877.

Assim, no espaço local, segundo esses dados, há uma segmentação entre espaços de atuação, quando consideradas as atividades econômicas e políticas decorrentes da introdução dos comerciantes nas atividades de especulação.

Autores como Fragoso (1998) ao tratar sobre a constituição das famílias no século XVII e XVIII se tornou determinante para pensarmos a atuação dos núcleos de poder na dinâmica de Itaqui.

Quando tratada a economia colonial do Rio de Janeiro, e a ascensão do poder das elites locais, surgem negócios ligados a terras, engenhos, lojas e estoques de mercadorias como importantes meios de enriquecimento. Em Itaqui, essas elites promoveram além dessas atividades, fluxos dedicados à especulação.

Assim, a proliferação das atividades de comércio estava baseada em um conjunto de ações que objetivavam, sobretudo, ampliar as chances e oportunidades a quem conseguisse diversificar suas atividades e promover um conjunto de alianças positivas.

Diante desses recursos alguns grupos ligados à mercancia, conseguiram ampliar suas capacidades e recursos onde nos pautamos em autores como Pedreira (1995), Fragoso (1992), Osório (1999) e Grinberg (2009), para determinar as formas que os novos grupos

de comerciantes se utilizavam para se destacar em um espaço exclusivo de atuação de certas famílias.

Pelo que se percebe das articulações promovidas desde os Bonorino a família se utilizava de múltiplas articulações, horizontais e verticais, alianças com nacionais e estrangeiros, identificadas nos registros paroquiais de batismos para manter sua posição.

Segundo Grinberg (2009), em espaços econômicos marcados pela instabilidade, a regra utilizada pelas famílias, indivíduos e grupos estava alicerçada em dividir o capital, segundo a autora, econômico, entre as várias atividades e estratégias.

Assim atuava a família Bonorino, já que não dispunham dos recursos tradicionais de poder, que se destacavam no século XIX, na região de fronteira oeste como terras, gados e escravos. No espaço local, seriam os conhecimentos do boticário que deveriam alicerçar e proliferar o espaço de atuação da família, caracterizando uma família de negociantes que conseguiu proliferar suas posições na sociedade de fronteira graças à multiplicidade de práticas que conseguiu exercer no plano micro das relações de poder.

3.3.2. OS FLUXOS DE CAPITAL ORIENTAL E A ATUAÇÃO DE MANOEL MARENCO

Mas não foram apenas os Bonorino que conseguiram se salientar a partir dos vários fluxos de comércio e prestação de serviços. Os Marenco, orientais, também se destacaram na constituição dos mercados da Paróquia desenvolvendo uma mercancia que envolvia a venda de artigos manufaturados como máquinas de coser pão (16\$000), e relógios (96\$000), itens identificados em uma venda a Virgilia Flora de Faria³⁰².

Manoel Marenco era casado com Rosaria Camilla, brasileira, com quem tinha 3 filhos, sendo residente em Itaqui. Desenvolveu atividades de prestamista que se destacaram na dinâmica de Itaqui, a partir da concessão de crédito identificada em uma letra de 2\$000:000, de 1881, que em 1884, já constava com juros, em cerca de 2\$404:500 réis³⁰³, mantida junto a Higgino Lazbal de Offur. Com Prudencia Garrot, mantinha outro empréstimo de 2\$747:720 réis, de 1877, cobrada por uma ação judicial de 1883³⁰⁴.

Segundo os registros notariais, esse oriental de 33 anos, segundo consta em 1861, mantinha também suas atividades ligadas ao comércio de casas na cidade, em nome da associação Conceição e Companhia de Montevidéu.

³⁰²IPM. APERGS. Porto Alegre. Auto: 227. Maço: 7. Ano: 1873.

³⁰³AOCC. APERGS. Porto Alegre. Auto: 449. Maço: 5. Ano: 1884.

³⁰⁴AOCC. APERGS. Porto Alegre. Auto: 446. Maço: 18. Ano: 1883

Sua atividade baseava-se na articulação, prestação de serviços ligados à compra e venda de propriedades, segundo os autos, atuando também como procurador na venda de Josepha Manoela da Silva de bens urbanos ao Doutor Pomphilio Manoel Freire de Carvalho. No negócio, seriam negociadas 2 moradas de casas, no valor de 3\$700:000, na rua Sete de Setembro³⁰⁵.

Mantinha ainda ligações com Adão Bernd envolvendo uma dívida de 73\$800, e outra com Pedro Badie, uma quantia de 474\$984 relacionada a dívidas passivas e depois outra ativa de 4\$274:026.

A atuação de prestamista ainda envolvia um valor relativo a 2\$000:000, uma letra, ligada a família Dupin, a partir de Paulinia, esposa do francês Henrique Dupin. e Virgílio Alípio de Figueiredo, que devia uma quantia de 63\$544³⁰⁶ a Marenco de 1873.

Manoel Marenco, assim como Emigdio Bonorino, atestou a capacidade dos sujeitos que possuíam algum tipo de conhecimento ou executavam atividades de mediadores de promover fluxos relacionais e galgar novas posições nas sociedades.

Ambos conseguiram se destacar em um ambiente onde persistia a antiga base econômica e social baseada na posse da terra e comercialização de recursos da criação como charque e couros. Esses agentes conseguiram quando bem sucedida a alocação de recursos alicerçar uma engrenagem bem articulada de ligações ocupando inclusive cargos públicos no espaço loca.

Como visto, Bonorino, desde sua botica, a “Pharmácia União”, mantinha um número ampliado de atividades representando muitos personagens em relações envolvendo terras, propriedades e concedendo empréstimos. Gente importante como o Coronel Antonio Fernandes Lima, Manoel Marenco, Virgilio Alipio de Figueiredo e uma série de outros agentes e famílias importantes dependiam de Bonorino para garantir a manutenção de uma série de laços, estratégias e práticas no espaço local.

Nesse período, Itaqui, a partir dos dados retirados das fontes primárias, permitiu identificar um processo de reorganização de suas bases sociais, onde os grupos mais tradicionais estavam perdendo parte de seu poder, postos e cargos em detrimento as novas populações e agentes que possuíam algum tipo de conhecimento, especialização ou atuasse em vários campos relacionais.

Marenco e Bonorino conseguiram representar essas prerrogativas ligadas aos novos comerciantes e negociantes locais, de diversificação de ramos de atividades, permitindo que

³⁰⁵ Registros Notariais do Tabelionato de Itaqui. APERGS. Porto Alegre. 19 de julho de 1871.

³⁰⁶ IPM. APERGS. Porto Alegre. Auto: 227. Maço: 7. Ano: 1873.

seus negócios e ligações ganhassem novos espaços, geográficos e simbólicos. A atuação das duas famílias conseguia a partir de Itaqui, e dos vários ramos de negócio participar dos mercados de concessão de créditos e empréstimos de Buenos Aires e Montevidéu, ainda intermediar capitais e artigos entre portos secundários como Salto, Federación e Constitución, afirmando a capacidade dos comerciantes e negociantes de Itaqui, na segunda metade do século XIX.

4. CONCLUSÕES

Quando tratada a realidade estabelecida na região de fronteira oeste da Província do Rio Grande de São Pedro, a partir das atividades de comércio e prestação de serviços, realizadas na Paróquia de São Patrício de Itaqui, entre os anos de 1850 e 1870, essa pesquisa identificou como fato incontestável a articulação entre os vários espaços de exploração econômica, que se estabeleceram na localidade e na região, contribuindo para a proliferação das capacidades de negociantes, portadores de pequenos e grandes capitais, no espaço circunscrito à Paróquia.

Em Itaqui, a criação do porto, e a proliferação dos contatos com os países próximos, a partir do Rio Uruguai, constituiu um ambiente favorável ao desenvolvimento das práticas mercantis ligadas a brasileiros e estrangeiros, que se articularam aos fluxos desse comércio fluvial, para promover novas oportunidades de reprodução de seus negócios no espaço local.

Esse trabalho vem justamente com o objetivo de analisar esse momento de intensas mudanças promovidas pelo desenvolvimento do comércio de exportação desde Itaqui e sua articulação com as atividades das casas de comércio no interior da Paróquia, a partir meados da década de 1850.

Nesse período, a partir da abertura do porto, a vila de Itaqui passa a se integrar aos fluxos de comércio que se mantém junto aos países vizinhos, do Estado Oriental e da Confederação Argentina, muito em função de sua localização em um espaço de fronteira permeável aos fluxos.

Na segunda metade do século XIX, esses circuitos regionais de comércio eram formados por um conjunto complexo de mercados de caráter local, onde se destacaram as populações de estrangeiros, principalmente italianos, espanhóis, saltinos, correntinos, entrerrianos e franceses, atuando em ambos os lados dessa fronteira no sistema de transporte, fornecimento e comércio de bens e artigos, junto às populações locais.

Esses agentes intermediando fluxos e exercendo atividades em estabelecimentos nas localidades da região, constituíam ramos de varejo e atacado, desempenhados em lojas e vendas, caracterizados pela diversificação de suas atividades.

Também se destacaram atividades mercantis, que proliferando desde Itaqui mantinham mercados ligados ao restante da Província, a leste, de caráter mais particular, permitindo a atuação de prestamistas e creditistas especializados, desempenhando atividades usurárias e de especulação.

Esses fluxos regionais e locais de comércio, beneficiados pela presença do porto e de um mercado interno de caráter diversificado, promoveram a articulação entre os mercados em ambos os lados dessa fronteira, envolvendo um sistema de portos principais e secundários, onde se destacaram Federación e Constitución, destinados a suprir os mercados interiores da Província de Entre Ríos sendo intermediados desde Itaqui.

A partir de recursos como a erva-mate, os comerciantes de Itaqui podiam acessar linhas de crédito desde bancos de Buenos Aires, Montevidéu ou mesmo Porto Alegre, atestando o caráter de complementaridade entre os sistemas econômicos em ambos os lados do Rio Uruguai.

As fontes que nos dispusemos a analisar mostram o franco desenvolvimento desse comércio fronteiriço, que ao se articular a espaços nacionais e estrangeiros, promoveu o incremento de novos mercados e práticas favoráveis à atuação de comerciantes e prestamistas urbanos.

Esse contexto de intensa atividade mercantil junto aos países limítrofes surge como resultante da incidência de alguns fatores estruturais que envolveram naquele momento a economia provincial, como as más condições das vias de comunicação terrestre e o aspecto rústico das produções da fronteira oeste, baseados na extração da erva-mate e na criação de *vaccuns*, que viabilizaram as relações mantidas com os espaços exteriores.

Segundo Berute (2011), a prioridade dada pelas burguesias mercantis e autoridades provinciais aos espaços atlânticos, portos como Porto Alegre e Rio Grande, passaram a mobilizar nesses mercados da fronteira oeste, a entrada de artigos e mercadorias de espaços de produção mais especializados, como França e Inglaterra. Esses países se aproveitando de comerciantes e casas de comércio, instaladas no Estado Oriental e na Confederação Argentina, dinamizaram a organização dos mercados locais, oferecendo grande concorrência aos negociantes ligados aos dois portos principais da Província.

Logo, vendidos por vultosos preços nos mercados interiores à Paróquia, essas mercadorias, que entravam por Porto Alegre tendo a participação de negociantes fluminenses, tornaram os contatos econômicos com os portos da Confederação Argentina e do Estado Oriental, mais interessante às práticas desempenhadas pelas populações e negociantes de Itaqui.

Esse conjunto de processos econômicos e relações sociais, dentro e fora da Paróquia, promoveu a articulação entre os cultivos locais e os fluxos de um comércio de cabotagem, desempenhado junto aos países limítrofes, ao deslocar as estratégias dos comerciantes e negociantes sediados em Itaqui. Esse grande afluxo mercantil criou na região um espaço econômico bastante integrado, contando com um intenso fluxo de embarcações na área e uma multiplicidade de nacionalidades envolvidas no processo de trocas.

Nesse espaço de fronteira oeste, tem-se que esse comércio praticado junto às Províncias e Departamentos vizinhos serviu justamente para neutralizar o impacto da precariedade das vias de comunicação terrestre sobre a economia da região, constituindo uma opção econômica às vilas e ajuntamentos que queriam adquirir gêneros e artigos importados a preços baixos.

As fontes concernentes aos Registros Notariais, utilizadas na pesquisa, também permitiram perceber que o comércio praticado desde Itaqui não estava limitado aos fluxos e contrafluxos de artigos, através do Rio Uruguai. A dinamização e diversificação dos espaços de exploração econômica dos comerciantes e negociantes locais, também envolveu o acesso aos capitais de bancos de grandes centros econômicos, como Buenos Aires e Montevidéu.

A presença dos chamados “caminhos antigos”, tratados por Figueiredo (2012), favoreceu trabalhar com a noção de diversificação, atribuída aos mercados ligados a Itaqui.

A obra desse autor articulada aos dados das fontes primárias ajudou a identificar e diferenciar fluxos mais específicos de bens envolvendo terras, empréstimos e créditos que se estabeleceram junto às praças de Porto Alegre, São Gabriel, Cruz Alta e Santa Maria. Desses negócios, percebeu-se que os comerciantes da Paróquia se preocupavam em manter ligações com um número ampliado de mercados, aplicando os lucros provenientes dos fluxos do comércio local em mercados mais específicos, e que exigiam um maior cabedal de recursos, como o de imóveis urbanos.

Esses novos fluxos, complementando a versão de autores como Colvero (2004) e Flores (2007), identificaram a presença de capitais e investimentos ligados a capital da Província, Porto Alegre, e um mercado de terras em cidades como São Gabriel e Santa Maria, onde os comerciantes de Itaqui, de forma independente empregavam os lucros decorrentes das atividades mercantis, atestando a capacidade de enriquecimento dos comerciantes fronteiriços.

Esse comércio de caráter local, ao se articular aos interesses de bancos e associações, em sua maioria estrangeiras, favoreceu a concentração de riquezas e lucros nas mãos dos poucos agentes e grupos capazes de manter capitais para participar desses circuitos, salientando uma segmentação existente nesses mercados limítrofes, entre um pequeno comércio executado em lojas e vendas, de caráter fixo, e outro mais específico, e com maior capacidade para atingir mercados mais distantes, praticado por negociantes.

No que se refere à organização das ligações econômicas com outras regiões da Província, os registros notariais foram um complemento às informações das *Ações Ordinárias Cíveis e Crime* e dos *Inventários Post-Mortem*, permitindo uma visão mais ampla acerca dos mercados, ramos e setores de comercialização praticados na Paróquia e que ganharam os espaços externos.

As informações contidas nas *Ações Ordinárias Cível e Crime* e *Inventários Post-Mortem* identificaram um comércio de concepção local, formado por estabelecimentos de comerciantes nacionais e estrangeiros que se dedicavam ao comércio de artigos e gêneros de toda a espécie, onde vários negociantes exerciam simultaneamente atividades de varejo e atacado.

Concomitantemente aos fluxos desses artigos, se desenvolviam mercados que exigiam um maior capital, complementando a organização do ambiente econômico local, envolvendo geralmente a comercialização de bens de menor capacidade de liquidez como terras, escravos e bens urbanos, identificados nos Registros Notariais do Tabelionato de Itaqui.

Por seu caráter de menor liquidez e maior tempo necessário para manter seus fluxos, esse comércio envolvendo terras, bens urbanos e propriedades rurais, ficava restrito a atuação de grandes negociantes, que se distinguiam dos proprietários de vendas e lojas pelo caráter mais restrito e concentrado de seus fluxos.

A articulação de fontes de natureza diversa, tratando sobre a organização desses pequenos e grandes mercados de artigos, também permitiu perceber a proximidade e interação existente entre as atividades de comerciantes, negociantes, prestamistas e creditistas, atuando em fluxos econômicos que se mantém graças às estratégias particulares empregadas pelos agentes para participar dos mercados locais.

As várias ligações e práticas que se desenvolveram nesses espaços mercantis, quando ligados a Itaqui, promoveram a organização de um sistema de portos na região, principais e secundários, que favoreceram a importação e exportação de bens e artigos a menores preços favorecendo as populações locais, onde se destaca Salto como porta de entrada ligada ao circuito Atlântico.

Essas ligações também foram importantes para promover a ascensão de negociantes locais, apoiados no desenvolvimento de mercados de exportação de erva-mate, charque e couros destinados em sua maioria ao Departamento de Salto, e a Província de Entre Ríos. Os fluxos ligados a esses espaços renderam a Constitución e Federación o papel de principal destino dos gêneros primários que saíam desde o porto de Itaqui.

Esses portos, muitos se caracterizando por sua propensão à ilicitude, renderam aos negociantes locais um maior sucesso, em suas práticas e estratégias, ao intermediar o acesso a artigos e gêneros manufaturados as populações limítrofes e do interior da Província de Entre Ríos. O grande número de consumidores e a crescente demanda de mercadorias importadas tornaram esses mercados, de interesse imprescindível às companhias estrangeiras, associações e grandes negociantes que objetivavam proliferar suas ramificações nesses novos espaços econômicos.

A historiografia argentina e uruguaia com Abadie (2000), Grimson (2003), Schmit (2008) e Romero (2012), articulada com autores nacionais como Cervo (1981), Souza e Prado (2004) e Figueiredo (2012) se tornou determinante para a caracterização dos variados aspectos referentes à organização desses mercados regionais e locais.

Considerando esses autores e uma variada tipologia de fontes, percebemos que Itaqui a partir da abertura do porto, em 1854, permitiu o pleno acesso e desenvolvimento de mercados de produção, consumo, entrada e saída de bens, em um complexo sistema de variadas atividades econômicas.

Em Itaqui, grande parte dessas trocas regionais, contando com os fluxos de erva-mate, couros e charque, promoveram a atração de populações diversas como franceses, italianos e alemães, que passam a fazer parte da maioria das atividades mercantis e de prestação de serviços ligadas à Paróquia e que se prolongam ao longo da região de fronteira oeste.

Na região, os fluxos também contaram com a atuação de populações limítrofes de saltinos, correntinos e entrerrianos, que exerceiram papel determinante no desenvolvimento desses fluxos regionais de comércio, desenvolvendo atividades de fornecedores, prestamistas ou comerciantes, ligados direta ou indiretamente a vendas, lojas e grandes negócios desenvolvidos entre as cidades localizadas na região.

Nesse contexto de intensas trocas mercantis se destacaram famílias e personagens como a família Rodrigues, a família Vepo, Jorge Tripowich e Emigdio Bonorino, entre outros, como aqueles agentes que conseguiram atuar nos dois espaços, interno e externo à Paróquia, multiplicando suas estratégias de reprodução econômica, a partir da diversificação de suas atividades nas Casas de Negócio locais.

Em vários momentos, a identificação desses fluxos através do Rio Uruguai permitiu descrever a formação de grupos com características distintas. As associações e companhias, ligadas aos mercados de Salto, no Estado Oriental, se utilizavam de portos como Itaqui para disputar mercados com comerciantes ingleses instalados em Montevidéu e Buenos Aires. Assim procedeu a atuação da Conceição & Cia., de Montevidéu, que se utilizava de mediadores, como Manoel Marenco, para participar dos mercados de terra na Província, e de forma mais específica em Itaqui.

Outra característica desses fluxos está relacionada à atuação de brasileiros e estrangeiros nos sistemas de transporte de artigos, onde a diferença tecnológica e cultural entre as diversas nacionalidades que disputavam parcela de mercado na área privilegiou os estrangeiros emigrados que atuavam na intermediação dos fluxos.

Os estrangeiros ligados ao Estado Oriental e os italianos residentes na região promoveram nesses mercados a introdução de novas práticas, tecnologias e capitais, resultando na ampliação dos lucros dos respectivos grupos mercantis. Os agentes que mais se destacaram nesses espaços mantinham-se segundo o fluxo de escunas e vapores, ligados em geral a espaços como Salto, acumulando a maior parcela dos fluxos de comércio na área.

Os brasileiros contando com tecnologias rudimentares e pequenos capitais para participar desses mercados, ligando-se em geral com a Província de Corrientes, no litoral argentino, baseavam suas atividades nos fluxos de chalupas, lanchões e palhabotes, diferenciando suas atividades das mantidas pelos grandes grupos, pela menor capacidade de

recursos de que dispunham. Esses agentes em muitos casos seriam eliminados dos fluxos, caracterizando a existência de um ambiente bastante disputado pelos agentes.

Essas relações mercantis se mantinham através de práticas de clientela, laços de compadrio e relações de vizinhança que se constituíam como aspectos organizadores principais das relações econômicas ligadas à Paróquia, persistindo desde praças como Montevidéu, e se personificando na atuação de negociantes como Emigdio Bonorino. Esse descendente de italianos, tenente da Guarda Nacional, fármaco e juiz de Órfãos e ausentes, personificou uma das trajetórias de maior sucesso nessa sociedade, onde adquirindo capitais em Buenos Aires, passou a participar dos sistemas de concessão de crédito no interior da Paróquia.

Além de fomentar empréstimos, Bonorino conseguiu adquirir bens e instrumentos que lhe renderam a articulação em um dos ramos mais auspiciosos dessa economia, mais precisamente uma chalana, embarcação que articulando os contatos com os espaços da Confederação Argentina, auferiu ao seu proprietário posição relevante nessa sociedade.

A projeção econômica de Bonorino se estabeleceu ao longo dos *Inventários Post-Mortem, Ações Ordinárias Cível e Crime* e Registros do Tabelionato de Itaqui, onde esse agente se apresentava concedendo créditos e empréstimos, intermediando negócios de estrangeiros na localidade, testemunhando em juízo e também registrando muitas pessoas, já que exercia as funções de Juiz de Órfãos e Ausentes.

Têm-se ao longo dos registros do tabelionato local que dominava duas línguas, o espanhol e o italiano, o que ampliava sua capacidade de manter ligações nesses espaços, já que figurava junto aos estrangeiros como um meio de interação, articulação dos interesses desses grupos no espaço da Paróquia.

Logo, contando com essa série de elementos, Bonorino conseguiu se projetar ao longo dos Registros Paroquiais de Batismos de Itaqui, como um dos integrantes do que passamos a denominar de elite local. Sem ter grandes posses econômicas, os tradicionais recursos em terras, escravos ou gados, mesmo assim esse agente e sua família conseguiram manter um número ampliado de relações na sociedade de Itaqui, igualando-se ao longo do conjunto de batismos trabalhados, ao número de batismos mantidos por famílias de relevância econômica na localidade e na região de fronteira, como os Fernandes Lima, os Rodrigues Lima, os Loureiro e os Belmonte.

Assim, apoiando-se em trabalhos que discutem as práticas simbólicas e a capacidade ampliada de grupos e agentes de mobilizar o maior número de ligações em um espaço, temática trabalhada por autores como **Barbosa**, percebemos que Bonorino conseguiu grande

visibilidade social se comparada sua atuação a outros ajuntamentos sociais que exerciam o papel de elite na dinâmica local.

Assim, a partir dos registros paroquiais de batismos da Paróquia, entre 116 batismos concernentes aos anos de 1859 e 1870, 67,9% dos registros faziam alguma referência a essas famílias tidas como representantes da elite local, descrita em autores como Paniagua (2012) e Figueiredo (2012), ocupando cargos e posições de grande predominância no espaço local, deixando apenas 32,1% dos registros para as demais famílias e agentes na área. Logo, essas famílias e agentes conseguiam ampliar a cada momento ligações e oportunidade de efetivar negócios rentáveis, participação política, ou mesmo o acesso a recursos nesses espaços.

Conseguindo manter um maior número de ligações na área, considerando os registros de batismos, essas famílias conseguiam se destacar também no aspecto simbólico, onde tivemos os Bonorino, aparecendo em 12% da amostra, batizando brasileiros e estrangeiros, escravos e livres, estratégia que lhes permitiu se equiparar a famílias de relevância como os Rodrigues Lima nos autos, aparecendo em 18 batismos, ou seja, 15,5% da amostra.

A participação da família Bonorino nos autos permitiu analisar sua posição diante de outros membros que caracterizavam as práticas de uma elite econômica e política, com grande destaque no ambiente local, as famílias Fernandes Lima e os Loureiro. Esses respectivamente apareceram no espaço local com 16 e 31 batismos no conjunto total dos dados, ou seja, 13,7% e 26,7% dos registros, posição bem próxima a ocupada por Bonorino.

Logo, a partir desses dados referentes à família Bonorino e outras famílias de destaque na área, percebe-se que dispor de recursos econômicos não era uma prerrogativa para exercer posição de destaque nesse espaço local. A família Bonorino, ainda que possuindo apenas a botica união, e algumas casas na cidade, recursos bastante limitados se comparado aos infindáveis recursos em terras, gados e escravos da família Fernandes Lima, por exemplo.

Logo se conjugando aspectos demográficos, sociais e econômicos ocorre nesses espaços locais à proliferação das atividades comerciais e a capacidade de seus promotores, contando com a participação relevante das populações e fluxos ligados aos espaços limítrofes, onde Corrientes, Entre Ríos, Buenos Aires, Salto e Montevidéu, passam a se salientar e se articular aos fluxos mercantis mantidos desde a Paróquia, a partir das atividades de negociantes, comerciantes e prestamistas como Emigdio Bonorino.

A introdução de novas tecnologias de transportes, como o vapor³⁰⁷, também colaboraram para provocar a reorganização desses mercados, em função dos capitais

³⁰⁷ Listas de Alfândega. Mesa de Rendas de Itaqui. Dezembro de 1860 a maio de 1861. AHERGS. Porto Alegre.

financeiros externos que passam a fazer parte dos vários ramos de negócios citados por Schmit (2008).

Nesse espaço a presença das ligações fluviais entre os principais portos regionais e locais, o grande número de estrangeiros, e o desenvolvimento de um sistema de produção especializada de gêneros como os couros curtidos, chalanás e palhabotes, permitiu a integração das atividades de curtumes, estabelecimentos de beneficiamento de erva-mate, e fabricação de embarcações nos fluxos regionais de comércio, salientando a posição de Itaqui como entreposto comercial e centro de produção de artigos transformados.

A presença dessas diversas especializações promoveu juntamente com o comércio de erva-mate, couros, sebo e charque, a ampliação de capitais circulando ao longo do Rio da Prata e seus afluentes, auferindo condições para o incremento dos mercados de manufaturados, itens determinantes para promover o desenvolvimento de cidades como Itaqui e seu setor comercial.

Autores como Foleto (2003), Colvero (2004) e Flores (2007), quando tratam dos fluxos desse comércio realizado na região de fronteira oeste apontam para a rusticidade desses mercados e a dificuldade de acesso aos seus produtos. Essa característica reorientou as atividades em direção aos territórios da Confederação Argentina e do Estado Oriental, que em meados do século XIX, apresentavam alíquotas fiscais e tarifas aduaneiras mais propícias aos interesses dos setores mercantis e aos promotores dos fluxos de mercadorias que entravam através do porto de Itaqui.

Os vários mercados formados entre esses espaços limítrofes, baseados no comércio de artigos vendidos a preços menores e em pequenas quantidades resultou em uma maior integração entre as populações de ambos os lados do Rio Uruguai.

Outra característica desse intenso movimento mercantil praticado entre cidades próximas é sua capacidade de mobilizar a formação de ligações múltiplas entre setores e ramos econômicos diversos, contribuindo para integrar a região aos interesses do capital usurário integrante do mercado de terras e propriedades urbanas.

Nesse contexto a articulação entre atividades de criação e de comércio, introduzindo couros, graxas, crinas e charque as atividades dos estabelecimentos da localidade, se integrando aos fluxos de capitais vindos do exterior, financiou a atuação de muitas casas de negócios, contando com a participação de intermediadores como Manoel Marenco que passam a se articular aos fluxos do comércio local.

Nesses espaços, o desenvolvimento dos meios de transporte a vapor, ampliou a circulação de capitais, além dos fluxos de homens e mercadorias entre os mercados, fenômeno

apontado em autores como Hobsbawm (1977)³⁰⁸, como propulsor do desenvolvimento de muitas regiões. Em Itaqui acontece um contexto semelhante, onde predominavam escunas e vapores, por onde circulam mercadorias atendendo Restauración, Monte Caseros, Federación, Constitución, em pequenos e grandes fluxos.

A presença de capitais financeiros, ligados a bancos de grandes centros como Buenos Aires, permitiu a integração entre os espaços exteriores e os territórios do Império do Brasil, a partir de relações diretas e indiretas mantidas com portos das Províncias de Entre Ríos e Corrientes, e o Departamento oriental de Salto.

Desses movimentos integrando os vários Estados se proliferaram as práticas ligadas às associações Conceição & Cia., de Montevidéu, a Associação Freitas & Cia. de Entre Ríos, a Associação Dias de Freitas de Salto, e a Associação Agostinho Silveira & Cia., de Concórdia. Também se destacaram a Kasten & Cia., Comas & Irmãos, Almeida & Silveira, que efetivando as relações no espaço regional de fronteira oeste, envolvendo Uruguaiana e os fluxos desde Itaqui introduziram muitas mercadorias e capitais nesses mercados. Pelo número ampliado de associações disputando mercados percebe-se um espaço formado por vários agentes e companhias que dispunham de capitais para manter fluxos de comércio na área, colaborando para a dinamização das atividades do comércio das cidades fronteiriças.

Logo, a posição de Itaqui, limítrofe ao Rio Uruguai, integrando o espaço platino, promoveu uma maior dedicação da cidade-porto a economia regional, onde os fluxos de bens, artigos e embarcações entre os países próximos se articulavam as atividades de bancos, companhias importadoras e exportadoras e a migração de populações europeias, ampliando as capacidades dos grupos mercantis, dentro e fora da Paróquia.

Itaqui, nesse ampliado contexto mercantil, se constituía em uma nova opção econômica as tradicionais rotas, onde predominavam capitais ingleses, espanhóis e franceses quando considerada a atividade de comércio.

O predomínio da legislação de liberação do comércio fluvial ao longo do Rio Uruguai, o fim dos monopólios de comercialização ao longo do território concedido as burguesias de Buenos Aires, o desenvolvimento da navegação de cabotagem na área, a presença de várias nacionalidades e interesses privados nesse espaço, contribuíram para o predomínio dos fluxos mantidos junto aos mercados secundários, onde se destacam portos

³⁰⁸ Para Hobsbawm (1998)³⁰⁸ se segue um processo de modernização que se estabelece em amplitude global, graças a introdução da navegação a vapor, diminuindo distâncias, possibilitando uma maior demanda de alimentos e manufaturados para as populações crescentes das cidades.

como a Constitución, que no período de análise abarcou quase a totalidade dos gêneros saídos desde Itaqui.

Nesses fluxos, se destacaram negociantes orientais, correntinos, entrerrianos, europeus, europeus residentes e brasileiros (populações de Itaqui e região circunvizinha), que ajudaram a delimitar a presença dos dois mercados principais nessa região, Constitución e Federación.

O primeiro, ligado ao Departamento de Salto, no Estado Oriental, se destacou pela grande amplitude, em produtos e negociações de gêneros, identificando também o maior número de companhias de comércio atuando ligadas a esse mercado de entrada e saída, muitas vezes ilícitas, de mercadorias.

A esse mercado se ligavam as famílias Veppo e Rodrigues, que se destacaram ao longo das atividades de transporte de artigos entre os vários portos da área e Antônio Eugênio de Freitas Guimarães, saltino, que introduziu a maior inovação nesses mercados, o vapor Uruguai.

O porto da Federación, na Província de Entre Ríos, foi outro mercado consumidor que se destacou quando ligado a Itaqui, por identificar o maior número de indivíduos atuando de forma independente nos fluxos de comércio. Em geral, seus negócios envolviam o interesse de pequenos negociantes brasileiros, demandando erva-mate e couros diversos, atividades rudimentares de transporte de artigos e gêneros da terra.

Esses mercados ligados a Entre Ríos constituíam o que chamamos de mercados locais, áreas como Monte Caseros, Restauración e Concórdia que mantinham pequenos fluxos de itens, nas mãos de negociantes que se utilizando de chalanas, palhadotes e lanchões mantinham os contatos e ligações econômicas com mercados como Cruz, a frente de Itaqui.

A análise desses fluxos tornou-se vital para analisar o comércio praticado desde Itaqui, ao proporcionar a identificação nominal de comerciantes e negociantes que se destacaram nesses circuitos econômicos regionais, integrando os fluxos do Rio Uruguai ao mercado interno praticado na Província.

Emigdio Bonorino, a família Rodrigues (correntinos), os italianos residentes da família Canepa, José Marcenaro e Luis Tripovich foram agentes que ajudaram a salientar o caráter de articulação que se estabeleceu entre os mercados internos e externos de artigos, envolvendo os fluxos de bens de luxo, têxteis e vinhos, comercializados em lojas e vendas no interior da Paróquia.

Nesses espaços as ligações familiares, os laços de vizinhança, as relações clientelares ou meramente econômicas seguindo trabalhos de autores como Schmit (2008) permitiram

uma flexibilização dessa fronteira, ampliando as ligações com as Províncias do interior argentino e Departamentos do Estado Oriental, a base do comércio de itens como tabaco e erva-mate e um contra-fluxo de manufaturados.

No espaço interno da Paróquia, as ligações com o Prata promoveram a introdução de uma grande diversidade de bens e artigos nesses mercados, envolvendo desde instrumentos de trabalho como as mesas de picar fumo e os moinhos de café, que se destacaram no inventário de José Antônio Figueira³⁰⁹ itens que não teriam origem no espaço local.

Os serviços de prestamistas, transportadores, carreteiros e fornecedores também surgiram dessa ampliação dos espaços mercantis, oferecendo novas opções para as populações de brasileiros, europeus e populações limítrofes que circulavam na área.

Da atuação desses atores surgiu a articulação entre pequenos e grandes negócios, constituindo os setores de varejo e atacado, e os ramos de produção, beneficiamento e transporte de itens que dinamizaram os mercados locais.

Da presença desses setores e ramos de atividades desempenhando negócios ao longo do Rio Uruguai, os grandes comerciantes em vendas dedicadas a secos e molhados e as lojas de têxteis, aviamentos, instrumentos de trabalho, conseguiam acessar os vários mercados de distribuição de bens e artigos, resultando na ampliação do campo de atuação de cada estabelecimento de negócio, que passaram a usufruir de estoques cada vez mais ampliados.

Esse ambiente de dependência, entre relações verticais e horizontais envolvendo pequenos e grandes negócios, segue o descrito por autores como Ayrolo (2010) quando apresenta a realidade de *La Rioja*, localizada na região da Campanha Argentina da segunda metade do século XIX. Segundo a autora, a atuação dos *pulperos* permitiu a proliferação de uma série de relações que envolviam laços de parentesco, solidariedade comunitária, intercâmbios e favores recíprocos.

Em Itaqui, semelhante à realidade descrita pela autora através do cotidiano nos *pulperos*, vendas e lojas se destacaram como os meios mais efetivos de perpetuar as ligações entre pequenos e grandes negociantes. Nesse contexto, as dívidas ativas e passivas mantidas entre os proprietários de estabelecimentos de varejo e grandes casas do comércio atacadista, nacionais e estrangeiras, mantinham um sistema de créditos e empréstimos necessários para a manutenção de suas atividades.

A interação entre atividades de crédito e o setor mercantil ajudou a diversificar estoques e mostruários ligados ao comércio direto de itens, em vendas e lojas, garantindo às

³⁰⁹ IPM. APERGS. Porto Alegre. Auto: 186. Maço: 7. Ano: 1870

famílias mais abastadas da área a oferta de artigos e produtos, que tinham a função de garantir a posição simbólica de alguns grupos.

Logo a intensa demanda pelos produtos e artigos nesses mercados locais, muito em função desses contatos entre grupos distintos, permitiu a ampliação da capacidade de alguns grupos e agentes e a projeção de seus recursos a outros mercados mais específicos e que exigiam um maior cabedal, ligado a terras, gados e prédios urbanos.

Os maiores e mais destacados negociantes de Itaqui, salientam uma característica proposta por Pedreira (1992) ao tratar desse setor da economia a partir da dinâmica portuguesa. Os homens ligados aos grandes capitais tinham a capacidade de articular grandes rotas de comercialização de artigos, além de executar as tradicionais atividades de especulação, permitindo a interlocução dos fluxos entre áreas dispersas e distantes, como fizeram Emigdio Bonorino e Manoel Marenco, nos contatos mantidos com Buenos Aires e Salto.

Nesse contexto fronteiriço, a diversificação de atividades tornou-se uma necessidade a quem quisesse se destacar, promovendo meios mais favoráveis ao sustento dos agentes através do exercício do comércio e da prestação de serviços. As características ligadas aos grupos de negociantes envolviam a variação dos espaços atendidos pelos fluxos, a forma de atuação dos agentes (prestamistas individuais ou ligados a associações), a diversidade de produtos comercializados ou a quantidade de capitais empregados para a aquisição de bens e mercadorias.

No ambiente interno da Paróquia, quem melhor atendeu a prerrogativa de diversificação de atividades foram as lojas, caracterizadas pela manutenção de atividades especializadas, ligadas geralmente a têxteis e roupas feitas, esses estabelecimentos atendiam um público mais seletivo, portanto um número menor de clientes e ligações ao longo de suas atividades, resultando em pouca visibilidade a seus proprietários.

Ao contrário das vendas, onde a diversificação dos artigos à disposição dos consumidores, vendidos a quantidades e preços menores, resultou em uma consequente ampliação das ligações de seus proprietários em caráter local, concedendo uma melhor visibilidade social a esses agentes, onde se pode destacar dentre muitos, a “botica União” de Emigdio Bonorino, onde se comercializava de tudo, remédios, roupas e créditos.

Alguns comerciantes conseguiram inclusive proliferar suas atividades a outros setores e ramos, adquirindo propriedades de criação e prédios urbanos, fluxos antes limitados a certos grupos de estancieiros, militares e negociantes de maior cabedal econômico. Na

efetivação das ligações essas vendas, tendo uma maior capacidade de manter dívidas ativas, aumentaram o campo de atuação de seus agenciadores nos mercados.

Assim, casas e estabelecimentos de comércio como a do italiano, João Rivaldo e do português José Antônio Figueira mantinham uma maior visibilidade, e, portanto maior número de contatos na área, do que os agentes atacadistas ligados ao transporte de erva-mate, ou mesmo, grandes estabelecimentos de molhados, como, o de propriedade do italiano, Paulo Moura.

Esses agentes estavam limitados, mesmo praticando um grande comércio e possuindo grandes recursos econômicos, a atuar de forma limitada nos campos sociais e políticos quando pensada a realidade de Itaqui, não tendo a mesma projeção nos vários autos de agentes que seguiram a prerrogativa de diversificação de atividades.

Objetivando destacar a diversidade desse comércio, José Antonio Figueira³¹⁰, comerciante português, se constituiu em um personagem favorável para discutir o perfil do ambiente mercantil local, pois se utilizava de estratégias que envolviam a venda direta ao consumidor final, destacada na presença de pequenas dívidas, garantindo também o fornecimento de gêneros aos comerciantes varejistas.

Seus artigos envolviam: secos, molhados, fazendas, artigos de armário, têxteis, entre outros, resultando em uma ampliação de ligações desde sua casa de negócio e os fluxos e ligações mantidos com comerciantes estrangeiros³¹¹, sendo 2 franceses e 2 italianos, além dos nacionais, registrados nos autos.

Sua posição no mercado efetiva-se graças à diversidade de atividades que conseguia manter, envolvendo gêneros de alimentação, perfumes, cosméticos, prataria, utensílios domésticos, e gêneros de armário, geralmente comercializados em grandes quantidades, tendo como destino outras casas de comércio.

João Rivaldo, italiano, também comercializava a partir da atuação em uma venda, que se destacava pela diversidade de artigos que mantinha em seus mostruários e estoques. Foram localizados em torno de 846 itens divididos entre roupas feitas, aviamentos,

³¹⁰ Ver Inventários Post-Mortem. APERGS. Porto Alegre. auto: 186, maço: 6, ano: 1870.

³¹¹ A descrição de alguns agentes, localizados nos Inventários *Post-Mortem*, permitira a identificação das atividades de um comércio atacadista, a formação de sistemas de créditos e empréstimos, nas mãos de comerciantes estrangeiros. As fontes referentes ao Tabelionato de Itaqui se limitaram a descrição de Negociantes nacionais que se limitavam as atividades que exigiam um maior capital, envolvendo o comércio de terras e imóveis urbanos, e um comércio de menor monta, identificado ao longo dos autos jurídicos e administrativos, IPM e AOCC.

máquinas, instrumentos de trabalho, gêneros da terra, artigos de armário e mobiliário entre outros, sendo um dos mais destacados estabelecimentos locais.

A presença de atividades de capacidades diferenciadas permitiu segmentar dois setores que se distinguiam nesse espaço local de comércio, apontando para a existência em Itaqui de atividades que possibilitaram emancipar a vila da dependência econômica das cidades vizinhas, um mercado dinâmico, que já contava com a presença de capitais financeiros internacionais.

Apoiando-se na descrição de autores como Pedreira (1992), Silva (2005) e Berute (2011), identificamos Itaqui integrando um espaço favorável para a reprodução dos grandes capitais de grandes companhias de comércio e negociantes que individualmente, se destacaram nos fluxos de comercialização de determinados bens como terras, escravos e prédios urbanos.

A proliferação de itens nesses mercados locais ganhou novo impulso ao introduzir recursos da criação aos fluxos mercantis, levando a reorganização das atividades do comércio interno praticado no interior da Paróquia. Os novos e ampliados negócios passaram a envolver a atuação de prestamistas/negociantes, agentes ligados à intermediação entre os mercados, que favoreceram a introdução de capitais estrangeiros e a formação de outro mercado, agora envolvendo terras, constituindo outro fluxo do circuito regional de comércio.

Outra característica desses fluxos refere-se à impossibilidade de estabelecer uma diferenciação entre as principais casas comerciais, envolvendo funções e ramos de comercialização de itens, um padrão para as atividades, pela identificação de estabelecimentos onde predominavam pequenas e grandes quantidades comercializáveis de artigos de variados preços e espécies. A execução de um comércio por grosso e a retalhos pelos agentes mercantis, simultaneamente, muitas vezes, classificava os agentes, atuando em ambos os setores de atividades, compreendendo tanto o varejo quanto o atacado.

A presença de atividades dedicadas ao consumidor final pela relação proposta pelos autos envolvia faixas entre 0 a 50\$, formadas por pequenas quantidades comercializadas de gêneros nas vendas, predominando um grande número de dívidas ativas. Logo, na faixa que variava de 0 a 50\$ os valores referiam-se a compra de alimentos, roupas, tecidos, ou instrumentos de trabalho.

Faixas intermediárias, de 50\$ a 100\$ réis, predominavam em dívidas passivas, salientando ligações entre comerciantes e negociantes, mantidas através de empréstimos e créditos, envolvendo pequenos e grandes negócios. A faixa de 50\$ a 100\$ réis referia-se

aqueles que buscavam gêneros, em geral têxteis como algodão, brim, riscado para seus estabelecimentos comerciais.

E finalmente, superando a faixa dos 100\$, o mercado se restringe em geral em atividades ligadas a creditistas, prestamistas, e também negociantes de terras, gados ou propriedades urbanas, criando circuitos exclusivos de comércio ligados as principais famílias e grupos da Paróquia.

Desses mercados mais seletos, de maior cabedal, também surgiram práticas complexas, como os arrendamentos. Nesses mercados ocorriam grandes investimentos, em geral para adquirir ou negociar gêneros e bens contratados por um período determinado. Assim ocorreu, em 1877, quando Antonio Lopes Loureiro arrendou ao capitão Manoel José Pires, 569 touros a “mil réis”, cada um, por um período de 8 anos. Além disso, 2590 rezes de criar por “500 mil réis” cada, o que lhe rendeu cerca de 8 contos, seiscentos e oitenta mil réis, no final do contrato.

Ainda identificou-se ligado a esse ramo de negócio, ligado aos arrendamentos, a atuação de Maria do Amaral Cordova junto a Manoel Francisco da Silva, efetivando um arrendamento de 4 anos de 200 reses de criar, tendo um ganho de 708\$000 réis no final do período contratado. O exercício da atividade mercantil mobilizou os bens e recursos das famílias e grupos mais importantes, que viam na atividade mercantil uma oportunidade de acumular mais recursos sem perder seus bens e riquezas.

Sendo marcada pela diversidade, as práticas mercantis alicerçaram a ascensão de novos grupos e novas prerrogativas de poder, apontando para existência de elementos que muitos autores já sugeriram envolvendo um comércio orientado a garantir a seus promotores consideráveis lucros.

Segundo autores como Colvero (2004) e Reckziegel (1999) o desenvolvimento da atividade mercantil permitiu aos comerciantes fronteiriços ocupar postos antes reservados a uma elite de grandes proprietários e chefes militares. Para descrever essa particularidade dos elementos que constituem esses mercados, recorremos aos dados dos Inventários *Post-Mortem*, Registros Notariais e alguns inventários, para descrever o ambiente de atuação de comerciantes e negociantes.

Não só agentes individualmente integraram esses fluxos, companhias e associação se multiplicavam interligando os vários espaços, o que permitiu salientar a ascensão de novos grupos que se aproveitavam desse caráter integracionista da fronteira proposto por Reckziegel (1999) para arregimentar novas e dinâmicas formas de sobrevivência. Assim se dava a atuação de negociantes como Manoel Marenco e Emigdio Bonorino.

Nesse ambiente de intensas transformações políticas e econômicas, os principais agentes mercantis incrementaram mecanismos favoráveis a ampliação de seus negócios, a reprodução de recursos econômicos e suas posições simbólicas, conseguindo ampliar o grau de reconhecimento público e social, como identificado na atuação das famílias Bonorino e Marenco.

Quanto aos Bonorino, o número ampliado de membros dessa família, garantiu ao conjunto uma posição de destaque diante dos variados grupos nessa sociedade de fronteira, principalmente ligado ao número de funções que a família desempenhava ao longo desses mercados locais.

Foram registradas as atividades de tradutor, negociante prestamista, creditista e fármaco, além de postos de tenente e juiz de órfãos e ausentes no rol de atividades ligadas aos membros da família, conferindo a esse grupo posição de destaque no espaço da Paróquia. Vale lembrar que Emigdio Bonorino mantinha ligações com bancos de Buenos Aires e executava fluxos, através de uma embarcação, chalupa, que atuava nos mercados limítrofes a Itaqui.

A atuação dos Bonorino permitiu identificar o quanto a família, vista como conjunto era importante no universo social que se mantinha na Paróquia e na região ao longo do século XIX. Assim como o proposto por Gil (2009) cabia ao conjunto manter a visibilidade no espaço local, objetivando o reconhecimento público, que no caso dos Bonorino se mostrou mais importante do que os recursos econômicos.

Nos inventários ligados a esta família não eram muitas as suas posses ou recursos materiais, porém nos Registros de Batismos em comparado com outras famílias na área, sua posição se equiparava a de famílias tradicionais como os Loureiro, Rodrigues Lima ou Fernandes Lima³¹².

³¹² A participação da família Bonorino, e especificamente de Emigdio Bonorino nos autos, revelou uma nova noção de elite que passamos a considerar para tratar a dinâmica de Itaqui, entre 1850 e 1870. A atuação desse grupo, identificada na presença de seus vários membros em uma ampla variedade de fontes, administrativas, jurídicas e religiosas, apontam que para fazer-se elite na segunda metade do século XIX, na região de fronteira, era preciso a aquisição de novos conhecimentos e o desempenhar de novas estratégias, como fizeram os Bonorino. Como tradutores, comerciantes, creditistas e prestamistas, seus membros mantinham um grande número de alianças materiais e simbólicas, o que permitiu esse conjunto se equiparar a famílias de elite de Itaqui, como os Fernandes Lima e os Rodrigues Lima. A partir dos Registros de Batismos da Paróquia, entre 116 batismos os Bonorino, apareceram em 12% da amostra, batizando brasileiros e estrangeiros, escravos e livres, se equiparando aos Rodrigues Lima que apareceram em 18 batismos, ou seja, 15,5% da amostra, aos Fernandes Lima, com 16 batismos e 13,7% da amostra e os Loureiro que apareceram em 26,7% da amostra com 31 batismos. Do total essas famílias pertencentes à elite local, acumularam 67,9% dos batismos, deixando apenas 32,1% para as demais famílias e agentes da área. Essas famílias dispunham de recursos como terras, gados, escravos, artigos diversos e em nosso caso, tratando dos Bonorino, conhecimento, que lhes concedia certo cabedal social, poder simbólico. Paniagua (2012) e Figueiredo (2012) salientam que em Itaqui, famílias como Fernandes Lima e Rodrigues Lima, Loureiro e Belmonte através da posse de postos militares, terras, gados e

Logo, era variado o campo de atuação dessa família envolvendo a manutenção de sistemas de créditos, empréstimos no espaço local e no exterior. Atuavam também na tradução de documentos, na intermediação de negócio envolvendo terras, compra de embarcações e venda de bens urbanos, o que lhes diferenciava de outros comerciantes limitados à compra e venda de gêneros e artigos ou os fornecedores de artigos estrangeiros em grande quantidade.

Os antigos núcleos de poder político formado por famílias como a Fernandes Lima, e suas práticas e estratégias de manutenção e reprodução de fluxos, envolvendo compra e venda de propriedades rurais, prédios urbanos e ocupação de cargos públicos ajudaram a verificar a posição ocupada pelos Bonorino na área, onde a variação de seus negócios levou a equiparação de seu papel ao de famílias mais prestigiadas no aspecto local.

Quando Martins citada em Fragoso (2007) determinou que as elites se utilizavam da manutenção de seus laços para manter suas posições nos mercados e nos ajuntamentos sociais, ligações promovidas com famílias tradicionais e enriquecidas, a análise de famílias como a Bonorino e Marenco permitiu salientar que nos mercados que se salientaram desde Itaqui, essas práticas foram utilizadas também pelos grupos de comerciantes e negociantes para promover a reorganização de seu espaço de atuação.

Outros negociantes também conseguiram se destacar nesse ambiente de intensas trocas mercantis como Silvério Piagetti, italiano, que identificado como industrial e comerciante conseguiu inclusive manter remessas monetárias à Itália, onde aplicava seus ganhos, provenientes do comércio de exportação atacadista de couros.

Suas práticas se salientaram graças aos laços familiares mantidos com a família Piagetti, a partir de sua esposa Luiza Canepa Piagetti, confirmado uma das características determinantes para a proliferação desse mercado de caráter local, a efetivação de laços com os negociantes que atuavam ao longo do Rio Uruguai, principal porta de escoamento da produção local, nesse caso de couros *in natura* ou já transformados, beneficiados em seu estabelecimento.

O estrangeiro Manoel Marenco, oriental, foi outro desses negociantes que se destacou ao longo do conjunto de relações mantidas diante do Estado Oriental e da Confederação Argentina. Esse agente, um intermediador, constantemente identificado nos mercados de

postos administrativos mantinha o domínio sobre o conjunto dessa sociedade, até que as mudanças do mundo moderno trouxessem novas populações, tecnologias, conhecimentos e formas de manifestação de poder. Vale lembrar que Bonorino, atendendo a prerrogativa de diversificação das atividades mercantis também desempenhava atividade nos fluxos através do Rio Uruguai, onde adquiriu uma chalupa. Alguns documentos ainda relataram que esse agente mantinha ligações com bancos de Buenos Aires de onde adquiria capitais para desempenhar as atividades de prestamista.

terras e bens urbanos, mantinha suas atividades ligadas à associação Conceição & Cia., de Montevidéu, contando com a ajuda oportuna de seu cunhado, Clemente de Chiraposu, que proporcionou o acesso de Marenco, aos capitais orientais reinvestidos no comércio de imóveis urbanos e propriedades rurais³¹³, em Itaqui.

As atuações de Marenco e Bonorino atestam a capacidade dos atores locais dedicados ao comércio de multiplicar possibilidades de enriquecimento em um ambiente de grande mobilidade demográfica e diversidade de práticas que se desenvolve a partir da presença da fronteira e da proliferação dos fluxos de comércio.

Logo, na Paróquia os empréstimos, créditos e populações vindas do Estado Oriental e da Confederação Argentina, permitiram a proliferação de um mercado bastante dinâmico formado por casas de negócios, vendas e lojas, que atuando no atacado e no varejo, desenvolveram o comércio de secos e molhados de artigos e algumas variações, a partir dos fluxos de especulação onde os bens de grandes proprietários eram mobilizados em variadas possibilidades de negócios.

A proliferação dos fluxos para o exterior, de itens como a erva-mate e os couros, *in natura* ou transformados e a presença de muitos manufaturados nesses mercados ampliou a quantidade de sujeitos que passam a se dedicar às atividades de trocas, como os estancieiros/militares, industriais e prestamistas, que integraram a dinâmica local os mercados de terras, gados, prédios urbanos, fábricas e concessão de créditos

Assim, Itaqui, nesse contexto local, a partir da dinamização da atividade mercantil provoca uma fragmentação dos espaços de poder, que passam a ser disputados por vários agentes, salientando a presença de novas opções econômicas nesses espaços de fronteira. O comércio nesse espaço se apresenta como um elemento dinamizadordo meio, permitindo a alguns agentes galgar novas posições em novos espaços sociais, políticos e econômicos.

Localizada em uma região caracterizada pela dedicação a criação, a Paróquia mostrou a partir da interpretação das informações coletadas nas fontes primárias que já podia contar com um mercado formado por vendas e lojas, que vendendo no atacado e no varejo, ampliaram a capacidade dos grupos mercantis nesses espaços limítrofes.

O caráter diversificado desse comércio, compreendendo o acesso a gêneros e artigos diversos e o exercício de estratégias específicas para se salientar em determinados espaços de exercício de poder político e econômico, ajudaram a compreender o processo de integração

³¹³ FONTE: Elaboração Própria. Registros Notariais do Tabelionato de Itaqui. APERGS. Porto Alegre. 1863-1875. LNTI 2A (1863-1870), 8B (1870-1872), 3 (1872-1875). APERGS. Porto Alegre³¹³.

que se promovia nesses espaços limítrofes ao Rio Uruguai, onde a Paróquia de São Patrício de Itaqui e a presença do porto incrementaram um comércio de variados fluxos e nichos de atividades.

5. REFERÊNCIAS

5.1 FONTES PRIMÁRIAS

5.1.1 CÍVEL E CRIME - AÇÕES ORDINÁRIAS

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é Francisco Motta, Doc. 296, Maço: 10 contra o réu José Tarragó, ano de 1878. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é Anna Ribeiro da Silva, Doc. 380 Maço: 16 contra a réu Esmeria Maria Joaquina, ano de 1849. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é Almeida e Silveira, Doc. 422, Maço: 17 contra o réu Virgilio Alípio de Figueiredo, ano de 1874. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é Belisário Fernandes Lima, Doc. 412 Maço: 17 contra o réu Veríssimo Cyrillo Souto, ano de 1870. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime de Emygdio Bonorino, Doc. 452, Maço: 18 contra a réu Paulina Dupin, ano de 1886. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é Emygdio Bonorino, Doc. 489, Maço: 20 contra o réu Barnabé Rodrigues, ano de 1898. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é Henrique Cadeac, Doc. 404, Maço: 16 contra o réu Propicio Acácio de Oliveira 1867. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é Ivo Florencio de Escovar, Doc. 408 Maço: 16 contra o réu Oliveira Antonio de Moraes, ano de 1869. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é Joaquim Rodrigues Lima, Doc. 385 Maço: 16A contra o réu Cypriano José Pereira, ano de 1861. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é Jaymes Valles & Irmão, Doc. 386 Maço: 16A contra Ricardo Ferreira Maciel, ano de 1862. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é João Batista Canepa, Doc. 392 Maço 16A contra o réu Manoel José Corrêa Braga 1864. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é João Batista Canepa, Doc. 393 Maço: 16A contra o réu Joaquim Rodrigues Lima, ano de 1864. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é João Batista Canepa, Doc. 395, Maço: 16A contra a réu Margarida da Luz, ano de 1864. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é João Batista Canepa, Doc. 396, Maço: 16A contra o réu Luiz Mathias Teixeira de Almeida, ano de 1864. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é João Batista Canepa, Doc. 394 Maço 16A contra o réu José da Luz Cunha Júnior, ano de 1864. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é João Batista Canepa, Doc. 397 Maço: 16A contra Veríssimo Cyrillo Souto, ano de 1864. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é João Batista Canepa, Doc. 398 Maço: 16A contra o réu Joaquim Pedro Barbosa, ano de 1864. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é João Cerro, Doc. 414, Maço: 17 contra João Armand Mousquere, ano de 1870. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é João Comas, Doc. 415, Maço: 17 contra o réu Emilio Comas, ano de 1870. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é João Villanova, Doc. 426, Maço: 17 contra a réu Feliciana Alves Casabuena, ano de 1876. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é Marcelino Lacroix, Doc. 399, Maço: 16A contra o réu Virgílio Alípio de Figueiredo, ano de 1864. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é Manoel Fernandes, Doc. 425, Maço: 17 contra o réu Vicente Marisco, ano de 1874. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é Manoel Marenco, Doc. 446, Maço: 18 contra a réu Prudencia Garrot, ano de 1883. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é Manoel Marenco, Doc. 449, Maço: 18 contra a réu Hyggina Lazbal de Offur, ano de 1884. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é Anacleto José Nunes, Doc. 127 Maço: 5 contra o réu Leonel Innocente Nunes, ano de 1864. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é Manoel José Correia Braga, Doc. 411 Maço: 17 contra o réu Ismael Joaquim Lopes, ano de 1869. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é Henrique Dreher, Doc. 413, Maço: 17 contra a réu Magdalena Casal de Moura, ano de 1870. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é Evaristo Teixeira do Amaral, Doc. 423 Maço: 17, contra o réu Virgílio Alípio de Figueiredo, ano de 1874. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é José Goya, Doc. 420, Maço: 17 contra o réu Virgílio Alípio de Figueiredo, ano de 1872. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é Marcelino Domingos Lacroix, Doc. 399 Maço: 16^a contra Virgílio Alípio de Figueiredo, ano de 1864. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é José Tossi, Doc. 415, Maço: 17, contra o réu Bartholomeu Gariboti, ano de 1859. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é Santiago de Angelo, Doc. 401, Maço: 14 contra o réu “O Juizo”, ano de 1887. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é Silvério Piagetti, Doc. 402, Maço: 15 contra a réu Maria Luiza Canepa Piagetti, ano de 1887. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é Paulo Moura, Doc. 389, Maço: 14 contra o réu Pedro Nigra, ano de 1887. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é Benedicto Ventura Baunilha, Doc. 393 Maço: 14 contra a réu Maria Pinto Baunilha, ano de 1887. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é José Tarragó, Doc. 1685, Maço: 41 contra o réu Marcelino Domingos Lacroix, ano de 1869. . Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é Francisco Artic, Doc. 155, Maço: 5 contra a réu Maria Anna, ano de 1868. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é Francisco Horat, Doc. 157, Maço: 5 Marcelino Domingos Lacroix, ano de 1868. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é Generoso Lopes de Almeida, Doc. 193, Maço: 6 contra a réu Laurinda Fragoso Lopes, ano de 1871. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é Henriqueta Guilhermina de Freitas, Doc. 194, Maço: 6 contra o réu Carlos Mayer, ano de 1871. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é Ignácio dos Santos Belmonte, Doc. 99, Maço: 4 contra a réu Anna Paz Belmonte, ano de 1861. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é João Borrel, Doc. 171, Maço: 6 contra o réu: Adolpho Caxaniga Bonorino, ano de 1869. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

Ações Ordinárias Cível e Crime, cujo autor é João Maria Guglielmi, Doc. 300. Maço: 10 contra o réu Antonio Guglielmi, ano de 1878. Fundo: justiça, vara: Cível e Crime. APERGS. Porto Alegre.

5.1.2 FUNDO: VARA DE ÓRFÃOS E AUSENTES - INVENTÁRIOS

Inventário de Antonio de Assumpção. Doc. 21, Maço:1. Inventariado por Maria Josepha Belmonte , no ano de 1846. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Anna Maria da Conceição. Doc. 28, Maço: 2. Inventariado por Antonio Fernandes Lima, no ano de 1849. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Anna Lopes da Silva. Doc. 60, Maço:3. Inventariado por José dos Santos Loureiro, no ano de 1856. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Alberto Rey. Doc. 83, Maço: 3. Inventariado por Bernardino Rey, no ano de 1860. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Antonio José de Oliveira. Doc. 84, Maço: 3. Inventariado por Maria da Conceição Vieira , no ano de 1860. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Anna Casabuena. Doc. 52, Maço: 2. Inventariado por Estevão Casabuena, no ano de 1855. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Anna Paz Belmonte. Doc. 99, Maço: 4. Inventariado por Belchior Paz de Almeida, no ano de 1861. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de André Antonio Candia. Doc. 93, Maço: 3. Inventariado por Leandro Antonio Ribeiro, no ano de 1861. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Antonia Dias de Freitas. Doc. 135, Maço: 5. Inventariado por José Lopes de Almeida, no ano de 1866. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Antonio de Assumpção. Doc. 21, Maço:1. Inventariado por Maria Josepha Belmonte , no ano de 1846. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Anna Ribeiro. Doc. 143, Maço: 5. Inventariado por Mariano Francisco da Silva, no ano de 1867. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Anna de Quadros Mello. Doc. 144, Maço: 5. Inventariado por Manoel Pereira do Valle, no ano de 1867. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Anna Maria da Conceição. Doc. 257, Maço: 9. Inventariado por Marcelino Domingos Lacroix, no ano de 1876. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Belisário dos Santos Loureiro. Doc. 49, Maço: 2. Inventariado por Anna Maximo da Silva, no ano de 1854. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Cezaria Fernandes. Doc. 1992, Maço: 6. Inventariado por Luiz Veppo, no ano de 1871. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Candido José de Moura. Doc. 284, Maço:10. Inventariado por Firmina Appolinaria da Conceição, no ano de 1871. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Carlos Streckert. Doc. 107, Maço: 4. Inventariado pelo Juízo, no ano de 1862. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Custódio José de Figueiredo. Doc. 146, Maço: 5. Inventariado por Prudente Alves Coelho, no ano de 1867. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Candido José Gomes. Doc. 166, Maço: 6. Inventariado por Carolina da Luz Gomes, no ano de 1869. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Caetano Diamico. Doc. 65, Maço: 3. Inventariado por João Batista Canepa, no ano de 1856. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Benedicto Belmonte. Doc. 276, Maço: 9. Inventariado por Maria Leocádia Belmonte , no ano de 1877. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Domingas Antonia San Martin . Doc. 278, Maço: 9. Inventariado por João M. San Martin, no ano de 1877. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Estevão Casabuena. Doc. 242, Maço: 8. Inventariado por Feliciana Alves Casabuena, no ano de 1875. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Francisca Antonia Ribeiro. Doc. 74, Maço: 3. Inventariado por Desidério Leguiça, no ano de 1858. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Francisco Motta. Doc. 296, Maço:10. Inventariado por José Tarragó, no ano de 1878. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Caetano Cabreira Belmonte. Doc. 305, Maço: 10. Inventariado por Innocencia Leguiça Belmonte, no ano de 1879. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Candido Marques de Souza. Doc. 147, Maço: 5. Inventariado por Belisário José de Souza, no ano de 1867. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Constância Bueno. Doc. 167, Maço: 6. Inventariado por José Mayer, no ano de 1869. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Generoso Lopes de Almeida. Doc. 193, Maço: 6. Inventariado por Laurinda Lopes Fragoso, no ano de 1871. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Gabriela Ignácio Cardoso. Doc. 251, Maço: 8. Inventariado por Romão Candido Pereira, no ano de 1875. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Henriqueta Guilhermina de Freitas. Doc. 194, Maço: 6. Inventariado por Carlos Mayer, no ano de 1871. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Henriqueta de Freitas Vieira. Doc. 325, Maço: 11. Inventariado por Maria de Almeida Antunes, no ano de 1873. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Veríssimo Cyrillo Souto. Doc. 417, Maço: 11. Inventariado por BElisário Fernandes Lima, no ano de 1870. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de José Custódio de Lima. Doc. 79, Maço: 3. Inventariado por Firmino Soares de Lima, no ano de 1859. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de João Guidol. Doc. 173, Maço: 6. Inventariado por Virginia Martins Guidol, no ano de 1869. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Jacob Heigert. Doc. 87, Maço: 3. Inventariado por Maria Anna, no ano de 1860. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de José Mariano Ribeiro. Doc. 89, Maço: 3. Inventariado por Maria Germana Dias, no ano de 1860. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de João Bonel. Doc. 171, Maço: 3. Inventariado por Adolpho Caxaniga Bonorino, no ano de 1869. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de José Coriolano de Souza Passos. Doc. 222, Maço: 7. Inventariado por Israel Coriolano de Souza Passos, no ano de 1873. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de José Lopes de Almeida. Doc. 245, Maço: 8. Inventariado por Ignácio Lopes de Almeida, no ano de 1875. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Maria Isabel Fernandes Lacroix. Doc. 413, Maço: 15. Inventariado por Rodolpho José Lacroix, no ano de 1888. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de José Lopes de Almeida. Doc. 245, Maço: 8. Inventariado por Ignácio Lopes de Almeida, no ano de 1875. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Leônidas de Almeida e Oliveira. Doc. 102, Maço: 4. Inventariado por Antonio Fernandes Lima, no ano de 1861. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Manoel Ribeiro da Silva. Doc. 19, Maço: 1. Inventariado por Anna Ribeiro da Siva, no ano de 1845. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Maria Luiza Fernandes. Doc. 130, Maço: 5. Inventariado por João Gonçalves, no ano de 1864. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Rosa Maria de Lima. Doc. 139, Maço: 5. Inventariado por Serafim Xavier de Lima, no ano de 1866. Fundo: Vara de órfãos e ausentes. APERGS. Porto Alegre.

5.1.3 CÍVEL E CRIME – INVENTÁRIOS

Inventário de Mariano Francisco da Silva, Doc. 6. Maço: 1 Fundo: justiça, Vara: Cível e Crime, inventariado por Luis Mathias F. de Almeida, ano de 1873. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Manoel Jorge Mendes Ribeiro, Doc. 8. Maço: 1 Fundo: Justiça, Vara: Cível e Crime, inventariado por Candida M. Pereira, ano de 1874. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Antonio Fernandes Lima, Doc. 240. Maço: 7, Fundo: Justiça, Vara: Cível e Crime, inventariado por João José Pinto, ano: 1873. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Egydio Barbosa Oliveira Itaquy, Doc. 243. Maço: 7, Fundo: Justiça, Vara: Cível e Crime, ano de 1874. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Maxima Rodrigues Bonorino, Doc. 288. Maço: 10, Fundo: Justiça, Vara: Cível e Crime, inventariado por Emigdio Bonorino, ano de 1877. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Francisca da Cunha Silveira, Doc. 247. Maço: 86, Fundo: Justiça, Vara: Cível e Crime, inventariada por Francisco Lopes Loureiro, ano de 1875. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Francisca de Azambuja Assumpção, Doc. 248. Maço: 8, inventariado por Felisberto dos Santos Loureiro, Fundo: Justiça, Vara: Cível e Crime, ano de 1875. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Firmino Fernandes Lima, Doc. 252. Maço: 8, inventariado por João José Nunes, Fundo: justiça, Vara: Cível e Crime, ano de 1876. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de José Maria Fontella, Doc. 246. Maço: 7, inventariado por Manoel José Gonçalves, Fundo: justiça, Vara: Cível e Crime, ano de 1874. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Manoel Francisco da Silva Marques, Doc. 239. Maço: 7, inventariado por Antônio Lopes Loureiro, Fundo: justiça, Vara: Cível e Crime, ano de 1872. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Maria Manoela Dobal, Doc. 87, Maço: 17, inventariado por Manoel Dobal, Fundo: justiça, vara: Cível e Crime, ano de 1879. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Jacob Tatsch, Doc. 433, Maço: 16, inventariado por Augusto Tatsch, Fundo: Justiça, Vara: Cível e Crime, ano de 1893. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Venâncio Pinto Carneiro, Doc. 211, Maço: 7, inventariado por Anna Maria da Silva, Fundo: justiça, Vara: Cível e Crime, ano de 1871. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de João Hilário Souto, Doc. 149, Maço: 5, inventariado por Miguel Anastácio Gonsalves, Fundo: justiça, Vara: Cível e Crime, ano de 1867. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Antônio José Gonsalves, Doc. 238, Maço: 8, inventariado por Manoel Luiz de Souza, Fundo: justiça, Vara: Cível e Crime, ano de 1875. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Francisco Antonio Pinto, Doc. 129, Maço: 5, inventariado por Maria da Conceição, Fundo: justiça, Vara: Cível e Crime, ano de 1870. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Vicente Marisco, Doc. 133, Maço: 5, inventariado por Francisco Arrue, fundo: Justiça, Vara: Cível e Crime, ano de 1865. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Francisco da Silva Rozado, Doc. 178, Maço: 5, inventariado por Manoel Francisco Barbosa, Fundo: justiça, vara: Cível e Crime, ano de 1864. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Felicidade dos Santos Coelho, Doc. 298, Maço: 10, inventariado por Sebastião Otharan, Fundo: justiça, vara: Cível e Crime, ano de 1878. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Antônio José Gonsalves Júnior, Doc. 404, Maço: 15, inventariado por Francisca Lopes Gonsalves, Fundo: justiça, vara: Cível e Crime, ano de 1888. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Bento Luiz Saldanha, Doc. 145, Maço: 5, inventariado por Manoel Pereira do Valle Fundo: justiça, vara: Cível e Crime, ano de 1867. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Maria Luiza Fernandes, Doc. 130, Maço: 5, inventariado por João Gonsalves, Fundo: justiça, vara: Cível e Crime, ano de 1864. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Luiz Peixoto do Prado, Doc. 286, Maço: 10, inventariado por “O Juizo” Fundo: justiça, vara: Cível e Crime, ano de 1877. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de João da Cruz Souza, Doc. 299, Maço: 10, inventariado por Maria Josepha Souza, Fundo: justiça, vara: Cível e Crime, ano de 1878. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de João Rivaldo, Doc. 231, Maço: 8, inventariado por Rebustiana Rivaldo Fundo: justiça, vara: Cível e Crime, ano de 1874. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de José Antônio Figueira, Doc. 186, Maço: 6, inventariado por Manoel da Costa Franco, Fundo: justiça, vara: Cível e Crime, ano de 1870. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Anna Ribeiro, Doc. 143, Maço: 5, inventariado por Mariano Francisco da Silva Fundo: justiça, vara: Cível e Crime, ano de 1867. APERGS. Porto Alegre.

Inventário de Paulo Moura, Doc. 131, Maço: 5, inventariado por Magdalena Casal de Moura, Fundo: justiça, vara: Cível e Crime, ano de 1864. APERGS. Porto Alegre.

5.1.4 LIVROS DE NOTAS DO TABELIONATO DE ITAQUI. ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

Fundo Fazenda. Livro 2A. APERGS. Porto Alegre - 1863-1870

Fundo Fazenda. Livro 8B. APERGS. Porto Alegre - 1870-1872

Fundo Fazenda. Livro 3. APERGS. Porto Alegre - 1872-1875

Fundo Fazenda. Livro 1. APERGS – Porto Alegre - 1874-1876

5.1.5 LISTAS DE ALFÂNDEGA. Mesa de Rendas de Itaqui. quadro estatístico. Relação dos passes expedidos pela Meza Gerais de Rendas de Itaqui.

Fundo: Fazenda. Mesa de rendas de Itaqui. APERGS. Porto Alegre. Dezembro de 1860

Fundo: Fazenda. Mesa de Rendas de Itaqui. APERGS. Porto Alegre. Janeiro de 1861

Fundo: Fazenda. Mesa de Rendas de Itaqui. APERGS. Porto Alegre. Fevereiro de 1861

Fundo: Fazenda. Mesa de Rendas de Itaqui. APERGS. Porto Alegre. Março de 1861

Fundo: Fazenda. Mesa de Rendas de Itaqui. APERGS. Porto Alegre. Abril de 1861

Fundo: Fazenda. Mesa de Rendas de Itaqui. APERGS. Porto Alegre. Maio de 1861

Fundo: Fazenda. Mapa demonstrativo de gêneros exportáveis pela Mesa de Rendas de Itaqui no 2º semestre de exercício 1857-1858. Janeiro a Junho de 1858.

Fundo: Fazenda. Mesa de Rendas de Itaqui. Ofício ativa. 10 de julho de 1858

Fundo: Fazenda. Mesa de Rendas de Itaqui. Ofício Ativa. 3 de março de 1860

5.1.6 RELATÓRIOS FAZENDA

AHERGS. Porto Alegre. Relatórios da Fazenda da Província do Rio Grande de São Pedro. São Borja, 17 de Abril de 1844, auto nº 18, maço fazenda, AHERGS/Porto Alegre

Maço 460

Maço 461

Maço 491

Maço 502

5.1.7 LISTAS DE BATISMOS DE ITAQUI

Livro de Batismo n. 1B. Arquivo da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. Itaqui. ano: 1859-1864. Fotos: 2530-2834. Registros: 912.

5.2 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABADIE, Washinton Reyes. ROMERO, Andrés Vazquez. **Crónica General del Uruguay**. Montevideo, 2000.

AYROLO, Valentina. **La casa, la dieta, la Pulpería, la escuela (1770-1870)**. Biblos, Buenos Aires, 2000.

BARBOSA, Carla Adriana da Silva. **A casa e suas virtudes: Relações familiares e a elites farroupilha (RS, 1835-1845)**. Dissertação de Mestrado. UNISINOS, São Leopoldo, 2009.

BARRIERA, Darío. **Justicias y fronteras. Estudios sobre historia de la justicia en el Río de la Plata. siglos XVI-XIX**. Murcia: Universidade de Murcia. Servicio de Publicaciones. Red Columnaria, 2009.

BARTH, Frederic. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.** Rio de Janeiro: Contra capa livraria, 2000.

BERUTE, Gabriel Santos. **Atividades mercantis do Rio Grande de Pedro: Negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850).** Tese de doutoramento. UFRGS, 2011.

BURKE, Peter. **A escrita da história: Novas Perspectivas.** São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

BURKE, Peter. **História e teoria social.** São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

BRUCKMAN, Mônica. **Globalização e integração das Américas.** Santos, Theotônio dos; MARTINS, Carlos Eduardo; SÀ, Fernando; BRUCKMAN, Mônica. Edições Loyola, 2005.

CANABRAVA, Alice Piffer. **O comércio português no Rio da Prata.** Belo Horizonte: Livraria Itatiaia, São Paulo: editora da universidade de São Paulo, 1984.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia.** 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTRO, Helen. **História Social.** In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia.** 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CAVALCANTE, Paulo. **Negócios de Trapaça. Caminhos de Descaminhos na América Portuguesa (1700-1750).** São Paulo: Hucitec, 2006.

CERVO, Amado Luiz. **O Parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889).** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

CERVO, Amado Luiz. CLODOALDO, Bueno. **História da política exterior do Brasil.** 3. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

CESAR, Guilhermino. **O Contrabando no Sul do Brasil.** Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, porto Alegre: Escola de Teologia São Lourenço Brindes, 1978.

COLVERO, Ronaldo. **Negócios na Madrugada: O comércio Ilícito na Fronteira do Rio Grande do Sul.** Passo Fundo: UPF, 2004.

CHIARAMONTE, José Carlos. **Mercaderes del Litoral. Economía e sociedad en la provincia de Corrientes, primera mitad del siglo XIX.** Fondo de Cultura Económica. Buenos Aires, 1991.

CHRISTENSEN, Tereza Neumann de Souza. **História do Rio Grande do Sul em suas origens missionárias.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

DORATIOTO, Francisco. **Nova História da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FARINATTI, Luis Augusto Ebling. **Criadores de Gado em Santa Maria (Rio Grande do Sul, 1850-1890)**, trabalho apresentado ao PPGPUC RS 1999.

FOLETTTO, Arlene, Guimarães. **Dos Campos Junto ao Uruguai aos Matos em cima da serra: a paisagem agrária na Paróquia de São Patrício de Itaqui (1850-1889)**. Porto Alegre: UFRGS (Dissertação de Mestrado), 2003.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. **Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)**. Tese de doutorado. UFRGS, 2007.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de Grossa aventura: acumulação e hierarquização na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João Luis. FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João Luís. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. (Orgs). **Conquistadores e Negociantes. História de elites no Antigo Regime nos trópicos - América Lusa, séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

FALCON, Francisco. **História e poder**. In: CARDOSO, Ciro Flamarión; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FIGUEIREDO, Antonio Marçal Bonorino. **Italianos e descendentes via Rio da Prata na tríplice fronteira: São Borja, Itaqui e Uruguaiana, RS 1834-1968**. Curitiba, PR: CRV, 2012.

GINZBURG, Carlo; et all. **A Micro-História e Outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

GIL, Tiago Luís. **O Contrabando na Fronteira: uma produção social de mercadorias**. Anais do V Congresso Brasileiro de história econômica. Caxambu: ABPHE, 2003.

GIL, Tiago Luís. Infiéis Transgressores: **Os contrabandistas das fronteiras de Rio Grande e Rio Pardo (1760-1810)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

GIL, Tiago Luís. **Coisas do caminho. Tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810)**. UFRJ. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, 2009.

GRIMSON, Alejandro. **Fronteras, culturas e identificaciones em el Cono Sur**. In: MATO, Daniel (Org). Estudios latino-americanos sobre culturas y transformaciones sociales en tiempos de globalización 2. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

GRIMSON, Alejandro. **La Nación em sus Límites. Contrabandistas y exilados en la frontera Argentina-Brasil.** Barcelona: Gedisa, 2003.

HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila de Rio Grande (1738-1763).** UFRJ. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2006.

HAMEISTER, Martha Daisson. Gil, Tiago Luis. “**fazer-se elite no extremo-sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII)**”. In: Fragoso, João L.R; ALMEIDA, Carla M.C.; Sampaio, Antônio C.J. Conquistadores e negociantes. Histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos: América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWN, Eric. **A Era do Capital (1848-1875).** São Paulo: Paz e Terra, 1977.

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834).** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira: família, sociedade e poder no Sul da América portuguesa – século XVIII.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2006.

LANDES, David S. **A riqueza e a pobreza das Nações. Por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres.** 10. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

LINHARES, Maria Yedda. **História Geral do Brasil.** 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

LOBATO, Mirta Zaida. SORIANO, Juan. **Nueva historia Argentina. atlas histórico de la Argentina.** Buenos Aires: Sudamericana, 2000.

LUCCOCK, JOHN. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes Meridionais do Brasil.** São Paulo: Martins, 1975.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital.** 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar. Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MARVIN, Perry. **Civilização Ocidental. Uma história Concisa.** 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da economia política. livro II. O processo de circulação do capital.** 6. Ed. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 1991.

MIRANDA, Márcia Eckert. **A Estalagem e o Império. Crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)**. Aderaldo e Rothschild: São Paulo, 2009.

MORAES, Maria Inês. **La ocupación del espacio y la formación de paisajes agrários em Uruguay**. In: Ciência & Ambiente. N° 33, Santa Maria. Editora da UFSM, 2006.

MOTA, Antonia da Silva. **As famílias principais: redes de poder no Maranhão Colonial**. São Luis: EDUFMA, 2012.

OSÓRIO, Helen. **A apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço Platino**. Porto Alegre: UFRGS, 1990. (Dissertação de Mestrado).

OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, Lavradores e Comerciantes, na Constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Niterói:UFF, 1999. (Tese de Doutoramento).

PADOIN, Maria Medianeira. **Federalismo Gaúcho. Fronteira Platina, direito e revolução**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PANIAGUA, E. R. M. **A construção da Ordem Fronteiriça: grupos de poder e estratégias eleitorais na campanha sul-rio-grandense (1852-1867)**. UNISINOS. São Leopoldo, 2012. (Tese de Doutorado).

PARROCHIA, D. **Philosophie des Réseaux**, Paris, PUF, 1993.

PEDREIRA, Jorge Miguel. **Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: Padrões de recrutamento e percurso sociais**. Análise Social. 1992.

PESAVENTO, Sandra. **História do Rio Grande do Sul**. 5. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: As origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POSSAS, Mario Luiz. **Empresas Multinacionais e industrialização no Brasil**. In: desenvolvimento Capitalista no Brasil. vol. 2. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983. p. 9-37.

RATTO, Sílvia. **Rompacabezas para armar: el estúdio de la vida cotidiana em um âmbito fronteirizo**. In: Memoria Americana, n. 13, 2005.

RECKZIEGEL, Anna Luiza Setti. **História Regional: dimensões teórico-conceituais – História, debates e tendências – Passo Fundo**. V1. n 01. 1999.

RECKZIEGEL, Anna Luiza Setti. **A fronteira como marco das conexões políticas inter-regionais. Passo Fundo.** V. 03. N. 01. p. 35-41, 2002.

REICHEL, Heloisa; GUTFREIND, Ieda. **As raízes históricas do Mercosul: a região platina colonial.** São Leopoldo: Unisinos, 1998.

REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas: A experiência da Micro-análise.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROBERT, Avé-Lallmant. **Viagem pela província do Rio Grande do Sul (1858).** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1980.

RIBEIRO, José Iran. **Quando o serviço nos chama. Os milicianos e as guardas nacionais gaúchas (1825-1845).** Porto Alegre, RS: PUCRS (Dissertação de Mestrado), 2001.

RODRIGUES, M. A. **O Comércio na Paróquia de São Patrício de Itaqui, nas décadas de 60 e 70, do século XIX.** Trabalho final de Graduação. 2006.

ROMERO, José Luis. **Breve historia de la Argentina.** 5. Ed. Buenos Aires: Fundo de Cultura Económica, 2012.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Rio Grande do Sul.** 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

SILVA, Sheyla Farias. **Nas teias da fortuna: homens de negócio na estância oitocentista (1820-1888). Salvador, 2005.**

SINGER, Paul. **Curso de introdução à economia política.** 17. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

SOUZA, Suzana Bleil de; PRADO, Fabrício Pereira. **Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX.** In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KÜHN, Fábio; GUAZELLI, César Augusto; NEUMANN, Eduardo. Capítulos de História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SCHMIT, Roberto. **Historia del Capitalismo Agrario Pampeano. Los Límites del progreso: expansión rural em los orígenes del capitalismo rioplatense. Entre Ríos 1852-1872.** Buenos Aires: Siglo XXI, 2008

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

STONE, Lawrence. **As Causas da Revolução Inglesa 1529-1642.** Bauru, SP: EDUSC, 2000.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. **Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul - 1851-1864.** In: VIII Encontro Estadual de História - História e Violência, 2006, Caxias do Sul. Anais do VIII Encontro Estadual de História ANPUH/RS História e Violência, 2006.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a Paróquia e a Corte. uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)**. Dissertação de Mestrado. UFRGS. Porto Alegre, 2007.

VOLKMER, Márcia. “**Pela fronteira é incalculável o movimento**”: imigrantes europeus nas vilas do oeste do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em www.ANPUH.br.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao moderno: as transformações no Rio Grande do Sul do século XIX**. Ijuí: editora UNIJUI, 2002.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do Planalto Gaúcho (1850-1920)**. Ijuí: editora da UNIJUÍ, 1997.

ZIENTERA, Benedikt. **Fronteira**. In: enclopédia, vol. 14, Estado-Guerra. Lisboa: In: Casa da Moeda, 1989.